UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Maria Lúcia Porto Silva Nogueira

**Mulheres baianas nas artes da escrita: tessituras de experiências, memórias e
outras histórias (1926 -1960)**

Versão corrigida

São Paulo
2015

Maria Lúcia Porto Silva Nogueira

**Mulheres baianas nas artes da escrita: tessituras de experiências,
memórias e outras histórias (1926 -1960)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em
História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias

De acordo:

Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Lúcia Porto Silva Nogueira

Mulheres baianas nas artes da escrita: tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926 -1960).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Assinatura: _____

Prof. Dra. Norma Abreu Telles Instituição: PUC - SP

Assinatura: _____

Prof. Dra. Monica Duarte Dantas Instituição: IEB - USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Elias Thome Saliba Instituição: FFLCH-USP

Assinatura: _____

Tecelãs da Vida

Mulheres tecem fios desde sempre.
Tecem sonhos e fantasias.
São artistas, essas mulheres!
Sobem e descem pelos fios com habilidade,
como acrobatas de um circo.
Torcem, tecem, triscam, transpassam.
Se misturam com a dor
e a alegria dos homens.
Estabelecem ligações impensáveis,
que só elas conhecem.
São artistas, essas mulheres!

Laura Esteves (2012)

AGRADECIMENTOS

Ao terminar a jornada de mais quatro anos dedicados a este trabalho de investigação, rememoro as muitas e muitas pessoas que me prestaram apoio e incentivo, cada uma ao seu tempo e ao seu modo, mas todas importantes, Indispensáveis e merecedoras dos meus agradecimentos.

À Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias, que me acompanhou nos cursos de Mestrado e Doutorado, agradeço, com carinho e admiração, as oportunidades de usufruir da sua larga erudição literária e as orientações que me permitiram crescimento intelectual. Seguramente, o seu modelo de historiadora e crítica da cultura é inspiração para as/os suas/seus orientandas/os e outras/os historiadoras e historiadores que investem na compreensão de temporalidades múltiplas e no estudo do cotidiano como território do singular, armas significativas contra as generalidades do pensamento conservador que perpassam pelas relações de poder. Obrigada pela amizade.

Às Profas. Maria Helena Pereira Toledo Machado e Norma Abreu Telles, que gentilmente aceitaram o convite para integrar a banca do exame de qualificação, agradeço pelas observações e sugestões importantes na continuidade do trabalho.

Aos professores da UFSC, colegas e amigos/as participantes do “Fazendo Gênero”, bem como aos outros da PUC-SP e da USP, agradeço pela troca de ideias e reflexões, pelas companhias nos seminários e outros eventos, pelas discussões que muito enriqueceram esta pesquisa e meu fazer acadêmico.

Minha grande admiração à Profa. Maria Belma Gumes Fernandes, que, além da leitura atenta e revisão competente deste trabalho, me presenteou com agradáveis conversas e sensatas opiniões.

O meu agradecimento ao CNPq, pelo apoio através de bolsa de estudos, e à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, especialmente ao Departamento de Ciências Humanas – DCH VI – *campus* de Caetité, pelo apoio e concessão da licença, que me permitiram o afastamento das atividades docentes para realização e conclusão do curso. Aos colegas professores desse *Campus* e do Colegiado de História, generosos na escuta, solicitude e discussões instigantes em diferentes fases do trabalho, como Lielva Azevedo Aguiar, Zélia Malheiro Marques e Paulo Henrique

Duque Santos. A Nivaldo Osvaldo Dutra, parceiro de curso, amigo em viagens de pesquisa, ajuda preciosa na coleta de dados e encaminhamento de materiais. A Eliana Márcia dos Santos Carvalho, amiga desde o Mestrado, de quem não posso dispensar os resumos em Inglês e ajudas em traduções de textos. Às Profas. Rosângela Figueiredo Miranda e Joseni Meira Reis, pela escuta, companhia e por encurtar distâncias ao longo da pesquisa. Agradeço a todos e todas.

Sou grata aos funcionários, estagiários e direção do Arquivo Público Municipal de Caetité, particularmente a Rosália Junqueira Aguiar e Maria Neri Públio; à Laiane Fraga; às graduandas de História, monitoras na Casa do Barão de Caetité, Andressa Carvalho, Paula Pamplona e Mariella Cotrim, esta também companhia em Brumado, na pesquisa dos arquivos do Jornal Tribuna do Sertão; aos servidores do Arquivo Público de Rio de Contas, do Arquivo Diocesano da Barra, do Arquivo Público da Bahia, do Instituto Feminino da Bahia; à Profa. Ana Francisca Guanais Rochael, que tão gentilmente me mostrou a organização e funcionamento da Casa da Amizade, em Caetité; a D. Anísia Bastos, na Associação das Senhoras de Caridade de Caetité, pelas memórias partilhadas.

Ao Prof. Junívio da Silva Pimentel agradeço a elaboração dos mapas e a Vandearley dos Santos Borges, as tabelas, gráficos, fotografias e outros ajustes na organização do texto final.

Agradeço aos familiares de várias memorialistas pelas importantes informações, sobretudo à Gildete Rodrigues Lima Teixeira (*in memoriam*) e a seu filho Marcus Olynthus Teixeira Vidal por me terem franqueado a consulta ao Arquivo Particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.

A outros informantes, amigos novos e antigos, pessoas próximas ou distantes que porventura eu tenha omitido nesta lista, agradeço igualmente por saber que torceram por mim e pelo bom termo deste trabalho.

Todo o meu carinho e gratidão a meu pai, Camerino, e minha mãe, Morena, companhias seguras e reconfortantes; a todos os meus familiares muito queridos, pelos estímulos e fé que tornaram minhas empreitadas mais alegres.

A Alberto, agradeço por compreender as minhas ausências. A Roberto, Eduardo e Ana Luísa, presenças que são verdadeiros presentes e que enchem minha vida de alegria, um abraço de gratidão e amor pelos ânimos sempre renovados

Finalmente deixo um agradecimento muito especial às memorialistas/escritoras deste estudo, algumas *in memoriam*, outras que não tive oportunidade de encontrar, ou as que encontrei para longas conversas, porque todas me brindaram com escritos e trajetórias carregadas de sabedoria e me mostraram singularidades e valores culturais de várias gerações no ir e vir do processo histórico.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Mulheres baianas nas artes da escrita: tessituras de experiências, memórias e outras histórias (1926 -1960)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RESUMO

Este estudo pauta-se na análise de escritos de mulheres baianas, buscando averiguar as relações entre a prática da escrita e as formas de constituição de subjetividades femininas em múltiplos ritmos de tempo. Partindo de um mapeamento desses escritos espalhados pelo território baiano e reconhecendo o manancial que representam para estudos de singularidades culturais em variados contextos, focalizamos um conjunto de memorialistas e escritoras, predominantemente professoras do Alto Sertão da Bahia, que começaram escrevendo memórias e romances autobiográficos e, sem interromper a prática, tornaram-se escritoras de gêneros literários diversos. Nessa escritura trouxeram à baila discussões de temas que perpassaram pelo mundo feminino nas décadas de 1920 a 1960 do século XX, através do registro das suas experiências e das transformações e desafios enfrentados por mulheres em diferentes gerações, estribadas ora na memória, ora no domínio da arte da escrita e uso de elementos ficcionais. Diante disso, perseguimos as trajetórias de mulheres que abriram espaços através da palavra escrita em busca por autorrealização, ora atreladas à integração com a família e a sociedade, ora em aberta rejeição aos papéis normativos, na medida em que se voltavam para a integração do eu. O nosso enfoque privilegiou ainda as narrativas acerca da cotidianidade em seus espaços de formação e atuação como professoras, tensões e lutas de mulheres em posições sociais diferenciadas, dramas sociais e venturas nos modos de viver nas pequenas cidades, espaços rurais e outras redes de sociabilidade, especialmente no Alto Sertão da Bahia. Para exame das conjunturas socioculturais pertinentes a este estudo foram utilizadas fontes documentais em arquivos públicos e particulares, jornais, correspondências pessoais e processos-crime, além de vasta literatura memorialística de variada autoria, todas elas confrontadas com os escritos em análise. A pesquisa mostra, portanto, mulheres que se arriscaram nas artes da escrita, defendendo direitos femininos e direitos de pertencimento ao mundo das letras, elucidando processos de mudanças entre as gerações, com a ousadia de desvendarem momentos diferenciados de constituição de subjetividades e ainda muita capacidade de improvisar suas vidas conturbadas no confronto do “antigo” com o “moderno”.

Palavras-chave: Escritura feminina. Memória e Ficção. Relações intergeracionais. Educação feminina. História Social das mulheres. Alto Sertão da Bahia.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Women writers from Bahia, Brazil: the art of writing memories and other histories (from 1926 to 1960)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ABSTRACT

This research is based on the analysis of women writers from Bahia, in Brazil, and its aim is to establish their writing practices towards the process of building of their own subjectivities. We begin with a map of locations from which they wrote, emphasizing the cultural singularities in their many different geographical contexts. They were mainly public school teachers and some of them became fiction writers. Through their own life experiences, they focus on themes related to the social world of women from the Alto sertão da Bahia, from the 1920s to the 1960s. Their writing document different life experiences, some of them accepting social norms and keeping themselves integrated with their families and, and others often in open rejection of normative gender roles. This work shows their daily lives as teachers and their tension/struggles from different social positions, focusing mainly on their daily lives and on their rural habits. . They also document their abilities to improvise their troubled lives in confrontation of "old" with "modern" ways of life. This work relied mainly on their written memories, often in the confrontation between different memory books of their times and also on documentary sources from public and private archives, newspapers, personal letters, criminal and judicial proceedings. As women writers they were committed to defending women rights and in documenting the process of change between generations in order to uncover distinct moments of subjectivity constitution.

Key-words: Women writers. Memories and fiction. Intergenerational relationships. Women' education. Social history of women. Alto Sertão of Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto ilustrativa dos livros de memórias e de romances autobiográficos.	40
Figura 2 – Livros de Helena Lima Santos.....	71
Figura 3 – Cadernos da escrita de diários, crônicas e romances de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.....	75
Figura 4 – Livros de Marieta Lobão Gumes.....	79
Figura 5 – Livros de Joana Comandaroba.....	80
Figura 6 – Ilustração do livro <i>Muro Frio</i> (1961).....	82
Figura 7 – Ilustração do livro de Guiomar Ferreira Coutrim.....	83
Figura 8 – Ilustração do Livro <i>Cartas na mesa...hora de recordar</i>	85
Figura 9 – Ilustração do romance <i>Catarina Mais menina do que moça</i>	86
Figura 10 - Ilustração do romance <i>Arquimimo</i>	87
Figura 11–Algumaspublicações de Terezinha Teixeira Santos.....	89
Figura 12 – Foto de Candombá – madeira usada para acender fogo nos fogões a lenha.....	129
Figura 13 - Carta do pedido de casamento de Zelinda R. L. Teixeira, dirigida ao Cel. Lima Junior.....	164
Figura 14 – Texto manuscrito de Zelinda T. R. Lima Teixeira.....	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição espacial das memorialistas e memorialistas-escritoras no território baiano.....	67
Mapa 2 – Formas de deslocamentos e viagens das memorialistas escritoras.....	104
Mapa 3 - Viagens pelo sertão baiano em lombos de animais.....	105
Mapa 4 – Roteiro de viagem do Alto Sertão à capital baiana-1930-1940.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Memorialistas e memorialistas-escritoras em foco.....	50
Quadro 2 – Narrativas centradas na pessoa da própria narradora.....	53
Quadro 3 – Narrativas memorialísticas sobre lugares/cidades.....	63
Quadro-4 - Locais de atuação das memorialistas e escritoras.....	68
Quadro 5 - Brinquedos e brincadeiras infantis, diversões, espaços de lazer.....	101
Quadro 6 - Lembranças da escola (infância e adolescência)	110
Quadro 7 - Formação das Memorialistas e escritoras baianas em curso Normal/ Secundário.....	188
Quadro 8 – Memorialistas-escritoras em Academias de Letras do Centro Sul Baiano.....	226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Professoras/professores concluintes do magistério na Escola Normal de Caetité (1929-1966).....	196
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - “OS MATIZES DA ALVORADA JÁ COBREM A TERRA DE LUZ... PEGO O SOL COM A MÃO”: MULHERES BAIANAS EM ESCRITAS DE MEMÓRIAS E FICÇÕES	36
1 - Memórias, matérias-primas das narrativas: “De repente, elas surgem em avalanches”	40
2 - Escrever memórias: “Lembrar e relembrar deixar solta a memória”	45
3 - Memórias e narrativas: enfoques e opções de percurso	49
Narrativas centradas no “eu” da narradora	52
Escritas centradas no “outro”	58
Memórias sobre lugares e cidades: “[...] cheguei a Caetité, para ficar, fui atraída pelas muitas histórias de sua gente”	61
4 - Perfis das memorialistas e memorialistas – escritoras	71
5 - Produção e condições de publicação	91
CAPÍTULO II- NARRATIVAS DE PERCURSOS FEMININOS: VENTURAS E DRAMAS DO VIVER NOS SERTÕES DA BAHIA (1930-1940)	97
1 - “Histórias tecidas pelos fios da vida”	<u>98</u>
2 - Estudantes sertanejas e cotidianidade escolar no sertão	109
3 - Nas escritas de si, as cirandas da sobrevivência	119
4 - Devires femininos em narrativas de memórias	134
CAPÍTULO III – NAS JANELAS DO TEMPO: AS ESCRITAS FEMININAS E AS TRANSFORMAÇÕES DOS COSTUMES	145
1 - Mudanças nos costumes	146
Moda feminina nos registros das memorialistas-escritoras	151
O casamento na ótica das memorialistas-escritoras	159
Registros acerca dos costumes alimentares	165
2 - Relações intergeracionais	173
3 - Experiências em longas trajetórias: “... fazendo planos, dando providências – e bota providências nisto!”	178
CAPÍTULO IV – VICISSITUDES DO MAGISTÉRIO E OUTROS TONS NAS ESCRITAS FEMININAS: “EU ERA MULHER...TINHA QUE ME CONTENTAR COM O CURSO DA ESCOLA NORMAL...”	187

1 - Memorialistas-escritoras e as presenças femininas nas Escolas Normais da Bahia	189
2 - Além do magistério, outras oportunidades de trabalho para as mulheres	206
CAPÍTULO V – “UM FIO DE LUZ E UM FIO DE LÃ”: VISÕES DO MUNDO FEMININO EM TESSITURAS	220
1 - O prazer da criação pela escrita: uma “obstinação de viver e de criar”- 1930/50	227
2 - Conjunturas e reverberações do mundo feminino (1930/1940)	230
Lourdes Bacelar e os seres do seu mundo: <i>Enquanto ruge a tormenta</i> (1948)	231
<i>A Transplantação</i> , de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira: uma escritora desconhecida no Alto Sertão da Bahia	234
3 - Vozes femininas em novas tessituras (1950/60)	240
<i>Catarina mais menina do que moça</i> , de Lucília Domingues Donato: fragmentos de vida em espaços sertanejos	243
<i>Arquímimo</i> , de Maria Lúcia Prisco Novato - Um livro em duas seções: autobiografia e romance autobiográfico	246
Elvira Foeppel, “um muro frio de lembranças” e a coragem de escrever	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	272
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Pensar a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. [...] é uma historicização que implica exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a categoria de “experiência”. [...] Este tipo de enfoque não debilita a política negando a existência de sujeitos; em vez disso, interroga os processos de sua criação e, ao fazê-lo, repensa a história e o papel do historiador, e abre novos caminhos para se pensar a mudança.

Joan Scott. A invisibilidade da experiência, 1998.

O encontro com uma variedade de escritos de natureza autobiográfica e memorialística de autoria feminina, em diferentes regiões da Bahia, colocou-nos a indagação sobre o significado que o ato de escrever ou a escrita pela escrita pode ter na vida de mulheres memorialistas e escritoras, e, ainda, a necessidade de refletir sobre o valor das suas produções, quer seja como retratos de vidas respaldados nos parâmetros convencionais da sociedade em que viveram, quer seja como armas na desconstrução das barreiras normativas que pesavam sobre os sujeitos femininos.

Essas e outras indagações nortearam a pesquisa na intenção de perseguir até onde os escritos das mulheres em foco problematizaram o conjunto das prescrições de uma sociedade antes e depois dos avanços tecnológicos e do “progresso”, instalados em ritmos diferentes por diversas regiões, e que articulações foram estabelecidas pelas memorialistas de cada geração acerca das demandas femininas mais prementes, em sua época, tais como a luta por direitos sociais, igualdade no mundo do trabalho, inserção em novos espaços ou reivindicações por uma vida mais autônoma.

As escritas tomadas para análise se apresentaram múltiplas em temas, enfoques, modos de narrar, trazendo memórias individuais ou coletivas, sempre atreladas aos seus grupos de pertencimento e às memórias sociais de sua região, deixando entrever processos de mudanças em curso, principalmente no tocante aos valores morais, aos usos e costumes das diferentes regiões da Bahia, revelando, a partir de tais mudanças, novos lugares sociais e novas configurações do feminino.

Enfocar as relações espaço-temporais ancoradas num chão sociocultural e sob a ótica das mulheres que escrevem permitiu desnudar formas de constituição dos sujeitos femininos, nas múltiplas faces de um cotidiano. É justamente aí onde os limites ideológicos dos papéis normativos tradicionais podem ser postos a prova. As

vivências cotidianas registradas refletem as suas escolhas, condições de vida, mentalidades, em nuances reveladas ou escamoteadas, podendo trazer pistas sobre práticas informais ou estratégias de sobrevivência que hoje incentivam novos estudos no campo das Ciências Sociais e das relações de gênero. São escritas que esmiúçam o cotidiano e trazem dados implícitos, permitindo, como nos ensina Dias (1998, p. 258), “abarcando o conhecimento dentro das necessidades concretas dos seres humanos em sociedade, face a totalidades hegemônicas, à cultura massificada”.

Do grande número de narrativas inventariadas no território da Bahia, todas valiosas para estudos das singularidades do dia a dia e compreensão dos variados contextos baianos, foram selecionadas dez autoras, cujos perfis serão traçados em minúcias ao longo deste trabalho e que, por ora, de forma resumida, serão apresentadas a seguir. Entre elas, identificamos uma maioria de professoras, formadas nas Escolas Normais, que escreveram inicialmente memórias e romances autobiográficos e, ao continuarem escrevendo, produziram gêneros literários diversos, como contos, romances, matérias jornalísticas, crônicas, literatura infantil ou poesias. Consideradas aqui como memorialistas-escritoras e pertencendo a diferentes estratos sociais, nenhuma delas sobreviveu apenas da arte de escrever; esta foi uma atividade desenvolvida paralelamente aos trabalhos de docência aos quais se dedicaram por longos anos - por vezes em cargos de direção e coordenação de Escolas - até a aposentadoria, como o fizeram Helena Lima Santos (Livramento de Nossa Senhora-1904), Joana Comandaroba (Xique-Xique-1914), Palmira Guanais A. Fausto (Caetité-1933), Lucília Domingues Donato (Guanambi-1935) e Terezinha Teixeira Santos (Guanambi -1942). Outras se dedicaram ao magistério por curto período, encaminhando-se para atividades variadas, como: Zelinda Rodrigues Lima Teixeira (Caetité-1905), que lecionou um ano na Escola Normal de Caetité, em 1926, assumindo depois de casada as tarefas de fazendeira atuante junto ao marido; Marieta Lobão Gumes (Caetité-1908), que colaborou por muitos anos no campo educacional, desempenhando tarefas de secretariado e divulgação de atividades educativas; Elvira Foeppel (Canavieiras-1923), que lecionou em fazenda de cacau no início da década de 1940, deslocando-se para o Rio de Janeiro em 1947, onde se tornou funcionária da *Revista Súmula Trabalhista* da Legislação Federal, local em que trabalhou até aposentar-se; foi também escritora, conciliando as duas atividades; Maria Lúcia Prisco Novais (Caetité-1941), que, depois de lecionar por algum tempo, tornou-se Juíza de Direito; uma delas, Guiomar Ferreira Coutrim (Palmas de Monte

Alto-1929), concluiu o Ensino Médio aos 74 anos - não fez opção pelo magistério - e não produziu outros trabalhos escritos além do seu texto de memórias.

A maior parte delas está concentrada no Centro-Sul Baiano, principalmente na região conhecida como Alto Sertão da Bahia¹, merecendo destaque ainda, uma do Médio São Francisco – Joana Comandaroba - e uma do Sul Baiano – Elvira Foeppel. Muitas outras mereceram atenção e foram citadas numa abrangência maior do território baiano, em analogias e averiguações das diferenças entre elas. O recorte temporal estribou-se na constatação de que a Escola Normal de Caetité, em funcionamento desde 1926, foi um espaço vivenciado por quase todas elas. Outras poucas, se ali não estiveram, frequentaram outras escolas normais. Consideramos, no entanto, que esses cursos de formação estiveram imersos nas configurações socioeconômicas e culturais instaladas na perspectiva de fortalecimento do Estado Nacional desenvolvimentista, que projetou na educação feminina os ideais de formação da nação. Nesse sentido, as medidas implementadas no sistema de ensino, especialmente nas escolas normais, cumpriam rituais de controle e vigilância, abraçadas também por outras instituições que inculcavam, dia após dia, modos de ser e viver afinados com seus esquemas de dominação.

A demarcação do território baiano como campo de pesquisa foge à intenção de encontrar uma identidade de textos ou fazer analogias ligadas à ideia de baianidade das autoras. Ao contrário do trabalho anterior, em que se buscou a representação da mulher na literatura de João Gumes², o enfoque agora se volta para a própria escrita feminina com a intenção de apontar os usos e significados dessa prática e trazer para

¹ O Centro-Sul da Bahia, que aparece no mapa no. 1 deste trabalho, é uma das sete mesorregiões do Estado e a que concentra o maior número de municípios, conforme dados do IBGE. Acesso em 15/08/2015. http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mesorregioes_2015.pdf. Os municípios de Caetité e Guanambi, onde está concentrada a maioria dos sujeitos desta pesquisa, fazem parte da região conhecida como Alto Sertão, denominação que é adotada aqui para referências a um território identificado como parte integrante da mesorregião citada. Trabalhos historiográficos acerca dos sertões baianos discutem uma definição/delimitação para essa região alto-sertaneja, pautando-se em reflexões acerca de temas pertinentes àquela espacialidade territorial. Segundo Estrela (2003, p. 37), uma regionalização deve considerar, “sobretudo as percepções e o imaginário dos homens que as habitam”, além dos fatores geográficos, culturais, históricos, etc. que lhe são próprios. Para a autora, a utilização do termo, “designa uma vasta área do interior do Brasil, situada na atualidade nos limites de dois Estados diferentes, revela claramente a existência de uma região imaginária na geografia do extremo sudoeste da Bahia [...] a qual tem sua origem na formação territorial do Brasil Colônia (*Idem, idem*). Ver estudos de: Neves (1998); Pires (2009); Ribeiro (2009); Nogueira (2010); Aguiar (2011); Nogueira (2011); Guimarães (2012), dentre outros.

² Escritor baiano que escreveu sobre os sertões da Bahia (1859-1930), cuja obra é reconhecidamente valiosa tanto para o maior conhecimento da região, como também do ponto de vista estético. Refiro-me à dissertação de Mestrado intitulada *A norma dos “bons costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão baiano - 1897 a 1930)*, defendida pela mesma autora deste trabalho, na PUC-SP, em 2010.

o centro da discussão a presença das mulheres em momentos de reencontro consigo mesmas - ainda que em identidades momentâneas e diversificadas – e suas visões de mundo em outras épocas e em diferentes gerações. Nessa perspectiva, as produções foram analisadas no intuito de perceber o valor da escrita nos processos de formação, desenvolvimento pessoal, desafios da vida sertaneja, emancipação e emergência de vozes femininas e ainda, para esta pesquisa historiográfica, foram aproveitados os conteúdos descritivos das obras na clivagem tempo-espço.

Um dado relevante para a pesquisa foi a relação da idade da autora com o seu momento de escrita. As fontes mostraram que grande número desses livros de memórias foi escrito em idade avançada, como os de Joana Comandaroba, Guiomar Coutrim e Palmira Fausto que escreveram e publicaram por volta dos oitenta anos, já no final do século XX. Nesse sentido, há que se admitir que o crescimento do individualismo no último quartel do século passado, abriu perspectivas para absorção de sujeitos plurais, diferentes, fragmentados, em processos de identificação continuamente renovados. O modelo clássico de sujeito universal predominante na cultura ocidental passou a perder hegemonia frente às mudanças e exigências da modernidade³.

A sociedade moderna, ao promover incentivos de acesso ao saber, experimentou novas formas de valorização do indivíduo, abrindo espaços para os registros de memórias das pessoas comuns, anônimas, cujas escritas revelam acontecimentos socioculturais do cotidiano *pari passu* à produção de si⁴. Esse contexto favoreceu a proliferação das escritas autobiográficas e ampliou para as memorialistas-escritoras as possibilidades de enfrentamento aos círculos de dominação. Escreveram espelhando muito do mundo privado com todas as restrições e constrangimentos que as marginalizavam dos espaços públicos. Entretanto, esses

³ Hall, (2011), p. 46. Dentre outros estudos sobre identidades e sujeito femininos na pós-modernidade, veja-se: Sovik (2009); Scott (2002); Flax (1994); Irigaray (2002).

⁴ Alain Corbin (1999, p. 210), em seus estudos sobre a formação da individualidade no mundo moderno, elege as pessoas comuns, dizendo que é preciso “ver e ouvir o que elas viam e ouviam; [...] dar um mergulho em suas vidas cotidianas, não para estudá-las horizontalmente”, mas para perseguir as pistas que podem vir dessas histórias individuais. Por outro lado, reconhecer-se como indivíduo, escrever sobre sua vida como se narrasse uma história, chamar para si uma identidade singular no grande espectro do tecido social, firmando-se como um “ser único” e ao mesmo tempo reclamando o seu pertencimento a um todo social e cultural, é a possibilidade que se abre com base nos princípios de igualdade e liberdade tão caros a esse novo individualismo. Ser único no sentido da sua história pessoal, diferenciada de outra qualquer, mas ser múltiplo enquanto inscrito nos grupos sociais e dos quais participa numa variedade de ações e papéis. Vale conferir entre outros estudos: Levillain (2003); Bourdieu (2002); Calligaris (1998) e Gomes (2004).

espaços públicos não ficaram fora das experiências femininas e nem ausentes dos seus registros. Suas narrativas baseadas na memória trouxeram pistas para a análise da constituição de subjetividades femininas, revelando contextos de intrincadas relações de poder, via privilegiada na interpretação e conhecimento de contextos sociais.

Se as narradoras eleitas aqui dedicaram vidas inteiras ao ofício de ensinar, seus escritos revelaram, portanto, sinais de um espaço e tempo de abrangência variada, comportando marcas tanto do público como do privado. Suas trajetórias podem ser desdobradas em múltiplos e diferentes ritmos; podem ser vistas em identidades unas e múltiplas para mostrarem toda a dinâmica da vida das mulheres em seus vários papéis: houve o tempo da docência, o tempo da casa, o tempo efetivo em grupos sociais, o tempo simultâneo em outros trabalhos. Um exemplo nos vem da memorialista/escritora baiana Joana Comandaroba, que, tendo trabalhado como professora durante 50 anos, considerou esse tempo desdobrável para 150, visto que somou todos os períodos que lecionou concomitantemente em cinco escolas da cidade. Acrescente-se a isso, ainda, o período de oito legislaturas em que exerceu o cargo de vereadora, paralelamente à sua atuação como professora.

O recorte temporal aqui proposto, não ignorou evidências posteriores, no que tange ao crescimento das autoras ao longo de suas trajetórias, uma vez que, à exceção das tramas romanescas, muitas, no momento da escrita, já viviam a chamada “terceira idade”. As produções femininas carregadas de imaginação e de elementos ficcionais foram feitas por autoras em fases de menos idade, como Lourdes Bacelar, escritora baiana – cronista e poetisa - que começou a publicar aos 18 anos, e Elvira Foeppel, que publicou poesias em jornal desde os 21 anos e seu primeiro livro aos 33 anos. Zelinda R. L.Teixeira escreveu um romance aos 42 anos. Outras produções nesse mesmo gênero se deram em estágios de maturidade, em torno dos sessenta anos, como as de Maria Lúcia Prisco Novato e Terezinha Teixeira Santos, que fizeram suas primeiras publicações aos 56 e 57 anos respectivamente.

Todas elas, no entanto, escreveram acerca da infância, adolescência e dos respectivos espaços vivenciados, mas, também, sobre fases subsequentes, denotando as mudanças operadas no correr de suas vidas. Nesse particular, nossas reflexões buscaram identificar a existência de alguma vinculação entre as formas de envelhecimento e as condições inovadoras de tal processo, difundidas nos últimos tempos. Essa é uma questão instigante, se atrelada à percepção de tempo das

autoras, relativa às transformações socioculturais que foram ocorrendo entre sucessivas gerações de mulheres. Essas gerações foram averiguadas no sentido de evidenciar as características e formas de identificação de cada uma, semelhanças e diferenças entre elas, pensadas na relação com as posições sociais das narradoras, seus territórios de pertencimento e os múltiplos ritmos de tempo de suas vivências.

Dizer “eu”, na escrita, nunca foi nem é tarefa simples para as mulheres, diante dos modelos de educação voltados para projetos de recato, esquecimento de si e cobranças de decoro. Para romper os círculos de desmerecimento que as rondavam muitas escolheram o caminho da ficção para estrategicamente escreverem sobre si, ao tempo em que também enfatizavam outros sujeitos e tudo mais que as inquietava nas fainas do viver. Nesse mister exercitavam a imaginação, enveredando-se no “ato de criar” e vivenciando a escrita como atividade prazerosa.

Perseguindo os contextos de produção literária das mulheres, o trabalho caminhou em duas vertentes: uma que privilegiou práticas discursivas de mulheres comuns, despreocupadas quanto ao rigor literário e sem aspirarem a posições de fama; e outra, em que as autonarrações incluíram elementos ficcionais, desde os mais simples aos mais complexos. No primeiro caso, foram contempladas as que escreveram com base nas experiências do vivido e na oralidade, enfatizando a cultura e os costumes dos espaços em que estiveram inscritas. No segundo, foram consideradas as tramas complexas tecidas pela imaginação, mas presas a um chão social, a exemplo de algumas que apenas substituíram nomes de pessoas reais por nomes inventados, mantendo-se fiéis aos lugares e aos fatos de que se ocuparam. Nas visões subjetivas das escritoras foram encontradas pistas que aproximaram a imaginação criadora da inteireza de uma dada realidade, indicando que ficção e realidade vivem de mútuas intercessões, como asseverou Virgínia Woolf (1985, p. 23) ao escrever sobre o talento das mulheres para as letras: “a ficção deve ater-se aos fatos e, quanto mais verdadeiros os fatos, melhor a ficção”.

Essas escritas, nas modalidades aqui abordadas, foram consideradas numa perspectiva crítica feminista, na esteira dos estudos de Dias (1992, 1994, 1985, 1998), Scott (1990, 1992, 1999), Perrot (1989, 2005), Rago (1998, 2013), etc. Nesse sentido, adotamos um enfoque historicista e historicizante, como sugere a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1992, p. 42), para nos permitir abarcar as múltiplas temporalidades implícitas nas trajetórias das memorialistas e promover o entrecruzamento com os processos em curso ao longo de suas vidas e ainda

considerar “valores culturais em processo de transformação no tempo”. Portanto, tais escritas foram tomadas não para reforçar estereótipos já existentes, ou para acentuar crenças presas à ideia da diferença sexual, mas, através de uma inversão da ordem considerada hegemônica, mostrar configurações em que as mulheres se colocaram como agentes históricos e sociais e como desmitificadoras de atributos e situações que tradicionalmente recaíam sobre elas. Mesmo porque a ideia da existência de uma escrita baseada na diferença sexual é amplamente rejeitada pelos críticos que se empenham em desconstruir o pensamento conservador ou o discurso simplista de oposição homem-mulher. Historicizar conceitos, como “feminino” ou “mulheres” ou “sujeito” leva-nos a pensar o quanto a resignificação daqueles que foram manipulados ideologicamente e, na maioria dos casos, aceitos subjetivamente contribuiu para transformar a vida das mulheres. Mudança de status socioeconômico das mulheres ou a mudança dos discursos médicos sobre elas alteraram as probabilidades de sua emancipação⁵.

Da mesma forma, a articulação entre narrativas escritas e memórias de mulheres caminhou na intenção de desnaturalizar um binarismo recorrente e deixar que as muitas singularidades dos sujeitos se revelassem muito mais pela vinculação aos contextos históricos e socioculturais do que pelas restrições impostas por uma tradição de papéis sexuais normativos. Conforme lembra Maria José Viana (1995), as memórias escritas apresentam rastros e sinais nem sempre muito explícitos, mas que, se aproveitados por investigadores atentos, se tornam reveladores de tensões e rupturas presentes nos processos sociais e desocultam cenários pouco explorados⁶.

Estudiosas do feminismo afirmam que o mundo caminha a passos largos rumo a uma “feminização cultural”, situação visível pela atuação cada vez maior das

⁵ Da vasta bibliografia acerca de estudos feministas, podemos citar outras como: Flax (1994), Butler (1998); Maluf (1995), Perrot (2005), Sharpe (1997), Irigaray (2002), Birulês (2007), etc.

⁶ Viana, (1995, p. 52). Esta autora, em sua pesquisa sobre memórias de mulheres, apresentou um quadro bastante elucidativo da proliferação das escritas memorialísticas, como um “fenômeno” que se desencadeou a partir do final do século XIX no Brasil, quando mapeou mais de oitenta títulos de literatura memorialística, constatando, daí, sua grande importância. Lacerda (2003, p. 375-384) traz em seu livro uma lista de trabalhos autobiográficos referente a um período de mais de cem anos (1893–1998), em todo o país, num total de 91 publicações, entre as quais aparece o nome de uma baiana - Anna Ribeiro de Goes Bittencourt - com os seus *Longos Serões do Campo*, publicado em 1992 (2 v.) Sobre essa mesma memorialista há o estudo de Nancy Rita V. Fontes (1998). Márcia Barreiros Leite (2004) trabalha “memórias de leituras e escritas femininas na Bahia”, no período entre 1870 e 1920, enfatizando os perfis de dez leitoras e escritoras de diferentes estilos. Outras pesquisas trabalham no resgate das muitas escritoras baianas das primeiras décadas do século XX, a exemplo do projeto desenvolvido pelo NEIM/UFBA. Entre as muitas discussões sobre a especificidade de uma memória feminina destacam-se os estudos de Perrot (1989); Thompson (1992); Pollak (1992).

mulheres nos espaços públicos e, nesse sentido, o movimento feminista tem participação significativa no engendramento de movimentos sociais de minorias, incitando uma conscientização contínua, permanente e promovendo um novo olhar do feminino sobre si, sobre o outro. Desse modo, este trabalho enfatiza a escritura feminina na intenção mesmo de alinhar-se aos movimentos que se dedicam a derrubar barreiras que impedem o desocultamento das mulheres na história e a criar um espaço em que possam ser ouvidas em suas muitas formas de dizer. Foram valorizadas pela coragem de escreverem sobre si e por buscarem caminhos de romper silêncios e registrar sensibilidades, impondo-nos a necessidade de alavancar e divulgar produções que estiveram ou ainda estão circunscritas a uma única e simples esfera local.

O ato da criação pela escrita ou simplesmente a escrita pela escrita foi visto então como um elemento significativo na vida das mulheres estudadas, no que diz respeito ao seu desenvolvimento humano, ao seu “estar no mundo”, ao seu autoconhecimento, a sua autorrealização como pessoa ou escritora. É o caso de uma baiana, Joana Comandaroba, professora da região do Médio São Francisco, que começou a escrever depois dos 80 anos e publicou até os 97, que se constitui num exemplo marcante do que pode significar “o escrever” no decorrer de uma vida. Registrou, no depoimento abaixo, os poderes imprevistos advindos dos momentos de absorção na escrita:

Comigo acontece um fenômeno: quando escrevo por toda a noite de pé, da janela do quintal para aproveitar a luz do alpendre, torno-me jovem. Fico absorvida inteiramente na escrita... correm as horas, os dias... como se fossem segundos... a noite passa... os serviçais despertam. A senhora não dormiu? É de manhã... Levanto os olhos. Os matizes da alvorada já cobrem a terra de luz... Pego o sol com a mão⁷.

Diante desse quadro de evidências e considerando as contribuições de pesquisadoras brasileiras que trataram desse tema⁸, buscamos investigar em que medida as escritas em pauta evidenciavam as mudanças em diferentes gerações de mulheres baianas. Investimos na recuperação de trajetórias de vida das autoras,

⁷ Comandaroba, (2009, p. 15).

⁸ Na intersecção entre escrita de si e gênero literário das narrativas, cito, entre outras: Cristina Ferreira Pinto (1990), Maria José Motta Viana (1995), Norma Telles (2012), Lílian Lacerda (2003), Constância Duarte (2008), Elizabeth Duque-Estrada (2009), Ívia Alves (2003), Isabel Brandão (2003), Zahidé Muzart (2003).

acreditando que poderiam trazer os modos de constituição de subjetividades e pormenores do pertencimento aos seus mundos. As particularidades encontradas, sem desconsiderar o elemento masculino presente nos processos sociais, refletiram lugares determinados antes pela condição social, idade, etnia, etc., na confluência com fatores históricos e socioculturais, do que por padrões normativos ligados a uma presumida diferença entre os sexos. A despeito da dimensão cultural em que estavam imersas, interessou-nos saber se revelaram identificação com os padrões sociais impostos, se buscaram a via da subversão, uma terceira ou ainda outras vias. Perguntamo-nos ainda: se a educação naturalmente comporta uma dimensão subjetiva e outra de intersubjetividade, qual o seu peso numa literatura autorreferencial? De que forma as tensões do público-privado, área estratégica para os estudos da epistemologia feminista foram reveladas nas escritas dessas mulheres?

Para buscar explicações e compreensões de tempos e lugares em que estiveram inscritas as mulheres baianas consideradas neste estudo, a “categoria gênero” foi tomada como ferramenta capaz de elucidar as diferenças e as formas de contestação ao modelo universalizante de papéis normativos femininos presentes na cultura ocidental e assim possibilitar uma nova compreensão de realidades historicamente muito diferentes umas das outras. A análise, sob esse ponto de vista, permitiu o estudo num amplo espectro de ações relacionais atravessadas pelo poder e por exemplos de dominação que estão presentes na dinâmica da vida cotidiana do alto sertão e de outras regiões da Bahia, evidenciando a multiplicidade das diferenças culturais e a mitificação das normas tradicionais amplamente justificadas por instituições religiosas, socioculturais ou econômicas no processo de legitimação do ideário liberal burguês.

As mulheres memorialistas/escritoras, nos processos de escrita, perceberam e viveram as tensões e embates de suas gerações, colocando-se na clivagem entre as pressões pela inovação de usos e costumes, substituição de valores, respeito ao “dever ser” imposto pelo pensamento conservador e o rompimento com esse modelo, rompimento com a família, com a terra natal para buscar formas de individuação com maior independência. A maioria, no entanto, escreveu na perspectiva de valorização do local e de preservação de memórias suscetíveis ao desaparecimento diante dos ritmos intensos de circulação das novidades e mesmo de instalação do novo. Seus registros, numa profusão de informações, perseguem a valorização do local, como um

“demarcar terreno” em situações próprias de movimentos de massificação de um mundo cada vez mais globalizado⁹.

O movimento feminista das décadas de 1960 e 1970 refletiu-se no volume das produções e publicações femininas, recheadas pelas denúncias dos mitos de determinismos biológicos da natureza das mulheres, assim como na recuperação de uma história com a presença do sujeito feminino, desconstruindo criticamente o pensamento patriarcal hegemônico na cultura ocidental. Nesse sentido, o trabalho em pauta buscou investigar se as mulheres que escreveram sobre as décadas de 1920 a 1960, fazendo-o num tempo distanciado do vivido, tiveram a percepção do peso dessa estrutura patriarcal e como se colocaram na relação com essa mesma estrutura.

Escritas dessa natureza são mais estudadas no âmbito da literatura ou da história da educação, sendo recente o seu uso como fontes nos trabalhos historiográficos. Se tomadas em seus aspectos literários – a escrita pela escrita em si – e entendendo-se a Literatura como uma “parte inalienável da Cultura”, resvala-se para a estreita relação de ambas com a História. Com isso, não se tem a intenção de “embaralhar a identidade das disciplinas”, mas inversamente, colocar em primeiro plano o respeito às especificidades de cada área do conhecimento, garantindo-se o lugar da perspectiva histórica que se volta para os pormenores, levando em conta simultaneamente as informações contidas nos escritos analisados, suas vinculações com o temporal e o sociocultural. Para investir nesse diálogo história e literatura, levou-se em conta o conceito de cronotopo – base promissora do pensamento bakhtiniano, utilizável na ressignificação do tempo e do espaço no aspecto histórico-literário e em toda a análise histórico-cultural das experiências em foco¹⁰.

Nas trilhas de Paul Rancière (2009, p. 52-54), vale lembrar a ênfase com que aproxima ficção e historiografia assim como a importância que atribui aos enunciados poéticos e literários que se avultam como feições constitutivas do real em vez de traduzir simplesmente reflexos do real. A revolução estética da crítica literária admite que a ideia de separação entre ficção e falsidade e a imprecisão de fronteiras entre “a razão dos fatos e a razão das ficções”, são possibilidades abertas para novos modos de interpretação.

⁹ Leonor Arfuch (*op. cit.*, p. 18-20) faz referência ao retorno da democracia na Argentina, fato ocorrido também em outros países que viveram algum tipo de abertura política nos anos 80, como o Brasil. Acrescenta ainda que, com a democratização das narrativas, a retórica, diferentemente da tradição clássica, deixa de ser um simples adereço da linguagem.

¹⁰ Ver M. Bakhtin (1981, 1998, 2010).

A noção de tempo implícita nas narrativas memorialísticas e nas produções romanescas, vistas numa multiplicidade de ritmos, de entrecruzamentos e superposições permitiu-nos alcançar um feixe de significados, facultando-nos uma via de interpretação pelo viés da razão, do pensamento, e outra pelo viés dos sonhos, da imaginação. De qualquer modo, a interpretação é uma re-invenção do real, do histórico, do retórico e do ficcional¹¹.

Graças às mudanças no estatuto das fontes históricas, a credibilidade dos discursos passa por um novo crivo da noção de verdade. Nesse novo contexto sociocultural, a verdade é vista em adequação às tendências dos sujeitos plurais e múltiplos. Para Calligaris (1998, p. 45), “ser sincero, autêntico, é um valor em si, em nada subordinado à verdade factual”, e escrever sobre si mesmo é hoje uma demanda cultural que pode trazer a verdade do sujeito atrelada à sua sinceridade. Entretanto, considerar a sinceridade como uma essência do sujeito que escreve significa ignorar a volubilidade e reveses próprios dos seres humanos¹². Portanto, referendar os escritos autobiográficos como provas incontestes da “verdade factual” é um procedimento impróprio tanto nesse caso como em toda e qualquer fonte histórica¹³. Desse modo, buscamos esmiuçar as camadas sobrepostas nos registros de fatos corriqueiros de vidas ordinárias, encontrar brechas e vazios e, numa leitura a “contrapelo”, garimpar sutilezas e evidências de peso na compreensão do objeto deste estudo.

A ênfase na escritura feminina e na crítica feminista levou-nos ainda a tomar por base as categorias experiência e subjetividade como importantes elementos de uma escrita autobiográfica. O conceito de experiência como categoria histórica prende-se à noção de espaço atrelada à de tempo, sem prescindir do enfoque

¹¹ Nesse sentido são importantes as contribuições de Gadamer (1997), Kosellek (2010), Ricoeur (2007 e 2010).

¹² Paul Rancière (op. cit., p. 52), baseando seus estudos na Poética de Aristóteles, informa que “fingir não é propor engodos, porém elaborar estruturas inteligíveis”.

¹³ Em a “A Ilusão biográfica”, Bourdieu (2002) discute a inconveniência e ingenuidade de se considerar o “eu” apresentado biograficamente como coerente e unitário. Giovanni Levi (2002, p. 180) aborda as contradições implícitas neste tipo de fontes, apontando as dificuldades que permeiam essa prática, as quais transitam desde as incoerências internas com relação às normas de cada sistema social até os embates do indivíduo dentro de seu próprio grupo. A posição deste autor afasta o peso das singularidades nas determinações inconscientes, estruturadas e estruturantes como defendidas por Pierre Bourdieu. Cf. também Levillain (2003); Borges (2006).

dialógico entre o novo e o antigo para se identificar os pontos de permanências e mudanças necessários à compreensão do enfoque pretendido¹⁴.

Perseguindo a trilha das experiências registradas pelas mulheres em seus escritos, buscamos traduzir perfis, subjetividades e formas de inserção nos espaços das suas convivências, trazendo à tona os diferentes lugares dessa presença feminina e as contrapartidas entre experiências e constituição de subjetividades, principalmente quando desenraizadas de modelos preexistentes. Conforme os estudiosos do feminismo, esse é um caminho promissor para a história das mulheres, abrindo novas oportunidades e novos espaços para o feminino, rumo às conquistas desejadas por esses sujeitos¹⁵.

Entre os múltiplos significados do termo experiência, interessam-nos aqui dois enfoques: a sua relação com memória-recordação, narrativas das vivências do sujeito feminino, de fatos que foram assimilados e podem ser rememorados e o diálogo que as mulheres estabelecem com conhecimentos apreendidos pela experiência dos outros, conhecimentos transmitidos e repetidos de geração em geração. Dessa forma, ancora-se no reconhecimento de continuidades ou correspondência de expectativas entre o passado e o futuro, o velho e o novo, entre a recordação e a esperança, aproximando-se de outros significados como “autoridade ou sabedoria prática”¹⁶. Esse enfoque ajuda-nos a entender um sem-número de táticas desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, no enfrentamento das adversidades próprias de alguns espaços, como que resultantes de saberes muito antigos.

Na esteira do pensamento da filósofa Fina Birulês (2007), e numa acepção contrária à anterior, a experiência pode ser tomada como o novo, o que chega provocando impacto na compreensão do acontecido, portanto significando o que não tem antecedentes e se revela de imediato, sinalizando descontinuidade e alteridade.

¹⁴ Segundo Koselleck (2010, p. 314), a chave “espaço de experiência” - “horizonte de expectativa” é necessária para se compreender os tempos modernos, considerando que as expectativas estão se distanciando cada vez mais das experiências recolhidas. Sobre o conceito de experiência, ver: Scott (1999), Birulês (2007), Thompson (1981), Benjamin (1994), entre outros.

¹⁵ Cf. Dias (1992 e 1998), Scott (1990 e 1999) e Rago (2002), dentre várias. Outros estudiosos da Cultura, a exemplo de Stuart Hall (2011, p. 44), apontam a força do feminismo nas mudanças conceituais a partir do final do século XX.

¹⁶ A filósofa Fina Birulês (2007), no texto *La memoria de la muchacha tracia. Notas sobre mujeres, filosofía y experiencias otras*, discorre sobre o termo experiência na tentativa de analisar a existência de uma tradição de pensamento filosófico feminino e, tomando por base a noção arendtiana de “tradição oculta”, ressalta o valor da “experiência” nos debates filosóficos contemporâneos. A origem latina do termo investe-o de um caráter processual, visto que significa provar, comprovar, mas também tentar, ensaiar uma prática para descobrir ou determinar um fato ou uma teoria. Contudo, no campo da Filosofia, a autora admite a necessidade de uma definição mais elaborada.

Se, no primeiro caso, se valoriza a “sabedoria prática” adquirida com a maturidade, há que se admitir que essa sabedoria não está isenta de surpresas diante das complexas relações que compõem os processos da vida humana ou da natureza em suas múltiplas faces de continuidades e descontinuidades.

Uma experiência traz a possibilidade de confronto do novo com o antigo, mas nunca se sabe se é o novo ou o costumeiro que se firmará. Foi nessa perspectiva de confronto e crítica que este trabalho analisou as experiências das mulheres, esmiuçando o novo e a tradição, evidenciando estados de conservação das estruturas vigentes ou outros de transformação e os sinais possíveis da desmontagem das crenças generalizadoras e das ideologias hegemônicas.

Portanto, usado em grande escala e presente no ato de narrar como linguagem comum, afirma-nos Joan Scott (1999, p. 47), já não podemos eliminar o conceito de experiência de nossas narrativas, desde que não seja banalizado nem tampouco prenda-se a ideias de reforço à essencialidade dos sujeitos. Desse modo, partimos do entendimento que, mesmo sendo a explicação de uma forma de sentir e de viver, o termo necessita de uma reinterpretação, levando-se em conta o jogo político que perpassa por todas as manifestações do sentir e vivenciar. Pensadas assim, as experiências das narradoras tornaram-se processos que foram aqui problematizados, historicizados e contextualizados, para trazerem luz às suas variadas acepções, tanto as herdadas por meio da família e da educação, quanto as que foram improvisadas por força das transformações sociais que chegavam às diferentes regiões da Bahia em que residiram. Espaços femininos foram revelados, refletindo as resistências das mulheres tanto nas improvisações do cotidiano – conforme assertiva da historiadora Maria Odila L. Silva Dias - como nos desafios enfrentados por cada narradora para garantir e publicar trabalhos que, de uma forma ou de outra, representaram enfrentamento às estruturas narrativas¹⁷.

Todas essas variantes fizeram com que as narrativas desembocassem numa imensidão de significados para onde confluíram temporalidades, valores e saberes em suas múltiplas dimensões. Dois aspectos da visibilidade dos escritos femininos foram considerados. Um ligado à existência das produções femininas, o que

¹⁷ As mulheres em seus papéis informais e múltiplos são o objeto dos estudos da historiadora Maria Odila da Silva Dias (1992 e 1995), uma contribuição inovadora à pesquisa historiográfica sobre mulheres e feminismos. Outros estudos sobre “experiência” são notáveis em Thompson (1981) e Benjamin (1994), dentre outros.

escreveram, como escreveram, como garantiram o direito de tê-las e guardá-las ou publicá-las, e outro que diz respeito às condições e possibilidades de publicação.

Publicar livros, na primeira metade do século XX, era tarefa muito difícil para mulheres porque além de enfrentarem a falta de reconhecimento e exclusão no mundo das letras, além do monopólio em que se fechavam os arautos da literatura nas academias de letras, enfrentavam ainda a posição das editoras que, presas às regras de mercado, preferiam corroborar com uma cultura de descrença nas potencialidades dessas produções¹⁸.

Dessa forma, muitas escritas femininas só encontraram espaço no último quartel do século XX, momento em que houve um crescente interesse do público leitor aliado às novas tendências mercadológicas. Entre as décadas de 1940 e 1960 poucas publicações foram encontradas, predominando, portanto, edições feitas entre 1990 e 2013, em gráficas de pequenos portes, localizadas principalmente nas cidades de residência das autoras e feitas com ônus para si próprias ou para suas famílias interessadas em preservar as memórias escritas. Poucas foram as que conseguiram algum “padrinho” ou empresa para o apoio financeiro no difícil empreendimento de publicar.

Na intenção de tornar audíveis e dizíveis vozes e sujeitos femininos desfavorecidos pela documentação oficial, a escolha das fontes não se prendeu às avaliações da crítica literária, mas buscou principalmente descortinar escritos que não foram divulgados ou não galgaram patamares de reconhecimento, devido às limitações de ordem material ou ideológica em cada contexto. Ou, ainda, levar em conta escritos feitos por mulheres comuns, que escreveram sem a intenção de “fazer carreira” no campo literário, sem a pretensão mesmo de ver seu trabalho divulgado. Entretanto, não foram excluídas algumas que se lançaram na prática de uma escrita como arte, produzindo obras de reconhecido valor pela crítica literária, a exemplo de Elvira Foeppel que foi comparada à Clarice Lispector.

Para o caso específico deste trabalho e diante da escassez de publicações no período em estudo, foram utilizadas outras fontes bem singulares e diversas, avultando-se em importância os manuscritos achados de uma escritora até então

¹⁸ Ver Guardia (2013); Duarte (2008). Queeiroz Júnior, no Jornal *Estado da Bahia* (17/01/1933), levantou a questão da presença das mulheres nas academias de letras, sugeriu que se retirasse o dístico “aqui é proibida a entrada de mulheres” e referiu-se ao monopólio da editora Francisco Alves no Rio de Janeiro, à época. (Arquivo Público da Bahia).

desconhecida e outros materiais como cadernos de anotações e produções jornalísticas de algumas narradoras. Na intenção de perceber a presença concreta da produção feminina, participação e visibilidade de narradoras e escritoras em seus contextos sociais, foram realizadas pesquisas em vários arquivos públicos do Estado da Bahia¹⁹. O recorte temporal aqui proposto permitiu-nos ainda uma contribuição da História Oral a partir da realização de entrevistas com autoras ou pessoas que conviveram com as autoras, relatos testemunhais, além de visitas “in loco” aos espaços descritos. Os processos-crimes ajudaram a compor quadros conjunturais das realidades apresentadas nos escritos das memorialistas-escritoras, principalmente no enfoque às vicissitudes e circunstâncias da vida nas regiões baianas. No contraponto, essas fontes, passando pelo mesmo crivo que as outras, vieram complementar informações e elucidar singularidades dos cenários e contextos presentes nas narrativas.

Detendo-se na análise dessas formas narrativas, este trabalho enfatizou as revelações de mulheres sobre si mesmas num determinado tempo e lugar, suas atuações no mundo privado, no mundo da porta de casa para fora e histórias diversas dos períodos vividos. As produções mostraram-se como canais de socialização dos assuntos do mundo feminino e também de denúncias das posturas e atitudes incômodas nas relações sociais ou nas relações de poder presentes no mundo privado. A par disso, observando-se as condições culturais e circunstanciais da sua escrita, com valores em geral presos ao conservadorismo, e considerando as especificidades da sociedade nordestina de duradoura permanência do patriarcalismo, a nossa observação manteve-se atenta aos fatos que acenassem para a compatibilidade ou rejeição aos usos normativos e costumeiros.

Dois exemplos de Palmira Fausto (2013) ilustram as mazelas dessa mentalidade de dominação. Conta-nos a autora que, na década de 1960, como em Caetité não havia fogão a gás, havia um rachador de lenha que prestava serviço regularmente em algumas residências. Muito respeitado, era esse senhor o Compadre Machadinho do seu pai. Esse trabalhador andou sumido depois que correu a notícia

¹⁹ Jornais pesquisados: No Arquivo Público da Bahia: Jornal *Correio de Ilhéus* (1929 e 1930), Jornal *A Tarde* (1969), Jornal *Estado da Bahia* (1933); no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas: Jornal *O Cinzel* (1913 a 1926), Jornal *O Pequeno* (1922 a 1924 – coleção completa), Jornal *O Riocontense* (1921-1922); No Arquivo Público Municipal de Caetité: Jornal *A Penna* (1925 a 1928; algumas edições de 1931; 1932; 1940 a 1942); Na Casa do Barão: Jornal *O Bem-te-vi* (1912 a 1914), Jornal *O Horizonte* (1918), Jornal *Filhinha* (1901).

na cidade de que a sua filha “havia se perdido”. Encontrando-o, por caso, cabisbaixo, olhos fixos no chão, o pai da narradora – Sr. Galdino – pressentiu o motivo e interpelou o amigo, conforme descreveu Palmira: “Compadre, é pelo que aconteceu com sua filha que o senhor está tão encabulado? Levanta a cabeça, compadre, me olha de frente. Isto está acontecendo com as professoras de anel no dedo”.

Ela própria comentou sua indignação quando o seu marido ia às festas, mas nunca em sua companhia e ainda a arreliava, cantando a música: “Eu e minha mulher/ Fizemos uma combinação/ Eu vou ao pagode, ela não vai não. / Sábado passado/ Eu fui e ela ficou/ Sábado que vem ela fica e eu vou.”²⁰

Num primeiro momento, o trabalho buscou identificar memorialistas e memorialistas/escritoras na seara da produção escrita, vislumbrando as articulações do tempo-vivido com o momento da escrita e os seus enfoques narrativos. Se algumas se centraram numa escrita de si propriamente, outras enveredaram por memórias de lugares e de pessoas que integraram suas convivências. Subjetividade, memória e produção de si, os caminhos trilhados nessa seara, a decisão de escrever e publicar memórias foram pontuados aqui, juntamente com a observação da posição das narradoras nos contextos locais e na relação com o nacional. O perfil traçado sobre cada uma ajuda-nos entender as visões de mundo das autoras.

Discutir as memórias autobiográficas, procurando deixar explícitos os imbricamentos do tempo subjetivo com o tempo histórico e mostrando a relação direta com o meio onde viveram as autoras e que foi palco dos seus conflitos e das suas lutas, foi o objetivo do segundo capítulo. Foram elucidados os desafios da vida sertaneja, as estratégias empregadas pelos sujeitos da pesquisa e por outras mulheres, situações de sobrevivência para algumas, no limite de suas precariedades ou situações mais humanizadas entre aquelas das classes remediadas ou mesmo abastadas. Aqui foram tomadas as vivências das narradoras especialmente das décadas de 1930 a 1960, embora sem delimitações rígidas. Essas trajetórias e experiências revelaram situações e circunstâncias, processos de formação, aperfeiçoamento e caminhos de superação do meio machista da vida sertaneja.

No terceiro capítulo, o enfoque recaiu sobre as transformações dos costumes, observadas e reveladas nas narrativas, considerando aquelas que escreveram sobre vários estágios de suas vidas, mostrando os estilos de cada geração e como se viram

²⁰ Fausto, (2013, p. 83-50).

imersas nas novas imagens surgidas nos contextos socioculturais do final do século XX. Essas escritas revelaram-se também abertas às transformações nos estilos de vida sertanejos, às alterações nos trajes e formas de comportamento, hábitos alimentares e outras mais diretamente ligadas aos mundos femininos.

As configurações que se estabeleceram em torno da formação e atuação das autoras no curso de magistério são discutidas no quarto capítulo. A feminização desses cursos, se por um lado abria possibilidades para as mulheres se adentrarem no espaço público, por outro, criava-lhes situações de aprisionamento frente aos mecanismos aplicados pelas instituições e legitimados pelas políticas autoritárias que perpassaram pelo período. Vistas como “profissionais da educação”, ficaram à mercê de uma ideologia perversa de exploração dos papéis femininos, em que as políticas do Estado Nacional legitimavam ações para uma educação feminina não emancipadora. As dificuldades na diversificação da formação profissional das mulheres e outras de ordem ideológica prejudicariam os interesses femininos de conquistarem igualdade de oportunidades, uma independência financeira e o reconhecimento social do seu trabalho.

O quinto capítulo centra-se nos romances confessionais, que reúnem aspectos da vida real permeados por elementos ficcionais em que transparecem outros níveis de sensibilidades e de imaginação. Atentamos para as vinculações ou posicionamentos críticos dos sujeitos femininos nos seus espaços de sociabilidade e buscamos confrontar processos históricos com os fatos contados, ficcionais ou imaginários sob formas específicas de escrita romanesca e de romances autobiográficos. Esses romances, na perspectiva da crítica feminista, dão a ver os quadros da inserção das mulheres em temporalidades e distintos espaços da Bahia.

CAPÍTULO I

“OS MATIZES DA ALVORADA JÁ COBREM A TERRA DE LUZ... PEGO O SOL COM A MÃO”: MULHERES BAIANAS EM ESCRITAS DE MEMÓRIAS E FICÇÕES

CAPÍTULO I - “OS MATIZES DA ALVORADA JÁ COBREM A TERRA DE LUZ... PEGO O SOL COM A MÃO”: MULHERES BAIANAS EM ESCRITAS DE MEMÓRIAS E FICÇÕES

Peço-lhes que escrevam todo tipo de livros, não hesitando diante de nenhum assunto, por mais banal ou mais vasto que seja. (...) Se quiserem agradar-me, podem escrever livros de viagem e aventura, e pesquisa e estudo, e história e geografia, e crítica e filosofia e ciência.

Virginia Woolf. *Um teto todo seu*. 1985, p. 142.

Maria Lúcia Prisco Novato, autora de *Arquimimo* (1997), uma das fontes deste trabalho, usou como marco inicial da sua escrita as seguintes palavras: “Toquei papel na máquina, e as lembranças foram saindo, que nem chusma de abelhas assanhadas”²¹. Nesse livro a autora escreveu memórias, primeiro relatando fatos numa estreita ligação com as suas vivências; depois, na segunda parte, narrou a mesma história e, mantendo o estilo autobiográfico, acrescentou personagens e elementos ficcionais em sua narrativa.

Arquimimo é um protótipo de escrita autobiográfica que, a exemplo de tantas outras, configura-se como lugar privilegiado para o exercício da memória, portanto para trazer lembranças individuais, espontâneas, lembranças comunitárias e de grupos familiares, e lembranças outras provocadas pelas mais inusitadas situações, fazendo da literatura memorialística um canal muito promissor no estudo de sutilezas do cotidiano.

A análise desse trabalho levou em conta o lugar das mulheres ao escreverem memórias e os seus ângulos de observação, visto que elas, segundo estudiosos, quase sempre excluídas das dinâmicas do mundo público, participavam com inteireza do mundo da “casa” e de seus prolongamentos políticos, a exemplo das associações de caridade. Assim acumulavam todos os conhecimentos que, por tradição, se iam passando de geração em geração, embora essa situação tenha se modificado com a disseminação do aprendizado da escrita, que trouxe outras formas de transmissão dos saberes, como sejam correspondências, diários e cartões-postais, dentre outros²². É bastante elucidativa a forma como Palmira G. A. Fausto, em seu livro *Cartas na mesa... hora de recordar* (2013, p. 76) se expressou acerca da sua relação

²¹ (NOVATO, op. cit. p. 8).

²² Perrot (1989); Bosi (1994); Thompson (1992); Irigaray (2002).

com a escrita: “À proporção que vivemos, deparamo-nos com fatos inusitados, com situações inesperadas que confirma (sic) a afirmativa: a pena do escritor tem limite. O quotidiano não. Pura verdade!”

A ideia de distanciamento entre autor e personagem aparece na pauta das preocupações dos estudiosos e nesse sentido assinalamos que as narradoras quase sempre escreveram as suas memórias e vivências em momentos distanciados do ocorrido, quando mudanças já se haviam operado nelas próprias, além das contingências e especificidades do lembrar²³. Enquanto está sendo articulada e elaborada para ser escrita, a memória sofre oscilações e titubeios e nesse momento ocorre o processo de escolha de uma posição que pode estar ligada a uma verdade pessoal ou à verdade de um grupo²⁴.

Dessa forma, não se pode acreditar numa neutralidade presumida do ato de escrever memórias. Outrossim, se as sociedades modernas se adiantam na perspectiva da intimidade, da visibilidade de imagens individuais, ficam autorizados os discursos mais informais e mais próximos do mundo das emoções e dos sentimentos. Essas mesmas sociedades dão o tom da aceitabilidade dos discursos e imprimem mecanismos de autorregulação na identidade do autor e personagem, levando-o a buscar o equilíbrio entre a espontaneidade de expressão e a contenção de si²⁵.

O ato de escrever memórias não se pauta apenas na rememoração entendida na simplicidade de quem traz à consciência um fato pretérito vivenciado antes do momento da lembrança, mas exige ações que vão da lembrança “pura” a tantas outras filtradas, omitidas intencionalmente ou simplesmente esquecidas. A respeito do tipo de memória que se impõe no momento da revelação, se memória individual ou memória social, Eclea Bosi afirma que a forma mais correta de sabê-lo é através da

²³ Bosi, Eclea. *Memória e Sociedade - lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (p. 55) aborda a questão do distanciamento e mudanças operadas no sujeito no momento da escrita. Muitos são os trabalhos que discutem as especificidades da memória e dentre outros lembramos Le Goff (1992), Pollak (1989), Ricoeur (2007) além de Halbwachs (2006).

²⁴ Cf. Michael Pollak (1992, p. 202) nos diz ainda: “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. [...] A memória sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”.

²⁵ Além do *Le pact autobiographique* de Lejeune (1975), as tendências da modernidade e suas implicações sobre a escrita e produção de si, são comentadas, dentre outros, por Levillan (2003), Calligaris (1998), Arfuch (2010) e Delory-Momberger (2012).

autobiografia do sujeito, pois o narrar sobre a própria vida “é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória”²⁶.

Ao lembrar fatos da infância, uma pessoa de mais idade pode reter uma imagem construída pelos materiais que estão à sua disposição “no conjunto das representações que povoam a sua consciência atual”, ou seja, no momento da escrita. Assim, no ato de rememorar acontece uma mudança interna na pessoa que pode ver com outros olhos aquela experiência do passado. Acrescente-se a isso que os modos de registros dependem da condição social de cada autora e do seu lugar na família e na sociedade. Dessa forma, o que interessa não é perseguir a ideia de “verdade pura”, mas centrar-se “no que foi escolhido para perpetuar-se” numa história de sua vida²⁷.

No entanto, o fato de estarem suscetíveis aos tênues limites entre a lembrança e a criação, às vezes indivisíveis para quem relembra, não diminui o valor das memórias escritas, principalmente quando a intenção é perseguir as diferenças entre as gerações de mulheres narradoras de classes sociais diversificadas.

Podemos pensar “geração” como um grupo de pessoas que têm idades aproximadas, por isso mesmo vivenciaram acontecimentos e mudanças históricas, compartilhando experiências em algum momento²⁸. Para Sirinelli (2002), um grupo se torna uma geração quando, por um “acontecimento inaugurador”, consegue se sustentar numa identidade autônoma²⁹. Entretanto, é preciso entendê-la principalmente como uma “escala móvel de tempo”, o que permite lidar com “as respirações do tempo” e acompanhar as variações articuladas aos setores econômicos, sociais ou culturais ou aos acontecimentos. Esses setores não avançam no mesmo ritmo, daí porque falar em geração-padrão exige cautela. Se no século XIX se atribuí a existência de três gerações num mesmo século, essa realidade não se aplicaria ao século XX, em que o compasso das mudanças diminuiu muito o espaço intergeracional; gerações “curtas” ou gerações “longas” serão definidas pela frequência dos “acontecimentos inauguradores” que são naturalmente irregulares. Daí porque, o conceito de geração, como medida de tempo, precisa de elasticidade³⁰.

²⁶ Bosi, (*op. cit.*, p. 68). Grifo da autora.

²⁷ Idem, idem, p. 37,55. Ver também Perrot (1989).

²⁸ Muitos estudos abordam essa questão, como os de Britto da Motta (2010), Pedro (2005), Weller (2010), dentre outros.

²⁹ Sirinelli, (2002, p. 133).

³⁰ Sirinelli, (*op. cit.*, p.133).

Se atentarmos para eventos “inauguradores” como dito acima, e considerando que os sujeitos da pesquisa, quase todos, estão concentrados na região do Alto sertão da Bahia, afigura-se-nos a reinstalação da Escola Normal de Caetité, em 1926, como um desses momentos. É evidente o vínculo de grande parte das narradoras com essa escola de formação. Ali era um espaço de sociabilidade em que os grupos se formavam em função de interesses comuns e de acordo com a posição que ocupavam na instituição. Entre as narradoras, três nomes engrossaram o quadro docente daquela escola desde a sua fundação e outras nove foram estudantes em períodos diferenciados, mas a uma distância temporal que permitiu uma certa contemporaneidade na convivência entre algumas³¹.

Assim, de forma pouco rígida e intercambiável e considerando-se vivências que perpassam, no mínimo, por quatro décadas até meados do século XX, as fontes apontam a presença de mulheres identificadas com características específicas da geração de 1920/30 ou da geração 1950/60, com incursões pela década de 1940 feitas por aquelas que ocuparam espaços de tempo intermediários.

Nessa perspectiva e tomando por base as memórias escritas, buscamos entender como as mulheres escritoras perceberam as mudanças de uma geração à outra, como se viram nesse processo, qual o impacto do novo em suas vidas em momentos diversos e como registraram nuances de tempos e espaços próximos e distantes. Buscamos, ainda, alcançar a relação tempo-memória-narrativa, sem desconsiderar a complexidade do “eu” que escreve, imerso numa teia de significados em que cada uma/um atua como sujeito histórico, mas também como ser social na dialética com vários outros atores no mesmo jogo.

O surgimento e proliferação das Escolas Normais e suas influências desencadearam entre as jovens estudantes desejos próprios e formação de individualidades conquistadas a duras penas, quando se esperava delas posturas e comportamentos atrelados às exigências familiares. Escreveram, portanto, como sujeitos femininos e na perspectiva da sua historicidade. No registro de trajetórias longas, dão a ver as características de novos grupos com quem estabeleceram

³¹ Até a década de 1920, poucas eram as escolas para formação de professoras/es no interior da Bahia, estando entre as primeiras as de Barra, Ilhéus, Caetité e Feira de Santana. Essas duas últimas surgiram do projeto da Instrução Pública do Estado por influência de Anísio Teixeira e é inegável o grande significado de todas elas no desenvolvimento sociocultural do Estado.

diferentes níveis de convivência. O desafio, portanto, é considerar um tempo múltiplo para perceber, em cada história de vida, as suas muitas faces.

As nuances de diferenças ou semelhanças intergeracionais serão mostradas no terceiro capítulo. Por ora continuemos abordando atributos da memória, as motivações para o ato da escrita e os enfoques escolhidos pelas narradoras.

1 - Memórias, matérias-primas das narrativas: “De repente, elas surgem em avalanches”

Figura 1 - Foto ilustrativa dos livros de memórias

Estudiosos da memória têm pontos de vista convergentes ao dizerem que as lembranças são induzidas pela situação do momento da escrita e estão sujeitas às alterações por que passam as pessoas ao longo dos anos, com ideias e juízos de valor aprendidos e acumulados nos percursos de suas vidas.

Historiadores, filósofos, sociólogos e outros estudiosos têm se debruçado sobre a questão da memória, buscando evidenciar o status de prioridade ou preponderância de critérios seletivos entre os diferentes tipos de memórias. Halbwachs³², em seu conhecido trabalho *A memória coletiva*, assevera que o relembrar é um ato que se prende às experiências das pessoas em sociedade, mesmo que seja uma lembrança em que apenas um indivíduo esteja envolvido e mesmo sem precisar da presença de outros testemunhos concretos. Quem lembra, pode apresentar-se como “o ser sensível”, o que viu e “o eu que realmente não viu”, mas que formou opiniões sobre o

³² Halbwachs, (2006, p. 29-30).

ouvir dizer e, assim, apoiadas em outros testemunhos, as lembranças se revestem de maior confiabilidade. É ilusão acreditar que alguém sozinho possua originariamente uma lembrança, porque, quando pensamos que estamos sozinhos, nossas reflexões e pensamentos estão atrelados a este ou àquele grupo. Se a memória individual utiliza referências dadas pela sociedade, ela, portanto, nunca está completamente encerrada em si mesma³³.

Palmira G. A. Fausto, (2013, op. cit., p. 19) expressou o sentimento experimentado diante da sua escrita de memórias: “Sinto-me como se caminhasse por corredores escuros, profundos, vasculhando todos os cantos do meu cérebro, à procura de lembranças que brincam de esconde-esconde comigo. Mas insisto em alcança-las. De repente, elas surgem como avalanches”

Nessa direção, Halbwachs (2006, p. 73) aponta a existência de duas memórias: uma pessoal, como manifestação interior, e outra, a memória social, com prevalência dos aspectos externos, identificadas respectivamente como memória autobiográfica e memória histórica. A segunda, bastante abrangente, é “tomada de empréstimo” pela primeira e possui como característica principal o fato de ter passado por elaborados processos de interpretação/mediação por especialistas da historiografia. As duas não se confundem³⁴.

É significativo ainda considerar que as lembranças variam de intensidade conforme as circunstâncias e o peso dos sentimentos das pessoas que lembram. A reconstrução deve funcionar a partir de dados comuns existentes em cada uma e também nas outras e assim a lembrança poderá ser concomitantemente “reconhecida e reconstruída”, abarcando um grande espectro de dados e conhecimentos³⁵. Joana Comandaroba (1997:9) revela aos leitores do seu texto o sentimento que a motivava no momento da escrita: “Procuro no esfumado do tempo, os desbotados fatos e as esmaecidas figuras, algumas gravadas, indelevelmente, na tela da imaginação, quando os dias de infância e de juventude escoaram felizes e despreocupados”. Dias de infância e juventude que, aliás, já se iam longe, para quem nasceu na segunda década do século XX.

³³ Idem, p. 72.

³⁴ Idem, p.73.

³⁵ Ricoeur (2007), com base em Bergson, aprofunda estudos sobre memória e história, contrapondo suas ideias às de Halbwachs.

As expressões utilizadas - “esfumado do tempo”, “esmaecidas figuras”, “tela da imaginação” - sugerem que o ato de lembrar, de ativar a memória traz a ideia do esquecimento, que é o ponto crítico e o maior desafio à confiabilidade da memória. Segundo Ricoeur, na dialética memória-esquecimento há muitos “desfiladeiros” que devem ser explorados e vencidos até se chegar à linha do horizonte na proposição da fusão de horizontes, como ensina Gadamer (1997). É o que faculta a superposição das camadas de memórias e a ideia de nível de profundidade que pode levar à compreensão da complicada noção simultânea de presença, de ausência e de distância de quem recorre à memória³⁶.

Essa é a forma de lembrança de Joana quando procurou suas lembranças no “esfumado do tempo”, podendo paralelamente ativar o reconhecimento pela simples memorização, como fez ao narrar as suas primeiras impressões sobre o Rio São Francisco, quando, com 08 anos de idade (1922), chegou à cidade da Barra:

...Rio cheio... [...] entramos pela boca da barra e minutos depois navegávamos pelo majestoso São Francisco, às 9h30, aportávamos na famosa cidade da Barra. O casario se derramava pela margem esquerda do grande caudal... um pedacinho de cais, sobrados (casas montadas em cima das outras), rio quase à beira das casas, lampiões em cada esquina com iluminação a querosene³⁷.

Afastando a pretensão de domínio absoluto sobre todas as reminiscências, é possível debruçar-se sobre os “desfiladeiros” da memória, chegando-se a resultados de sutis interpretações. Interessante o ponto de vista de Palmira Guanais de A. Fausto, com o seu *Cartas na mesa – hora de recordar* (2013, p. 5), expresso assim: “Dizem que quando minha memória falha, eu apelo para a criação. Mas, acreditem: tudo que eu escrevo é baseado em experiências passadas, vivenciadas ou contadas por pessoas confiáveis”.

Há, portanto, uma predisposição das narradoras em serem fiéis às suas lembranças. Acreditam e afirmam a coincidência entre fatos narrados e realidade, como nos exemplos seguintes:

³⁶ Ricoeur, (2007, p.73; 424), refere-se a “esquecimento de reserva”, que deixa emergir pequenos rastros e afasta o temor da amnésia. No oposto a esse tipo de “esquecimento”, continua o autor, há a “sobrevivência de imagens”, quando o reconhecimento se dá com base apenas na lembrança-memorização e fora da conjuntura do fato, fazendo com que haja uma sobreposição da imagem evocada no momento à imagem trazida pela psique e presa à primeira impressão gravada na mente.

³⁷ Comandaroba, (1997, p. 21).

- “No presente livro, há uma história de vida, tirada da própria vida, de 81 anos de existência”³⁸.

- “Trata-se de contos reais da minha vida, exceto alguns nomes de pessoas e lugares que foram substituídos para não criar situações exdrúxulas (sic) e evitar melindres de personagens vivas ou de familiares daquelas falecidas”³⁹

(...) livro singelo e significativo, mas grande no seu conteúdo, principalmente por se tratar de história real nos seus menores detalhes. Até as palavras lembradas citadas na obra, foram as mesmas faladas na época⁴⁰.

Há, ainda, memórias feitas na intenção de registrar o mais recôndito do “eu” para brindar uma pessoa muito querida, a exemplo de Silva (1993, p. 9), escrevendo pelo aniversário de 10 anos da filha, tencionando brindá-la com informações sobre fatos, notícias e valores próprios de um outro lugar e uma outra época.

Ana Francisca Guanais A. Rochael (2006) escreveu para mostrar o que é possível fazer nos cuidados a uma filha com as limitações da Síndrome de Down, para “auxiliar as famílias que enfrentam o mesmo problema”. De forma animadora e otimista, apresentou os progressos e habilidades da menina ao longo do seu crescimento. Essa escrita encerra um feixe de sensibilidades femininas ao pensar e projetar o outro, tanto na posição de quem é ajudado como na de quem presta ajuda⁴¹.

Entre a impossibilidade de “lembrar tudo” ou “não esquecer nada” há o reconhecimento da simultaneidade lembrança - esquecimento ao longo da vida, condição que perpassa pelas narrativas memorialísticas. Nessa confluência, é importante considerar que as autoras buscam um ponto de equilíbrio norteador tanto nas memórias individuais como nas coletivas. Marieta L. Gumes, na apresentação do seu *Algodão de Seda* (1975b), asseverou que a escrita pode ser feita “à mercê de impulsos que o coração controla”, mostrando-nos mais um aspecto das reminiscências, em que se tece pelos fios da memória, é feito sob vigilância e freios da censura interna de cada uma, além do caráter de seletividade que é inerente a esse processo⁴².

³⁸Idem, idem, p. 9.

³⁹ Teixeira, (1995, p. 7).

⁴⁰ Silva, (1992, p. 7).

⁴¹ Rochael, (2006, p. 27). Esse livro, além de proporcionar uma leitura agradável e divertida, encerra um valioso propósito educativo e promove a valorização da sagacidade e inteligência observadas a partir de parâmetros diferentes dos convencionais.

⁴² Segundo Pollak (1989:13), “a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem número de contradições e tensões”, o que não é diferente das memórias coletivas a serviço da constituição de uma determinada ordem social.

Ecléa Bosi, numa análise profícua sobre a “memória de velhos”, e ancorada em contribuições teóricas da Sociologia e da Psicologia Social, explicita as muitas possibilidades do lembrar (ou do esquecer), a exemplo da *convencionalização*, entendida como uma lembrança que foi evocada e remodelada de acordo com as ideias e valores dos grupos de pertencimento. Sua observação remete à possibilidade de uma construção social da memória, atrelada a “universos de discurso e de significados” próprios de ideologias e estereótipos. De outro modo, “a memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto que se repete sempre e a inteligência que é capaz de inovar”⁴³.

Interessa-nos pensar que “a lembrança é a história da pessoa e seu mundo enquanto vivenciada”, o que é compatível com a noção de experiência como manifestação de vivências, sem excluir o elo com o mundo e a história. Esse é um modelo que admite as mutações próprias da pessoa e intercâmbios das reações pessoais com as sociais⁴⁴.

Com o texto autobiográfico, a análise pautou-se não apenas na “representação” de um/uma autor/autora que deseja apresentar uma identidade consolidada ou como mera “invenção” de subjetividade engendrada na elaboração da narrativa, mas como o lugar em que essas duas faces se fundem na produção da escrita do “eu”, de forma a criar concomitantemente uma identidade para o autor e para o seu texto. Assim, numa via de mão dupla, vai-se engendrando o conteúdo de uma existência e buscando imprimir valor e significação ao ato autobiográfico⁴⁵.

Se as autobiografias foram utilizadas para engrandecimento de uns poucos ilustres ao longo de séculos, aqui elas representam histórias de mulheres comuns e são tomadas na intenção de fazer emergir produções femininas valiosas para estudiosos e pesquisadores de realidades socioculturais específicas e que podem trazer pistas novas para o trabalho de interpretação e compreensão de intrincados processos históricos. Elas dão espaço a que vozes plurais se tornem audíveis a partir da escrita autorreferencial, pautada em fatos de toda ordem: há produções que

⁴³ Bosi, (op. cit., p. 68).

⁴⁴ Idem, idem. É valiosa a contribuição de Bosi, com análises pormenorizadas sobre o estatuto da memória, assim como os estudiosos da questão, a exemplo de William Stern, no caso citado.

⁴⁵ Caligaris, (1998, p. 49).

discorrem sobre a infância e outros estágios de vida, há as que enfocam crenças, autorrepresentação identitária ou reiteração de diferenças, inconstâncias do ser⁴⁶.

2 Escrever memórias: “Lembrar e relembrar... deixar solta a memória”

Diversas e interessantes foram as motivações das memorialistas e escritoras para a empreitada da escrita. Palmira Guanais A Fausto confessa se sentir imbuída de muita liberdade nessa empreitada: “Lembrar e relembrar... Deixar solta a memória, percorrer os labirintos do cérebro e voltar a fatos ocorridos na infância quase remota, na adolescência já distante, na maturidade mais próxima. Jogar os demônios pra fora, sem censura, livre, de maneira irreverente, sem medo, nem culpas”⁴⁷.

Algumas, mais ligadas à funcionalidade social e histórica, manifestam um desejo de perpetuar histórias e legados de família, realçando valores muito caros, como Marieta Gumes, em seu livro *Caetité e o clã dos Neves*:

A meus netos, que vivem uma época em que há verdadeira inversão de valores, onde a velhice é confundida com o demérito das cousas inúteis. Para que se mirem nos exemplos de verdadeira beleza moral e intelectual que os nossos antepassados lhes legaram!⁴⁸.

Pessoas mais velhas têm um cabedal de lembranças que dão a ver imagens de gerações anteriores, num extenso recuo, quando a narradora registra fatos contados por seus pais e avós. A memorialista Maria de Lourdes S. C. Galvão (1988, p. 27), percorrendo acerca de sua família e sua terra - Condeúba, alto sertão baiano, década de 1940 - descreveu o que a mãe contava sobre o estilo de vida do avô materno e as formas de convivência na fazenda, abarcando, assim, um período de 3 gerações anteriores à sua própria.

Poder-se-ia pensar que os velhos têm maior disponibilidade para recorrer às lembranças porque estão vivendo a época do descanso depois de longos anos trabalhados, ao contrário dos adultos em idade ativa, que quase nunca exercitam a relembração, ocupados que estão com as lidas do dia a dia, com tensões e contradições que os absorvem completamente. À noite, usufruindo do descanso, o rememorar mais parece fuga ou lazer, o oposto da sua realidade concreta, o oposto

⁴⁶ Esses aspectos são inerentes ao espaço biográfico, segundo Arfuch (2010, p. 254).

⁴⁷ Fausto, (*op. cit.* p. 5).

⁴⁸ Gumes, (1975a, p.11).

da sua vida prática. Os velhos, no entanto, já vivenciaram experiências de outras épocas da sociedade, já viram o desenrolar de fatos comuns ou inusitados, já acompanharam as histórias familiares, portanto lembram e narram com a autoridade de quem tem bases sólidas para falarem do passado. Mas, muito mais que isso, os velhos, através dessa memória, exercem uma “função social”, cujos tons remetem a aspectos culturais e sociais de grande peso. Os velhos, por possuírem uma memória mais “amadurecida”, transmitem-na como sujeitos conscientes do seu papel⁴⁹.

Mulheres mais idosas agem corajosamente quando resolvem “escrever” sobre si mesmas, fazendo confidências no papel, e isso, não por se sentirem relegadas a um segundo plano, mas por acreditarem na validade dos seus escritos, seja para grupos limitados, seja para familiares ou para o público geral. A memorialista Joana Comandaroba (1997, p. 3), após lecionar em localidades da região e muitos anos na sua cidade, preocupou-se em ampliar a visão de mundo dos seus ex-alunos, com informações de outras culturas colhidas em suas viagens, por isso as escreveu como “um meio de promover a reflexão sobre a realidade cultural da sua terra e incentivo ao intercâmbio com outros povos”. Sua escrita traz informações significativas sobre aspectos socioculturais, políticos e econômicos de sua região e do mundo.

Áurea Costa Silva, justificou, no início do seu livro *Luz entre os roseirais* (1992, p. 3) escrever para homenagear seu berço natal –Caetité – seus familiares e conterrâneos vivos e falecidos. Sua memória selecionou momentos festivos da sociedade caetiteense em diversos relatos, entre os quais a “Santa Missão” de 1912, rituais de festas natalinas, de missas festivas, apresentação de “Ternos de Reis” na “Casa da Chácara”⁵⁰ em 1915 e a participação na romaria de Caetité a Bom Jesus da Lapa, feita a pé, em 1917.

Há estudos que privilegiam a dimensão afetiva da escrita memorialística de mulheres⁵¹, ligando-a a atitudes nostálgicas e saudosistas de um tempo que lhes escapa como algo irrecuperável. Marieta Gumes experimentou essas emoções no seu livro *Algodão de Seda* conforme deixou escrito:

... o motivo que me levou a escrever um episódio da minha infância, foi, simbolicamente, o imponderável veículo que me transportaria para o meu

⁴⁹ Bosi, (op. cit.: 38-60).

⁵⁰ Esse casarão do início do século XX está em processo de restauração para abrigar a sede do Museu do Alto Sertão Baiano - MASB, um projeto da Universidade do Estado da Bahia em parceria com outras instituições, já em fase avançada de execução.

⁵¹ Lacerda, op. cit., p. 64.

mundo de lembranças onde, levemente embalada pela maciez de suas sedosas fibras, planando ao sabor do vento brando das recordações, ora aportaria num vale, onde as esperanças da verde infância espalham-se em risos e canções pueris; outras vezes, descendo às profundezas abissais da saudade, envolvia-me em doridas reminiscências que pareciam adormecidas, sepultadas⁵².

Assim expressou o significado da escrita das suas memórias como um recurso à sua satisfação pessoal, apegando-se à imaginação para recordar a infância e contemplar outras pessoas que viveram o mesmo período.

É corrente que muitas escreveram para buscar a companhia agradável da pena que provoca ânimo e alegria no ato de rememorar e escrever. Ou ainda para se sentir útil, preservar a memória da família, evitar esquecimentos danosos na tomada de decisões ou prejuízos para a memória local ou regional. Porém, neste trabalho, a investigação se voltou para as especificidades do mundo feminino presentes nas memórias, o que aparece nas narrações como atitudes, atividades e relacionamentos propulsores de canais de formação ou aperfeiçoamento de mulheres nos embates das suas vivências. Narrações que refletem estratégias femininas para contornar ou vencer obstáculos surgidos nas dinâmicas cotidianas. Narrações que buscam não só reconstruir imagens do passado, mas colocar o sujeito feminino na posição de quem pode contrapor exigências antigas aos anseios de renovação presentes entre as gerações de mulheres.

A proliferação das escritas autobiográficas publicadas principalmente no final do século XX, entendida como “o fenômeno do memorialismo”, pode ser pensada no contexto da reconfiguração da sociedade brasileira, a partir dos desdobramentos de uma política econômica mundial, cujos reflexos foram se infiltrando nos mais distintos espaços e setores das atividades humanas. O movimento de massificação cultural desencadeado pelos meios de comunicação, aliado a situações concretas postas pelos interesses do capital internacional, reduziu a capacidade de integração humana sob a tutela de instituições sociais, políticas e econômicas, fazendo recair sobre as pessoas a responsabilidade de encontrarem em si próprias os estímulos e a força para atuarem em seus espaços sociais⁵³. Essas circunstâncias, também presentes na

⁵² Gumes, (1975b, p.1).

⁵³ Christine Delory-Momberger (2012) analisa a questão do “espaço biográfico” sob o ponto de vista antropológico, histórico e social, numa abordagem que privilegia o contexto da chamada modernidade avançada. Se a psicanálise busca a reterritorialização do sujeito em seu novo lugar social, apontando as múltiplas formas de subjetivação, segundo Arfuch (2010, p.20), outros campos do conhecimento discutem questões relacionadas. Em sua análise dos dilemas da subjetividade contemporânea, insiste

região em foco, promoveram mais intensamente os processos de individualização e subjetivação das mulheres e de alguma forma interferiram na decisão da escrita.

Há que se considerar que o gênero autobiográfico, como “artefato cultural” próprio à forma de organização de experiências subjetivas, também teve o seu status alterado e ampliado. Se as práticas educativas institucionalizadas representam alicerces das formações sociais, elas agora passam por processos de “desregulamentação” das instituições, principalmente a partir do último quartel do século XX, permitindo que novos espaços de informalidade e outras interferências passem a atuar na formação dos sujeitos, descaracterizando, em certa medida, a prevalência dos mecanismos de formação tradicionais⁵⁴. Essas condições são propícias à formação de sujeitos múltiplos paralelamente ao desenvolvimento de individualismos, de cujo contexto emergem as variadas formas de individualização, estando a literatura autorreferencial entre as suas manifestações.

Se pensarmos que as exigências da modernidade influenciam as pessoas a buscarem formas de organização e arquivamento das evidências do seu dia a dia, é plausível que escrevam memórias e arquivem dados, dos quais possam lançar mão nos embates sociais. Sendo assim, “o arquivamento do eu não é uma prática neutra”. É sim, o momento em que a pessoa tem a oportunidade de apresentar-se a si mesma segundo os seus valores e como ela gostaria de ser vista. É como se, arquivando a própria vida, estivesse simbolicamente preparando o “próprio processo”, ou seja, reunindo os registros necessários a uma defesa futura, protegendo-se contra as representações díspares que os outros farão de si. É como se estivesse escolhendo e garantindo o seu modelo de identidade. Assim, segundo Artières (1998, p. 31), “arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”.

Segundo Leonor Arfuch (2010, p. 20), a democratização das narrativas e a proliferação de biografias e autobiografias tiveram impulso em territórios que vivenciaram o retorno da democracia em meados de 1980, refletindo o crescimento

que, no horizonte cultural e principalmente na Antropologia e Semiótica, tendências à autorreferencialidade -“as tecnologias del yo del si mismo”- afetam os hábitos e costumes tanto quanto as produções literárias, artísticas e midiáticas.

⁵⁴ Estudos de Bauman (1998) e Dubet (1998) tratam especificamente dos rumos da educação nos últimos 30 anos. Dubet (1998, p. 27) diz que a “desinstitucionalização” designa o modo de produção dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, mas esse processo é gradativo e, no que se refere às escolas elementares, prevalece o modelo da instituição. Entre os estudiosos das influências da pós-modernidade estão Hall (2011); Delory-Momberger (2012); Arfuch (2010).

do individualismo e o surgimento de uma pluralidade de vozes, sujeitos e subjetividades cooptadas pelas demandas da nova ordem. Maria José Motta Viana, ao estudar a escrita memorialística de mulheres brasileiras, constatou o crescimento do volume dessa produção na década de 1980. Também atribuiu o fato à influência das transformações “bruscas e radicais” implementadas entre os anos de 1960 e 1980, por força de reflexos dos jogos de poder políticos e econômicos, que suscitaram nas pessoas a necessidade de novos posicionamentos. Com as novas demandas sociais e os apelos da tecnologia, o indivíduo passou a ocupar um “lugar ambíguo” onde a identidade de cada um é filtrada pelo olhar do outro, “mas um olhar mediado por lentes diversas”⁵⁵. Esses fatores, sobretudo a evolução tecnológica, favoreceram a concretização dos trabalhos de memórias. Segundo Viana:

[...] as brasileiras se insurgem com suas escritas memorialísticas, tentando recompor os mosaicos de suas vidas para recompor a si mesmas pelo caminho do olhar-se e do entregar-se ao olhar do outro. Trazem assim uma profusão de estilos e formas em que se percebe menor a preocupação de criar uma literatura feminina e maior a tentativa de se compreender e se reestruturar numa sociedade mutante. O que resta a perseguir e o que se busca é ainda a posse da palavra, a apropriação do discurso, a liberdade de falar, fazendo-se ouvir, não importa que da sua marginalidade ou do seu despedaçamento discursivo. Importa mesmo é marcar o seu lugar⁵⁶.

Na Bahia, o memorialismo feminino inscreve-se nessa mesma conjuntura, abrindo espaço para que as vozes das baianas memorialistas emergjam em narrativas voltadas não só para seus processos de individuação, mas também para a memória local em fortes laços com o regional e o nacional.

3 Memórias e narrativas: enfoques e opções de percurso

As fontes pesquisadas deixaram entrever não só as formas como os sujeitos femininos leram e ressignificaram suas trajetórias particulares, mas também as múltiplas possibilidades de outros percursos em processos históricos e culturais mais abrangentes; mostraram as posições ocupadas pelas mulheres em seus círculos de convivência e as condições materiais de que dispunham em seus projetos, permitindo evidenciar as diferenças de classes sociais entre elas.

⁵⁵ Viana, (1995, op. cit., p. 41).

⁵⁶ Viana, (op. cit. p. 43).

Com base num critério inicial - o nascimento das autoras - convencionou-se considerar as nascidas no início do século XX, no período entre 1904 e 1942⁵⁷, que foram agrupadas no conjunto abaixo com o intuito de promover a divulgação e o conhecimento de tais trabalhos, além de evidenciar as presenças femininas nem sempre consideradas nas fontes históricas. O quadro abaixo ilustra o conjunto dos livros inventariados.

Quadro 1 – Memorialistas e memorialistas-escritoras em foco

Autora - (local-nascimento/data)	Título	Edição-Editora (local/data)
SILVA, Áurea Costa. Caetité-Ba, 1904	Luz entre os roseirais	RJ:Cia Bras. Artes Gráficas, 1992
SANTOS, Helena Lima. Livramento-Ba, 1904	-Município de Caetité - -Caetité pequenina e ilustre	- Salvador-BA: Imprensa Vitória, 1954. -Brumado-Ba:Tribuna do Sertão, 1997
TEIXEIRA, Zelinda R. Lima. Caetité-Ba, 1905	-A Transplantação (romance) - Diários, cadernos de contos e crônicas	Inédito Inéditos
GUMES, Mariêta Lobão; Caetité/1908	O clã dos Neves Algodão de seda	Salvador: 1975 ^a Salvador: 1975b
GAUDENZI, Ma. Cândida-SSA-Ba, 1911	Memórias de Dona Maria	Salvador-Ba:Omar G, 2000
PITA, Emilian Nogueira. Caetité-Ba, 1912	Contos autobiográficos e humorísticos	Inéditos
COMANDARROBA, Joana-Xique-Xique-Ba, 1914	-Memórias da Dinda -O último canto do cisne -Elementos humanos que fizeram a Barra no passado	Salvador-Ba: EGBA, 1997 -Salvador-BA: EGBA, 2009, 2 ed. -Barra-BA:Gliffo comunicação, 2011.
GALVÃO, Ma de Lourdes S.C.Condeúba-Ba, 1917	Viagem no tempo: Reminiscências	Salvador-Ba:Contemp Editora, 1988
BACELAR, Lourdes-Alagoinhas-BA, 1917	Na sombra e no Silêncio	Salvador-Ba: ImprensaVitória, 1944
MACEDO, Enedina Costa de. Guanambi-Ba, 1917	Do Laranjo à Volta	Guanambi-Ba: Gráfica Giordani, 2002

⁵⁷Algumas produções em forma de poesia, não participaram da seleção, embora apresentem informações valiosas para o estudo do Alto Sertão da Bahia, a exemplo da obra *Rimando a História* (2007), em 2 volumes, da Professora Dulce Torres Meira (1931-2010), em que traçou a história da construção e surgimento de Guanambi-Ba, até 1950, o trabalho do povo, seus usos e tradições, enlaçadas às histórias de rixas políticas, conflitos, ousadia dos jagunços e tiroteios, dentre outros aspectos.

FOEPPEL, Elvira. Canavieiras-Ba, 1923	Muro Frio	Rio de Janeiro: Ed.Folha Carioca, 1961
SILVA, Joanita Candançan-Andaraí-Ba, 1927	Cantares de uma terra mãe	Brasil Artes Gráficas Ltda, s/local, 1993.
COUTRIM, Guiomar F.-P.Monte Alto-Ba, 1929	Guiomar, determinada a ser feliz	Guanambi-Ba:Gráfica Bahia, 2010
FAUSTO, Palmira Guanais de A. Caetité-Ba, 1933	Cartas na mesa...hora de recordar	S/ed, s/local, 2013
DONATO, Lucília D-Guanambi-Ba, 1935	Catarina, mais menina que moça	Guanambi-Ba:Gráfica Papel Bom, 2001
TEIXEIRA, Elzita Ladeia – Guirapá-Ba, 1938	Episódios da nossa vida	Guanambi-Ba:Gráf/ Ed Primo Ltda, 1995
SANTOS, Délia de C Costa-Guanambi-Ba, 1940	Um mergulho no passado	Guanambi-Ba:Giordani, 2003
NOVATO, Maria Lúcia Prisco-Caetité-Ba, 1941	Arquimimo	F.de Santana-Ba: G&E, 1997
SANTOS, Terezinha Teixeira. Guanambi-Ba, 1942	-Lembranças de um povo -Uma lagoa nas trilhas das tropas -Uma vida nos caminhos do tempo	-Guanambi:Grafica Giordani, 2002 - Idem, idem, 2013 - Idem, idem, 2004

Fonte: Livros selecionados para este estudo

O conhecimento das autoras se deu inicialmente pela leitura de suas obras, com anotações numa abordagem de cunho feminista e num conjunto de articulações, buscando evidenciar o conteúdo das memórias e as características do texto autobiográfico. Dados complementares para se entender as trajetórias dessas mulheres foram levantados em fontes variadas, como documentos em cartórios, jornais, bibliotecas, arquivos e mesmo entrevistas para esclarecer pontos que não se revelaram nas autobiografias.

Nesse sentido, foi importante e necessário conhecer o universo sociocultural em que viveram e as contingências da vida funcional que garantiram experiências e aprendizados e foram condicionantes das visões de mundo das autoras. Assim, buscamos esmiuçar os caminhos por onde andaram, as condições de formação, colégios em que estudaram, espaços de sociabilidade e as influências da família, da escola, de outras instituições ou mesmo das relações de intersubjetividade que se deram de maneira informal, para entender os projetos que traçaram para suas vidas e as escolhas feitas nas revelações dos acontecimentos trazidos nas memórias.

Nessa empreitada, constatamos que muitas se transferiram dos seus locais de origem para cidades próximas, quase sempre na mesma região geográfica, e com

maior movimentação no Centro-Sul da Bahia. O fato de algumas poucas terem se mudado para a capital baiana e uma apenas para a cidade do Rio de Janeiro, não interferiu no foco das suas narrativas, concentrado preponderantemente nos espaços baianos, urbanos ou rurais em que viveram os períodos iniciais de suas vidas. Optamos por selecionar narradoras nascidas entre 1904 e 1942, o que nos permitiu entrever quadros da primeira metade do século XX.

Considerando-se a tônica encetada sobre os sujeitos integrantes dos relatos das autoras em suas memórias e o foco privilegiado por cada uma, foi possível o agrupamento em pelo menos três modalidades de escritas. Há as que focalizaram preponderantemente revelações pessoais, ora matizando fatos de sua vida com os de outros; há aquelas que escreveram muito sobre o outro e pouco sobre si mesmas, mas, incluindo-se em alguns fatos, deram margem para conhecimento dos seus contextos de vivências; há ainda aquelas que privilegiaram memórias sobre “lugares”, descrevendo singularidades de culturas locais e regionais.

Narrativas centradas no “eu” da narradora

Na maior parte das produções analisadas, as autoras colocaram a escrita de si como eixo central da narrativa, apesar dos empecilhos que rondavam essa prática, oscilando entre o receio da exposição e julgamento a que seriam submetidas, a falta de espaço e de tempo pelas extenuantes tarefas domésticas, ou ainda o desafio de enfrentar preconceitos. Passariam por processos de muitos percalços em busca de individuação, tendo que administrar embates na família e em outras instituições que cerravam vigilância e controle, impondo-lhes “um rosário de penas” a ser desfiado. Nesse sentido, Virgínia Woolf argumentou que uma autobiografia poderia significar um verdadeiro “grito de angústia”, pois, “para escrever como mulheres é preciso ficar surda à voz persistente, ora resmungona, ora paternalista, ora dominadora, ora pesarosa, ora chocada, ora enraivecida, ora avuncular; àquela voz que não consegue deixar as mulheres em paz, mas está sempre junto delas, como uma governanta por demais conscienciosa, a instá-las a serem refinadas”⁵⁸.

Maria Cândida Delgado Reis (1993, p. 96), analisando a diversidade de situações que envolveram a imagem da mulher nas três primeiras décadas do século

⁵⁸ Woolf, 1985, p. 98.

passado, insistiu no que chamou de “círculo perverso”, o cotidiano que aprisionava a mulher na relação de filha, irmã, esposa, mãe e promotora da “fraternidade universal”, o que definia o destino da mulher “em função do outro e jamais por e para si própria”.

Num universo de conspirações para garantir todo um aparato ideológico em que, além do Estado, se reuniam parceiros como Igreja, organizações de assistência pública e privada, sindicatos, etc., era de se esperar que as mulheres se sentissem retraídas pelas condições que lhes eram postas, no entanto elas não se intimidaram com as ameaças vindas de todos os lados e insistiram em seus processos de construção de individualidades, muitas pela via da conciliação com os valores culturais tradicionais eleitos pela família e outras instâncias sociais. Críticas e rompimentos com as prescrições familiares, sociais ou religiosas e fugas ao “dever ser” imposto por arraigados discursos ideológicos, foram praticados através de elementos ficcionais, que lhes permitiam maior liberdade de expressão.

No quadro abaixo constam as produções centradas no “eu” da narradora.

Quadro 2 – Narrativas centradas na pessoa da própria narradora

Autora - (nascimento - local/data)	Título	Edição-Editora (local/data)
SILVA, Áurea Costa- Caetité-BA, 1904	Luz entre os roseirais	RJ:Cia Bras. Artes Gráficas, 1992
GAUDENZI, Ma. Cândida-Salvador-BA, 1911	Memórias de Dona Maria	Salvador-Ba:Omar G, 2000
COMANDAROBÁ, Joana-X.Xique-BA-914	Memórias da Dinda	Salvador-BA: EGBA, 1997
GALVÃO, Maria de Lourdes.C.Condeúba,BA, 1917	Viagem no tempo: Reminiscências	Salvador-Ba:Contemp Editora, 1988
BACELAR, Lourdes-Alagoinhas-BA, 1917	Na sombra e no silêncio	Salvador-Ba: ImprensaVitória, 1944
SILVA, Joanita Candançan-Andaraí-BA, 1927	Cantares de uma terra mãe	RJ:Brasil Artes Gráficas Ltda, 1993
COUTRIM, Guiomar F.-P.Monte Alto,BA, 1929	Guiomar, determinada a ser feliz	Guanambi-BA:Gráfica Bahia, 2010
FAUSTO, Palmira Guanais de A.Caetité-BA, 1933	Cartas na mesa...hora de recordar	2013, s/ed, s/local
DONATO, Lucília Donato. -Guanambi-BA, 1935	Catarina, mais menina que moça	Guanambi-BA:Gráfica Papel Bom, 2001
TEIXEIRA, Elzita Ladeia – Guirapá-BA, 1938	Episódios da nossa vida	Guanambi-BA:Gráf/ Ed Primo Ltda, 1995
SANTOS, Délia de C Costa-Guanambi-BA, 1940	Um mergulho no passado	Guanambi-BA:Giordani, 2003

NOVATO, Maria Lúcia Prisco-Caetité-BA, 1941	Arquimimo	F.de Santana-BA: G&E, 1997
---	-----------	----------------------------

Fonte: Livros das memorialistas-escritoras, conforme Quadro 1.

Essas 12 produções elencadas na ordem crescente das datas de nascimento das autoras, pautam-se na autorreferencialidade e indicam como cada autora se percebia no ritmo impresso ao seu modo de viver. Elas discorreram sobre si, mas não excluíram a presença e a percepção do outro, dos espaços, das práticas e condições materiais no seu entorno.

Em suas escritas, afirmam alguns estudiosos, as memorialistas utilizam uma linguagem ligada não só às questões pessoais, mas também às de intersubjetividade. Elas narram sobre si e sobre os outros com quem conviveram ou de quem tiveram notícias. Nessa perspectiva, é possível analisar as marcas do que é considerado como uma “linguagem de mulheres”, com limitações ao uso de palavras, censuras quanto ao vocabulário ou de “falas” que vão além e registram várias formas de expressão. A intensidade com que vivem as fases de vida do seu corpo (menarca, maternidade, etc.), contadas num momento distante do vivido, é uma particularidade de suas lembranças que se voltam para um vir a ser⁵⁹.

Assim, as narradoras deixaram entrever quadros sociais dos espaços em que estiveram inseridas e que ilustram as décadas iniciais do século XX - 1920 a 1960. Das vivências na família desnudaram esquemas de organização dos espaços privados, as dinâmicas da convivência e suas escalas de valores. Das vivências em outros espaços, retrataram condições de ambientes escolares, relações sociais em espaços religiosos, espaços de solidariedade, relações de trabalho, identificando sujeitos em vários níveis de participação, inserção ou exclusão.

Mesmo relegadas ao mundo da casa, transitavam entre o público e o privado cujas fronteiras lhes pareciam bastante móveis. Nicole Castan (1994, p. 419), em seu artigo “O público e o privado”, constatou que a vida privada no feminino deixa-nos a impressão de que as mulheres “dispõem de margens de manobra bastante flexíveis”⁶⁰. Elas escapam dos papéis restritivos que as empurram para o interior das casas, para a responsabilidade de resguardarem a privacidade da família e alcançam

⁵⁹ Assim como Luce Irigaray (2002), Thompson (1992, p. 204) reafirma que a linguagem masculina fica centrada no “eu”, considerando “a vida que viveram como sua e eles mesmos como sujeitos de suas ações”, mas as mulheres “[...] falam sobre as próprias vidas tipicamente em termos de relações, incluindo em sua história de vida partes de histórias de vida de outras pessoas”.

⁶⁰ Nicole Castan, (1994, p. 419).

as ruas. Colocando-se na contramão desses papéis, escapam da exclusão a que estão destinadas, ocupando múltiplos espaços e realimentando conversas com as informações colhidas em várias instâncias e podem até participar da formação da opinião pública, em momentos de tensões em suas comunidades, o que parece uma contradição⁶¹.

Outras pesquisadoras do feminismo apontam que as mulheres utilizavam sabiamente os espaços que lhes eram destinados e, indo além, alcançavam a rua e a vizinhança, ampliando suas redes de sociabilidade e criando contrapoderes que as livravam da condição de vítimas passivas; imiscuíam-se de tal forma na organização de um cotidiano mesclado de dores e sacrifícios, mas também de alegrias e prazeres, fato que as tornavam sujeitos atuantes e merecedoras de reconhecimento. Marina Maluf reitera a irreal separação entre esses dois mundos, pois transgredir o habitual era prática comum diante da complexa rede de tessituras do cotidiano em cada família, em cada grupo, em cada contexto⁶².

Sendo mulheres professoras, tiveram a seu favor o “modelo pedagógico” ou “normalismo”, que, conforme Beatriz Sarlo (2005), trouxe “uma forma de conceitualizar a participação das mulheres na esfera pública e as estratégias para as primeiras tentativas de dar poderes às mulheres”. Esse modelo, ainda que bastante controlado, deixou às mulheres a possibilidade de atravessarem as fronteiras entre a escola e outras instituições da esfera pública, ou entre instituições formais e informais, além de legitimá-las como mediadoras entre a família e o Estado, entre demandas privadas e ações coletivas, “entre o espaço altamente ritualizado da escola e a trama mais solta do agregado da vizinhança ou das comunidades rurais”⁶³.

Joana Comandaroba vivenciou efetivamente o espaço público, o mundo da política, exercendo o cargo de vereadora por vários mandatos, quando incorporou a figura de “oradora, de mulher que rompe o espaço público e toma a palavra”, conforme uma característica dominante no feminismo dos anos 1960⁶⁴.

⁶¹ Castan, op. cit., p. 426.

⁶² Maluf, 1995, p. 214.

⁶³ Beatriz Sarlo, 2005, p. 177.

⁶⁴ Ver Dias (1995); Perrot (2005); Maluf (1995). A respeito de feminização da cultura, construção de identidades, identidades nômades, etc., ver ainda: Joan Scott, Margareth Rago, Tânia Swain e Elizabeth Grosz, na Revista feminista digital *Labrys, estudos feministas*, nos. 1-2, jul/dezembro 2002. (<http://www.unb.br/ih/his/gefem/>).

Joanita Candançan e Silva gravou pontos do Clube Riocontense⁶⁵, uma das associações de Rio de Contas – BA e a importância da sua atuação na cidade por longos anos e, no ensejo, ressaltou a presença significativa das mulheres:

A Bolsa de Caridade por ele mantida, [...] tinha 12 (doze) protetoras (sócias) que faziam um trabalho de grande mérito: visitavam os enfermos levando sua palavra de conforto, principalmente àqueles que estavam a braços com o sofrimento, davam-lhe assistência médica, moradia, remédios, alimentos e, no caso de morte, o funeral. Os fundos para garantir essa instituição filantrópica, sem tocar nas mensalidades dos associados do clube, eram adquiridos com o trabalho incansável dessas protetoras que, escaladas, em grupo, efetivamente, aos domingos de cada mês, saíam em visitas aos lares, com a “bolsa” de tecido, típica com o emblema da Instituição, angariando donativos para manutenção da entidade. Organizavam teatro, quermesse e atividades outras com o mesmo objetivo⁶⁶.

Exemplos são incontáveis quando narradoras deixam coincidir fatos de suas vidas com elucidações de aspectos da cultura e da sociedade da qual foram integrantes. Maria Cândida Dantas Gaudenzi (2000, p. 3), que, vivendo em Salvador –Ba, quando optou por fazer um livro, não almejava uma escrita erudita ou de valor literário, mas apenas fazer um agradecimento a Deus pela vida longa e pela memória lúcida aos 89 anos, quando publicou para relatar aos filhos e netos “como viveu e o que praticou” ao longo da sua vida. Suas memórias trouxeram panoramas da capital baiana nos anos 1920/1930, quando criança, no Garcia, outrora fazenda que deu nome ao bairro. À época, comprava-se tudo na porta (de casa). Relatou:

Os vendedores passavam com seus pregões, gritando para dentro das casas: olhe o verdureiro, sinhá; figuê e mocotó, dizia a mulher do fato com sua gamela; o peixeiro mercava o chicharro fresco, peixe pequeno de que gostávamos muito, frito ou de moqueca; o homem de massa vinha à tarde, com grande baú de flandres na cabeça, trazendo pão cacetinho, de milho, de leite, ou em varas grandes; diversos doces, empadas de carne, pastéis de creme e de araçá⁶⁷.

Fica claro que o desejo de escreverem sobre suas individualidades não impediu que viessem à tona escritas acerca da espacialidade vivenciada, registrando ora as ações de múltiplos agentes sociais, ora nuances da cultura material presentes no cotidiano. Nessa mesma direção são as pesquisas do historiador Ferreira Filho,

⁶⁵ O Clube Riocontense foi fundado pelo médico José Basílio Justiniano Rocha em 1902, mantendo-se como centro social da coletividade até 1966. Acervo do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas. Fundo: Clube Riocontense. Estante: 3 – Cx 3 – Livro no. 5: Atas das sessões da Assembleia Geral do Clube Riocontense – 1938 a 1951.

⁶⁶ Joanita C. Silva, op. cit., p. 50.

⁶⁷ Gaudenzi, op. cit., p.30-31.

acerca da maternidade e pobreza no período focalizado; fez registro de mulheres na capital baiana no comércio informal de alimento e outros produtos: “fateiras, vendedoras de carne de baleia, frutas e verduras ou de ‘figas de guiné’ engrossavam a lista do comércio volante feminino, que ainda contemplava a vendedora de flores artificiais, de rendas, bicos e fitas em gamelas e caixinhas, a mulher da moqueca de folha e a ‘velha da sopa’ com seu enorme balaio de pão dormido à cabeça, dentre outras”⁶⁸.

Nas citações, hábitos alimentares e tipos de alimentos, modos de comercialização de produtos, utensílios e formas de sobrevivência do passado, são dados *sui generis* sobre a capital baiana de outrora. As narradoras, portanto, inscrevendo-se como sujeitos históricos, não se restringiram apenas às ações isoladas e individuais; ao contrário, há interação com outros sujeitos e, num movimento de mão dupla, agem e interagem com outros, participam de convívios permanentes em comunidades e em diferentes grupos, resultando numa intersubjetividade que favorece aprendizados, experiências novas e promove o crescimento dos sujeitos. Assim configura-se a dimensão da “historicidade”, da qual não pode fugir nenhum ser humano que exerce uma tomada de consciência como agente histórico⁶⁹.

Inusitada foi a trajetória de Ilda Ribeiro de Souza (1984, p.18), cognominada Sila, pelos dois anos que integrou o bando de Lampião nas lutas do cangaço, transitando pelos sertões da Bahia e de outros estados nordestinos, podendo narrar fatos e informes valiosos para o conhecimento da região: “Narro fatos que vivi, conto experiências feitas, falo de gente com quem convivi. Não relato acontecimentos de ‘ouvir dizer’”⁷⁰. As dificuldades de quem avançava e enfrentava os caminhos inóspitos do semiárido nordestino, na década de 1930, numa posição de resistência contra poderes instituídos e sempre fugindo das perseguições das tropas legalistas, dão-nos

⁶⁸ Ferreira Filho, (2003, p. 43).

⁶⁹Heidegger, em *Ser e Tempo* (2005, p. 189), escreve sobre a historicidade do indivíduo: “Lançada, a pre-sença está, sem dúvida, entregue à responsabilidade de si mesma e de seu poder-ser, mas isto enquanto ser-no-mundo. Lançada, ela está referida a um “mundo” e existe de fato com os outros”. Além da “historicidade”, discorre sobre as dimensões “temporalidade” e “intratemporalidade” na relação do sujeito com o tempo. Explica que o “ser-aí” no mundo caminha na existência entre o seu nascimento e sua morte e, para fugir da angústia desse destino inevitável, o ser humano pode adotar o caminho do comprometimento ético, da justiça e da maturidade, identificando-se com uma “vida autêntica”, que representa o nível da “temporalidade” ou adotar o estado estético numa condição do “ser” que se envolve com o presente imediato, com as coisas do mundo, buscando sempre novos interesses e prazeres, vivendo uma “vida inautêntica”, ou seja, a condição da “intratemporalidade”.

⁷⁰ Souza e Orrico, 1984, p. 18.

ideia da força do movimento e quão aguerridas foram as mulheres que se alinharam à luta.

As autoras embasadas na memória trouxeram um mapa de temas recorrentes como: lembranças da escola, brincadeiras infantis, passatempos e outras opções de lazer próprias de espaços provincianos pouco atingidos pelas novidades disseminadas com os avanços tecnológicos; trajes e vestimentas, hábitos e costumes, tradições, festas religiosas e populares e ainda as formas de deslocamentos em viagens próximas ou distantes. Cada item desses, desdobrável num vasto número de situações específicas, constitui-se num universo significativo de informações para o conhecimento de cenários peculiares à região Centro-Sul da Bahia, evitando perdas e esquecimentos possíveis diante da ameaça trazida com a rapidez das mudanças no mundo atual.

Escritas centradas no “outro”

Se autobiografias escritas revelam maior concretude, explica Ricoeur, isso se dá principalmente porque recorrem aos rastros e sinais como registros apoiados num tipo de “memória meditativa”, que traz lembranças não só da pessoa que lembra, baseada no que viveu, experimentou e aprendeu, mas também inclui lembranças dos outros, podendo vislumbrar o horizonte do seu mundo e de outros mundos onde aconteceram os fatos⁷¹. Assim, podemos dizer que a citação de Maria Cândida, bem como diversas mencionadas, se apoiam na “reflexividade-mundanidade” para escreverem sobre si mesmas, sobre as condições do meio e a forma como apreenderam aquela realidade⁷².

Há mulheres narradoras que dedicaram trabalhos inteiros acerca de memórias envolvendo sujeitos diversificados ou porque esses sujeitos participaram de seus grupos de convívio imediato ou porque desempenharam papéis notáveis em determinado tempo e lugar. Terezinha T. Santos, no livro *Lembranças de um povo* (2002), debruçou-se sobre a tarefa de celebrar a memória de pessoas simples que compuseram o cenário humano na cidade de Guanambi⁷³. Preferiu abordar estilos de

⁷¹ Ricoeur, 2007, p. 53.

⁷² Idem, idem, p. 56.

⁷³ Santos, 2002, p. 127. Guanambi é a cidade sede do município do mesmo nome, localizado no Sudoeste da Bahia. É o centro de uma das microrregiões do estado pelo seu desenvolvimento

vida não convencionais ou que apresentavam particularidades inusitadas, procurando captar, pelo olhar do outro, minúcias e crenças sertanejas, adotadas até meados do século XX. Registrou perfis dos que colaboraram com a dinâmica da cidade, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960.

Em *Uma vida nos caminhos do tempo* (2004), Terezinha T. Santos persistiu na linguagem centrada no “outro”, desta vez seu próprio pai, com raros pontos de alusão a si mesma. Assim como Terezinha, outras autoras fizeram opção pelo mesmo viés e, centrando-se na observação dos sujeitos do seu entorno, trouxeram à luz informações peculiares que se perderiam com o tempo, não fossem os seus registros.

Helena Lima Santos teve a percepção de não deixar que fatos e pessoas caíssem no esquecimento, por isso “tornou-se uma rabiscadora”, conforme se expressou:

É uma atividade para a qual as circunstâncias da vida me empurraram. Ensinando gerações de sertanejos, vendo a cidade e a região se transformarem pelo efeito do trabalho dos professores que iam saindo da escola normal desde 1929, tendo contato com muita gente e ouvindo seus casos, interessando-me cada vez mais pelas famílias extintas e em extinção, publicando um livrinho onde pude deixar, ao menos um pouco do que ia sabendo, afinal, e para ajudar um pouco no começo da Tribuna do Sertão, tornei-me uma rabiscadora...⁷⁴

Desse modo, podemos chamá-las de “narrativas centradas na alteridade”, nos casos em que as narradoras lançaram suas lentes de observação e suas sensibilidades para enxergar situações de vivências e condicionamentos em realidades de muitas faces. Centraram-se na escrita do “outro”, a “pessoa”, o “ser humano”, com seus valores, seus modos de ser, além de mostrar os quadros socioculturais em que estavam postos, revelando alteridades e visões de mundo. Marieta Gumes denominou de “Minha objetiva subjetiva” a sua capacidade de captar as imagens de uma personalidade, dando relevo “aos seus dotes positivos de espírito e de coração”. Nesse sentido, seu desejo era expressar os perfis delineados pela sua mira “nimbados com os reflexos coloridos de suas verdadeiras imagens”⁷⁵.

comercial e pela localização estratégica de ligação entre os municípios circunvizinhos. Está a 796 km da capital e possui uma população de 78.801 hab. (Censo 2010 – IBGE).

⁷⁴ SANTOS, Helena Lima. Crônica: “Como tudo começou” - Jornal *Tribuna do Sertão*, 17/05/1996.

⁷⁵ Gumes, 1986, p. 46. Ao que parece, a narradora tinha em mente justificar uma série de acrósticos que compõe a segunda parte do seu livro *Mensagens ao coração* (1986), com representações do simples olhar, comparando-as com as imagens trazidas pelos avanços tecnológicos da arte fotográfica; na primeira parte, escreveu crônicas sobre pessoas e outros assuntos. Foram consideradas duas ou mais produções de uma mesma autora sob diferentes enfoques, daí porque, na classificação feita, aparecem em mais de uma modalidade.

As narradoras desse enfoque escreveram memórias não no sentido alienante de criarem para si um mito pessoal ou ter reconhecimento, mas no sentido de perceber as marcas socioculturais impregnadas em outros sujeitos. Se, numa memória centrada na vida do sujeito que escreve há uma autoridade única sobre os fatos narrados, nas narrações centradas no outro as bases para maior concretude assentam-se na interação pessoal e na presença desse “outro”.

Uma narração é tanto mais rica quanto mais revela as experiências da própria narradora e, se implicitamente incorporar relatos das vivências de outras pessoas, torna-se uma fonte inestimável⁷⁶. O processo de transmitir e compartilhar vivências promove uma ressignificação delas, ao tempo em que, confrontando-as com as de outras pessoas, se desencadeia um processo de autoconhecimento e autocrescimento da pessoa que narra, tanto na posição de reflexividade consigo mesma quanto na inter-relação com os outros integrantes da sua realidade histórica e social. Perde-se muito dessa possibilidade de promoção e crescimento humanos se as narrativas ficarem circunscritas aos seus detentores, aos próprios sujeitos.

Joana Comandaroba registrou a participação de professoras, marceneiros, músicos, pintores, escultores, desenhistas, trabalhadoras/trabalhadores de vários ofícios na Barra e região, nomeando-as/os e indicando saberes:

Homenageio Bertulina dos Reis, Felicidade... A primeira mãe de 20 filhos, e a segunda, não tendo filhos, ajudaram as Mães no ato Divino de trazer alguém à vida – Mãe Bitu – Mãe Felicidade, de saudosa memória. A homenagem é extensiva a Jovita curandeira, Maria Madalena de Deró, Mariazinha de Messias rezadeiras de dores. Edite Beato e suas companheiras de artesanato, Zabelinha e Francisca dos reis, rendeiras qualificadas; Honorinda Rabelo que trouxe ao mundo Xixica, Isabel, Janete, Egídio e João, cuja descendência honra os valores do Bairro⁷⁷.

Há uma intenção de nomear pessoas que tendem a ficar anônimas, a despeito da grande participação social como agentes históricos e de registrar alteridades e valores, trazendo-as à baila, evitando que ficassem ofuscadas por outras já famosas e conhecidas.

⁷⁶ Nesse sentido, são conhecidas as reflexões de W. Benjamin (1994, p. 115) sobre a “pobreza da experiência” que afetou o mundo em consequência do desenvolvimento da técnica, diferentemente do que ocorria outrora, quando as experiências eram transmitidas naturalmente por entre os grupos de convivência.

⁷⁷ Comandaroba, 2011, p. 64-65. A autora descreveu o Bairro Alto de Santa Cruz, na cidade da Barra, bairro “profundamente religioso” que se organizou e cresceu sob a liderança de um grupo de mulheres.

Em Rio de Contas, a percepção de Joanita Silva voltou-se para os muitos setores das atividades humanas, mostrando pessoas que escreveram capítulos importantes no desenvolvimento da cidade, através de trabalhos que a transformaram em sítio privilegiado para as artes, dotando-a de características especiais, corroborando e somando aspectos para que se firmasse como cidade histórica e turística, emoldurada que é pelas suas muitas belezas naturais. Nesse sentido, Joanita Silva (op. cit., p. 68) expressou-se: “Em quase todos os lares há crocheteiras e tricoteiras exímias, anunciar todas elas, precisaria ocupar páginas e mais páginas das minhas facetas, entretanto não posso esquecer daquelas que mais de perto me tocam pelo convívio amigo”. E, em seguida, citou 31 nomes de mulheres, entre as quais uma de 89 anos que impressionava a todos pela qualidade do seu crochê. Vê-se que o propósito das escritoras em pauta era homenagear as pessoas, deixar nomes registrados em livro, demonstrar reconhecimento e prestar-lhes tributo, como um dever de evitar que fossem esquecidas.

Memórias sobre lugares e cidades: “[...] cheguei a Caetité, para ficar, fui atraída pelas muitas histórias de sua gente”

As memorialistas professoras, formadas na primeira metade do século XX, tiveram os seus currículos escolares impregnados pelo aparato ideológico do Estado-Nação, voltado para a formação da nacionalidade brasileira. Considerando-se que o “território” é visto como um dos elementos constituidores da nação, investia-se na ideia de pertencimento através de atividades escolares planejadas, horas-cívicas, exploração do hino nacional e outros. Isso suscitava uma faceta ufanista sobre a terra natal⁷⁸.

Nesse sentido, Joanita C. Silva (1993, p. 24) traçou quadros das belezas naturais do município onde viveu e onde, aos sábados e domingos, se dedicava a visitar os engenhos, ouvir o ranger das moendas, experimentando sensações de prazer e bem-estar: “Um santuário de amor, paz e alegria – Vila ‘Arapiranga’ –

⁷⁸ A lei 4.244/1942 – no seu cap.VII, referindo-se especificamente à educação moral e cívica, recomendava que todas as atividades no processo escolar deveriam “transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico”. A “consciência patriótica” seria formada “pela execução do serviço cívico próprio da Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições”. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8347.htm#art1.

Município de Rio de Contas [...] Sua topografia é bela e esplendorosa, representada por serras e vales banhados pelo Rio Palmital”.

Também Joana Comandaroba escreveu “Louvor à cidade da Barra”⁷⁹ (1997) e “Louvação à região e à história da Barra” (2011), além de outras passagens carregadas de elogios à sua terra. Para mais um exemplo com as mesmas características, lembremos a escrita da Profa. Dulce da Silva Meira sobre a sua cidade: “Fulguras hoje na constelação/ Dos grandes centros deste nosso Estado./ Imitaste o sutil Colibri/ Que veloz voa p’ra todos os lados,/ Terra querida, minha Guanambi”⁸⁰.

Professoras que frequentaram as Escolas Normais na década de 1920, como Helena L. Santos e Zelinda Teixeira, receberam influências dos discursos positivistas que marcaram os primeiros decênios da República Brasileira e que perseguiram a formação das mulheres como mães e donas de casa, esteios vistos como necessários ao ideal de nacionalidade. Mulheres professoras seriam úteis a esse projeto, atuando tanto nas escolas formais, quanto na formação de outras mulheres educadoras em suas famílias e, de modo geral, estariam contribuindo para elevar o nível de consciência e qualidade de vida das populações. A discussão sobre a construção nacional, atrelada às ideias de modernização e civilização, esteve em pauta entre os intelectuais que passaram a defender a educação como espaço privilegiado para esse projeto, a partir de uma ampliação de oportunidades e de reformas educacionais⁸¹.

A autoritária reforma Capanema, praticada na Era Vargas, veio reforçar propósitos de educação patriótica e, através de regras complementares, normatizava o exercício de atividades para conhecimento e uso dos símbolos nacionais, atitudes de respeito durante o hasteamento da bandeira ou no canto do hino nacional. Nas “horas cívicas” frequentes e regulares dos grupos escolares e instituições de ensino reforçava-se o aparato para a formação da nacionalidade. Joanita Silva relatou suas lembranças do ensino no Grupo Escolar onde posteriormente atuou como professora:

⁷⁹ Para ilustrar, uma estrofe: “Do barranco dos teus rios/ vi tua estrela brilhar/ uma estrela de seis pontas/ cintilantes de grandeza/ numa, o passado faustoso/ a fidalguia da gente / Rema o remeiro rema/ subindo e descendo o rio/ nas idas e vindas da vida”. (Comandaroba, 1997, p. 80).

⁸⁰ Dulce da Silva Meira, v. 1, s/d, p. 119. A autora escreveu *Rimando a História* em dois volumes (o 2º é de 2007), resgatando a história, as tradições e o folclore da cidade. Escreveu poesias e compôs músicas de louvor ao santo padroeiro e à cidade.

⁸¹ Segundo Andrea Martins Alves Silva (2012), intelectuais como Rui Barbosa e Érico Veríssimo, no final do século XIX e início do Século XX, defendiam o acesso das mulheres à educação, possíveis sujeitos exponenciais no processo de formação da sociedade brasileira. (Texto publicado nos Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RJ, 2012).

“Diariamente, após, reverentemente, hastear a Bandeira, entrávamos em sala e, saíamos cantando em filas, acompanhados pelas mestras, dispersando a 200 metros mais ou menos da escola”. (SILVA, 1993, p. 30).

Diante de todo esse aparato ideológico, as professoras narradoras deste estudo viram-se investidas da missão de construir a memória nacional, tarefa que passava pelo dever de registrar também a memória local, regional. Assim revelaram memórias em discursos enaltecendo os espaços vivenciados, focando singularidades quanto aos aspectos naturais ou às estruturas materiais de organização social e, principalmente, às peculiaridades de seus usos e costumes. O quadro abaixo mostra o conjunto dessas memórias.

Quadro 3 – Narrativas memorialísticas sobre cidades/lugares

Autora - (nascimento-local/data)	Título	Edição/Editora (local/data)
SANTOS, Helena Lima; Livramento-BA, 1904	- Caetité, pequenina e ilustre - Município de Caetité	-Brumado-BA: Ed.Tribuna do sertão, 1997 -Ed, Especial do 2º. Centenário da Paróquia de Caetité. 1954
GUMES, Mariêta Lobão; Caetité-BA, 1908	- Algodão de Seda - O clã dos Neves	- Salvador: Mensageiro da fé, 1975b -Salvador :1975 a.
COMANDAROBÁ, Joana; X.Xique-BA, 1914	O último canto do cisne	Salvador: EGBA, 2009, 2ª ed (1ª ed-2004)
SANTOS, Terezinha T. Guanambi-BA, 1942	Uma lagoa nas trilhas das tropas	Guanambi: Gráfica Giordani, 2013
SILVA, Joanita Candançan; Andaraí-BA, 1927	Cantares de uma terra mãe	Brasil Artes Gráficas Ltda, 1993, s/local

Fonte: Livros da memorialistas-escritoras, conforme Quadro 1.

Nessa série, as memorialistas buscaram registrar os conhecimentos armazenados mediante pesquisas, estudos ou adquiridos em observações nos palcos das suas vivências. Cada narrativa ocupa “um lugar funcional”, como na classificação de Pierre Nora (1993) e, tendo uma história, alimenta a história. Helena Lima Santos revelou em uma crônica jornalística o que a encaminhou para o mundo das letras:

Desde que cheguei a Caetité, para ficar, fui atraída pelas muitas histórias de sua gente, e, de certa época em diante, comecei a verificar que tudo se perderia no esquecimento, se alguém não cuidasse de preservar, guardando para a posteridade, e portanto, registrando-as no papel. As palavras escritas permanecem, já diziam os romanos.

No decorrer do tempo e o desaparecimento dos mais velhos, e sem que o percebesse muito bem, tornei-me este escriba sem outro fim senão, o de não deixar acabar⁸².

Nas suas palavras, as circunstâncias da vida a “empurraram” diante da constatação de que não poderia deixar desaparecer contribuições, informações, dados e conhecimentos significativos para a posteridade.

Joana Comandaroba parece imbuída da tarefa de escrever seus conhecimentos sobre todos os espaços em que atuou na região do médio São Francisco. *O último canto do cisne* é um livro que esmiúça dados e informações sobre 19 localidades no seu entorno e por onde transitou, incluindo Xique-Xique, sua terra natal. Em suas palavras:

Falar sobre sua região é nascer de novo. É crescer e viver. É sentir o cheiro gostoso da terra molhada e quente pela primeira chuva, no poder de evocação; o cheiro das matas, do ar, da maresia do rio, (o grifo é da autora), das sandices do povo, de sua indumentária, do seu folclore, de suas crendices; experimentar as secas, as cheias e vazantes, participar de suas angústias e alegrias, curtir o contato com a gente do povo de cuja sabedoria somos surpreendidos por reações que ainda não tínhamos conhecido. É sentir a própria vida na vida do outro⁸³.

Disso se depreende que se identificava com uma escrita feita por prazer e alimentada pelos cinco sentidos de quem conhece as demandas sertanejas em cada estação anunciada pelos fenômenos naturais. Narradoras alimentam a história quando buscam origens distantes dos lugares eleitos. Marieta Gumes, “através da moldura evocativa de Caetité”, traçou quadros vivos da rua em que morava no tempo da sua mocidade – década de 1920:

Morávamos à Rua Barão de Caetité, a mais bela e importante da cidade. [...] Essa grande avenida possuía um calçamento “sui-generis” – todo executado com grandes lages brancas, assimétricas mas ajustáveis, com os devidos desníveis para o escoamento das águas pluviais. [...] Por trás da Rua Barão, numa paralela sem calçamento, estendia-se a Rua de São João. [...] Numa daquelas casinhas (...) moravam três amigas da Mamãe: Cristina, uma velhinha de cabelos prateados; sua filha Augusta, boa costureira e bordadeira; Isolina, sua afilhada que ela criava como se fora sua filha... [...] Já recolhidos (...) chegavam até nós (...) os sons cavos e rítmicos dos atabaques que, tendo à frente Bernarda e Isidora, moradoras em casebres que alvejavam lá no sopé do morro do Observatório, batucavam até o amanhecer...⁸⁴.

⁸² SANTOS, Helena Lima. Crônica: “Como tudo começou” - Jornal *Tribuna do Sertão*, 17/05/1996.

⁸³ Comandaroba, 2009, p. 15.

⁸⁴ Gumes, 1975b, p.121-124.

Foi dessa forma que, em dado momento, Marieta se situou e, num exercício da sua aguçada sensibilidade, conseguiu mostrar as impressões sobre o chão que pisava, sobre odores, cores e sabores na linguagem poética de quem viveu a juventude daquele tempo. Dessa crônica intitulada “A moça”, merece ressaltar a objetividade com que foi capaz de descrever a dinâmica social de uma pequena cidade sertaneja, a partir de uma rua central, suas adjacências e outros detalhes reveladores da complexidade das formações sociais: conseguiu dar pistas sobre desigualdades materiais, desníveis sociais e diferenças culturais, a exemplo de rua calçada ou sem calçamento, mulheres trabalhando, ensinando ou cuidando de outras, mulheres em práticas religiosas de influência africana, usos e costumes da coletividade e ainda o registro da presença da religião católica.

As narradoras deixaram à mostra suas ligações sentimentais com os lugares, cidades, sítios rurais em que residiram, desenvolveram atividades, aprenderam modos de viver, enfim, acumularam experiências e, ao mesmo tempo, traçaram um amplo quadro do universo cultural do interior da Bahia, do alto sertão.

Vê-se que o modelo difundido para a formação de uma identidade nacional – patriotismo, civismo, amor à terra natal na dimensão geral (Brasil) – e local (o espaço mais próximo) misturou-se aos valores norteadores de uma identidade pessoal. Para essas professoras alinhadas aos ideais nacionais, é como se houvesse uma coincidência entre o ser brasileira, ser baiana, professora, mulher, rio-contense, barrense ou guanambiense, num sentimento de pertencimento de quem tem suas raízes fincadas num determinado espaço geográfico.

Esses lugares representam um ponto de equilíbrio, um esteio para sentimentos identitários próprios de relatos confessionais. As ideias de pertencimento e identificação com territórios são necessárias para sentirem-se “enraizadas” e, mesmo com os deslocamentos impostos pelas contingências da vida, as narradoras defenderam esse pertencimento, numa posição estreitamente favorável à memória, pois, no polo oposto, conforme Bosi, há o densenraizamento que pode operar como elemento desagregador dessa memória⁸⁵. Entretanto, as fontes mostraram que, quando os deslocamentos aconteciam dentro da mesma região, as condições em que

⁸⁵Bosi, 2003, p. 28. O mesmo tema é discutido pela autora no artigo Cultura e desenraizamento (2006, p. 17).

passavam a viver eram bastante semelhantes. As que se mudaram para a capital baiana incorporaram os estilos de vida da cidade grande, mantendo as lembranças da meninice e juventude. No caso de Elvira Foeppel, ao se transferir para a cidade do Rio de Janeiro, discorreu sobre o seu descontentamento com as práticas e crenças próprias das cidades interioranas, palco de suas origens.

Delinear os espaços em que atuaram as mulheres em foco, torna-se, assim, significativo, considerando que as particularidades de cada lugar aparecem invariavelmente nos relatos, articuladas às formas de percepção do entorno, de áreas limítrofes ou mais distantes. Verificamos que a maioria dos deslocamentos se circunscreve a ambientes regionais e ainda assim traz sutilezas notáveis em comparações e composição de quadros importantes na caracterização das diferenças e compreensão delas. O mapa abaixo ilustra a distribuição dessas mulheres pelo território baiano.

MAPA 01: Distribuição espacial das memorialistas e memorialistas-escritoras

Das que foram residir mais longe, pode-se dizer que, deparando com ambientes novos, puderam ver com mais clareza as imagens apreendidas em fases passadas. Nesse sentido, levamos em conta que as experiências dessas mulheres baianas se circunscrevem a um ou mais locais de permanência e de durações variadas, no entanto, todos importantes e presentes no momento da escrita.

O quadro abaixo resume os deslocamentos, entendidos aqui como períodos em que cada narradora residiu e atuou, seja num período de formação, seja como pessoa adulta, exercendo uma profissão.

Quadro- 4 - Locais de atuação das memorialistas e escritoras

Nome	Nascimento	Formação e Atuação
Helena Lima Santos	Livramento	Livramento/Caetité/Salvador/Caetité
Áurea Costa Silva	Caetité	Caetité/Guanambi
Zelinda Teixeira Rodrigues Lima	Caetité	Caetité/Salvador/Fazenda em P. Monte Alto/S.Paulo
Marieta Lobão Gumes	Caetité	Caetité/Salvador
Emiliana Nogueira Pita	Caetité	Caetité/Andaraí/Caetité
Palmira Guanais de A Fausto	Caetité	Caetité/Pindaí/Caetité
Maria Lúcia Prisco Novato	Caetité	Rio de Contas/Caetité/Salvador/Jequié
Lucília Domingues Donato	Guanambi	Guanambi/Caetité/Guanambi
Enedina Costa de Macedo	Guanambi	Caetité/Guanambi
Délia de Castro Costa Santos	Guanambi	Caetité/Candiba/Guanambi
Terezinha Teixeira Santos	Guanambi	Guanambi
Elzita Ladeia Teixeira	Guirapá	Caetité/Guanambi
Helena Lima Santos	Livramento	Caetité/Salvador/Caetité
Joanita Candançan Silva	Andaraí	Rio de Contas/ Vitória da Conquista
Maria de Lourdes S Cordeiro Galvão	Condeúba	Salvador/Outras
Guiomar Ferreira Coutrim	P de Monte Alto	Palmas de Monte Alto/Guanambi
Elvira Foepfel	Canavieiras	Ilhéus/Rio de Janeiro
Joana Comandaroba	Xique-Xique	Formosa/Barreiras/Barra
Lourdes Bacelar	Alagoinhas	Alagoinhas/Salvador
Maria Cândida Gaudenzi	Salvador	Salvador

Fonte: Livros das memorialistas-escritoras, conforme Quadro 1.

A partir desse quadro podemos afirmar que, exceto uma que sempre residiu na Capital baiana, outras quatro (Zelinda, Helena, Maria de Lourdes e Maria Lúcia) viveram lá temporadas de estudos e voltaram ao sertão, para onde trouxeram contribuições na área educacional. Marieta Lobão Gumes fez o caminho inverso: formou-se em Caetité e, aprovada em concurso público, foi lecionar na capital. Os locais em que realizaram as escritas, ou sobre os quais escreveram, nem sempre coincidiam com a terra natal delas, mas, principalmente, com os locais em que se estabeleceram por mais tempo. Dois exemplos: Helena e Joana nasceram em Livramento de Nossa Senhora e Xique-Xique, mas escreveram mais sobre Caetité e Barra respectivamente.

Há uma predominância da Escola Normal de Caetité como espaço de formação das memorialistas e escritoras selecionadas, visto que nove das citadas lá se formaram professoras e outras quatro ali atuaram no quadro docente, portanto a maioria tem em comum esse ambiente formador. Outras cinco formaram-se em colégios de orientação católica: em Salvador –BA, duas no Educandário do Sagrado Coração de Jesus, em 1925, e uma no Colégio N. S. da Soledade; em Barra-BA uma no Colégio Santa Eufrásia, e em Ilhéus-Ba, uma no Colégio N S da Piedade⁸⁶. Uma concluiu um curso de Contabilidade na Escola Comercial Feminina em Salvador e outra, o ensino médio em Guanambi. Cabe ressaltar que, desse conjunto de mulheres, a metade trabalhou por longos anos como professoras até aposentarem-se.

Na hierarquia urbana dos municípios e considerando-se que os ritmos de crescimento populacional no Alto Sertão eram incipientes, podemos dizer que a distribuição das narradoras pelo território baiano se estendia predominantemente por áreas de menores aglomerações, embora, na década de 1930, Caetité estivesse entre os municípios mais destacados do sertão, com uma população de 36.177 habitantes e grande influência sobre toda a região. Para avaliarmos essa influência, vale apontar que municípios vizinhos, à época, tinham populações rarefeitas, a exemplo de Guanambi e Palmas de Monte Alto com 8.304 e 13.811 habitantes respectivamente⁸⁷. A posição de Caetité era garantida pelos resultados de sua economia agropecuária, posição geográfica privilegiada nas rotas de comércio, como mostram estudos historiográficos regionais, somando-se a isso o fato de sediar a primeira Escola

⁸⁶ A influência da Igreja Católica na educação feminina, em regiões distantes da capital, tornou-se forte com a criação de bispados no interior do Estado da Bahia, no início do século XX, implementando a instalação de alguns educandários citados pelas memorialistas ao tratarem das suas formações. Segundo Azzi (*A fé primacial em Salvador*, s/d, p. 284), foi com a ajuda das Religiosas do Bom Pastor que o 1º bispo de Caetité, D Manuel Raimundo de Melo, pôde abrir uma escola para moças em 1919. Porém essa congregação não estava acostumada com atividades educacionais, por isso a escola só funcionou até 1925. Na Diocese da Barra, criada na mesma época que a de Caetité, o 1º bispo chegou em 11/02/1915 e logo tratou de criar o Colégio Santa Eufrásia para meninas, também sob a direção das religiosas do Bom Pastor. Em Ilhéus, com o bispado criado em 1913, o primeiro bispo trouxe as religiosas ursulinas, que ali fundaram o Colégio N.S. da Piedade, ao qual foi confiada a educação da juventude feminina. Este começou a funcionar em 07/02/1916, com 16 alunas, uma das quais interna e, já em 1919, inaugurou-se a Escola Normal N. S. da Piedade, que formou a 1ª turma de seis professoras em 1923. Segundo a Irmã Sacramento (2012, pp. 27, 30, 45), outro “colégio de freiras” – como era chamado – funcionou em Caetité entre 1935 e 1952, sob a direção das missionárias do Santíssimo Sacramento que vieram a convite do bispo D Juvêncio Brito. Era internato para moças e ainda oferecia escola gratuita de 1º grau e curso noturno para as empregadas domésticas.

⁸⁷ O *Diário Oficial da Bahia*, em edição comemorativa do centenário da Independência da Bahia em 1923, publicou dados das populações dos municípios, dando-nos a ver que, na mesorregião do Centro-Sul baiano, além de Caetité, destacavam-se Conquista (84.038), Condeúba (60.297) e Minas do Rio de Contas (42.128). Barra do Rio Grande, na mesorregião do vale do São Francisco, cidade de Joana Comandaroba, contava com 26.128 habitantes.

Normal do sertão. Hoje, passados quase cem anos, a par de inúmeras mudanças e novos ritmos de crescimento, há uma inversão de posições dos municípios em importância socioeconômica. Caetité classifica-se como centro sub-regional, com uma estimativa populacional de 52.353 habitantes, e Guanambi, com mais de 85.000, ocupando este o 20º lugar entre os mais populosos da Bahia⁸⁸.

Cabe-nos ainda uma referência a trabalhos reveladores de crenças e visões de mundo filtradas por olhares observadores e traduzidas em arroubos de humor sobre cenas cotidianas da vida dos sertanejos. Fatos interessantes são captados pela sensibilidade de quem valoriza o lúdico para imprimir maior leveza aos ditos e feitos, incorporando-os em algumas partes das narrações. Entre eles destacamos:

- Emiliana Nogueira Pita escreveu contos classificados pela própria autora como “Humorismo”, utilizando elementos da cotidianidade, como fé, relações de vizinhança, compadrio, sobrevivência, convivência, pobreza, amizade, solidariedade, etc., para descrever quadros vivos do que ocorria no Alto sertão da Bahia. Dos seus quarenta e quatro contos inéditos, treze são autobiográficos, referindo-se às décadas de 1930/40⁸⁹.

- Délia de Castro Costa Santos escreveu *Um mergulho no passado* (2003) a partir da sua experiência num trabalho de revalorização de brincadeiras e brinquedos antigos, no qual se destacou na arte de confeccionar bonecas de pano. Nessa atividade tornou-se colecionadora de bonecas, exibindo-as em escolas e outros espaços, fato que se desdobrou em incentivos à aprendizagem escolar, trazendo à tona uma prática muito comum nos idos de 1940 no sertão, antes da popularização de brinquedos industrializados⁹⁰.

- Maria de Lourdes Souza Cordeiro Galvão, no seu livro *Viagem no tempo* (1988), destacou “casos recreativos” nas histórias de família; ou como Marieta Lobão Gumes

⁸⁸ Estimativas populacionais do IBGE para 2014. Fonte www.ibge.gov.br.

⁸⁹ Formada pela Escola Normal de Caetité, em 1934, D. Emiliana lecionou nos municípios de Rio de Contas e Andaraí. Retornando a Caetité em 1961, assumiu as disciplinas Psicologia e Matemática no Instituto de Educação Anísio Teixeira e desempenhou funções como diretora de estabelecimentos de ensino. Aposentou-se após quarenta e quatro anos de serviços prestados à Educação. Esta autora tem um livro de poesias já publicado: *Divagando*. Salvador-Ba: Contemp, 1987. Publicou poesias em 1965 e 1987 no Diário Oficial da Bahia e outras na Revista da Academia Caetiteense de Letras em 2003, 2004 e 2005.

⁹⁰ Concluiu o magistério em Caetité e trabalhou como professora até aposentar-se. Seus poemas autorreferenciais informam sobre suas alegrias, decepções, indicando em muitos deles lições de otimismo e sabedoria. Informam acerca dos lugares por onde lecionou e transitou, sobre o sertão, o rio São Francisco e sobre a Academia Guanambiense da Letras, da qual faz parte.

(*Algodão de Seda*, 1975b) com os casos inusitados de aparecimento de cobras; ou Lucília D. Donato (2001) com as histórias de Berimbau, homem de ideias atrapalhadas e tantas outras histórias. Com esses casos, as escritas iam desfilando inúmeras situações que refletiam as alterações nos costumes e mudanças instaladas pelo progresso.

4 Perfis das memorialistas e memorialistas – escritoras

Diante dos quadros descritos, interessa-nos traçar a seguir os perfis de dez mulheres memorialistas e memorialistas- escritoras, que são: Helena Lima Santos (1904-1998); Zelinda Rodrigues Lima Teixeira (1905- 1985); Marieta Lobão Gumes (1908-2014); Joana Comandaroba (1914 - 2013); Elvira Foeppel (1923-1998); Guiomar Ferreira Coutrim (1929); Palmira Guanais de Aguiar Fausto (1933); Lucília Domingues Donato (1935); Maria Lúcia Prisco Novato (1941); Terezinha Teixeira Santos (1942). A seleção se pautou nas especificidades das escritas, nos temas arrolados, estilos ou locais de referência mais compatíveis com os objetivos deste trabalho.

Helena Lima Santos (1904 – 1998)

Figura 2- Livros de Helena L. Santos

Livros de memórias em destaque:

- *Município de Caetité*. Edição Especial 2º Centenário da Paróquia de Caetité. Salvador-BA: Imprensa Vitória, 1954.
- *Caetité: Pequeninha e ilustre*. 1ª ed. 1976.

- *Caetité: Pequeninina e ilustre*. Brumado-BA: Editora da Tribuna do Sertão, 2.ed., 1997.

Professora da Escola Normal de Caetité durante 38 anos, lecionando, desde o início, Geografia Geral e do Brasil, escreveu o seu livro de memórias com base em informações orais e escritas, apontamentos de pesquisas que foram somados à sua própria experiência. Serviram-lhe contribuições vindas de estudiosos, amigos e de outras fontes documentais, como o acervo jornalístico disponibilizado pela Família Gumes em Caetité, à qual a autora teceu agradecimentos. Natural de Livramento de N. Senhora-BA⁹¹, preferiu escrever sobre Caetité, cidade que adotou aos 22 anos, quando iniciou sua atividade profissional. Elegendo esta cidade como foco privilegiado, procurou registrar o progresso do município e da sede pelo seu destaque na educação do Alto Sertão da Bahia. Interessada que era nos assuntos da disciplina Geografia Geral e do Brasil - ministrada por longos anos até a sua aposentadoria - dedicou-se à pesquisa dos fatos em fontes orais e outros estudos que, somados à sua memória, lhe permitiram compor um amplo quadro da cidade, do município, abrangendo aspectos naturais, políticos, econômicos, religiosos e socioculturais. Dos acontecimentos vivenciados e conhecimentos acumulados pela experiência, deixou mostras de tê-los guardado na memória, anotando-os cuidadosamente para depois registrá-los em livro e em outros escritos.

Profa. Helena Lima Santos demonstrava preocupação com a perda da memória da cidade, à medida que testemunhava o desaparecimento de pessoas empenhadas na cultura local e nesse sentido comentou que o motivo do seu livro era registrar os fatos que tinha apurado sobre Caetité, como uma forma de agradecer à cidade que a acolhera de forma tão amigável⁹². Imbuída de um “dever de memória”, relacionou fatos, pessoas e famílias que marcaram presença ao longo do desenvolvimento da cidade e região.

A sua vocação para a escrita revelou-se desde as publicações na Revista de Educação da Escola Normal de Caetité⁹³, cujas matérias versavam sobre temas

⁹¹ Esse município, quando do nascimento da escritora, chamava-se Vila Velha, denominação alterada várias vezes, como Vila Nova do Brumado, Livramento do Brumado, até que a lei estadual no. 2325, de 14/05/1996, definiu o nome de Livramento de Nossa Senhora.

⁹² Santos, op. cit., p. 18.

⁹³ A Revista de Educação era uma publicação bimestral da Escola Normal de Caetité. Segundo Pedro Celestino da Silva, em matéria publicada no Jornal *A Penna* em 23/07/1931, a Revista parou de circular em seu 8º número, em Junho de 1928. No APMC existem seis exemplares, os outros dois não foram encontrados.

relacionados ao programa da disciplina, denotando estreita relação com a sua atividade docente⁹⁴.

Em 1954, foi publicado seu primeiro livro numa edição especial do 2º centenário da Paróquia de Caetité, intitulado *Município de Caetité*, trabalho cuja estrutura se aproxima do *Caetité, pequenina e ilustre* (primeira edição 1976), embora esta seja de mais longo fôlego, com aprofundamentos em vários temas apenas citados no anterior. Daí podemos inferir que, ao longo dos 22 anos passados entre as duas publicações, a escritora não parou de pesquisar e foi armazenando subsídios dos quais lançou mão nas produções encetadas até o final de sua vida.

O livro *Caetité, pequenina e ilustre* teve a segunda edição publicada em 1997, atualizada pela autora em vários pontos. Um exemplo é quando discorre sobre a evolução da antiga Escola Normal transformada em Instituto de Educação Anísio Teixeira em 1962 e outras mudanças ocorridas em 1971: “As reformas não vão parar por aí, mas no momento (1995), é o que está vigorando”⁹⁵. A relação de Intendentes e Prefeitos de Caetité, que remonta ao início do século XIX, também está atualizada até o ano da segunda edição. Novamente um intervalo de 21 anos entre as duas edições, tempo em que a professora Helena Lima esteve dedicada aos seus apontamentos.

No entanto, as dificuldades e percalços que rondam principalmente as mulheres na publicação dos seus trabalhos foram experimentados pela escritora, que passou por longa espera até 1976, para conseguir publicar seu livro pela segunda vez. E a segunda edição só foi possível graças ao empenho do seu filho, proprietário e editor do Jornal *Tribuna do Sertão*⁹⁶, que, com recursos próprios em sua gráfica, foi capaz de viabilizar a publicação. A autora afirmou, numa crônica semanal desse jornal, que contou com o patrocínio do Clube da Amizade⁹⁷ na organização do lançamento, “tendo contribuído apenas, com a despesa, como da primeira vez, não tive nenhum patrocinador”⁹⁸. Nas suas palavras, uma avaliação da edição: “Finalmente, o livro em si, está bem impresso e encadernado; terá vida útil por muito

⁹⁴ Nessa revista escreveu “A Geografia entre os antigos” (jan/1927:16-18) e “O Brasil econômico” (out/1927:170-171).

⁹⁵ Santos, op. cit., p. 75.

⁹⁶ Esse jornal, com sede em Brumado-BA, é de propriedade de descendentes diretos da escritora e nele a escritora colaborou desde a sua fundação em 1985 até o ano de 1998, quando veio a falecer.

⁹⁷ Criado em 1992, reúne professoras aposentadas em Caetité. Maiores referências a esse clube estarão no terceiro capítulo deste trabalho.

⁹⁸ Crônica do Jornal *Tribuna do Sertão*, assinada pela autora em 04/07/1997.

tempo. Não é bem ‘primeiro mundo’ mas não faz vergonha em qualquer estante, e além disso, é um esforço pioneiro no nosso sertão, onde as impressoras, as boas ainda não chegaram. E é um primeiro passo”.

Quando prefaciou o livro de poesias *Divagando* (1987) da Professora Emiliana Nogueira Pita, Helena Lima Santos comentou acerca da “batalha” que é a vida de um livro quando surge longe dos patrocinadores e elogiou o feito da colega pela publicação com esforços próprios.

Uma vasta produção jornalística da Professora Helena encontra-se no *Jornal Tribuna do Sertão*, onde colaborou durante 13 anos, primeiro na coluna “Coisas do passado” e depois na “Crônica da semana”, em que lança luzes não somente sobre um tempo remoto como também sobre o tempo da escrita. Escreveu crônicas em série acerca de cidades/municípios do Alto Sertão Baiano, elucidando visões de mundo e traços culturais peculiares que serão comentados ao longo desse trabalho⁹⁹. Sua obra, grande contributo à história local e regional, valeu-lhe o reconhecimento da intelectualidade caetiteense, com a inclusão do seu nome entre os imortais da Academia Caetiteense de Letras¹⁰⁰.

A escritora se autorrepresentou nos relatos acerca de pessoas do seu convívio, especialmente professoras com quem teceu grandes amizades. À professora Jovina Margarida da Trindade Novais admirava pelo exemplo de “*self made woman*, mulher que se fez com seu próprio esforço”. Dessa amizade pôde usufruir de muitas horas de conversas e de leituras de jornais que chegavam semanalmente, além de leituras orais compartilhadas em livros. Assim, o pouco que escreveu sobre si mesma no livro, só é percebido através da interação com amigos e grupos revelada no texto. Conforme justificou na apresentação da edição de 1997, esse foi o motivo de ter acrescentado uma nota com alguns dados biográficos¹⁰¹.

Na sua produção jornalística, escrita e publicada depois dos oitenta anos, foi possível encontrar uma tendência mais acentuada para o falar de si e, nessa seara, escreveu reminiscências desde a sua meninice aos tempos de formação, maturidade e velhice. Nessa produção, mostrou-se combativa em defesa de patrimônios culturais

⁹⁹ Dado ao enfoque pretendido nesse trabalho, não há margem para esgotar a fonte fecunda que é a produção jornalística da autora, merecedora, no entanto, de outros estudos e pesquisas.

¹⁰⁰ O projeto de inclusão do nome da professora nos quadros da Academia se deu pelo empenho do Professor Bartolomeu de Jesus Mendes, do Campus VI –Caetité/ UNEB.

¹⁰¹ Santos, op. cit., p. 61-65.

de Caetité e seu entorno e crítica em relação às ações da administração municipal e a certas mudanças ocorridas em aspectos culturais e socioeconômicos de sua cidade.

Zelinda Rodrigues Lima Teixeira (1905- 1985)

- Diários,
- Crônicas
- Romance inéditos.

Figura 3 – Manuscritos de Zelinda R. L. Teixeira

Professora diplomada em 1925 pelo Educandário do Sagrado Coração de Jesus, em Salvador – BA, (conhecido como Perdões), lecionou por um ano apenas na Escola Normal de Caetité, em 1926.

Seus diários e suas anotações comprovam uma vida de intensa afinidade com temas religiosos, talvez pela influência das instituições em que estudou, tanto em Caetité como na capital, além da familiaridade e frequência constante nos espaços de controle da Igreja Católica.

Essa escritora tinha por hábito fazer registros minuciosos da sua rotina diária; reflexo do ambiente refinado e culto em que vivia, exercitava a escrita desde muito cedo, escrevendo sobre sua vida pessoal, da qual deixou cadernos numerados de 01 a 17 com o título “Vida Interior”. No seu caderninho de “Datas importantes para mim”¹⁰², a primeira refere-se a fevereiro de 1912, quando entrou para a Escola Americana em Caetité.¹⁰³

¹⁰² O caderno não está numerado, mas, observando a lista de “livrinhos” apresentada pela autora no caderno 4, presume-se que seja o de no. 16: “Registro de datas inolvidáveis”.

¹⁰³ A escritora fez a relação de seus cadernos de anotações pessoais no caderno no. 4. Grande parte do acervo de Zelinda foi-me emprestado pelo seu neto Marcos, residente em Caetité. No entanto, os manuscritos do romance *A transplantação* não estão nesse acervo. Em entrevista de 13/03/2013, com a filha da escritora Gildete Rodrigues Lima Teixeira, fui informada de que parentes levaram originais de alguns trabalhos na intenção de publicá-los, mas ainda não o fizeram.

Na escrita do seu caderno no. 4 fez a abertura com um trecho de Elisabeth Leseur¹⁰⁴, admitindo a influência dessa autora nas atitudes e rumos que imprimiu à sua vida. Zelinda, escrevendo em 1940, fez alusão a outro de 1926, quando leu pela primeira vez a obra da escritora francesa. Escreveu:

Abri o meu caderno com as palavras edificantes de Elisabeth Leseur, por quem tenho sincera veneração. Os seus escritos são admiráveis sob todo ponto de vista. [...] É que “a sua alma é um foco de luz e calor, outras almas são alumiadas e aquecidas apenas pelo seu contacto”. Também chegou a mim um raio dessa luz... A leitura de seus escritos abriram-me novo horizonte na vida, nova visão foi-me dada da vida espiritual, em minha aridez ou desalento. [...] Inspirada por Deus, **reli** o livro de E. Leseur, onde encontrei conforto e novas esperanças. [...] Assim quero reformar-me inteiramente, tomando-a por modelo em minha jornada. Procurarei arremedá-la pelo menos. **Ela gostava de cadernos e é o meu fraco. A minha quêda por caderninhos de notas e de natureza íntima é conhecida e até mofada por alguns.** Mas persisto por não ver inconveniente. Vai pois este caderno nº 4, deste ano. Encontrei outros livrinhos, com citações e reflexões, quando li pela primeira vez o seu livro. Interessante desta vez ter tido a mesma idéia de organizar de novo a minha vida interior. Só depois de ter resolvido isto, é que fui procurar um caderno para esse fim e encontrei outros datados de 1925 – quando fiz a primeira leitura de seus escritos¹⁰⁵.

As ideias veiculadas por Leseur no seu diário secreto e publicadas após sua morte circularam com aprovação nos meios católicos. Zelinda registrou nos diários de 1925 alguns títulos das leituras que fazia, embora não constando o livro citado acima, depreende-se que foi nesses espaços de sua formação escolar que teve contato com tais ideias. O caderno no. 12, “De minhas leituras espirituais (extratos)”, tem notas escritas em língua francesa, num estilo semelhante ao do trecho citado no início do caderno 4, cuja autoria atribuímos a autoria à E. Leseur; porém, não estando datado, pode ser fruto tanto da primeira como da segunda leitura a que se referiu Zelinda¹⁰⁶.

A escritora registrou algumas das suas leituras em seus diários de 1925, como sejam: *A Hygiene da alma*, de Renato Ortigão; *Páginas escolhidas*, de Maria Amália Vaz de Carvalho; *O fim de uma Walkyria*, de M. Delly; *A madrastra cristã*, de M.

¹⁰⁴ Elisabeth Leseur (1866-1914), que viveu na alta sociedade parisiense, enfrentava ocasionalmente conflitos no casamento por discrepâncias religiosas. Buscava a paz escrevendo na intenção de mudar as convicções do companheiro a quem amava e por acreditar que não seria feliz sem ele. Após sua morte, o marido, que era ateu, converteu-se ao ler o diário que ela escreveu, tornando-se cristão e padre. Publicou o livro com o título *O diário secreto de Elisabeth Leseur*. Sabe-se que este, traduzido para o português, teve ampla aceitação e circulação nos espaços da Igreja Católica.

¹⁰⁵ Caderno no. 4, fl 7. Acervo particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira. Interessante notar que seu nome de solteira era Zelinda Teixeira Rodrigues Lima, ficando modificado após o casamento. A transcrição conserva a grafia do original. (Grifos meus).

¹⁰⁶ Caderno no. 12. Acervo particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.

Monriot, *Histórias da nossa história*, de Roberto Corrêa, *A filha do diretor do circo*, da Baronesa F. Von Brackel.

Além dos citados, escreveu outros de crônicas quando passou a residir em fazendas após o casamento, manuscritos de contos e um romance, *A transplantação* (1947), que será analisado noutro capítulo deste trabalho.

Era comum nas famílias, principalmente as mais abastadas, o uso de cadernos de lazer entre as mulheres, onde copiavam textos de terceiros, poesias, músicas, diálogos, discursos e monólogos. Sem exclusividade, as donas desses cadernos deixavam que outras mulheres do mesmo grupo familiar, jovens ou adultas, copiassem textos os quais eram oferecidos umas às outras. Vê-se ainda que, enquanto houvesse páginas em branco, eles não eram abandonados, ficavam em uso e até mudavam de dona, como o que pertenceu inicialmente a Prescilla Spínola Teixeira, datado de 29/07/1895, que passou para as mãos de Alzira Teixeira Rodrigues Lima e suas filhas Elvira e Zelinda, com cópias datadas de Junho de 1913¹⁰⁷. Nesse mesmo teor existe outro caderno pertencente a Alzira, datado de julho de 1894¹⁰⁸.

Além da facilidade de acesso aos jornais locais, a família recebia vários jornais dos grandes centros, tendo como prática reunir os folhetins, suplementos de revistas e jornais que publicavam capítulos de livros em sequência, até compor a obra completa, como exemplos: “O dedo do velho”, da escritora Júlia Lopes de Almeida - Suplemento da *Revista Ilustração Brasileira*¹⁰⁹, 1910, ou o romance “Marinheiro”, de Pierre Loti, Folhetim do *Diário Popular*¹¹⁰.

Do que sobrou da biblioteca da sua família - Rodrigues Lima – foram encontrados 102 livros, de uma literatura diversificada, constando livros de quase todos os membros da família, sendo que a maioria deles pertenceu ao Coronel Lima Júnior, pai da escritora. Alguns pertenciam a sua mãe e irmãs, como *Elles e Ellas* de Júlia Lopes de Almeida e *Maria* de H. Rider Haggard. O acervo consta de títulos

¹⁰⁷ Encontrado no APMC, Acervo Família do Barão de Caetité. Essa caixa especificamente estava em fase de classificação no momento da pesquisa.

¹⁰⁸ Arquivo Casa do Barão, Acervo Família do Barão, Cx 01, Mç 01 – Estudos Pessoais, 1870 -1927. Em Caetité, esse arquivo ainda espera ser regulamentado como patrimônio público para ser aberto à comunidade. Há uma equipe de professores da Universidade do Estado da Bahia trabalhando na organização da documentação da casa, que é importante testemunho de fatos e personalidades da história de Caetité e região entre o século XIX e início do século XX.

¹⁰⁹ Arquivo Casa do Barão. Acervo Família do Barão de Caetité. Grupo: Recortes de revistas; série Literatura, Cx 01, Mç 18.

¹¹⁰ Idem, Cx 01, Mç 14.

importantes de autores estrangeiros e nacionais, como Emílio Zola, Anatole France, Arthur Schopenhauer, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Joaquim Manuel de Macedo, Aloísio de Azevedo, Camilo Castelo Branco entre tantos outros¹¹¹.

O universo cultural de escritora era bem afinado com as atividades intelectuais da sua família. Bisneta do Barão de Caetité, seu pai foi professor da primeira Escola Normal de Caetité (1898-1903) e também escritor¹¹². Sua irmã Maria Celina, aos 10 anos de idade, escrevia poesias e contos no jornal *O Bem te vi*, em 1909¹¹³. Neste foi encontrado o texto feminino assinado por Maria – “Um passeio no campo”, que dá notícias sobre leituras de Júlia Lopes de Almeida.

Disso se depreende que Zelinda vivia num espaço bastante propício à leitura, condição primeira para desenvolvimento das prendas literárias e, diante de toda a sua produção inédita, intriga-nos o fato de a autora não ter investido na publicação dos seus trabalhos. Seria tão somente a dificuldade de penetração nos meios literários, falta de incentivos ou mesmo um receio em mostrar suas produções e submeter-se à avaliação da sociedade? Ao que parece, recursos para publicação não se configurariam como um problema diante do prestígio e das condições materiais da sua família.

¹¹¹ Arquivo Casa do Barão de Caetité.

¹¹² O irmão de Zelinda era um dos editores do *Jornal O Bem-ti-vi*. Consta ainda no Arquivo da Família do Barão – documentação em fase de classificação – a ata do exame de admissão à Escola Normal, em 13/04/1898, de Alzira Spínola Teixeira Rodrigues Lima, mãe de Zelinda, “aprovada plenamente”. No entanto, seu nome não está entre as formandas das três turmas da 1ª Escola Normal (está fechada em 1903 “por motivos políticos”).

¹¹³ Foram encontrados no acervo Casa do Barão em Caetité (ainda em fase de catalogação) números do *Jornal O Bem-ti-vi* referentes aos anos 1912 a 1914, impressos na Thipographia d'A *Penna*, na mesma cidade, tendo como redatores Anísio S. Teixeira e Mário Lima (tio e irmão de Zelinda respectivamente). Até janeiro de 1914 circulou como “Orgam da Infância”, passando, daí em diante, a ser “Orgam da Juventude”. Constava de publicações em capítulos de textos de escritores famosos como Júlio Verne e Almeida Garrett, pensamentos de filósofos, charadas. O único texto feminino encontrado foi o de Maria – “Um passeio no campo”, citado acima. No entanto, essas fontes trazem dados novos, se comparadas à matéria de 23/07/1931, publicada n'A *Penna* por Pedro Celestino da Silva, com o título “A Imprensa na cidade de Caetité (entre 1896 e 1931)”, quando afirmou que o *Jornal O Bem-ti-vi* e o *Arrebol* publicados em 1918 eram impressos fora de Caetité. (Arquivo Casa do Barão, Acervo da Família do Barão de Caetité, Série: Jornais e Série: Estudos Pessoais 1870-1927, Maço 1, classificação em andamento).

Marieta Lobão Gumes (1908-1914)

Produção memorialística:

- Caetité e o clã dos Neves, Salvador, s/ed, 1975 a.
- Algodão de Seda. Salvador-BA: Mensageiro da Fé, 1975 b¹¹⁴.
- Mensagens do coração (Oblata). Salvador- BA: Contemp Editora Ltda., 1986.

Figura 4 – Livros de Marieta L. Gumes

Nascida em Caetité em 1908, vivenciou intensamente o ambiente escolar, espaço de atuação da sua mãe, Maria Theodolina Neves Lobão. Só conseguiu concluir o curso de professora primária em 1939 – portanto aos 31 anos de idade, situação essa justificada com as seguintes palavras (1975a, p. 134): “Vencendo algumas resistências e obstáculos consigo realizar um dos meus sonhos – diplomar-me pela Escola Normal, o que não me fora possível logo no início de seu funcionamento”.

Em *Algodão de Seda* (1975b), a autora brinda-nos com um livro no estilo de crônicas, escrevendo sobre si mesma na maioria delas. Além de explicitar momentos de aprendizado em que ia acumulando suas próprias experiências, discorreu acerca de lições aprendidas pelos seus irmãos e por outras pessoas em situações excêntricas. Dessa forma, ela se expressava também pelo que acontecia na interação com os familiares e pessoas da comunidade.

Publicado no Ano Internacional da Mulher, traz na dedicatória a intenção de contribuir com o movimento de valorização da mulher. Nesse livro, a autora fez um registro primoroso dos costumes, hábitos e usos sertanejos, refletindo o imaginário da população, preso às crendices populares, mitos e assombrações. Pintou retratos da cidade de Caetité nas primeiras décadas do século XX, cenas de uma materialidade concreta das ruas, das estruturas da educação e outras tantas informações sobre um

¹¹⁴ Sendo as duas publicações feitas no mesmo ano, convencionou-se, no âmbito desta pesquisa, distinguir uma da outra, utilizando as letras a e b para identificação de *O clã dos Neves* e *Algodão de seda* respectivamente.

largo período, visto que as suas reminiscências cobriram não só os anos da infância, mas também os da maturidade. Esses retratos emolduraram um sertão mais generoso, não sem as dificuldades inerentes a todo espaço encravado num interior distante das áreas mais privilegiadas, coadunando-se com os objetivos de uma escrita que reflete o contexto de construção da nação, a partir da memória local e regional.

De caráter regionalista, sem dúvida, o seu estilo pauta-se na amostragem de vidas simples, evidenciando a alimentação e a mesa farta do sertanejo; vez ou outra, flashes de pobreza extrema acudida pela ação filantrópica de sua família (mãe e filha).

Seus escritos foram feitos após a viuvez, quando já vivia a chamada “terceira idade”. Nos dois volumes de 1975, que se transformaram em fontes de informação sobre a região descreveu cenários da sua infância e juventude nos ambientes singulares do Alto Sertão da Bahia. O terceiro foi escrito para homenagear a sua mãe, no ano do centenário do seu nascimento e publicado em 1986. Neste, além das homenagens e de acrósticos para pessoas do seu convívio, escreveu também algumas crônicas sobre aspectos da sociedade local que serão comentados ao longo deste trabalho.

Logo após sua morte, a Academia Caetiteense de Letras registrou o seu nome entre os imortais da academia, como reconhecimento pela sua contribuição literária à cultura baiana.

Joana Comandaroba (1914 - 2013)

Produções em pauta:

- *Memórias da Dinda*. Salvador-BA: EGBA, 1997.
- *O último canto do cisne*. Salvador-BA: EGBA, 2009, 2 ed.
- *Elementos humanos que fizeram a Barra no passado*. Barra-BA: Gliffo Comunicação, 2011.

Figura 5 – Publicações de Joana Comandaroba

Nascida em 1914, a professora Joana Comandaroba começou a escrever com a proposta de trazer informes para melhor conhecimento e valorização da cultura do Médio São Francisco em comparação com a de outros povos. Esses três trabalhos

representam respectivamente o estilo autorreferencial, o enfoque acerca de lugares e, por último, sobre pessoas, porém há intersecção entre eles. Narrou vivências acumuladas em suas viagens por várias partes do mundo, fez ainda apologia à cidade da Barra- BA e a pessoas ilustres que ali se destacaram, utilizando como recurso os discursos proferidos durante comemorações e solenidades cívicas e religiosas.

A escritora memorialista, apoiando-se em sua memória e colocando-se no centro da narrativa, discorreu sobre fatos vividos desde pequena quando se mudou da sua cidade natal (Xique-Xique), passando pela mocidade e vida adulta, quando, além de professora por longos anos, exerceu a função de vereadora entre 1951 e 1988.

O fato de ter estudado e lecionado em colégio de orientação católica rendeu-lhe sólida formação religiosa e participação assídua em campanhas da sua igreja. Conquistou autonomia e reconhecimento profissional em toda a região.

Iniciou sua atividade literária com um livro de memórias – *Memórias da Dinda*, publicado em 1997, quando já vivia seus 83 anos – e continuou intensa atividade literária com outras publicações de valor para a região baiana do Médio São Francisco.

Em *O último canto do cisne*, a escritora reuniu registros de cidades, povoados e municípios da região do Médio São Francisco, elencando 19 deles, apoiando-se em suas vivências e viagens por essas localidades e nas de outros colaboradores conhecedores das histórias locais. Vale lembrar que, na 1ª publicação desse livro (2004), a autora comemorava os seus 90 anos, quando transitava com facilidade pelos lugares mencionados, recebendo consideração e simpatia dadas ao valor do seu extenso trabalho nas comunidades citadas.

Joana, aos 95 anos de idade, publicou *Elementos humanos que fizeram a Barra no passado* (2011), onde reuniu os seus discursos proferidos em ocasiões especiais de visitas de presidente da república, governadores de estado, políticos que iam à cidade. Assim apresentou o seu talento no uso da retórica, além de acrescentar dados sobre sua liderança em ações coletivas.

A empreitada de publicar seus trabalhos contou com o empenho de pessoas que reconheceram seu mérito e até de políticos influentes da capital baiana, visto que a autora era conhecida também nesses espaços. A carreira literária teve impulso

principalmente após a aposentadoria quando ela mesma reconheceu: “Fui professora por 40 anos. Parei de ensinar aos 80 e aí deu um vazio. Preenchi com a literatura”¹¹⁵.

Elvira Foeppel (1923 - 1998)

Romance autobiográfico:

- *Muro Frio*. Rio de Janeiro: Editora Folha Carioca, 1961.

Figura 6 – Ilustração do livro Muro Frio

Escritora nascida em Canavieiras, litoral baiano, cresceu em Ilhéus-BA, onde concluiu o Curso Normal no Colégio N. S. da Piedade, em 1943. Durante a sua formação iniciou-se em atividades teatrais e literárias que a encaminharam para uma vida de identificação com esse campo. Exerceu o magistério por pouco tempo, estreando como poetisa no Jornal *Diário da Tarde* no ano seguinte ao da sua formatura¹¹⁶. Almejava para si um estilo de vida com mais autonomia e mais oportunidades para os seus projetos literários, que, somados à insatisfação com as estruturas e os costumes do lugar, a levaram a mudar-se para o Rio de Janeiro em busca de espaços propícios ao reconhecimento, publicação e divulgação de seus trabalhos¹¹⁷.

No livro *Muro Frio* (1961), a escritora produziu uma escrita autobiográfica, em terceira pessoa do singular, utilizando a personagem Marta como protagonista de fatos e ideias compatíveis com as situações vividas por ela própria em fases anteriores. Descrevendo o retorno à cidade da sua infância e adolescência, recorreu às lembranças trazidas pela memória, atribuindo-lhe o epíteto de “muro frio”.

¹¹⁵ Comandaroba, (2011, p. 215). Outras produções de Comandaroba: *Barra, um retrato do Brasil* (1999) e *O caminho do Cristianismo* (2011). O primeiro, escrito em coautoria com o Frei Arlindo Itacir Battistel, é um extenso manual sobre usos, costumes e cultura material da região do Médio São Francisco.

¹¹⁶ Jornal que circulou em Ilhéus no período entre 1928 e 1998. Segundo Mazzoni, estudiosa dessa escritora (2003, p. 32), há a publicação de 28 dos seus poemas entre 1944 e 1947, no *Diário da Tarde*. Sobre a história do jornal, leia-se Barreto e Gonçalves (2011), dentre outros.

¹¹⁷ Mazzoni, (op. cit., p. 40).

Em estilo enigmático e intimista, narrou episódios que intercalam ora o tempo da infância, ora o tempo do retorno à cidade (ou o momento da escrita), no correr de três décadas da sua vida, expressando insatisfação e desejo de mudança para a condição da mulher na sociedade brasileira. Diferentemente da maioria das outras narradoras, Elvira percorreu caminhos da autonomia desejada em relação à sua família e à sua terra natal.

O livro expressa, em todo seu conteúdo, as posições feministas da autora, em críticas mordazes e recorrentes à ordem conservadora predominante em espaços urbanos pouco desenvolvidos. Critica a Igreja, os preconceitos e a maledicência característica das pessoas daquele lugar, onde as transformações sociais ocorriam muito lentamente. Publicou *Chão e Poesia*, em 1956, e *Círculo do medo*, em 1960, porém, para este trabalho, a escolha recaiu sobre *Muro Frio* (1961), por trazer temas valorosos a um enfoque feminista.

Guiomar Ferreira Coutrim (1929)

Livro de memórias:

- *Guiomar, Determinada a ser feliz.*
Guanambi –BA: Gráfica Bahia, 2010.

Figura 7 – Livro de memórias de Guiomar F. Coutrim

A narradora em pauta, distancia-se das demais, pelas condições singulares de suas origens e de suas vivências em espaços carentes de recursos na zona rural de Palmas de Monte Alto- BA. Registrou suas dificuldades para estudar e para sobreviver no único livro que escreveu. Colocou-se no centro da narrativa, descrevendo em linguagem simples as experiências do tempo vivido no meio rural e em pequenas cidades do interior da Bahia. Registrou casos inusitados de situações vividas em família, estratégias de sobrevivência, criatividade e peripécias vividas com os irmãos, ao tempo em que desnudou as agruras e dificuldades do viver sertanejo. Quando

criança, soube aproveitar a oportunidade de estudar numa escola primária a nove quilômetros da sua casa – distância percorrida a pé, todos os dias, para adquirir as primeiras letras e, a partir daí, tornou-se autodidata no aprendizado da arte de costurar, fazer bolos e outros ofícios que lhe garantiram modos de subsistência num meio pobre em oportunidades de trabalho. No entanto, não desistiu do projeto de aprimorar-se pelos estudos e, tão logo lhe foi possível, concluiu o ensino médio aos 74 anos de idade.

Essa produção escrita caracteriza-se predominantemente pela intenção de justificar o título: “determinada a ser feliz”, na qual a autora abarcou um longo período da sua existência, ao contrário de algumas que encerram suas narrativas à época do casamento. Escreveu exercitando a memória com relembrações e contando histórias de vitórias e otimismo diante das vicissitudes. Expôs umas tristezas, como a maleita (malária) que a acometeu, trazendo consequências nefastas sobre a sua primeira gravidez, ou a morte de um filho adulto provocada por aneurisma. Seus relatos estão centrados em si mesma, seu lugar na família, suas ações e à forma como superou todos os reveses impostos pelo mundo. As decepções estão relacionadas principalmente ao seu casamento, sobre as quais teceu comentários diluídos nas histórias cheias de bom humor¹¹⁸.

Em suas narrativas revelou-se curiosa e destemida desde tenra idade, usando criatividade e buscando alternativas no enfrentamento aos desafios, comportamento que manteve nos anos de maturidade. Além da sua trajetória singular, apresentou peculiaridades do viver nos sertões da Bahia, nas décadas de 1930 a 1950.

¹¹⁸ Coutrim, (2010, p. 73;118).

Palmira Guanais de Aguiar Fausto (1933)

Livro de memórias:

- *Cartas na mesa – hora de recordar*. s/local, s/ed, 2013.

Figura 8 – Ilustração do livro *Cartas na mesa... hora de recordar*

Acerca dos seus “casos” excêntricos e bem-humorados, a caetiteense ouvia sempre de uma amiga: “Ponha no papel, Palmira”. Essa expressão provocou na narradora uma reflexão sobre o “tempo que passa” muito velozmente, vindo daí a decisão de escrever as suas histórias, quando já assomava as portas da “terceira idade”. Seus registros abarcam fatos dos caminhos percorridos em todas as fases da sua existência, datando-os a partir de 1996, com uma maioria deles concentrada em 2001.

As experiências narradas pela autora se referem a períodos intercalados de residência ora em fazendas, como Lagoa da Tabua, onde nasceu, morou até os seis anos e onde passava as férias escolares, ou Lagoa Funda onde morou 18 anos depois de casada; ora na cidade de Caetité, onde permaneceu até terminar o curso normal em 1950 e para onde retornou na década de 1970.

Interessantes são os seus escritos num estilo direto e sem rodeios, comentando acontecimentos corriqueiros de um sertão semiárido, carregado de dificuldades, onde podia ver de perto as agruras das pessoas simples da zona rural, no entorno da sua fazenda. Convivia com trabalhadores rurais, seus empregados ou não, participando dos seus dilemas e, quando possível, ajudando-os efetivamente, buscando ou apontando soluções. Ensinou a ler muitas crianças sertanejas, além de intermediar negócios do marido, quando o caso exigia diplomacia e negociação financeira junto à família. Suas narrativas mostram que a vida no campo foi sempre um aprendizado, sobretudo no processo de estreitamento das relações humanas, diante das muitas situações que enfrentou, e para as quais encontrou saídas.

Sua trajetória como professora na cidade nada deixou a desejar em dinamismo e em busca de novos aprendizados, tanto na área profissional como nas iniciativas de solidariedade e amor ao próximo. Ao longo de todo o livro, foi descortinando o Alto Sertão da Bahia em seus movimentos locais e em fatos de abrangência regional. Em revelações despretensiosas e sutis, faz comentários acerca de estruturas patriarcais e práticas autoritárias no cotidiano dos espaços privados e públicos, assim desvelando subjetividades femininas escondidas em contextos pouco favoráveis.

Cartas na mesa... hora de recordar é mais uma publicação das que acontecem com recursos próprios da autora, que felizmente vem somar contribuição à cultura sertaneja. Nesse caso, a popularização do acesso aos progressos gráficos e técnicos colaborou com a preparação do livro.

Lucília Domingues Donato (1935)

Produção em pauta: *Catarina, mais menina que moça*. Guanambi-BA: Gráfica Papel Bom, 2001.

Figura 9 - Ilustração do livro *Catarina, mais menina que moça*.

Formada pela Escola Normal de Caetité-Ba, essa escritora guanambiense só começou a escrever e publicar depois de aposentada do seu ofício de professora. Nesse livro em especial, dedicou-se à empreitada de realizar uma escrita autorreferencial, recorrendo à protagonista Catarina como espelho da sua trajetória nos anos 1940 e 1950, em duas pequenas cidades do interior da Bahia: uma, sua terra natal e residência fixa, outra, onde aprimorava a sua instrução e paralelamente interagia em espaços de sociabilidade, intercalados aos períodos de férias transcorridos no seio da família. Empregou como recurso, no seu texto, nomes fictícios de lugares e personagens em histórias de fatos vividos ou ouvidos e rememorados no momento da escrita.

Num estilo intimista e adotando a terceira pessoa do singular, Lucília D. Donato coloca-se no centro de uma narrativa bem humorada em torno do caso de amor que resultou em seu casamento, apresentando dados acerca da formação de subjetividades femininas, carregados de informações acerca do sertão baiano.

O livro aborda um conjunto de singularidades das pequenas cidades interioranas, contando muito sobre sua dinâmica, seus avanços e atrasos naquele contexto baiano. A respeito da educação delinea as estruturas das escolas e práticas costumeiras com a descrição de castigos físicos aplicados à época. Ocupa-se ainda das festas religiosas e do imaginário popular com base em suas vivências ou nos muitos relatos ouvidos sobre brigas políticas entre coronéis ou assuntos de outrora, contribuindo para o conhecimento da história regional e construção da memória nacional, objetivo comum entre essas escritoras.

Suas aptidões para a arte literária fizeram com que o seu projeto inicial de escrita de um livro de memórias se ampliasse para produções de romances e livros infantis já publicados¹¹⁹, sem participação de patrocinadores, à semelhança de outros casos analisados neste trabalho.

Maria Lúcia Prisco Novato (1941)

Livro em pauta:

- *Arquimimo* (Romance). Feira de Santana: G&E criação e produção, 1997.

Figura 10 - - Ilustração do romance *Arquimimo*

Caetiteense de nascimento, viveu os primeiros anos de sua vida na cidade de Rio de Contas, retornando a Caetité para completar os estudos. Trabalhou como professora no Instituto de Educação Anísio Teixeira (Caetité-BA), mas investiu em

¹¹⁹Entre as publicações de Lucília D. Donato podemos citar: *Amor além-mar*, Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2008; *Tito e a flauta encantada*. Guanambi-BA: Gráfica Papel Bom, 2009; *Jeremias e o burrinho*. Guanambi-BA: Gráfica Papel Bom, 2009.

novos estudos na capital baiana, culminando com a conclusão do curso de Direito na Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus/Itabuna-BA), alçando-se à posição de Juíza de Direito em Jequié-Ba, função que exerceu até a aposentadoria.

É escritora de talento reconhecido, tendo publicado contos e poemas antes da edição do livro aqui em pauta¹²⁰.

O livro *Arquimimo* é organizado como autobiografia em duas partes: numa, faz narrativa em primeira pessoa e sobre si, intercalando a descrição das festas religiosas, descrevendo cenas cotidianas e traços de uma cultura sertaneja, como seja a festa do padroeiro, festa junina - com as superstições das moças casadoiras e outras credences populares - a semana santa com as regras de proibição, a festa de reis, festa do divino, mulheres em procissão cantando para pedir chuva, Na outra, escreve uma trama bem urdida, na qual descortina as intrigas políticas - apontando de forma crítica o envolvimento da Igreja e os abusos de poder muito comuns nas disputas pelas lideranças locais e estaduais; descreve ainda o submundo da pobreza, das traições amorosas, do viver simples do sertanejo trabalhador.

Para a autora, Rio de Contas é a cidade que lhe “emoldurou os anos da infância e da adolescência”, portanto lugar das suas vivências e enredos, representada numa narrativa que incorpora ora elementos da realidade concreta, ora elementos ficcionais na identificação das personagens.

Publicado em 1997 e registrando fatos das décadas de 1940 e 1950, Maria Lúcia demonstra sensibilidade na percepção das mudanças e apurado senso crítico quando denuncia preconceitos e recrimina os meios escusos de exercício de poder. Em representações acerca das posições conservadoras dos modos de viver intercala ficção e realidade para mostrar a existência de modelos distantes dos convencionais e desmitificar verdades firmemente instaladas naquela sociedade interiorana.

Esse seu livro ilustra com lucidez as mudanças históricas da região, no período em foco e demonstra o seu nível de percepção acerca das mudanças, um posicionamento político mais crítico, assumindo uma visão de mundo mais moderna do que a maioria das professoras narradoras.

Terezinha Teixeira Santos (1942)

¹²⁰ O conto “O sacristão” de sua autoria foi premiado no concurso de Contos do extinto Jornal da Bahia (1958-1994) que o publicou. Depois de *Arquimimo*, publicou, *Os Irmãos da Cruz* (2001, sem editora, consta o nome da Gráfica Eureka).

Figura 11 – Algumas publicações de Terezinha T. Santos

Livros em pauta:

- *Lembranças de um povo*. Guanambi-BA: Gráfica Giordani, 2002.
- *Uma vida nos caminhos do tempo*. Guanambi: Gráfica Giordani, 2004
- *Uma lagoa nas trilhas das tropas*. Guanambi: Gráfica Giordani, 2013

A professora Terezinha Teixeira Santos, identificando-se com suas aptidões pela escrita, concilia a sua produção literária com outras atividades ligadas à educação no município de Guanambi - local de seu nascimento – e a outras ligadas a projetos comunitários e sociais. Sua primeira publicação versou sobre a descrição das etapas da construção de um centro comunitário realizado pela Igreja Católica, da qual recebeu apoio para publicação em 1999. A partir dessa, a escritora tem publicado várias obras - sem apoio de patrocinadores¹²¹ - elegendo temas ligados à história e cultura locais, que transitam entre fatos reais e pequenas doses de ficção, quando emprega nomes fictícios e personagens criadas para representarem situações concretas da vida no sertão baiano, a exemplo de *As dores da seca* (2010) conforme asseverou:

¹²¹ Estão entre as publicações da autora: *Assim Nasceu Betânia* (Guanambi: Ed. Gráfica Giordani, 1999) - Registro literário das etapas da construção do Centro Comunitário Betânia. *Florzinha – A gatinha fujona* (Guanambi: Ed. Gráfica Giordani, 2003) - Literatura Infantil, incentiva o amor pelos animais e orienta sobre os cuidados que devemos ter com eles. *Uma vida nos caminhos do tempo* (Guanambi: Gráfica Giordani, 2004) Escreve memórias sobre a vida do seu pai – Domingos Antonio Teixeira. *Elogios à vida* (Guanambi: Gráfica Giordani, 2005) – Poesias inspiradas no perfil das flores e relacionadas a aspectos da vida humana. *As dores da seca* (Guanambi: Gráfica Giordani -2010) – Descreve a vida de uma família que viveu os problemas da seca de 1939 no sertão baiano. *Uma lagoa nas trilhas das tropas* – Gráfica Giordani, Guanambi, 2013 – retrata as origens de Guanambi. Está no prelo: *Buscando Origens e Descortinando raízes* - registros da árvore genealógica de seus netos (não tive acesso).

Eu quero muito ir buscar a verdade do que estou escrevendo, eu pesquiso, vou atrás das pessoas. Pra escrever *As Dores da Seca*, fui conversar com pessoas que se lembravam da seca e procurei assimilar a sua linguagem, depois criei os personagens. Fico pensando se os leitores vão entender que estou narrando a realidade através de Severino e de sua família, será que está certo escrever desta forma?¹²²

N'As lembranças de um povo, a narradora escolheu como questão a vida de pessoas excêntricas que viveram em Guanambi. Para apresentar as características e modos de viver de cada personagem, descreveu tradições, costumes, credences e acontecimentos peculiares ao sertão no interior da Bahia. Escreveu sobre 20 tipos humanos escolhidos entre pessoas simples que refletiam aspectos da realidade sertaneja e que carregavam algum tipo de infortúnio, todas de comportamento destoante dos padrões convencionais. É como se quisesse chamar a atenção de órgãos públicos, instituições e toda a sociedade para essas criaturas desamparadas pelo poder público.

Entre os eleitos estão seis mulheres cujas limitações e traços de sofrimento foram apresentados com simpatia e respeito. No capítulo “Tia Joaninha”, a autora relembra cenas da sua meninice e escreve rimas “A rua da minha infância” – infância esta vivida no final da década de 1940 e início da década de 1950.

Terezinha, assim como a maioria das memorialistas, não se furtou a escrever acerca da memória da sua cidade e da sua região, demonstrando as influências da sua formação no Colégio e Escola Normal São Lucas em Guanambi. As publicações citadas acima, recuperam informações importantes sobre a história do município, compiladas a partir das pesquisas da autora em fontes locais, testemunhos orais e dados do acervo particular da Família de Domingos Antônio Teixeira, o Teixeirinha, seu pai. Incansável na arte de escrever e publicar, já conta com mais de uma dezena de livros. Recentemente publicou: *Gentio, uma vila submersa. Memórias e saudades* (2015)¹²³.

Apresentadas essas mulheres escritoras baianas, cabe-nos uma reflexão: teria sido melhor a cada uma deixar-se sucumbir pelas labutas cotidianas intermináveis do lar, desistindo dos atrativos da escrita, ou enfrentar e derrubar barreiras para exercitar

¹²² Entrevista concedida à pesquisadora em 24/01/2011.

¹²³ Terezinha T. Santos atualmente é diretora da Casa do Escritor, em Guanambi-BA, que tem o nome do seu pai. É membro da Academia Guanambiense de Letras e da Academia Montesclarensense de Letras (MG). Sua última publicação é mais um resgate de memória da antiga vila submersa pela construção da Barragem de Ceraíma, no município de Guanambi.

uma prática prazerosa e enriquecedora não só para quem escreve como para quem lê? Seria justo preocupar-se com uma “forma correta de escrever”, como demonstrou Terezinha, ou embrenhar-se no mundo da escrita e da criação, legando para outras gerações o dito, o feito e o vivido acerca de hábitos culturais que, em sendo modificados, ficam ameaçados pelo esquecimento? Colocar no papel não seria uma maneira de trazer a lume imagens, lembranças e realidades de outrora, antes que se apagassem pelo esquecimento?

As escritas dessas professoras representam ainda posicionamentos políticos e de resistência quando denunciam mazelas sociais, desmandos e negligências dos poderes constituídos ou demandas sociais que não foram contempladas por esses poderes. Imbuídas da missão de educadoras responsáveis pela legitimação de uma ideologia nacional, e tributárias dos esquemas educacionais presos à tradição e conservação impostos na Primeira República, ou na Era Vargas, as memorialistas-escritoras Terezinha, Helena, Marieta, Joana, Lucília e tantas outras contribuíram para a construção de uma memória da Nação, atrelada à uma memória que também é local e regional. Ao contrário, as memórias em escritas romanescas de Elvira e Maria Lúcia trazem posicionamentos políticos mais críticos e, ao que parece, assumem visões de mundo mais modernas.

Esses registros de mulheres de várias gerações, evidenciando fatos sociais, movimentos e processos quase sempre vivenciados ativamente, trazem conhecimentos primorosos para estudos em vários campos do conhecimento humano e vêm enfrentando os desafios imputados às tarefas de publicação tão necessárias a uma merecida divulgação.

5 Produção e condições de publicação

Se fôssemos discorrer aqui apenas sobre produções de autoras famosas, já esbarraríamos nos empecilhos que desde muito têm sido atribuídos às mulheres para se verem incluídas nas Academias de Letras, ou para terem seus trabalhos reconhecidos. Dificuldade maior ainda era publicar livros. Muitas delas afeitas à arte da escrita ficaram circunscritas às publicações de poesias e crônicas em jornais ou revistas, por serem espaços em que encontravam melhor acolhida.

Para perceber a presença dos trabalhos de autoria feminina nos meios de divulgação e leitura, pesquisamos acervos de jornais de algumas cidades,

principalmente no Centro-Sul baiano, onde constatamos que, nas décadas de 1930 e 1940, aumentou o número de mulheres como colaboradoras regulares de alguns jornais baianos sertanejos. No Jornal *A Penna*, que circulava em Caetité e região, a coluna “Sociais”, na década de 1920, era assinada por Lúcia e Gaby, constando simplesmente o prenome. Cynira Braga escreveu “A palestra” na coluna Página Feminina, aconselhando às mulheres o hábito da leitura, ponto de partida para a desenvoltura em palestars, em qualquer ocasião e arrematou: “Lêr (sic) é, pois, o ponto de partida para uma jovem obter o dom maravilhoso de encantar pela escrita”¹²⁴.

Gaby continuou publicando no início da década seguinte e, se permaneceu por alguns anos, é porque adotava posturas contemporizadoras nos assuntos abordados, explicando e divulgando ideias feministas sobre moda, voto feminino, etc., porém com as ressalvas de quem se mostrava atrelada aos ditames convencionais. Receava expor-se a julgamentos públicos? Divulgou que publicaria um livro:

Sei que o meu livro não vae agradar geralmente, mas não escrevo para agradar a ninguém, tenho mesmo a preocupação de ser sincera no que sinto e do que digo; vivo com as minhas opiniões e com as minhas convicções de que já passou trinta janeiros a uns três pares de annos educando o espirito na adversidade e na experiência das cousas mundanas; eu escrevo como penso e como melhor compreendo o mundo moral e por conseguinte estou agradando a mim mesma. [...]Não vou adiante, deixo o leitor na incerteza de saber sobre que assumpto versará o livro de u’a mulher sertaneja nascida aqui e que do mundo geográfico só conhece os Estados de Minas, S. Paulo e Distrito Federal. Ass. GABY¹²⁵.

Nas publicações quinzenais do mesmo jornal, encontramos crônicas assinadas por Verbena, Rosa e Madresilva, nos anos de 1940 e 1942, com posicionamentos ligados às tradições culturais. De igual teor foram as publicações de professoras na Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, em que contemplavam, preferencialmente, temas ligados às disciplinas que ministravam e ainda exercitavam a missão de “construtoras da nação”. N’O *Cinzel*, editado em Rio de Contas (1913 a 1926), algumas crônicas isoladas de autoria feminina como as de Liêta e Eulália Martins, além de poesias de Áurea Miranda, Yvonne e outras¹²⁶.

¹²⁴ A autora desse texto sugeriu ainda a leitura de alguns autores, dentre os quais Luís Guimarães Filho e Eça de Queiroz. Jornal *A Penna*. (07/03/1929).

¹²⁵ Jornal *A Penna* (21/06/1928). APMC. Não encontramos evidências da real publicação desse livro. No capítulo 2 deste trabalho, voltaremos às escritas de Gaby, para outros comentários.

¹²⁶ Acervo do Jornal *A Penna* (digitalizado), encontrado no Arquivo Público Municipal de Caetité e do Jornal *O Cinzel*, no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas.

Há, entretanto, jornais que não trazem nenhuma matéria de autoria feminina, como o *Correio de Ilhéus* (1929 e 1930)¹²⁷. Se mulheres escritoras se esquivavam diante das críticas das quais certamente seriam vítimas, sabe-se que muitas ocultaram seus escritos ou publicaram sob pseudônimos, escondendo as suas verdadeiras identidades. No jornal *Estado da Bahia* (1933) havia uma página literária em que alguns textos eram identificados apenas pelas letras iniciais do autor ou autora e, assim, como saber se ali estava uma autoria feminina?

Um caso em especial vem denotar a ausência de divulgação dessas produções. O Teatro São Carlos em Rio de Contas, na década de 1930, era um espaço com intensa atividade cultural, com apresentações de dramas, comédias, monólogos e diálogos, com participação majoritariamente feminina, entretanto não foi possível resgatar nenhum exemplar das tantas peças anunciadas e encenadas¹²⁸, nem apurar quem eram os autores ou autoras. Se as mulheres eram tão atuantes nas apresentações teatrais, também não estariam envolvidas na escrita dessas peças? Onde estariam elas? Essa é uma questão a ser desvendada por outros estudos e por outros pesquisadores que podem trazer resultados surpreendentes.

No caso das memórias selecionadas para esta pesquisa, constatamos uma luta árdua das interessadas na publicação de seus trabalhos, desde as que peregrinaram em busca de patrocínio às que assumiram a produção, divulgação e comercialização do livro com seus próprios recursos. Sendo autobiográficos ou noutro estilo, com as dificuldades de divulgação e trânsito por espaços mais amplos, comumente ficaram circunscritas a uma circulação mais regional e local. Algumas publicações da década de 1930 foram realizadas por órgãos vinculados ao governo da Bahia¹²⁹. Somente após 1990, ocorreu uma descentralização de editoras e gráficas para cidades de

¹²⁷ Pesquisa de todos os exemplares dos anos 1929 e 1930, encontrados no Arquivo Público da Bahia.

¹²⁸ No Teatro São Carlos (Rio de Contas-Ba), em 25/09/1938, numa extensa programação a ser iniciada às 20h, anunciava-se “Reveses da sorte” (drama sentimental em 2 atos), apresentado por Hildete, Dolores, Olga, Clotilde, Hormezinda, Isaura, Carlota e Guiomar; “A cozinheira” (monólogo), por Joanita; “Um quarto de hora”, por 3 mulheres e várias outras para o mesmo dia. (Pasta Teatro São Carlos, folhetos de divulgação. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas).

¹²⁹ Comandaroba (1997, p. 7) registrou que, mesmo militando em oposição partidária ao Senador da Bahia - Antônio Carlos Magalhães - recebeu dele e do então Governador Paulo Souto apoio para publicação do seu *Memórias da Dinda*. Expressa os seus agradecimentos pela satisfação “em vida plena”.

médio e pequeno porte, por conta dos avanços tecnológicos que trouxeram alguma redução de preços na confecção de livros¹³⁰.

Conta-nos Elzita Teixeira Ladeia, já com vários livros editados, que os enviava para exame em editoras de cidade grande e, quando aprovados, arcava com o ônus da publicação, cujo retorno buscava na comercialização dos exemplares¹³¹. Passando a publicar em Guanambi, o processo tornou-se menos complicado, mas não mais fácil do ponto de vista das despesas assumidas. O socorro, em alguns casos, pode vir de filhos ou parentes próximos que têm a intenção de resguardar e evitar que se percam informações sobre valores, hábitos, atitudes e outras tradições familiares.

Notória foi a empreitada de Délia de Castro Costa Santos, que publicou 4 livros entre 1997 e 2009, garimpando apoio de patrocinadores cujos nomes constam em cada edição. Para publicar *Mais além... Haikais* (2009), elencou 4 patrocínios, além de 09 nomes em “Apoio Cultural” e onze como “Amigos da Leitura”¹³².

As memorialistas que publicaram trabalhos antes da década de 1990, o fizeram em editoras de grandes centros, como foi o caso dos dois primeiros de Marieta Lobão Gumes. Um caso à parte foi a 2ª edição de *Caetité, pequenina e ilustre* (Santos, 1997), feita na Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, em Brumado-BA, graças ao interesse do proprietário, filho da autora, que, com essa edição, inaugurou uma nova fase de atividades em sua empresa. Editado com recursos próprios, diz ele à página 5 da 2ª edição (1997): “Não apenas compusemos, formatamos, imprimimos e encadernamos a publicação em nossas oficinas”. Justificou que para isso teve que vencer muitos obstáculos. O livro foi distribuído aos livreiros e divulgado de outras formas, com o intuito também de um retorno financeiro para cobrir despesas e garantir o pagamento dos direitos autorais.

Dedicar-se à feitura de livros exige técnicas e equipamentos mais aprimorados, além de mão de obra especializada, a partir dos quais se pode conseguir resultados em volume e qualidade de edições, a começar pela encadernação. Terezinha Teixeira Santos conta com sete edições, todas feitas na Gráfica Giordani, em Guanambi. Outras, editaram nas gráficas Bahia e Papel Bom na mesma cidade. Interessante

¹³⁰ Tomando como exemplo Guanambi, cidade em que se concentram memorialistas e onde foram produzidos livros a partir de 1990, constatamos que a 1ª gráfica da cidade - Gráfica Guanambi, funcionando desde 1973, não confecciona livro, dedicando-se à demanda de outros materiais gráficos.

¹³¹ Informação de Elzita Teixeira Ladeia à pesquisadora, em 26/01/2011, em Guanambi.

¹³² No livro *Mergulho no passado* (2003) não constam nomes de patrocinadores; nos livros de poesias *Águia Solitária* (1997) e *Não mais* (2001), constam respectivamente 11 e 4 patrocinadores.

considerar que esta última, atuando há vinte anos na região, conta com uma produção feminina na ordem de 20% do total de publicações.

Há livros que não trazem identificação de local ou editora/gráfica, conforme aparecem nas listas apresentadas, configurando uma modalidade de edição autônoma, envolvendo muitos agentes na preparação, principalmente os que têm domínio de recursos e técnicas sofisticadas aliadas ao uso de computadores ou aplicativos acessíveis na internet. A disponibilidade de recursos técnicos garantem uma maior facilidade para se editar e aumentar o volume de publicações, sendo este também um dos motivos do “fenômeno do memorialismo” entre as mulheres sertanejas baianas, com muitas publicações na virada do século XX para o XXI.

As vias de observação dos fluxos dessas escritoras rumo a espaços específicos de reconhecimento, valorização e atuação dão a perceber uma evolução proporcionada pela proliferação das Academias de Letras, a partir de 1980, em cidades consideradas centros regionais no interior da Bahia, especificamente no Centro-Sul Baiano, nas cidades onde residem ou residiram as escritoras deste estudo. Essas academias absorveram as militantes da literatura elencadas aqui, garantindo-lhes inscrições como patronas ou ocupantes de alguma cadeira, conforme será mostrado no capítulo quatro.

As práticas escritas, produções e publicações aqui analisadas abrangem um universo de múltiplos significados. Além de revelarem quadros específicos de constituição de subjetividades femininas, vão muito além, emoldurando outros da cotidianidade do Alto Sertão baiano, tão caros à compreensão de realidades históricas, socioeconômicas e culturais preñes de singularidades, como veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

NARRATIVAS DE PERCURSOS FEMININOS: VENTURAS E DRAMAS DO VIVER NOS SERTÕES DA BAHIA (1930-1940)

CAPÍTULO II- NARRATIVAS DE PERCURSOS FEMININOS: VENTURAS E DRAMAS DO VIVER NOS SERTÕES DA BAHIA (1930-1940)

A história dos povos é tecida pelos fios da vida de cada um, entrelaçados em famílias, terra natal, país, continente, e agora, globalização. Tecido que é feito de emoções, sentimentos, trabalhos, deveres, de cada um, do grau de educação, no sentido de guardar. É a tradição e é a história.

Helena Lima Santos, 1997.

Na empreitada da escrita, as narradoras revelaram os caminhos trilhados e as intersecções de toda ordem que alicerçaram suas vidas, em diferentes etapas, os processos de educação formal, rotinas de aprendizados informais e ainda rotinas de superação. Apresentaram uma recorrência às memórias ligadas aos ciclos de vida - característica comum ao gênero autobiográfico - projetando na escrita suas fases de desenvolvimento e suas relações com os discursos e valores instituídos nos seus grupos de pertencimento.

Se a memória pode operar com grande liberdade e eleger fatos expressivos no tempo e no espaço, as memorialistas utilizaram-se dessa prerrogativa, para escrever “histórias tecidas pelos fios da vida” e o fizeram, não aleatoriamente, mas embasando-se em pontos significativos e inter-relacionados para direcionarem suas escritas. Assim, demarcaram suas vivências da infância, os ritos da passagem para a fase adulta, o casamento, o nascimento de filhas/filhos ou mesmo, em alguns casos, acontecimentos de uma velhice tranquila e venturosa.

Desse modo, estabeleceram divisões dos períodos vividos e apoiaram-se em balizas temporais e espaciais, ligadas à família ou às relações interpessoais, elaborando-as nas impressões narradas, deixando-nos entrever perfis socioculturais, a partir da segunda década do século XX.

Partindo de comparações a respeito das diferenças e particularidades dos itinerários, e buscando compreensões para tais diferenças, foi possível identificar camadas sociais distintas, com base nos eventos e condições socioeconômicas apresentadas nas narrativas. Cada narradora escreveu de um lugar social, a exemplo da que viveu na zona rural e enfrentou as precariedades de um espaço carente de recursos, como estradas, meios de transporte, escolas, acesso aos bens de consumo, etc. Outras conheceram ou viveram em ambientes sofisticados, viajaram por outras cidades ou estudaram na capital baiana. Há ainda casos em que as narradoras,

lançando suas lentes de observação sobre pessoas de baixa renda, deram a conhecer as fainas da sobrevivência, nos limites da improvisação. As múltiplas faces desses percursos serão apresentadas no correr do capítulo.

1 “Histórias tecidas pelos fios da vida”

As imagens guardadas sobre os primeiros anos de vida das memorialistas trazem não apenas os conceitos de “infância feliz”, comumente demonstrados nas atividades, brinquedos e brincadeiras narradas, mas também os quadros coletivos e históricos sob os olhares de quem está buscando a compreensão das coisas e do mundo. Nas famílias de posses medianas ou menos abastadas, as meninas eram convocadas para as tarefas domésticas e para as lidas da roça; ainda que instadas à observância de restrições e normas disciplinares da família, a ideia de felicidade aparece nas recordações da meninice. Muitas são as passagens em que as brincadeiras surgem compatibilizadas com afazeres domésticos, sem prejuízo para os momentos do lazer infantil. Ou, quando reavaliadas no ato da escritura, as lembranças denotam percepções críticas acerca de excessos desnecessários. Ao recordar, Donato escreveu: “Antes de regar as plantas, Catarina sentou-se num balanço, improvisado pelo pai, em uma das mangueiras. Agora era a vez de Dara, cada uma tinha direito a dez balançadas”¹³³.

O pertencimento a camadas sociais menos favorecidas implicava uma dura rotina de afazeres, próxima da labuta dos adultos. As brincadeiras de roda só aconteciam nas festas da roça quando havia reunião da meninada¹³⁴. A memorialista Guiomar escreveu que ficava contente de ir à roça ajudar o pai e se divertia ao usar uma enxadinha na tarefa de brincar de carpir. Brincava e ao mesmo tempo participava do trabalho duro da roça, divertia-se enquanto ia aprendendo os afazeres do campo, como plantar, capinar, cuidar do gado entre outros. Em 1936, aos sete anos de idade, já participava desses afazeres, conforme descreveu:

Na época do plantio, a turma saía para cultivar e eu estava do lado do meu pai; lá ia eu pra roça. As mulheres plantando e eu também, no meio delas, fazendo o mesmo. [...] Quando o mantimento nascia, meu pai falava para minha mãe que no lugar que eu plantei o milho nascia uma beleza, tinha vinte pés em cada cova. [...] Do mesmo modo quando meu pai ia capinar ele dava-

¹³³ Donato, op. cit., p.6.

¹³⁴ Coutrim, op. cit., p.47.

me uma enxadinha pequena, tinha que ficar bem pertinho dele, porque eu não separava o mato do mantimento, não conhecia e, às vezes, arrancava os pés de feijão pensando que era mato. Na verdade, o que eu estava fazendo era me divertir¹³⁵.

Entre venturas e dramas trabalhava-se, divertia-se e assimilavam-se lições. Nos versos da ciranda e no vai e vem de rotinas desfilavam os ensinamentos dos papéis prescritos e endereçados às meninas em formação que, com o passar do tempo, seriam colocados em xeque.

Entre os espaços vivenciados predominam as pequenas cidades ou, em alguns casos, fazendas e sítios rurais. Nas regiões interioranas da Bahia – como em muitas outras pelo país – e principalmente na primeira metade do século XX, quando eram incipientes os níveis de desenvolvimento, as fronteiras entre os dois mundos eram pouco definidas. Havia intercâmbios constantes e intensos por questões comerciais, econômicas, abastecimento ou saúde, além das religiosas, festas e outros divertimentos. Porém, imagens de passeios com a família em deslocamentos para fazendas de parentes e amigos só foram registradas por memorialistas e escritoras que usufruíam de melhor condição social ou de classes abastadas. Tais imagens foram descritas nas narrações de Maria de Lourdes, Lucília, Marieta, Joanita e Maria Lúcia, nas quais depositaram as impressões da tenra idade e os universos culturais em que estavam imersas.

Das narrativas cheias de otimismo destacam-se as de Maria de Lourdes S. C. Galvão, quando descreveu que, sem televisão ou outras opções de lazer, brincavam as cirandas, “eu sou rica, rica, rica” e outras. Confessou todo o seu encantamento, relatando que, além do banho de rio em locais seguros escolhidos pelo pai, havia os passeios e viagens nos carros de bois. Dessas últimas descreveu: “Lá íamos nós felizes e o carro chiando, chiando... naquela sua música que era ouvida à distância. A marcha era lenta, mas gostosa”¹³⁶.

As evidências das precariedades dos meios de transporte à época citada – 1930/1940 - são muitas e, nesse contexto, o carro de bois era uma peça chave no meio rural e nas pequenas cidades que dependiam igualmente dele. Eram muito utilizados para transportar os mais variados produtos, principalmente em dias de feira;

¹³⁵ Coutrim, *op. cit.*, p.23-24.

¹³⁶ Galvão, *op. cit.*, p.82.

de madrugada ainda, o “chiado” desses carros de bois inundava as imediações das estradas até a entrada nas cidades provincianas do sertão¹³⁷.

Tomando como exemplo o município de Caetité, vê-se o relevante papel que o carro de boi desempenhava na vida da população à época, aparecendo como matéria regulada pelo Código de Posturas de 1948 e também em disputas registradas em processos-crime. Segundo o historiador Paulo H. Duque Santos, “[O] automóvel já circulava pelas estradas do Alto Sertão desde a década de 1920, mas ainda se utilizava para o transporte de mercadorias e pessoas a curtas distâncias e em estradas planas, o tradicional carro de boi”¹³⁸.

É possível que o automóvel fosse utilizado por famílias abastadas no deslocamento para suas fazendas a longas distâncias. Famílias de posses medianas usavam o carro de boi ou o lombo de animais para visitarem parentes em propriedades rurais não muito distantes.

Nas memórias das mulheres estudadas constam alguns desses trajetos feitos em carros de boi como: Condeúba (sede) à Fazenda “Sessenta” (Galvão, op. cit., p. 83), Caetité à Lagoa da Tabua (Fausto, op. cit., p. 17) e Caetité (sede) para o Lameirão (Gumes, 1975b, p. 61-63), conforme descreveu Marieta Gumes:

Com a devida antecedência, era marcado o dia do passeio e posto à nossa disposição um carro-de-bois onde o seu guia nos acomodaria do melhor modo e nos conduziria com todo o cuidado pelos quilômetros de estrada e que seriam percorridos nas primeiras horas da manhã. Tudo disposto, tomávamos lugar no carro e pela manhã rosada e fresca, lá ia o carro chiando, pelo atrito do seu eixo no carvão posto para esse fim, levando aquela carga preciosa de crianças alegres e sadias e que, felizes como poucas, podiam se dar ao luxo de possuir tios e avós tão bondosos que lhes propiciavam essa felicidade tão legítima e natural como a desse passeio¹³⁹.

¹³⁷ Além dos carros de bois, havia ainda o transporte de mercadorias em tropas de burros cargueiros entre as diferentes localidades sertanejas. Coutrim (op. cit., p. 46) conta-nos que seu pai comprava farinha, rapadura, querosene, café e sal em Igaporã-BA e levava para vender num ponto do Rio São Francisco e de lá trazia milho, abóbora, peixe e outros alimentos, principalmente em época de crises, como a provocada pela seca de 1939.

¹³⁸ Santos, 2001, p. 68. Paulo Henrique Duque Santos. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana. Caetité-1940-1960*, (Mestrado em Memória Social e Documento- Universidade do Rio de Janeiro, 203 f.). Esse historiador analisou situações de conflito envolvendo lavradores e condutores de carros de bois e suas contestações à postura imposta pelo poder público municipal. Informou que em 1945, o município de Caetité possuía 15 veículos movidos a motor e 1272 movidos a tração animal (Idem, págs. 127, 130).

¹³⁹ Gumes, 1975b, p. 63. Carros de bois tanto faziam parte da vida sertaneja, que detinham um significado especial nas lembranças das pessoas, e nas referências das memorialistas a eles aparecem associados a momentos de lazer e alegria, ou outros sentimentos. Inusitado foi o enterro do marido de Palmira (op. cit., p. 71), em 2008, em que se cumpriu o último, “extravagante e folclórico” desejo do seu companheiro: ser carregado para o cemitério em um carro de boi.

Cidades pequenas de pouco movimento, espaços agregadores de várias crianças, possivelmente condicionavam muitos folguedos infantis e um viver mais livre nas praças, nas ruas ou na proximidade com a natureza, a exemplo do banho no rio Gavião¹⁴⁰. Na vida tranquila e pacata de sítios, fazendas e cidades pequenas, as formas de lazer eram ressignificadas em eventos que congregavam crianças e adultos, como os batizados das bonecas de Maria de Lourdes Galvão, dos quais participavam não só crianças, como muitos jovens e outras pessoas da comunidade.

O quadro abaixo aponta referências das narradoras a uma multiplicidade de situações de interação social e formas criativas de lazer, de crianças e jovens, ilustrando o arcabouço cultural de um espaço-tempo em suas singularidades.

Quadro 5 - Brinquedos e brincadeiras infantis, diversões, espaços de lazer

Jogo de tico-tico	Novato, 1997, p. 38 Gumes, 1975b, p. 11	
Brincar de roda, cirandas	Donato, 2001, p. 91 Coutrim, 2010, p.47 Silva, 1993, p. 11 Galvão, 1988, p. 82	
Passeio de bicicleta	Donato: 2001, p. 204	
Passeio em fazendas e sítios rurais	Donato: 2001, p. 84 Gumes: 1975b, p. 9, 61 Silva, 1993, p. 24 Novato, 1997, p. 62-63 Galvão, 1988, p. 82	
Apanhar frutos silvestres	Umbu	Donato, 2001, p. 23-24; Coutrim, 2010, p. 27; 34 Silva, 1993, p. 23
	Gabiobas	Gumes, 1975b, p. 37-40; Galvão, 1988, p. 83
	Cambuís	Comandaroba, 1997, p. 23 Galvão, 1988, p. 83
		Galvão, 1988, p. 83

¹⁴⁰ O rio Gavião deságua no Rio de Contas no Estado da Bahia. Nasce em Jacaraci, passando por vários municípios da região, inclusive Condeúba, local de residência da autora. Conhecido como “rio seco”, deixou de ser intermitente com a construção da Barragem de Anagé de 44 km de extensão. Fonte: <http://anageemdestaque.blogspot.com.br/2010/09/turismo-barragem-de-anage-e-seu-apel.html>. Acesso em 12/03/2013.

	Bananinha, cagaita,boca- doce	
Brincadeira de balanço	Donato, 2001, p. 60	
Quermesse, cavallhada, bumba meu boi, pau de sebo, argolinha, pescaria, quebra-pote	Silva,1993, p. 61 Donato, 2001, p. 219	
Banho de rio	Gumes, 1975b, p. 64 Donato, 2001, p. 61 Galvão, 1988, p. 82	
Bonecas\ bonecas de pano\ fazer roupas de boneca	Silva,1992, p. 34 Galvão,1988, p. 83-84 Donato, 2001, p.85; 206 Santos, 2003, p. 14,15	
Circo	Donato, 2001, p. 92,97 Novato, 1997, p. 180-187	
Empinar papagaio	Novato, 1997, p. 38	
Parque de diversões	Donato: 2001, p. 158-160	
Serenata	Donato, 2001, p. 76 Silva,1993, p. 49	
Ouvir a banda, ver cavaleiros em cavalgada	Silva, 1993, p. 48 Novato,1997, p. 37	

Fonte: Livros das memorialistas- escritoras, conforme Quadro 1.

Pequenos trajetos entre a cidade e sítios rurais próximos eram feitos a pé, ou para visitas aos domicílios, ou para coleta de frutos silvestres em épocas específicas. No primeiro caso poderiam aproveitar a grande generosidade dos proprietários quanto às guloseimas e possibilidades de diversão que iam dos banhos de rio às saborosas excursões aos engenhos de cana-de-açúcar em que se sentia, de longe, o “cheiro adocicado do melado em ebulição”. Marieta Gumes, em suas observações, percebeu a divisão de trabalho nos engenhos, quando anotou que “as mulheres encarregadas da limpeza dos coxos (sic), de recolocarem as formas e se sucederem junto aos

tachos de melaço, nos ofereciam ‘puxas’ enormes que eram feitas mergulhando-se certa quantidade de mel grosso dentro de vasilhame com água fria”¹⁴¹.

Ir à cata de frutos da época é um ponto preferido pelas memorialistas para ilustrarem momentos de interação com pessoas de idades diferentes, momentos de observação, raciocínio, aprendizagens e novas experiências. Umbus, gabiobas, cambuís¹⁴² foram citados nas narrações, acompanhados de eventos inesperados e inusitados como mordidas de cobras, ameaça de ataques de gado bravo e, em períodos chuvosos, travessia por córregos cheios. Donato (2001, p. 23, 24) descreveu a jornada aos umbuzeiros em meio às peraltices nas poças d’água após a chuva, grande alegria do sertanejo; às gabirobeiras, Gumes (1975b, p. 37-40), juntamente com outras pessoas, depararam na estrada com uma vara de porcos-do-mato, enfrentando o perigo de um ataque que não ocorreu. Comandaroba (1997, p. 23) relatou o seguinte: “na fazenda, fui pegar cambuís. Bagunceira, fui pegando com as duas mãos, cambuís, terra, folhas secas com cobra e tudo. A jararacazinha arranhou meu dedo anular. Queimaram com fogo de fuzil de pitar”¹⁴³.

Apanhar frutos silvestres era geralmente um trajeto feito a pé, embora haja referência a outros mais longos por motivações religiosas. Podem ser assim resumidos: Caetité (sede) para sítios e fazendas: Matinha, Barro Preto, Cachoeirinha, Lagoa Funda (Gumes, 1975, p. 37); Caetité – Bom Jesus da Lapa em 1917 (Silva, 1992, p. 51); Monte Alto- Bom Jesus da Lapa (Coutrim, 2010, p. 28); Lagoa do Mulungu-Palmas de Monte Alto a Campinas-Município de Riacho Santana (Coutrim, 2010, p. 38); Condeúba (sede) ao Champrão – onde passava o rio Gavião (Galvão, 1988, p. 83).

¹⁴¹ Marieta Gumes (1975b, p. 64). É interessante ler a sua descrição sobre o funcionamento do engenho movido por tração de bois, “presos aos braços de madeira que movimentavam toda a engrenagem. [...] Um vaivém contínuo de empregados que colhiam o caldo de cana; removiam os tachos das fôrnelhas, empilhavam a bagaceira para ser removida às carradas”. O “alarido” dessa “faina usineira” não sobreviveu às mudanças técnicas e inovações industriais.

¹⁴² Alguns informes sobre os frutos citados: Umbu ou imbu é fruto do umbuzeiro, planta nativa dos estados do Nordeste do Brasil, importante para sustentabilidade do bioma caatinga e por ser fonte de renda e alimento para habitantes locais. A gabioba, segundo a Revista Globo Rural, é a “planta que guarda a memória da infância no interior do Brasil”; conhecida como “fruta do mato”, é rica em vitamina C e possui propriedades terapêuticas. Cambuí: fruta nativa brasileira, grande fonte de nutrientes e de propriedades medicinais, é encontrada desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul. É encontrada na coloração roxa, vermelha e amarela. Galvão (1988, p. 83) cita outros frutos silvestres - cagaita, bananinha e boca-doce, que alegravam a infância, em épocas passadas. Fontes consultadas: (<http://revistagloborural.globo.com>); www.embrapa.br. Acesso em 01/08/2014.

¹⁴³ Joana Comandaroba acrescentou que o curador “fez cruzeiros com folhas verdes”, cuspiu em minha mão” e por sorte ficou só a marca no dedo. Esses procedimentos eram usados à época, para socorrer a população em seus apuros, visto que era grande a precariedade de outros recursos no âmbito da saúde, nos sertões da Bahia.

Os mapas 2 e 3 – abaixo – mostram um pouco dos trajetos das narradoras em deslocamentos e viagens de curtas distâncias ou mesmo longas, citadas acima ou ao longo deste trabalho.

MAPA 2 – Formas de deslocamentos e viagens das memorialistas-escritoras

Fonte: Livros de memórias, conforme Quadro 1.

Além dos trajetos realizados a pé ou em carros de bois, os deslocamentos e viagens eram feitos em lombos de animais. Era comum carregar crianças em caixões, colocados de um lado e do outro do animal, presos nos dispositivos da cangalha. Desse modo viajou Marieta Gumes¹⁴⁴ na comitiva familiar de Caetité ao Junco, a uma distância de dez léguas. Ou Maria Lúcia Prisco Novato, quando criança, de Caetité a Rio de Contas, no cabeçote do animal guiado por adulto¹⁴⁵.

Os muitos relatos dessas viagens em incessantes deslocamentos pelos sertões da Bahia podem ser visualizados no mapa 3.

¹⁴⁴ Gumes, 1975b, p. 10.

¹⁴⁵ Novato: 1997, p.10.

MAPA 3 - Viagens pelo sertão baiano em lombos de animais

Fonte: Livros das memorialistas deste estudo.

As referências a tais deslocamentos durante a infância e em outras fases de vida estão registradas pelas narradoras conforme resumo a seguir:

- Caetité – Rio de Contas: Gumes 1975^a, p. 86,87; Novato,1997, p. 11
- Caetité - Junco: Gumes, 1975b, p.10
- Caetité - Canabrava de Caldeiras: Gumes, 1975 b, p. 34
- Guirapá – Caetité: Teixeira, 1995, p. 29
- Gentio (Ceraíma) a Caetité em 1918: Santos, 2004, p. 36
- Palmas de Monte Alto- Igaporã (1941): Coutrim, 2010, p. 58
- Uttinga a Bom Jesus da Lapa (1922): Comandaroba, 1997, p.16
- Lagoa Funda à Taboca Seca (Município de Pindaí): Fausto, 2013, p. 27.

Retomando os percursos narrativos confessionais, Joana Comandaroba (1997, p. 29), num olhar sobre si, via-se menina “bagunceira” à cata de cambuís e, na fase seguinte, como uma “adolescente desvairada”, exprimindo sentimentos passageiros

que marcaram aquele período de vida e que, no entanto, se tornaram esteio das atitudes de autonomia que permearam sua vida futura. Confessou ter se tornado mística e adotar São Francisco como modelo das ações em prol dos pobres; renegava as comodidades das roupas de seda; enfim, “queria dar a vida por uma grande causa”.

Esses e outros incidentes das várias etapas da vida valem ser lembrados porque se constituiriam em lições a serem filtradas, acatadas ou desprezadas por mecanismos de avaliações posteriores. Referir-se à infância é um ato que aparece carregado de saudosismo, mesmo quando relatam dificuldades enfrentadas, ora pelas limitações da época, ora por contingências econômicas desfavoráveis. É uma fase presente em escritas autobiográficas e, nas palavras de Leonor Arfuch, compõe os processos de buscas identitárias:

el peso de la infancia, la trama familiar, los modelos de éxito, las creencias, el despuntar de nuevas autonomías, las estrategias de autocreación –y también de autocontrol –, los valores biográficos em boga, la fabulación identitaria, la representación de sí como constitutiva de esas identidades, la afirmación de las diferencias, la levedad y pesadez del ser, en una palabra, la exaltación del haber vivido, de haber atesorado una experiencia¹⁴⁶.

Meninas ainda, residentes em cidades de pequeno porte, vilas, fazendas ou sítios da zona rural, todas narraram maneiras do viver diário e rotinas que foram fortes componentes na formação e aprendizagem das garotas de então.

Se considerarmos que o gênero autobiográfico comporta uma dimensão de canonicidade, vamos encontrá-la, em certa medida, entre as autoras citadas nesse item (Gumes, Comandaroba, Galvão, Coutrim, Donato) e muitas outras quando reforçaram o “topoi” de “infância feliz”, algumas com mais loquacidade ou estendendo-se sobre fatos pitorescos e inusitados. No entanto, há autoras que não se enquadram nesse modelo, preferindo caminhos alternativos em suas escritas, a exemplo de Helena Lima Santos, que escolheu escrever acerca das origens, conhecimentos e famílias tradicionais da região, ou Zelinda R. Lima Teixeira, que focalizou as trilhas próprias de sua vida em família e seus dramas pessoais, ou ainda como Elvira Foeppel, que escreveu para registrar sua rebeldia contra as convenções sociais da década de 1940 no Sul da Bahia. O conceito de “adolescência turbulenta”, adotado por Joana Comandaroba, não aparece em outras memorialistas, que preferiram

¹⁴⁶ Arfuch, 2010, p. 254.

descrever a fase com discrição, enfatizando assuntos peculiares, como as serenatas ou o “footing”, ocasiões para os aprendizados de passagem à idade adulta¹⁴⁷.

A linearidade, outra característica do gênero, é um elemento comum na escrita autorreferencial e representa mesmo o fio condutor e organizador das experiências relatadas. As fontes mostram, no entanto, trabalhos que enfocaram assuntos variados, esmiuçando o tempo desejado, sem ficarem presos à sequência das datas. Nesse sentido, observamos que Donato (2001), colocando como eixo da narrativa o percurso da sua relação amorosa com o futuro esposo, escreveu em ziguezague, intercalando fatos de vários tempos no conjunto do seu livro, começando a narração quando na transição infância-adolescência, e desse ponto foi intercalando fatos vividos e lembrados e outros ouvidos e apreendidos, contudo sem perder a ideia central do seu discurso.

Joanita C. Silva fez incursões em tempos diferenciados, mas garantiu o momento da narrativa como lugar privilegiado para suas miradas e enfoques a assuntos variados dos sítios urbanos e rurais, nos quais incluiu muitas pessoas e a ela própria. Palmira Guanais A. Fausto, no início do seu depoimento escrito, esclareceu que a sua vida estava dividida em 4 fases, porém, numa escrita não sequencial, deixou ao leitor, no ato da leitura, a tarefa de identificá-las.

As escritas autobiográficas feitas na maturidade ou em idades avançadas apresentaram quase sempre a percepção das transformações sociais e históricas, principalmente nas referências aos costumes e tradições. As autoras matizaram seus depoimentos com informes acerca das novidades nos hábitos, nas formas de pensar, nos novos comportamentos e usos que foram adotados por algumas parcelas das populações no seu entorno, apresentando juízos de valor sobre o novo e o velho. Assim, emitiram opiniões e avaliações a partir de miradas mais abrangentes, envolvendo comparações de tempos múltiplos, de vivências remotas e observações do momento da escrita. A seguir, estão alguns exemplos do que podemos chamar de perspectivismo nesses tipos de escrita.

Guiomar Ferreira Coutrim (op. cit., p. 48) referindo-se à década de 1940, quando da sua mocidade, comparou-a com a conjuntura observada 60 anos depois,

¹⁴⁷ Segundo Bruner e Weisser (1995, p. 151), a autobiografia é “a vida em forma de texto” e, como tal, é um gênero narrativo que comporta as noções de sequência, canonicidade e perspectivismo, esta última entendida como a postura da narradora em relação ao mundo que a cerca, suas preferências, suas desconfianças, certezas e posicionamentos quanto ao devir temporal.

comentando que, àquela época, nas festinhas da roça “o povo era mais unido, brincava sem malícia e não havia violência. Hoje é totalmente diferente, qualquer coisinha termina em briga ou até mesmo em morte”.

Maria de Lourdes S. C. Galvão, de raízes sertanejas, registrou vivências do seu cotidiano de estudante na capital baiana - década de 1930 - e depois sobre seu enxoval de noiva, década de 1950: “Ao chegar em Salvador haviam (sic) os carregadores nos esperando a gritar o seu número. O nosso era o velho número 01. Pegava as nossas malas, colocavam sobre suas cabeças e as levavam ao destino. Que tempo bom. Hoje quando se contam essas coisas, acham absurdas! Mas não era”. A respeito da década de 1950, registrou detalhes da preparação do seu enxoval de noiva, tratado como ponto alto do destino das moças casadoiras: “As toalhas de mesa, de banquetes com os respectivos guardanapos eram uma riqueza, finamente bordados em linho branco e de cor. Tudo isso que descrevo era o que se usava e toda moça de boa família possuía. Não havia as de hoje, confeccionadas em fábricas”¹⁴⁸.

Esses e outros registros apontam costumes apreciados outrora, já extintos com o transcorrer do tempo, mas relevantes para o estudo e compreensão das especificidades de cada época.

Há ainda autoras que se preocuparam com a transmissão de valores familiares. Marieta Gumes (1975a, p.11) escreveu para que seus netos “se mir(ass)em nos exemplos de verdadeira beleza moral e intelectual” legados pelos antepassados. Outras expressaram sua percepção de mudanças como um desabafo e um misto de saudade pela ausência de sinais outrora tão apreciados e, no entanto, já desaparecidos pelas inovações trazidas com o avanço do tempo, como a prática que encantava Joanita C. Silva (1993, p. 64) nas décadas de 1940/50: “Dlin...dão...dão...dão! ... [...] era de uma ressonância que nos transportava ao reino dos sonhos, encantamentos, do saudosismo, deixando-nos um misto de alegrias e tristezas. Sumiu, desapareceu... Onde foi parar essa fonte de inspiração e enlevo? Mais uma glória perdida...”.

A atitude perspectivista, tão cara aos historiadores, permite inferir que os ritmos das mudanças, em diferentes níveis de desenvolvimento, condicionam impactos também diferenciados em cada processo histórico. É compreensível que algumas narradoras, com as suas lentes de observação, antevíssem raízes culturais

¹⁴⁸ Galvão, op. cit., p. 96; 111.

desestabilizadas pelas incessantes inovações canalizadas pelos movimentos midiáticos e, na conjuntura de um mundo cada vez mais globalizado, se dispusessem a relatar as peculiaridades das culturas regionais. As origens de suas formações educacionais tornavam-se fortes componentes no interesse pelo registro da memória local, regional e nacional, atreladas como estavam à “missão” de construtoras da pátria.

Com base nos testemunhos citados, e, retomando o pensamento de Koselleck (2010), devemos admitir que os “espaços de experiências” das narradoras na relação com os seus “horizontes de expectativas” sofreram os reveses resultantes da aceleração do desenvolvimento cada vez maior a partir do último quartel do século XX. Não foi por acaso que Joana Comandaroba preocupou-se com a aceleração do devir e com as condições de assimilação dos bens culturais pelos seus conterrâneos. Em seu *Memórias da Dinda* (1997, p. 5), escrito aos 81 anos de idade, justificou que a sua intenção era contribuir para que os jovens formassem “uma consciência dos valores de cidadania” e refletissem sobre a “realidade cultural” de sua terra, após leitura das notícias de culturas longínquas e conhecimentos angariados em suas viagens. Estaria a narradora tentando evitar o impacto das mudanças e uma possível descaracterização da sua região? Até que ponto é possível defender a cultura sertaneja das intromissões dos costumes globalizados e qual a extensão dos seus benefícios ou malefícios?

Sendo assim, ainda que tenham adotado as características mais comuns do gênero autobiográfico para se situarem na relação consigo mesmas e com os acontecimentos autobiográficos, interessou-nos nesta pesquisa, discernir os pontos e os momentos em que elas demonstraram reação aos padrões preestabelecidos e aos modelos sociais de sua época, se assumiram críticas ou promoveram desconstruções de tais modelos em suas atuações como sujeitos femininos. Um aspecto importante nessa empreitada foi conhecê-las em suas trilhas de formação escolar.

2. Estudantes sertanejas e cotidianidade escolar no sertão

Todas as escritas memorialísticas em questão trouxeram lembranças da escola nas quais aparecem os ritmos da educação da época, as rotinas de trabalho e afazeres mais comuns relacionados aos componentes curriculares. As autoras escreveram demonstrando insatisfação e rebeldia quanto à mentalidade que se

evidenciava em algumas atividades escolares, quando saltavam aos olhos preconceitos e tratamentos diferenciados às crianças ou jovens estudantes. O quadro abaixo resume as referências e as lembranças recorrentes entre as narradoras.

Quadro 6 - Lembranças da escola (infância e adolescência)

Exame de admissão	Donato, 2001, p. 175, 189, 192, 195 Teixeira, 1995, p. 40,41 Gumes, 1975a, p.62 Comandaroba, 1997, p. 26 e 27 Novato, 1997, p. 124
Atividades cívicas	Silva, 1993, p. 30; Novato, 1997, p. 40; Coutrim, 2010, p. 41 Gumes, 1975b, p.118-120
Discriminações na escola	Donato, 2001, p.18 Comandaroba, 1997, p. 22 Teixeira,1995, p.40
Arguições orais\ sabatinas\ palmatória\ castigos físicos	Comandaroba, 1997, p. 22, 26,27 Coutrim, 2010, p.40, 41 Gumes, 1975a, p.63,64; 1975b, p. 55-60 Donato, 2001, p.15, 44 45, 50, 156, 175, 255 Novato, 1997, p. 38-41; Teixeira, 1995, p. 39,40
Histórias ouvidas\livros\leituras	Gumes, 1975b, p. 74 Silva, 1992, p. 34 Silva, 1993, p. 11 Novato, 1997, p. 40,41 Donato, 2001, p. 202,203

Quadro 6 – Fontes: Livros das memorialistas e memorialistas-escritoras apresentados no Quadro 1.

Na cidade da Barra, segundo Comandaroba (1997, p. 22), as filhas do Juiz de Direito só passavam pela “sabatina” quando a professora deixava correr a competição entre os próprios alunos e, numa dessas oportunidades, essas meninas, ao errarem a tabuada, sofriam os reveses das colegas, que se aproveitavam para “carregar a mão” nos “bolos” que davam em suas supostas adversárias – “quem mais sabia, mais batia...”. Todas fizeram registros das sabatinas - utilizadas para incentivar a memorização da tabuada - e do uso da palmatória nos castigos – os famosos “bolos” – para quem errasse a resposta. Coutrim conta que, para chegar à escola, percorria nove quilômetros a pé, por isso esmerava-se nas tarefas e na tabuada para não

receber o temido castigo¹⁴⁹. Situação mais difícil era aplicar castigos na/no colega amiga/amigo. Numa dessas, Perpétua, personagem de Maria Lúcia Prisco Novato (1997, p. 40), teve febre e passou mal à noite por aplicar 12 “bolos” em cada mão do seu melhor amigo.

Prática antiga e persistente, terror da criançada, embora já abolida em algumas localidades, como em Livramento, em 1914. Conforme relatou Helena Lima Santos, nesse ano, após levar quatro bolos de palmatória, não queria mais voltar à escola. Seu pai encabeçou reunião de pais para convencer a professora – formada pelo Instituto Normal da Bahia e cirurgiã dentista – a “não admitir a sabatina puxada à palmatória”¹⁵⁰.

Os modelos de educação da época foram fortes componentes na forma como as mulheres narradoras se situaram na vida adulta e nas respostas aos seus posicionamentos nas relações de intersubjetividade, daí porque vale a pena perseguir os seus caminhos de formação.

Passar boa parte da infância e adolescência fora de casa e longe da família era uma prática comum nas famílias sertanejas de melhor condição financeira, que mandavam filhas e filhos para cidades bem aparelhadas em instituições educacionais, dada a ausência de boas escolas para a formação das crianças e jovens. A história de Maria de Lourdes Galvão apresenta singularidades por ter se separado da família bem pequena, indo para um internato em Salvador para continuar os estudos a partir do 3º ano primário, vez que na sua cidade não havia chances para uma educação e formação mais aprimoradas. Essa decisão envolvia cuidados e desafios, como a preparação do enxoval e o enfrentar longa viagem até a capital do estado.

Segundo Galvão, a viagem até Salvador era feita em 4 dias. Primeiro dia, deslocava-se de carro de Condeúba até Brumado. Segundo dia, de carro, atravessava-se o Rio de Contas numa balsa e seguia-se até Contendas. Terceiro dia, tomava-se o trem de ferro da Rede Ferroviária Leste Brasileiro até São Félix, cujo percurso durava das quatro horas da manhã às vinte horas, portanto, dezesseis horas de viagem. Daí até a cidade de Cachoeira, tomava-se um carro para atravessar a

¹⁴⁹ Coutrim, op. cit., p. 40. A autora nos informa que fazia o percurso a pé e descalça para não estragar os sapatos na longa caminhada. Com isso demonstrou as dificuldades de quem reside na zona rural para aquisição de alguns bens que só seriam encontrados nas cidades. Interessante ainda é que, residindo na “Lagoa do Mulungu”, Município de Palmas de Monte Alto, ia estudar em “Campina” - Município de Riacho de Santana – localidade mais próxima onde havia uma professora. (Entrevista concedida à pesquisadora em 09/07/2014).

¹⁵⁰ Crônica “O Brasil e o analfabetismo”, no *Jornal Tribuna do Sertão*. 04/09/1992.

ponte D. Pedro II, que liga as duas cidades, ou uma lancha a gasolina, ou ainda uma canoa conduzida por um velho canoeiro. No dia seguinte tomava-se um vapor da Navegação Bahiana até a capital¹⁵¹. Marieta Gumes descreveu o mesmo percurso, partindo de Caetité e, fazendo de canoa o percurso S. Félix – Cachoeira, ressaltando os perigos dessa travessia¹⁵².

Zelinda R. Lima Teixeira relatou o mesmo trajeto em seu diário nas muitas idas e vindas do sertão à capital e vice-versa, entre 1920 e 1925, período dos seus estudos na capital baiana, mostrando que a viagem tinha durações variadas, por exemplo: em março de 1924, partiu de Caetité dia 13 e só chegou ao destino dia 25, durando 13 dias o percurso. E em dezembro do ano seguinte, a viagem de volta a Caetité durou 17 dias. Nessas delongas estavam incluídos os imprevistos por problemas de saúde, ou espera por companhias.

Abaixo, o mapa 4 ilustra esses trajetos.

¹⁵¹ Galvão, 1988, p. 96.

¹⁵² Gumes, 1975b, p. 89-91.

MAPA 4 – Roteiro de viagem do Alto Sertão à capital baiana-1930-1940

Roteiro de viagem: Alto Sertão a Salvador (1930-1940)

Caetité a Salvador: (Marieta Gumes Lobão)

- - Caetité a Contendas do Sincorá: Rodovia por caminhão
- - Contendas do Sincorá a São Félix: Estrada de Ferro E- L
- - São Félix a Cachoeira: Travessia de barco
- - Cachoeira a Salvador: Navio Paraguauçu

Condeúba a Salvador: (Maria de Lourdes S. Cordeiro Galvão)

- - Condeúba a Brumado: Rodovia
- - Brumado a Contendas do Sincorá: Rodovia
- - Travessia em balsa pelo Rio de Contas
- - Contendas do Sincorá a São Félix: Estrada de Ferro E- L
- - São Félix a Cachoeira: Travessia de barco
- - Cachoeira a Salvador: Navegação Baiana

A viagem das missionárias do Santíssimo Sacramento para Caetité em 1935, a convite do Bispo Dom Juvêncio Brito, não foi menos difícil e também utilizaram vários meios de transporte em estradas intransitáveis e estragadas pelas chuvas. Irmã Sacramento registrou o depoimento de uma das irmãs do grupo que veio com a missão de fundar um colégio para atender moças de outras cidades que viessem estudar na Escola Normal: partiram de Salvador para Cachoeira no dia 27, acompanhadas do bispo. Seis horas de viagem pelo caudaloso rio Paraguauçu, chegando às nove horas da noite. Dia 29, às 4 da madrugada, depois de ouvir a missa, saíram para S Félix e às 6 horas tomaram o trem; a viagem durou o dia todo, até chegarem a Contendas. Aqui, segundo relatou, “não havia luz elétrica e as ruas estavam encharcadas, pois chovia bastante. Acompanharam-nos com um fifozinho de

gás, no entanto não era possível não encharcar-se de barro e água”. No dia seguinte seguiram em dois carros em estradas péssimas. Para a passagem pelo Rio de Contas foi necessário “fazer inúmeras manobras em pequenas balsas improvisadas que passaram um auto e depois o outro com os passageiros”. À noite chegaram a Bom Jesus dos Meiras, onde pernотaram, só conseguindo chegar a Caetité no dia 1º de janeiro de 1935¹⁵³.

A viagem, que durou seis dias, foi cheia de peripécias, o que evidencia o nível de dificuldades enfrentadas pelas populações sertanejas¹⁵⁴.

O momento de saída de casa para estudar fora foi experimentado por outras memorialistas e escritoras, porém o caso de Maria de Lourdes torna-se diferente pela pouca idade que apresentava. Queixou-se de ser muito doloroso “separar-se de sua mãe”, de sua família, seus brinquedos e todas as comodidades da sua casa. Sob o impacto da separação, o pai pensou em desistir do propósito, mas a mãe, com voz “firme e corajosa”, definiu que a partida era necessária para que a filha, no futuro, fosse uma “moça de aprimorada e fina educação”. Pela distância, só voltaria à sua casa nas férias de final de ano por serem mais prolongadas. Durante oito anos ficou interna no Colégio Nossa Senhora da Soledade¹⁵⁵, em Salvador, até formar-se professora. Nesse contexto, entenda-se por “aprimorada e fina educação” o formar moças para, como mulheres das elites, desempenharem bem seus papéis de mães, esposas dedicadas e donas de casa¹⁵⁶.

Nas situações em que as jovens eram afastadas da família para estudar em cidades maiores, as dificuldades surgidas no momento da separação eram contornadas pelas mães, que demonstravam firmeza quanto à decisão tomada.

¹⁵³ Irmã Sacramento, 2012, p. 27.

¹⁵⁴ Segundo Ferdinand Azevedo (apud Riolando Azzi, 2001, p. 37-38), era grande a dificuldade de comunicação entre Salvador e Caetité na década de 1930. Nessa época, Caetité tinha mais facilidade em comunicar-se com Montes Claros – MG, do que com a capital baiana. Segundo ele, “[A] viagem de Salvador a Caetité levava em geral, 15 dias, às vezes, menos. O caminho era o seguinte: de Salvador a Cachoeira ou a São Félix de vapor (Navegação Baiana), daqui a Machado Portela de trem ‘Francês’, daqui em lombo de burro, enfrentando a terrível serra de Sincorá, se chegaria a Caetité”.

¹⁵⁵ Colégio de orientação católica, fundado em 1900, onde estudavam jovens de famílias abastadas que vinham de todas as regiões do Estado da Bahia.

¹⁵⁶ São muitos os estudos que tratam da implantação e organização de escolas para meninas e moças em todo o Brasil. Alfredo Ferreira Magalhães escreveu *A Escola Normal*, no Diário Comemorativo do Centenário da Independência da Bahia, em 02/07/1923, com informações sobre a primeira Escola Normal da Bahia e outras que foram se instalando. É importante lembrar o estudo de Leda Maria P. Rodrigues (Irmã Leda, como era conhecida) sobre *A instrução feminina em São Paulo*: Subsídios para uma história até a proclamação da República. São Paulo, 1960. (Tese. PUC/FFCL “Sedes Sapientiae”). Ver Villela (1990) que trata da primeira escola normal no Brasil e outras como Rosemberg (1994), Louro (1994), Leite (2004) e Sousa (1999), as duas últimas sobre a educação na Bahia.

Lucília Donato, na década de 1950, foi fazer curso para o exame de admissão em colégio de Caetité, onde se formou professora em 1958. Esse é um assunto recorrente em outras memorialistas, que descreveram o esforço individual para alcançar um bom desempenho no concurso e conviver com situações novas e diferentes das costumeiras¹⁵⁷.

Maria de Lourdes Galvão referiu-se a religiosas formadas e às aprendizes que estavam envolvidas na sua educação; junto a uma maioria de brasileiras de vários estados, encontravam-se algumas francesas, além de professoras/es que não residiam no colégio, mas ali compareciam para ministrar aulas. As alunas internas viviam sob uma rotina bastante rígida e completamente regulada pelas práticas católicas; rezavam várias vezes ao dia e tinham os horários milimetricamente calculados desde as 5:45h da manhã, hora de despertar, até as 20:00h, quando se recolhiam para dormir, tudo sempre bem supervisionado. No refeitório, exigia-se postura correta, com os pés e os joelhos juntos na maneira de sentar, exigências vistas pela autora como necessárias para que fossem se “educando naturalmente”. Ela registrou sua avaliação sobre o ensino naquele colégio:

Tínhamos aulas de Civilidade, aprendíamos a nos comportar bem à mesa, nos servir com sutileza, como deveríamos usar os talheres, como deveríamos levar os alimentos à boca, como deveríamos servir das frutas. Deveríamos ter porte ereto, sem nenhuma curvatura. Andar com leveza e não de maneira pesada e jocosa. Era um verdadeiro aprendizado. A jovem que se propusesse a aprender o que as freiras ensinavam saía do Colégio finamente educada e civilizada. Eram famosas as alunas do colégio Nossa Senhora da Soledade, pela primorosa e rígida educação que recebiam das freiras, principalmente as francesas. Pela sua postura, elegância e maneira de se conduzir, as jovens se destacavam das demais em qualquer lugar onde estivessem¹⁵⁸.

Para completar o quadro, tinham aulas de prendas e bordados. Disso tudo pode-se perceber que esta era uma educação elitista, completamente alinhada aos padrões de uma sociedade patriarcal, direcionada para moças de bom poder aquisitivo que eram preparadas para o casamento e para a função de mães e donas de casa. Esses procedimentos eram apreciados pelas minorias abastadas que se esforçavam para perpetuar papéis prescritos para mulheres ao longo de muitas gerações. Com o passar do tempo esse modelo de educação passou a ser criticado

¹⁵⁷ Referência às narrativas de Teixeira (1995), Comandaroba (1997), Novato (1997), Donato (2001).

¹⁵⁸ Galvão, 1988, p.100.

como desnecessário e responsável por doutrinar, ao invés de preparar as alunas para opções mais inteligentes na condução da suas vidas¹⁵⁹.

Nas pequenas cidades do interior da Bahia e nos meios rurais, a educação formal não chegava a cumprir rituais tão sofisticados de formação como nos colégios internos, porém mantinham as mesmas bases de uma educação autoritária, principalmente no tocante aos valores eleitos como tradicionais e fortemente inculcados na formação das mulheres. Na zona rural era comum a contratação de professoras/es leigas/os para lecionar em classes multisseriadas que funcionavam precariamente em salas de casas residenciais. Segundo Guiomar Coutrim, o material escolar de que dispunha para aprender as primeiras lições na zona rural do município de Palmas de Monte Alto – BA, constava de “uma cartilha, um caderno, um lápis, uma borracha, uma tabuada, uma pedra com barra de madeira para fazer contas”¹⁶⁰. É o que ocorria lá pela década de 1930. Em condições de vida simples e destinadas a viverem do trabalho do campo, sertanejas e sertanejos, em sua maioria, davam-se por satisfeitas/os quando aprendiam a ler e fazer cálculos elementares e, paralelamente, aprendiam outras artes e ofícios que lhes facultariam o enfrentamento às vicissitudes da sobrevivência.

A memorialista Guiomar percebeu e relatou as amarras que rondavam a educação de “meninas mulheres”, quando se referiu à educação da sua irmã mais velha:

Minha irmã Josefina, que já contava com doze anos de idade, queria estudar, mas meu pai não deixava, pois a escola era longe da nossa casa. Além disso, nessa escola só estudavam meninos. Entretanto, isso não foi suficiente para impedi-la de estudar, pois quando meus irmãos chegavam da aula, ela queria ver o que eles tinham escrito e copiava tudo. [...] Quando minha mãe a procurava na cozinha, ela estava no quarto, escondida, copiando as tarefas dos irmãos. Foi assim que ela se instruiu: aprendeu a ler, a escrever e a contar sem ajuda de qualquer professor¹⁶¹.

A própria narradora deu mostras de aprendizagens e superação de obstáculos na ciranda da vida. Já adulta, para driblar a carência de boas escolas onde morava, mudou-se para Palmas de Monte Alto em busca de melhores condições de estudo para os seus filhos. Mais tarde, mudou-se para Guanambi com a mesma intenção e, aí, ela própria deu continuidade aos estudos, concluindo o ensino médio aos 74 anos.

¹⁵⁹ Besse, 1999, p. 134.

¹⁶⁰ Coutrim, op. cit., p. 40-46.

¹⁶¹ *Idem, idem*, p. 29. Grifos nossos.

Analizando a realidade escolar do meio rural no sertão da Bahia, a pedagoga Catarina Malheiros da Silva (2009, p. 28) afirmou: “Durante muito tempo, homens, mulheres, crianças e jovens foram excluídos do acesso à instituição escolar pública no meio rural. [...] A busca por uma proposta que atendesse à escola rural, estava atrelada à necessidade da extensão do processo de escolaridade, com o intuito de preparar os camponeses para o exercício da participação através do voto”. O simples fato de se aprender a fazer o nome próprio para assinar nas atas eleitorais já era considerado suficiente pelos interessados apenas no voto dos cidadãos. Não havia propostas pedagógicas de estudos seriados com vistas à promoção dos moradores do campo.

Diante dos casos registrados pela pedagoga, há que se admitir que Guiomar (memorialista) e seus irmãos, de certa forma, tiveram sorte por disporem de uma escola, mesmo que a uma distância de nove quilômetros da sua casa, distância a ser percorrida a pé (ver mapa 2).

Um dos entrevistados da pesquisa de Catarina Silva, Sr. Ramiro, tendo estudado em 1947, numa fazenda do mesmo município da memorialista citada acima – Palmas de Monte Alto – relatou que onde morava só era possível estudar, contratando-se um professor particular, geralmente por um período de três meses, para aprender noções elementares de leitura, escrita e aritmética. A pesquisadora apurou que “os pais pagavam cinco mil réis por mês e não tinham condições de pagar por mais tempo. Após o vencimento do contrato, o professor pegava outra ‘empreitada’, em outra região”. As aulas eram ministradas embaixo de árvores e os alunos, na falta de cadeiras, sentavam-se em “cepinhos de pau”¹⁶².

Nesse meio rural havia a tradição dos pais de não gostarem (ou não deixarem) que as filhas frequentassem escola, motivo pelo qual Sr. Ramiro não conheceu nenhuma “menina-mulher” em sua turma. Somente a partir dos anos 1950 é que chegou a escola pública por lá, com acesso prejudicado pelas distâncias e demandando caminhadas longas. As desvantagens de acesso para as mulheres

¹⁶² Silva (2009, p. 85). A precariedade das escolas na zona rural do município da Barra – Ba, também foi registrada em 1997, por Comandaroba e Battistel (1999, p. 100) quando detectaram escolas funcionando em espaços improvisados e, conforme depoimento da professora Dona Rosemira, “os alunos sentam-se no chão, na areia. Não tem cadeira, não tem mesa, não tem nada. Para escrever no caderno coloca em cima da perna. Ou então, se tem um banquinho, então senta no chão e escreve sobre o banquinho”. À pergunta de quanto ganhava por mês para lecionar, numa época em que o salário mínimo era de cento e vinte reais, ela respondeu: “Eu ganhava trinta e cinco reais por mês. Agora ganho cinquenta, mas está com quatro meses de atraso”.

assumem proporções desmesuradas, se considerarmos que desde séculos anteriores já se arrastava essa situação no sertão da Bahia, a exemplo da notícia trazida pela cronista Helena Santos, ao anunciar que, na segunda metade do século XIX, seu avô paterno – professor concursado, ensinou seus cinco filhos homens, “mas as suas cinco filhas, nenhuma sabia ler”¹⁶³.

Na cidade de Guanambi-BA, um exemplo pode nos dar a dimensão das condições materiais da educação formal nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Professoras nomeadas pelo governo atuavam nas chamadas “Escolas Isoladas”, quando, individualmente ou em dupla, tinham por responsabilidade organizar suas classes, encontrar as acomodações, carteiras, fazer matrículas e providenciar os materiais necessários ao dia a dia da sala de aula. Essa situação começou a mudar quando as professoras passaram a integrar os quadros docentes dos prédios escolares que o governo estadual passou a construir¹⁶⁴.

As formas de educação na dinâmica familiar são incontáveis nos relatos memorialísticos e apresentam o peso da imersão cultural num espaço em que sobram exemplos de reforço às práticas autoritárias. Há narrativas de castigos severos aplicados pelos pais e também pelas mães, que usavam bolos de palmatória e “sola de couro de boi”, como escreveram Comandaroba e Battistel (1999, p. 151) em *Barra – um retrato do Brasil*. Coutrim (2010, p. 46) expressou sua opinião sobre esse autoritarismo com os dizeres: “A nossa educação foi assim: minha mãe, às vezes, dava-nos um tapa, puxava a nossa orelha, quando fazíamos coisas erradas...”, mas o pai impunha autoridade com um simples olhar, o que causava um igual temor do castigo”.

Entretanto, as narrativas estudadas trazem situações multiformes de constituição de subjetividades e soma de experiências que abriam chances à inventividade e saídas para vencer obstáculos e asperezas, formas alternativas de se viver, nem sempre compatíveis com os modelos preestabelecidos.

¹⁶³Helena Lima Santos, crônica “O Brasil e o analfabetismo”. *Jornal Tribuna do Sertão*. 04/09/1992.

¹⁶⁴ Em 1939 foi inaugurado o Grupo Escolar Getúlio Vargas, dando início a lentas mudanças na organização das escolas estaduais. Depoimento de Lucília Donato em entrevista do dia 07/03/2013. Ver estudos sobre a questão em Louro (1995); Passos (1995); Mendes (2004) e Rocha (2008).

3 - Nas escritas de si, as cirandas da sobrevivência

Os espaços de convivência experimentados pelos sujeitos dessa pesquisa, condicionados pelas vicissitudes do viver sertanejo, apresentaram singularidades que os encaminharam para as artes do fazer e refazer, muitas artes da improvisação e adaptação necessárias no processo de sobrevivência, principalmente no cotidiano dos meios rurais, de condições bastante adversas, mas também nas cidades, nas camadas mais baixas da população.

As fontes trazem sujeitos femininos em processos de aprendizagem desenvolvidos no afã de resolver as questões impostas por situações próprias das regiões interioranas em que se encontravam frequentemente. Narradoras descrevem mulheres que assumiam, em suas fainas diárias, ações que iam desde as mais simples a outras que exigiam tirocínio e maleabilidades na solução de problemas e delas resultaram processos de aperfeiçoamento e rotinas em que, vencendo obstáculos, iam se fazendo a si mesmas e aprendendo a “ser” de forma sempre renovada. Assim, torna-se pertinente tomar conhecimento das situações narradas pelas autoras que deixam entrever as suas iniciativas, astúcias e criatividade.

No nosso estudo, um protótipo é Guiomar Coutrim. Nascida em 1929, escreveu suas memórias aos 80 anos sob o título: *Guiomar, determinada a ser feliz* (2010), onde registrou fatos de sua infância vivida na zona rural, na década de 1930, mostrando-nos os tipos de atividades e folguedos em que se envolvia. Sua narrativa é um modelo de percurso feito não tanto nos bancos escolares e mais pelas necessidades infligidas pelo meio rural, sempre obrigando novas aprendizagens.

Na busca de alternativas para superar dificuldades por viver num meio rural, Guiomar aprendeu a usar a roda de fiar que havia em casa, aventurou-se a aprender a costurar por si mesma, experimentando todas as fases do processo, desde a preparação da linha, num exercício de “ensaio e erro”. Para isso, colheu os “capulhos de algodão”, descaroçou e fez a linha que foi tingida com anil¹⁶⁵, dando-lhe uma cor azulada, “pronta pra mandar para o tear onde as mulheres teciam”. Queria fazer uma calça e, para isso, descosturou uma calça masculina velha para tirar o molde e cortar outras, aproveitou uma máquina de costura pequena e antiga que tinha sido

¹⁶⁵ Para tingir o tecido, fazia-se a tinta com as folhas da planta chamada anil, muito encontrada naquela região. O preparo consistia em deixar as folhas de molho por vários dias até que soltassem a cor azul e aí imergia-se o tecido, que ficava com a cor desejada.

abandonada pela sua sogra e costurou a calça com sucesso. Depois disso, passou a fazer costuras para pessoas da sua coletividade e teve sua renda aumentada. Só muitos anos depois é que concluiu um curso de corte e costura¹⁶⁶.

Essas vivências serviram para antecipar sua participação nas lidas da casa quando, num esforço próprio, cuidava de si sem recusar os desafios que lhe eram postos e traziam-lhe novas oportunidades de aprendizagem. Aos nove anos, quando a mãe foi a Bom Jesus da Lapa numa romaria religiosa, Guiomar assumiu a cozinha durante duas semanas, fazendo comida para o pai e os cinco irmãos mais velhos. De tão pequena, era necessário fazer uma trempe de três pedras no chão, aí colocar a panela e cozinhar. Outro exemplo dos seus arroubos de trabalho antecipado era tirar tapioca da massa de mandioca, no que era auxiliada por outras mulheres, companheiras nas manobras que não conseguia fazer sozinha devido à sua pouca idade¹⁶⁷.

A escrita de Guiomar Coutrim mostra as várias lições aprendidas, algumas a duras penas e, como reflexo, as respostas subjetivas de intrepidez diante de situações de vida. Acostumada a participar de todas as tarefas da casa, do trabalho de plantio e colheita, dos cuidados com a criação de animais, etc., ela encontrava soluções pautadas em criatividade, esperteza e invenção de caminhos para driblar as dificuldades do meio. Um exemplo era o “pari”, espécie de cercado que fazia junto com seus irmãos no leito do rio à época da cheia, deixando uma abertura para os peixes entrarem e quando o rio começava a baixar, era necessário um grupo de pessoas para tirar os muitos peixes presos ali. Essa prática garantia o alimento por vários dias, além do excedente comercializado na vizinhança¹⁶⁸.

A respeito do nível de desenvolvimento do mundo rural ao qual aludimos, no sertão baiano, nas décadas de 1920/30, há referências pouco animadoras e denúncias da falta de medidas governamentais para favorecer estilos de vida dos sertanejos. Reconhecia-se mesmo, entre as autoridades baianas, que a população vivia “abandonada, entregue exclusivamente aos seus poucos recursos, inteiramente afastada de qualquer centro de progresso, mergulhada em profunda ignorância e

¹⁶⁶ Coutrim (op. cit., p. 70-71).

¹⁶⁷ Idem, idem, p.28. No sertão da Bahia o cultivo de mandioca é muito comum entre os grandes e pequenos agricultores. Na colheita, desde muito tempo, faziam mutirão nas casas de farinha e, aí, as mulheres tinham papel de destaque no fabrico de farinha, tapioca (polvilho) e derivados. Ainda hoje essa prática é mantida e, em alguns casos, com incorporação de melhorias técnicas.

¹⁶⁸ Idem, idem, p. 36.

dizimada por numerosas enfermidades”, persistindo, ao lado desse atraso, “manifestações de trabalho rotineiro e primitivo e fontes de riqueza embrionárias ou latentes”¹⁶⁹.

No meio rural, Guiomar viveu até os 34 anos, quando já casada e com filhos, mudou-se para a cidade em que seu marido tornou-se prefeito. Aí, durante sete anos, não se envolveu na política municipal, mas ajudava a recepcionar os correligionários. Dava mais importância ao acompanhar a vida escolar dos filhos e a auxiliá-los em todo o necessário. Aos 36 anos, diante da instabilidade da vida conjugal, pôs fim à relação e partiu levando consigo os seus oito filhos. Decepcionou-se por não encontrar na outra cidade os bens materiais anunciados pelo ex-marido, porém usou “estratégias” para vencer dificuldades: ajudou pessoalmente na construção de uma casa para morar, fez adobes para a construção, assumiu a profissão de costureira para “ganhar a vida” e prosseguiu orientando os filhos na escola, alguns já trabalhando e concorrendo com as despesas da família. Os benefícios da empreitada na educação dos filhos foram garantidos e, sem demora, tornaram-se independentes e responsáveis por um rumo próprio¹⁷⁰.

Desse modo, é possível entender os eventos aqui apresentados, acerca dos malabarismos feitos pela maioria das mulheres de baixa renda no sertão para sobreviverem a tantas precariedades. As exceções ficavam restritas às mulheres de elite que detinham melhor poder aquisitivo, mas elas também usavam estratégias para garantir a simpatia das pessoas que lhes dispensavam serviços domésticos ou serviços na lida rural. Zelinda R. L. Teixeira assumia a grande tarefa na direção da fazenda na ausência do marido e usava como mecanismo, para garantir a mão de obra necessária, organizar festas de Natal e distribuir brinquedos para a “petizada”, conforme escreveu em seu “Caderninho no. 5: “[...] A 25, reuni as crianças da região e com elas fiz a visita a Menino Jesus, fundando então o Núcleo Infantil do Menino Jesus. Distribui santinhos. Em seguida, distribuição de prêmios da Arvore de Natal, armada no pátio”¹⁷¹.

¹⁶⁹ Esta é a avaliação de Dionysio Pereira – Delegado Estadual do Serviço de Indústria Pastoril, no Diário Oficial da Bahia – Edição Especial do Centenário da Independência Política do Brasil na Bahia (1922, p. 124), mais enfática ainda nos dizeres: “Os sertões bahianos nas condições de abandono em que se encontram sem meios fáceis de comunicação, sem estradas de ferro, sem instrução, dizimada a sua população pelo paludismo, verminose e endemias outras, carecem dos poderes públicos de medidas urgentes e inadiáveis, que venham cercal-os de proteção, procurando-se desenvolver os seus naturais recursos, fomentar suas fontes de energia”.

¹⁷⁰ Coutrim, op.cit., p.110. Entrevista com a autora em 09/07/2014.

¹⁷¹ Acervo particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.

Segundo Michel de Certeau, essas “performances operacionais” provêm de saberes muito antigos, “maneiras de fazer” bem sucedidas, evidenciando versatilidade, criatividade e pequenos sucessos em situações do cotidiano. Essas “táticas” surgidas na iminência da ocasião, que se estribam numa inteligência prática ou mesmo em astúcias, são conhecidas desde os gregos antigos sob o nome de *métis*¹⁷². Do mesmo modo a historiadora Maria Odila L. S. Dias referiu-se à deusa *Métis* quando documentou fartamente a existência de mulheres pobres na São Paulo do século XIX, exercendo papéis informais, surgidos na própria rotina do cotidiano, movidos pela experiência da vida, certificando-se de que: “Mulheres bravas tinham de exercer a arte de inventar e de ‘ajeitar as cousas do dia-a-dia’. Era uma relação vital e mágica de improvisação de papéis informais, sem os quais não teriam como subsistir”¹⁷³.

A narrativa de Palmira Fausto – *Cartas na mesa...* (2013) – deixa perceber nas entrelinhas a sua capacidade de adaptação às situações encontradas no meio rural, onde viveu por 18 anos, no seu “pé de serra”, como chamava a fazenda Lagoa Funda, colocando-se como quem está sempre aprendendo e garantindo boas relações de sociabilidade com a vizinhança no entorno da sua propriedade. Professora, alfabetizou seus filhos e dezenas de crianças da região, ano após ano. Mas foi no convívio com o povo simples da zona rural que ela mais aprendeu. As condições precárias de assistência à saúde naquelas paragens traziam problemas frequentes aos moradores, visto que o hospital mais próximo ficava a 92 quilômetros e muitas vezes, ela precisou acudir pessoas doentes, orientando-as, acompanhando-as e viabilizando transferência para a cidade. Nos casos de partos, via-se instada a assumir funções de enfermeira e, sem demora, dar assistência às parturientes, até a chegada da parteira, que morava distante e muitas vezes, quando chegava, o parto já tinha sido feito por ela. Numa das vezes, foi preciso improvisar, em sua casa, vestimentas para o recém-nascido, porque, segundo a mãe, o pai não lhe dera dinheiro para preparar o enxoval¹⁷⁴.

Um parto diferente, à moda indígena, foi relatado e merece comentários pela participação efetiva do pai no processo e pelo significado do ato frente às posturas de alheamento de muitos homens. E, em se tratando dos afastados rincões do Nordeste

¹⁷² Certeau, 1998, p. 47.

¹⁷³ Dias, 1995, p. 58.

¹⁷⁴ Fausto, 2013, p. 32-33.

brasileiro e pelos padrões da época, a presença do pai, no momento do parto, não era uma prática comum. Assim foi narrado por Palmira:

Entrei num quartinho escuro, sem janela e nenhuma ventilação e vi D. Maria acocorada numa gamela, forrada de panos velhos, e seu Zé Sena segurando-a por baixo dos braços. Suava e fazia mais esforço que a parturiente. Fiz a proposta para que ela fosse para a cama, ocupasse a posição do parto que eu estava acostumada e dispensasse seu Zé daquela tarefa. D. Maria negou-se a me obedecer e disse-me que seu Zé teria que participar e saber o que ela estava sofrendo.

Fiquei ao lado, esperando o trabalho de parto e, de repente, vi D. Maria dar um esgar, sem nenhum gemido. Fiquei na dúvida se era um gemido ou uma manifestação de dor. Neste momento, a criança chorou forte na gamela e seu Zé Sena levantou-se aliviado do esforço despendido¹⁷⁵.

Coube à narradora curar o umbigo do bebê, usando medicamentos apropriados e técnicas aprendidas, segundo ela, nas aulas de Puericultura, mas, surpresa, descobriu que a mãe estava colocando “um pó preto no umbigo da criança”, confessando-lhe que só tinha fé naquele remédio, “fumo mascado cujo caldinho era depositado para cicatrização do umbigo”. O saber popular prevaleceu sobre o conhecimento trazido pela então parteira¹⁷⁶.

Os serviços de parteiras que viviam da profissão eram preferidos pela maioria da população feminina até a década de 1960, principalmente nos meios rurais, onde a carência de médicos era maior do que nas cidades. As parturientes não conheciam práticas de assistência pré-natal e contavam apenas com o socorro das parteiras, que, detentoras do conhecimento apreendido pela experiência, faziam o parto, e, em seguida, se responsabilizavam pelos cuidados com a alimentação da mãe e cuidados iniciais com os recém-nascidos¹⁷⁷.

Em Caetité, a presença do Posto de Higiene, instalado desde 1927, não inibiu ações, comportamentos e crenças já arraigadas no universo sertanejo. Os cuidados com a saúde e os progressos de uma educação sanitária demandariam ainda muito tempo para provocar grandes mudanças de hábitos na sociedade do alto sertão da Bahia. Mesmo hoje, se há uma melhoria nos padrões de higiene e difusão de informações nessa área, não é bastante para apagar as marcas herdadas de longe e, nos espaços vazios da assistência institucionalizada, entra a sabedoria popular com suas crenças. Muito ainda precisa ser feito, a começar por mais investimentos na

¹⁷⁵ Fausto, op. cit., p. 34.

¹⁷⁶ Idem, p. 34.

¹⁷⁷ Ver Sacramento, 2012, p. 73-74.

área da educação e desenvolvimento de políticas públicas que atendam contingentes populacionais de áreas com o perfil do semiárido nordestino.

Chamada para ajudar uma mulher que não conseguiu expulsar a placenta após o parto, conta-nos Fausto, encontrou a parteira bêbada, tentando a “todo custo arrancar a placenta do corpo”, ao que a parturiente resistia “heroicamente”. Na verdade, “o corpo que ela procurava extirpar, não era a placenta e sim um prolapso vaginal”. Com perícia, a memorialista conseguiu retirar o que restava da placenta e devolveu o prolapso ao corpo materno. Aplicou remédios que deram certo e a paciente restabeleceu-se¹⁷⁸.

Em questões de parto, as mulheres davam preferência, às vezes, aos saberes vindos de outras gerações, principalmente no tocante ao conjunto de crenças e até superstições que versavam sobre a convalescença no pós-parto, também chamado “resguardo”. Bem descreveu Lucília D. Donato, a respeito da década de 1940, quando fez observações acerca da mãe da personagem Catarina, que, após oito dias do parto, ao sair do quarto, calçava “meias brancas, compridas e grossas, chinelo, blusa de mangas compridas para se proteger da corrente de ar frio”. Movimentava-se pouco, não podia fazer muito esforço e a alimentação era selecionada para a ocasião. “Chupar manga? Nem ver. É veneno. Limão? Nem passar embaixo do pé. Lavar a cabeça? Só depois de um mês. Assim mesmo, só com chá de raízes medicinais! Fazer amor, só depois da quarentena”¹⁷⁹.

No Alto Sertão da Bahia, região integrante do semiárido nordestino, a escassez de chuvas provoca grande inquietação entre os habitantes - principalmente os mais pobres e os que dependem da pequena lavoura. As frequentes situações de desafio vêm retratadas em abundantes exemplos nas escritas femininas, das quais mostramos, aqui, cenas de lutas das mulheres, verdadeiras “táticas” na arte de sobreviver. Terezinha Teixeira Santos, em seu livro *Lembranças de um povo* (2002), descrevendo um retrato vivo da região e do município de Guanambi, na década de 1930, mostrou as agruras de um meio ainda não beneficiado pelas soluções tecnológicas ou por políticas públicas que, se fossem implementadas, poderiam resolver ou minimizar as dificuldades da vida sertaneja. Na cidade o abastecimento d'água era feito por aguadeiros, que carregavam o líquido precioso dos vários poços das imediações, alguns muito distantes, para vendê-lo nas casas. Do “poço da

¹⁷⁸ Fausto, *op.cit.*, p. 35.

¹⁷⁹ Donato, *op.cit.*, p.105.

Lagoinha”, dezenas de pessoas traziam latas e potes na cabeça, passando por areia e pedregulhos. Era comum no cenário urbano ver “um jumento com dois carotes sobre o lombo, um de cada lado, carregando água”¹⁸⁰.

Com histórias de vida bem singulares, Terezinha T. Santos descreveu particularidades do dia a dia de pessoas comuns. A aguadeira Maria Pesada, uma de suas personagens, que entrevistada aos 90 anos, discorreu sobre a grande seca de 1939 que assolou a região, confessando: “Tive medo de morrer de fome [...] quando o sol apontava no céu, eu já tava lá na Lagoinha pra encher meu pote. Vendi água a 200 réis o pote ou a lata, quando um litro de farinha de mandioca custava 1 mil réis”. Informou ainda que as pessoas, para não morrerem de fome, cozinhavam a batata do imbuzeiro e faziam uma massa para comer ou cozinhavam o osso do “patim” do boi, em cuja água escaldada faziam um pirão¹⁸¹. Outra aguadeira de Guanambi foi citada pela autora: Maria Puxadinha, que, para sobreviver, carregava água da Lagoa da Pedra do Pote “com uma lata e uma rodilha na cabeça”, além de lascar lenha, varrer quintal, lavar roupas, torrar café, fazer sabão dentre outras¹⁸².

Estudos acerca do alto sertão da Bahia¹⁸³ apontam as circunstâncias do viver em espaços de semiaridez, articuladas aos quadros socioeconômicos que interferiam na cotidianidade sertaneja. O historiador Paulo Henrique Duque Santos, em seu trabalho sobre as atividades econômicas do alto sertão da Bahia, no período de 1890 a 1930, mostrou as muitas dificuldades de sobrevivência enfrentadas por pequenos lavradores, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos na economia, mostrando as lidas e os embates de homens e mulheres pobres da região. Discorre sobre a variedade do cultivo regional entre pequenos e médios agricultores, diversidade da produção agropastoril e organização de serviços que condicionam uma “heterogeneidade do mercado de trabalho”. Nas suas palavras:

O exercício de diversos ofícios caracterizou a sociedade e a economia que se desenvolveram no alto sertão da Bahia. Práticas informais de sobrevivência imprimiram diversos significados aos meios de vida dos

¹⁸⁰ Terezinha T. Santos (2002, p. 209). Segundo explicação da autora, “carote” é um vocábulo regional que significa “barril utilizado para transportar líquidos”. Annalinda Souto (1996, p. 20) também se referiu ao vocábulo, como “vasilha de madeira banhada, apertada por quatro arcos de metal para não vazarem a água”.

¹⁸¹ Santos, 2002, p. 110.

¹⁸² Idem, op. cit., p.127-128.

¹⁸³ Entre outros estudos historiográficos acerca dos sertões baianos citamos: Estrela (2003), Neves (2005), Pires (2009), Ribeiro (2012), Nogueira (2011), Santana (2012), Sacramento (2012) e Guimarães (2012).

moradores pobres, expressando múltiplas vivências sociais e modos distintos de suprimento do necessário à subsistência. [...] A forte concentração de renda e a desigualdade social que caracterizaram a economia e sociedade da região, impuseram a populações pobres o mínimo necessário à subsistência¹⁸⁴.

Populações pobres e marginalizadas, habitando no campo ou na cidade, lançavam-se em tantas atividades quantas fossem necessárias, as quais lhes exigiam criatividade e capacidade de improvisação, para, assim, resolverem os problemas que as rondavam e resistirem às contingências que as levariam fatalmente a estados de penúria.

Munindo-se de vasta documentação, Paulo D. Santos encontrou casos em que “meeiros” e pessoas que conseguiam algum pecúlio com jornadas de trabalho extenuantes, encontravam obstáculos em épocas de crise, sendo forçados, às vezes, a venderem parte dos seus poucos recursos. Rosa da Cunha Cotrim, moradora de Caetité, sem saber o paradeiro do marido e na ausência dele, “cuidou sozinha da pequena criação de gado bovino, que possivelmente produzia leite e requeijão para venda na feira da cidade – tinha três vacas com crias”¹⁸⁵. No entanto, sem conseguir sobreviver à carestia, precisou vender parte dos seus modestos bens, como um sítio na zona rural. Segundo o mesmo historiador, inventários judiciais demorados resultavam em perdas de bens que eram leiloados pelos poderes públicos; no caso da meeira Maria Joanna do Nascimento, o longo processo, agravado pela dispersão familiar e deslocamentos constantes dos sertanejos, teve resultados funestos para os interessados. Essa meeira, com família numerosa, morou numa casa construída com enchimento de barro, cujas “acomodações eram semelhantes às da maioria dos trabalhadores pobres do sertão: três velhas cadeiras de couro, uma pequena mesa, um par de caixas velhas e duas camas para repouso de toda a família”. Sobreviviam da produção de rapadura e cachaça, que eram vendidas nas feiras de Caetité e Santa Luzia¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Santos, 2014, p. 313-314.

¹⁸⁵ Santos, 2014, p. 266.

¹⁸⁶ Santos (2014), além dos exemplos apresentados, deteve-se na reconstituição da vida social e econômica de fazendeiros, negociantes e comissários bem sucedidos na empresa agropecuária, em produtos para o abastecimento interno e para exportação, mas também documentou a participação de médios e pequenos lavradores, pequenos comerciantes e trabalhadores urbanos na economia da região.

Sobreviver implicava tensões e choques de interesse ou, às vezes, comportamentos que desafiavam regulamentações administrativas quando estas impediam empreitadas, consideradas por algumas pessoas como únicas formas de prover as suas necessidades. Se nas cidades, desde muito tempo, era proibido pela saúde pública o criar porcos em fundos de quintais, a Sra. Edite, morando numa das principais ruas – a Barão de Caetité - fazia vistas grossas e tocava o negócio da criação em sua casa. Entretanto, os vizinhos, donos de uma padaria, reclamavam dos incômodos e odores que prejudicavam suas atividades. Essa contenda gerou brigas e denúncias que culminaram em extenso processo na justiça local. Na representação encaminhada por Edite consta:

Neuza, mulher pouco escrupulosa atrabiliária violenta de maus costumes mesmo, passou há tempos a apoquentar Edite dirigindo-lhe insultos. A pretexto de criar Edite, preso no seu quintal um porco, denunciou-a Neuza à Saúde Pública, o que fez, não no intuito honesto de zelar pela saúde em geral, mas simplesmente para hostilizar Edite. Assim afirma porque outras pessoas por ali também criam porcos, mas Neuza não os vê, não os (?), não sabe da existência deles¹⁸⁷.

No transcorrer do processo e cumpridos todos os trâmites legais, veio à tona a situação de reincidência de Edite, constando nos autos uma diligência anterior que a advertira por desobedecer ao código sanitário e intimava-a a retirar os porcos do seu quintal, o que foi descumprido. Em vista disso, e com uma manifestação de acusação do delegado de polícia, o processo ficou prejudicado por amparar “suspeição às autoridades policiais”. A acusação de “importunação ofensiva ao pudor” impingida à Neuza foi contestada pela defesa sob alegação de que, para isso, Edite precisaria ser agente passivo, o que não ocorreu. Em mais de uma forma de trabalho de pessoas de baixa renda, situações contingenciais e prementes levavam à desobediência às leis constituídas. A habilidade de Edite para improvisar múltiplos ofícios levou-a a modos alternativos no afã de garantir a subsistência própria e da família.

Pela narrativa de Guiomar, vê-se que, desde o início da sua adolescência, persistiu no projeto de encontrar soluções para os problemas. Com a perda do pai, quando apenas o irmão mais velho ficou responsável pelo sustento de toda a família, ela buscou formas novas de ganho, tornando-se pequena empreendedora. Vaidosa, queria ter dinheiro para comprar roupas e adereços da moda e então decidiu não ficar

¹⁸⁷Processo-crime do Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: Cartório de Feitos Cíveis e Criminais. Série: Autos-crime. Sub-série: Calúnia/difamação. Data-limite: 1912-1992. Cx: 22.

“de braços cruzados” e iniciou um negócio próprio, fazendo bolos para vender. Para isso, construiu ela mesma um forno, imitando o trabalho feito por pedreiros. O intento deu certo e assim pôde dedicar-se ao ofício de “boleira”, vendendo bolos e biscoitos nas festas das fazendas vizinhas, com a ajuda de Teodora, “uma negra” que trabalhava em sua casa. Além disso, confessou Coutrim, vendia tapioca, manteiga e ovos, conseguindo dinheiro para suas despesas¹⁸⁸. Todos esses “treinamentos”, aliados a um temperamento dinâmico, irrequieto e à coragem e ousadia dessa trabalhadora de muitos ofícios, tornaram-se esteios no enfrentamento de situações delicadas que sobrevieram no futuro.

Criações de animais de pequeno porte e de “baixa rentabilidade”, mesmo sem grandes possibilidades de alterar as condições de vida das camadas mais baixas, funcionavam como complementação de renda imperiosa para esses habitantes, já que essas atividades podiam ser mantidas com baixos custos por meeiros, agregados e setores pobres que usavam a própria mão de obra - trabalhos braçais - na realização das tarefas com a criação¹⁸⁹.

Na zona rural, fontes judiciais mostraram igualmente tensões entre vizinhas ligadas à criação de pequenos animais. Generosa Moreira dos Santos quis se defender na justiça da acusação de ladra que lhe foi imputada por Matilde Firmina de Brito. Esta acusou-a de ter roubado, matado e comido a ovelha desaparecida de outra vizinha. No julgamento, após ouvir as duas em separado, a autoridade judicial promoveu uma audiência com a presença de ambas, conseguindo resolver por conciliação, uma vez que a “querelante” desistiu de sua queixa diante da postura da querelada em dizer “que jamais acusou a querelante e não a tem na conta de ladra, pois são vizinhas há muitos anos e nada tem a dizer contra ela, prometendo ambas dar por findo o assunto não mais se manifestando sobre o mesmo”¹⁹⁰.

Além de Guiomar, outras mulheres de posses medianas compatibilizavam atividades de docência com bordados, costuras e afazeres domésticos. Donato (op.

¹⁸⁸ Coutrim, op. cit., p. 66.

¹⁸⁹ Santos (op. cit., p.191-192) afirmou que “no alto sertão não ocorreu uma especialização na atividade criatória, mas uma preferência para criação de gado vacum, especialmente entre os grandes proprietários, por se tratar de atividade econômica mercantil que auferiu maiores rendas”. Apresentou dados do censo agrícola de 1920, mostrando a participação de gado de pequeno porte na economia agropecuária da Bahia, estado este com maior rebanho caprino do país.

¹⁹⁰ Processo-crime do Arquivo Público Municipal de Caetité. Fundo: Cartório de Feitos Cíveis e Criminais. Série: Autos-crime. Sub-série: Calúnia/difamação. Data-limite: 1912-1992. Cx: 22.

cit., p. 281), na personagem Catarina, que bordava, costurava e pintava, admitiu que, depois de casada, lecionava e ajudava nos serviços domésticos.

Mulheres artesãs em variados ofícios foram observadas pelas memorialistas e escritoras em soluções práticas inspiradas pelos recursos do espaço geográfico que habitavam. Joanita Silva registrou que, na região de Rio de Contas, a grande safra de marmelos era aproveitada pelas doceiras (inclusive ela), que faziam a marmelada de “primeiríssima qualidade para consumo, para ofertar aos parentes e amigos distantes e, para se fazer ainda um pezinho de meia”. Na região do cerrado, “constitui uma festa o catar pequi pela gente mais humilde que, diligentemente, sai à madrugada para cedo voltar e vender aos fregueses adeptos do delicioso fruto e para a sua manutenção”¹⁹¹.

A propósito do pequizeiro, Maria Lúcia P. Novato mencionou a relação desse fruto com as necessidades dos sertanejos pobres em períodos de secas prolongadas. Sobreviviam do pirão de pequi que acreditavam ser mais forte que pirão de carne, e acrescentou: “Cozinham o fruto de todo jeito, no arroz, no feijão, no cortado de maxixe, ou sem nada, só a panelada que se misturava no caldo grosso. [...] E fome, é que não ia definhar o povo, que o mato se apinhava de pequizeiros carregados, e era só colher, que dono não havia”. Outra personagem sua, a doida Maria Puxa, não se queixava da seca porque vendia o candombá, uma raiz usada para acender fogo nos fogões das casas e, quanto mais seca, melhor resultado. Comercializava-o às dúzias, garantindo o seu sustento diário¹⁹². Aliás, ainda nos dias atuais, essa raiz é encontrada em Rio de Contas, cuja comercialização prende-se à sua propriedade de combustão e facilidade em “fazer fogo”, não tanto no cotidiano das residências, mas em situações esporádicas. (Foto abaixo).

Figura 12 -. Candombá – usada para acender fogo nos fogões a lenha¹⁹³.

¹⁹¹ Silva, 1993, p.72.

¹⁹² Novato, 1997, p.124.

¹⁹³ Foto da pesquisadora em 12/09/2012.

Em todos os cantos via-se a presença teimosa das mulheres. Na capital da Bahia, asseverou Ferreira Filho, “a participação das mulheres se fez vigorosa na luta pela sobrevivência, em face de uma economia que não oferecia alternativas formais de emprego”¹⁹⁴. No maior centro do estado via-se um mercado de trabalho pouco promissor, refletindo uma industrialização incipiente e pequenos mercados de consumo. Restava, portanto, a improvisação em serviços variados. Se o Estado da Bahia, ainda hoje, possui grandes contingentes populacionais em estados precários de sobrevivência, há que se admitir que, mesmo fora de épocas de crises no sertão, suas populações vivem essa rotina da improvisação em muitas demandas para fugirem das precariedades de uma vida de penúria¹⁹⁵.

Dessas operações multiformes, as narrativas das memorialistas evidenciam a presença de inteligências práticas nos embates cotidianos, versadas tanto no campo como nas cidades, no caso aqui, pequenas cidades sertanejas, numa ciranda que pode sofrer permanências ou cortes sempre em meio a deleites ou aflições¹⁹⁶.

Saberes muito antigos são, via de regra, atualizados pela oralidade, pela repetição, como ocorre com os adágios populares - verdadeiros veículos desses saberes - ou mesmo através de outros mecanismos como a literatura. O escritor João Gumes (1858-1930), reconhecido literato e jornalista do Alto Sertão baiano que escreveu nas três primeiras décadas do século passado, fez muito uso de ditados populares para evidenciar usos e costumes próprios do interior da Bahia e para retratar uma linguagem peculiar à vida interiorana¹⁹⁷.

Assim, a reatualização de tais adágios que se faz comumente pela oralidade, também acontecia na literatura escrita das memorialistas, importante depositário das

¹⁹⁴ Ferreira Filho, 2003, p.34.

¹⁹⁵ Dados do IPEA mostrados no estudo de Santos e Arcoverde (2011) apontam a situação atual de pobreza nos estados do nordeste do Brasil, em que a Bahia aparece com 44,1 % na linha de pobreza absoluta.

¹⁹⁶ De acordo com a distinção feita por Certeau (op. cit.:47) entre “tática” e “estratégia”, as práticas citadas nos exemplos acima podem ser identificadas como “táticas”, pois, segundo ele, pela tática “o que ganha, não guarda; [...] não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos; [...] procura jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões”. As “estratégias”, no entanto, calculam resultados e se articulam a algum tipo de poder. As mulheres desse estudo também lançaram mão de estratégias em diferentes contextos, conforme exemplos citados no correr do texto.

¹⁹⁷ Ver Nogueira (2010), dissertação de Mestrado em que a autora analisa as relações de gênero nas obras do literato baiano na intersecção com a História. Das obras de João Gumes vale destacar alguns provérbios que soam como conselhos e orientações a todos os que queiram encontrar rumos e saídas em situações embaraçosas: “Planta e cria e terás alegria” (1922, p. 74); “Enquanto se descansa, carrega-se pedra” e “Um pão e um pedaço, pão e meio” (1932, p. 258); “Toda conta começa por um” (1928, p.116).

culturas populares. Entre outras, citamos Palmira, que fez uso frequente deles no seu livro *Cartas na mesa...* (2013), reatualizando os seguintes: “com gosto não se discute” (p. 41), “o forte, um dia, também precisa do fraco” (p. 43), “bola pra frente” (p. 39). Entre outros exemplos citamos Helena Santos como o seu “ninguém é profeta em sua terra” (op. cit., p. 66) e ainda Joana Comandaroba que escreveu: “Fulano não é boa abelha”, ou não é flor que se cheire” (2011, p. 220). Depreende-se que, nessa circulação constante, dava-se a transmissão de uma sabedoria sempre renovada nos círculos de convivência e uma influência inegável no cotidiano regional, principalmente se considerarmos as histórias de vida das sertanejas aqui elencadas, eivadas por uma sabedoria positiva na forma como resolviam muitos assuntos. Entre perdas e adaptações referentes à linguagem, esses ditos populares avançaram por décadas afora, fazendo-se presentes nas crenças e comportamentos de pessoas e no viver dos mais diferentes grupos.

Nesses termos, o mundo se torna uma escola viva em que os saberes práticos ocupam os espaços pouco visitados por saberes institucionais, a exemplo de áreas rurais e periféricas do sertão baiano. São esses saberes práticos que se disseminam entre agentes sociais que vivem em situações de desvantagens em sociedades excludentes.

Escrevendo acerca da rua da sua infância, Terezinha detalhou cenas ditadas pela sensibilidade e percepção das intrincadas formas das lidas cotidianas:

Tia Joaninha, velha caprichosa e asseada, com bastante gosto decorava sua casa. [...] No alto da porta principal, da varanda que dava acesso para a sala de dentro, tinha afixado uma vistosa ferradura de sete furos, amuleto muito usado naquela época que, segundo os antigos, servia para afugentar o ‘azar’. Usando costumeiramente saias rodadas e blusas soltas, ela passava longas horas sentada num velho banco em frente da janela de sua casinha, junto a sua almofada, trabalhando com bilros, num constante trocar de dedos. Na falta de alfinete, usava espinhos de quiabento para prender a linha no papelão, produzindo metros e metros de rendas e bicos que vendia para ajudar nas despesas do dia a dia. (SANTOS, 2002, p. 186).

Saberes e fazeres do sertão estão estampados nesse relato: costumes, superstições, modos de vestir, jeitos de fazer, enfim, modos de sobreviver. Quiabento e papelão, recursos simples, encontrados facilmente naquele meio, completam um quadro singular de táticas de uma mulher em seus afazeres, quadro também constatado por Ferreira Filho na rotina de atividades na capital baiana, quando

vendedoras ambulantes – as baianas de tabuleiro - comercializavam mercadorias, utilizando, em grande parte, matérias-primas regionais abundantes e baratas¹⁹⁸.

O quadro acima é descrito com as lentes de quem deseja valorizar agentes sociais e uma cultura, como também o fez Joanita Silva, quando narrou as peripécias de D. Maria da Glória Trindade, uma “famosa curandeira e benzedeira” de Rio de Contas. Ela “benzia as pessoas doentes com galhos de arruda e essas ficavam curadas”. Ela própria, estando com uma tremenda dor de cabeça, submeteu-se aos conhecimentos de D. Maria da Glória, que, procedendo a uma reza com folhas verdes de café, fez com que conciliasse o sono e depois, acordasse sem dor. As benzedeiras provavam conhecer raízes medicinais, plantas e ervas, faziam uso de várias técnicas em suas práticas e assim ganhavam credibilidade e atraíam pessoas que vinham de longe¹⁹⁹.

Benzedeiras, parteiras, lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras e outras tantas atividades eram exercidas por mulheres das camadas mais pobres da população. O estudo de Adriana de Jesus Sacramento mostrou a presença de práticas curativas em Caetité - BA (1897-1940), realçando a importância das parteiras, tanto no momento do parto como nos cuidados subsequentes ao nascimento dos bebês e restabelecimento da saúde e rotina das mães. Adriana Sacramento comenta que “havia na sociedade baiana de 1930, disseminados desde Alto Sertão, de Caetité até a capital da Bahia, Salvador, a presença marcante de ‘parteiras’, ‘aparadeiras’ ou ‘comadres’ como eram conhecidas. Esses ofícios eram, geralmente, atribuídos às mulheres”²⁰⁰.

Mulheres de classes médias viam-se também em ações que lhes exigiam destreza ou saber prático para operar tarefas já adaptadas às circunstâncias do meio.

¹⁹⁸ Ferreira Filho op. cit., p. 44. O autor discorreu sobre os empregos informais de mulheres que não apareciam em estatísticas oficiais. Elas estavam por toda parte: vendiam comidas baratas nas ruas ou “em pequenos estabelecimentos, prestando múltiplos serviços domésticos, costurando ou bordando”, etc. Registrou que quituteiras em Salvador-Ba, vendendo iguarias na rua, entregavam-nas aos consumidores enroladas em pedaços de folhas de bananeiras, porque folhas de papel eram muito caras para embrulhar o alimento a ser vendido.

¹⁹⁹ Silva, op. cit., p. 65. Ver estudos de Santos (2005), sobre “crenças, saberes e diferentes práticas curativas” no Recôncavo sul da Bahia, entre 1940-1980, em que apresenta vários agentes de cura e suas relações com a cultura de populações negras da região; Wissenbach (1997, p. 165-166), analisando a realidade da cidade de São Paulo entre 1900 e 1940, escreveu: “Na cultura popular e na sociedade eram as benzedeiras conhecidas pela eficácia de seus procedimentos e simpatias para determinados males: ninguém melhor para a cura de dores de cabeça ocasionadas por quebrantos ou mau olhado e, sobretudo, para as bicheiras e doenças infantis. Em seus rituais, sob uma aparente simplicidade e domesticidade, escondiam uma arte conduzida por fórmulas especiais, evocações e exorcismos advindos de um saber transmitido por gerações através das linhagens femininas”.

²⁰⁰ Sacramento, 2012, p. 95.

Lucília Donato apontou algumas, como varrer quintais com vassouras de palha de coqueiro, lavar pratos em gamela e empilhá-los numa tábua, arear garfo de metal que enferrujava e panelas pretas pela fuligem do fogão a lenha, usar “sabão de bola” de fabricação caseira. Dentro da realidade do semiárido nordestino, descreveu uma cena comum para a maioria das mulheres, mesmo as de posses medianas quando jovens e com tarefas caseiras a serem cumpridas: o retirar água de cisternas, na qual se jogava um balde amarrado em uma corda para depois puxá-lo até a boca, segurá-lo pela alça e despejar numa bacia o líquido, que em seguida seria usado de várias maneiras. Havia duas cisternas, às vezes, uma de água para beber e outra de água salobra para os serviços gerais da casa²⁰¹.

Além das contingências da imersão cultural dos sujeitos em pauta, as memorialistas mostram as múltiplas vias alternativas – verdadeiras táticas e estratégias existenciais – pelas quais enveredaram as mulheres no vai e vem da conquista pelos seus ideais de superação. Ao lançarem mão de tais práticas, as mulheres utilizam o “saber habitual” que acumularam por contingências das necessidades no meio no qual se viram circunscritas ou por provocações alheias às suas vontades, ou seja, utilizam-se das suas experiências e, assim, vislumbram novos horizontes de atuação. “Experiência” pensada, não na concepção essencialista de uma identidade feminina, mas sob a ótica de uma “sabedoria prática” que permeia as trajetórias analisadas e que emerge das narrativas autobiográficas de mulheres²⁰².

No entanto, há outros elementos revelados nas escritas femininas que desnudam processos de constituição de subjetividades próprios de relatos autobiográficos. Falar em primeira pessoa e assumir-se por inteiro exige concentração ao fato de estar no mundo e atenção às experiências adquiridas; exige uma atitude reflexiva que determina o “tomar consciência da própria consciência”, ao contrário de quem comumente as deixa passar ao largo para se envolver superficialmente nas coisas experimentadas²⁰³. Experimentar a própria atividade e refletir sobre ela conduz o próprio pensamento e sentimento a feições singulares e diferenciadas, como o fez Joana Comandaroba: “Passei minha vida, 40 anos dela, a ensinar pessoas. Isso também é amar, embora de outra forma. Dediquei minha vida à educação e, depois que terminou, minha vida ficou vazia. Aí veio a literatura, escrever preencheu esse

²⁰¹ Donato, op. cit., p. 69-71.

²⁰² Birulês, Revista Labrys, jan/jun 2007.

²⁰³ Taylor, 1997, p.173-174.

vazio”²⁰⁴. No item abaixo, veremos formas distintas de aprimoramento cultural, considerando-se principalmente mulheres de camadas sociais abastadas ou de posses medianas.

4 Devires femininos em narrativas de memórias

“Catarina sempre fora estudiosa, nunca perdeu um ano, estava sempre envolvida com os livros, queria estudar, tinha vontade e determinação. Com esses argumentos, convencera seu Tomás, que estava irredutível...” Nas palavras de Lucília D. Donato, a personagem Catarina, tendo concluído o curso primário, esforçou-se em conquistar a aprovação do pai para continuar os estudos em Caetité, cidade vizinha que oferecia o curso normal²⁰⁵.

Sabemos que, no interior da Bahia e em outros contextos de tradição autoritária, no período aqui estudado, as chances para vivências de subjetividades autônomas entre as mulheres recaíam sobre aquelas que desenvolviam um senso crítico em relação ao quadro tradicional de forças a que estavam submetidas e buscavam angariar um “capital cultural” com determinação e esforço próprio sempre renovados na conquista de prerrogativas compatíveis com ideais de autonomia e igualdade de oportunidades como os difundidos pelos movimentos feministas. Isso ocorre quando algumas destemidas tomam o caminho da desconstrução de estereótipos através da reflexão acerca de contingências por elas experienciadas. Dessa forma, conforme constatou Maria Odila L. S. Dias, assumem posturas que fazem emergir um sem-número de exemplos que se contrapõem aos “papéis normativos” e dão a ver outras formas e posicionamentos desses sujeitos femininos no mundo em que vivem²⁰⁶.

Pensar a vida como um devir em suas chances de crescimento e transformação é uma marca nos relatos confessionais femininos que mostram as narradoras em exercício da sua *bildung*, à medida que vão percorrendo sobre suas escaladas de crescimento e buscas de autorrealização²⁰⁷. *Bildung* é um conceito que, nascido com

²⁰⁴ Comandaroba, 2011, p. 216.

²⁰⁵ Donato, *op.cit.*, p. 168.

²⁰⁶ Dias, 1998, p. 244.

²⁰⁷ *Bildung*, segundo Pinto (1990, p. 7), é um conceito utilizado pela tradição alemã e aplicado desde o século XVIII, no sentido de formação, educação, cultura ou processo de civilização. A palavra relacionada – *bildungsroman* – na língua portuguesa é empregada como romance de formação ou de desenvolvimento. Ver ainda Mazzari (2005).

a filosofia da ilustração enquanto um atributo da modernidade, não possui uma tradução precisa e pode estar articulado a preceitos pedagógicos, psicológicos, estéticos ou políticos que vão desde a efetivação de uma imagem idealizada e previamente desejada à construção do caráter dentro dos padrões morais ou ao engajamento na defesa de objetivos sociais, todos eles com desdobramentos de aptidões e resultados positivos no movimento do vir a ser individual. Seu significado remete ao interesse e esforço de cada uma/um para promover a elevação do “eu” em direção a um vir a ser, considerando que este é um aspecto importante nos textos autobiográficos e um ponto de apoio na percepção de subjetividades²⁰⁸.

Nesse sentido, cadernos de mulheres compostos por anotações de pensamentos, poesias, músicas e outros registros de cópias manuscritas, encontradas no limiar do século XX, principalmente nas camadas altas da sociedade, atestaram práticas de escritas femininas, verdadeiros canais desse “fazer-se”. Não eram composições de ideias gestadas pelas pessoas que escreviam, mas apontamentos considerados relevantes ao mundo feminino, selecionados e copiados para releitura em momento posterior.

Os “cadernos-goiabadas”, conforme denominação de Lygia Fagundes Telles²⁰⁹, eram conhecidos também como cadernos de notas, cadernos de recordações, livros-razão. Eram usados, sobretudo, por mocinhas da elite para registrarem sentimentos, pensamentos, ditos populares, esperanças, sonhos e ideias; mulheres casadas nem sempre conseguiam utilizá-los com esse fim exclusivo, porém instituíam outros usos, como anotações de receitas culinárias ou livros-razão.

O caderno de Priscilla Spínola Teixeira²¹⁰, mulher da elite caetiteense, datado de julho de 1895, com dedicatória do sobrinho Mário Spínola Teixeira, inclui-se nessa modalidade visto que reúne poesias, músicas, hinos, peças teatrais (algumas bem extensas) e ainda um discurso de formatura, com registros datados até 1913. As

²⁰⁸ Freitag (1994, p. 90), ao escrever sobre o indivíduo em formação, além de tomar como base o pensamento kantiano sobre a Pedagogia, aborda questões ligadas à *bildung*, referendando-se em teóricos como Humboldt, Adorno e Bakhtin. A autora cita Humboldt como o grande teórico e prático da *bildung*, quando ensina que a tarefa de garantir o melhor conceito de humanidade, com marcas que se preservam depois da morte, “só se realiza mediante a junção do nosso Eu com o mundo, assegurando sua interdependência mais geral, intensa e livre”. Um segundo ponto refere-se à finalidade última do ser no mundo: “formação de suas forças para um todo. A liberdade é a condição primeira e indispensável para essa formação” (Idem, ibidem, p. 90). Araújo e Ribeiro (2009, p. 2) utilizam a “metáfora da modelagem” para compreensão do conceito em pauta. Para ler mais a respeito: Weber (2006), Suarez (2005), Pino (2006), Galbiati (2012), entre outros.

²⁰⁹ Telles, 1997, p. 59.

²¹⁰ Acervo da Família Teixeira. APMC, em pesquisa datada de 18/04/2012.

cópias não trazem indicação dos autores e foram feitas a muitas mãos, vendo-se mais de cinco tipos de letras manuscritas. As que estão assinadas dão a ver participações de várias mulheres da mesma família, como a da sobrinha Alzira, herdeira do caderno, que, por sua vez, o deixou para uso de suas filhas, jovens sobrinhas-netas de Priscilla, entre as quais Zelinda Teixeira - autora do romance *A transplantação* (1947), uma das escritoras deste estudo. Zelinda, que admitiu mesmo a sua “queda” por caderninhos, copiou poesias nesse caderno, dedicando-as à sua mãe²¹¹.

Doações de caderno a mulheres para o exercício da escrita era prática comum, pelo menos nas famílias da elite caetiteense. Há outro doado pelo mesmo senhor Mário S. Teixeira à sua irmã Alzira, datado de julho de 1894. Comparados os dois, embora considerando o grau de parentesco entre suas donas, vemos coincidência entre alguns textos, do que se pode presumir as trocas que se efetuavam entre aquelas mulheres²¹².

Caderno de igual teor é o manuscrito de Alzira Carolina da Silva Normanha, escrito em 1946 (ano da sua formatura pela Escola Normal de Caetité) e 1947, destinado a registros de poesias e pensamentos assinados por moças e rapazes suas/seus colegas de classe e guardados como lembranças²¹³. As páginas restantes foram preenchidas pela própria Alzira Carolina com anotações de músicas, poesias e pensamentos. Essas situações demonstram a existência do “estilo”, como prática de escrita entre jovens dos meios ainda provincianos, embora já estivesse mais abandonado em locais de maior fluência cultural.

Ainda que não se configurassem como escrita autorreferencial, esses cadernos reuniam produções e composições que, circulando nos contextos de suas vivências, se constituíam numa memória do que predominava no momento da sua feitura, do que circulava como material à mão para releituras, e meditações. De certa forma, essa prática, quando dominada pelo senso comum, prendia as “copistas” a um ideal conservador que buscava desviar as ansiedades quanto ao futuro, substituindo-as por reflexões sobre o passado. Sem desconsiderar o valor de tais práticas como reflexo de um tempo e lugar históricos, há que se admitir que atitudes e valores ali

²¹¹ Copiou a poesia de Olavo Bilac *As flores*, constando ao final: “Copiado por Zelinda para a sua maesinha Alzira em sinal de gratidão”.

²¹² Acervo Casa do Barão em Caetité-Ba. Toda a documentação da família do Barão de Caetité ainda está em fase de organização liderada pela UNEB – Campus VI. Pesquisa em 05/06/2012.

²¹³ Um exemplo foi a cópia da poesia de Castro Alves, *Eterna história*, constando ao final: “Para Alzira, mui sinceramente transcrito pela amiga Nilce”. Arquivo particular cedido por Eliana Normanha, neta da autora, em Guanambi-Ba.

transmitidos e enunciados simbolizavam os modelos de formação idealizado para as mulheres no interior da Bahia.

No contexto sertanejo, uma tendência à reatualização de máximas manifestava-se por diversas formas além dos textos literários. Dulce da Silva Araújo, professora de Português do Curso Fundamental - pré-requisito para o Curso Normal recém-instalado – publicou crônicas na Revista de Educação da Escola Normal de Caetité, em 1927, abordando o uso corrente de máximas. Em “Aventuras de uma formiga – Adaptação a vários provérbios que se usam no Brasil”, apresentou doze deles de forma articulada a possíveis situações do dia a dia, concluindo que “as melhores lições são as da experiência”. Em número anterior da revista, publicou a crônica “A palavra é de prata, o silêncio é de ouro”, reiterando que o respeito a tais máximas reside em saberes acumulados em longas experiências. Porém fez ponderações acerca da repetição irrefletida de alguns ditos populares. No caso da palavra e do silêncio, alertou para o uso conveniente de ambos, evitando-se a crença de que seja necessário calar em qualquer situação²¹⁴.

Os espaços de sociabilidade refletidos nas escritas femininas elencam diferentes situações, nas suas muitas etapas de vida, as quais elucidam caminhos não retilíneos, mas permeados de “altos e baixos” e de embates entre os interesses subjetivos, as condições materiais e as demandas impostas nas relações de intersubjetividade, diante das quais devem encontrar um ponto de equilíbrio²¹⁵. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa enfrentaram muitos desafios. Um deles era mudar-se para cidades bem aparelhadas em ensino, o que implicava sair de casa ainda criança, como o já citado caso de Maria de Lourdes Galvão (1988), na década de 1930. Há o exemplo da década anterior, quando Zelinda R L Teixeira foi estudar em Salvador-Bahia, no Colégio Bom Pastor, em 1920, com apenas 15 anos. Seu primeiro retorno à casa paterna só foi possível após mais de dois anos de ausência²¹⁶.

Para ingressar nos ginásios e Escolas Normais deveriam submeter-se ao “exame de admissão”, muito temido à época, conforme registros sobre a década de 1950: Elzita Teixeira (1995, p. 41) relatou que, na Escola Normal de Caetité, onde foi

²¹⁴Ver no acervo do APMC : *Revista de Educação* – Orgam da Escola Normal de Caetité – Caetité, Tip. D’A Penna, dezembro de 1927, p. 229-231, e outubro de 1927, p. 185-186.

²¹⁵ Entre os estudiosos que se ocupam da questão, Araújo e Ribeiro (2009, p. 22) reiteram que, no demorado processo de desenvolvimento, o indivíduo vai se envolvendo em situações que irão resultar em singularidades definidoras dos rumos a seguir.

²¹⁶ Manuscrito *Datas importantes para mim*, da década de 1940. Acervo particular da Família Rodrigues Lima Teixeira, com acesso permitido à pesquisadora.

estudar, as candidatas aprovadas na avaliação escrita passavam por exames orais sobre assunto sorteado de um vasto programa, na presença de uma banca examinadora constituída por três professores da própria instituição, de reconhecida competência. Muitas adoeciam devido ao estado emocional, ao nervosismo e outros distúrbios. E ela, que nunca saía de casa, parecia “um bichinho do mato”, mas compareceu com seu “vestido de anarruga de babadinhos”, feito especialmente para a ocasião. Lucília Donato, residindo em Guanambi, transferiu-se para Caetité com antecedência necessária para fazer o curso preparatório aos exames admissionais. Em 1952, enfrentando uma viagem de caminhão, demorada à época, devido às péssimas condições das estradas, conseguiu a aprovação desejada e, em suas memórias, concluiu que “a força de vontade sobrepuja a adversidade, e os obstáculos são vencidos com maior ou menor intensidade”²¹⁷.

É importante considerar que os sujeitos femininos aqui em pauta estiveram permanentemente envolvidos nas searas, embates sociais e outros tantos desafios em espaços que se tornaram palcos das suas formações como pessoas humanas, e muitas delas fizeram escolhas e testaram seus limites de resistência.

Nas escritas de mulheres podemos ver o exercício da *bildung*, significando busca pelo “fazer-se”, quando descrevem suas trajetórias rumo ao aprimoramento intelectual, algumas se restringindo às fases iniciais de desenvolvimento e outras estendendo suas impressões ao longo de uma existência carregada de saberes filtrados dos vários aprendizados. Todo o percurso não se dá sem esforços individuais e, conforme sugere a escritora e poetisa Délia de Castro Costa Santos (2001, p. 37), cada qual precisa “dar o primeiro passo ao decidir ser feliz”²¹⁸.

Se historicamente a cultura alemã dos séculos XVIII e XIX utilizou o conceito de *bildung* para estimular práticas de superação aos revezes sofridos pelas conquistas napoleônicas, este conceito continua atual porque diz respeito a todo ser humano na relação com o seu “estar no mundo” e com a sua cultura. E, com as demandas da modernidade e do individualismo crescente, exercitar a *bildung* se tornou recurso privilegiado para se perseguir a concepção de individualidade da cultura ocidental, presente nos últimos anos e adotada em processos de formação cultural. Assim, fica evidente que, mesmo passando por ressignificações, o conceito garante o seu caráter

²¹⁷ Donato, op. cit., p. 176-185.

²¹⁸ Santos, 2001, p. 37.

polissêmico²¹⁹, do qual nos interessa a ideia de processo, formação, construção e seu uso como tema central em alguns gêneros literários.

Frequentar o curso normal já casada era um diferencial dentro dos parâmetros das décadas 1930 a 1950, no entanto essa foi a condição em que estudou Marieta Lobão Gumes, o que lhe assegurou um tratamento de muita estima e simpatia entre professores e colegas, que a viam como uma “suposta heroína” (palavras suas). Concluir o curso na Escola Normal significava abrir possibilidades para entrar no mercado de trabalho e contribuir financeiramente para a renda familiar. Para tanto, deveria submeter-se a concurso público para o magistério, o que aconteceu em 1940 e, tendo sido aprovada para vaga na Capital baiana, lá fixou residência, transferindo-se com toda a família²²⁰.

Marieta professora experimentou outras atividades, como a de “enfermeira socorrista”, voluntária no ano de 1942 na capital, quando se demandavam colaboradores para as questões levantadas pela guerra que então acontecia na Europa. Porém admitiu a sua inaptidão para o ofício, confessando a sua preferência pelo “versejar”, principalmente se o caso fosse fazer propaganda e chamamento para as causas sociais e obras assistenciais. Nesse sentido, desempenhou a função de secretária na Escola Técnica da Bahia e depois no SENAI em Salvador, onde fundou em 1946 e dirigiu o jornalzinho *O Aprendiz* para difusão e propaganda das atividades da instituição²²¹.

Cursos de pequena e longa duração ou de pós-graduação foram realizados pelas professoras, garantindo-lhes promoções e conquistas de lugares destacados em atividades administrativas ou de planejamento, cargos em diretorias – muitas foram diretoras de escola - além de reconhecimento pelos trabalhos produzidos, que vão desde publicação de livros, contribuições em jornais e revistas ou, como fez Emiliana Nogueira Pita, produzindo o hino e a bandeira do município de Caetité. O nome de algumas aparece como denominação de escolas e salas de estudo, a exemplo da Biblioteca Joana Comandaroba, na cidade da Barra-BA.

Vejamos a trajetória de Joana Comandaroba. Desenvolvendo uma intensa prática literária após os 80 anos, escreveu, no seu livro *Elementos humanos que fizeram a Barra no passado*, que, antes mesmo de completar a maioria civil e já

²¹⁹ Koselleck, 2010, p. 109.

²²⁰ Gumes, 1975a, p. 134.

²²¹ Idem, 1975b, p. 127. Entrevista concedida por Enoe Gumes, filha da autora, em 29/11/2014.

tendo concluído o curso normal, partiu para a luta da vida cotidiana de quem se deu com responsabilidade por todo o Oeste baiano. Lecionou em vários municípios da região e, em 1933, no primeiro deles – Formosa do Rio Preto – “chegou cavalcando um animal de sela, para o estrito cumprimento do seu dever”, conforme depoimento de um ex-aluno no livro citado. Adiante a autora revelou: “dediquei toda a minha vida à educação e não tive tempo para os amores”. Tributária de uma formação cristã e tendo estudado num colégio dirigido por religiosas, tornou-se uma católica fervorosa e engajada nas ações empreendidas pelos dirigentes da Igreja local. Aos 33 anos assumiu a liderança da construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, concluída em seis meses de trabalho (outubro/1947 a abril/1948), a partir de campanhas que iam desde as quermesses na praça, em dias de festa, aos leilões, rifas, bingos e outras doações espontâneas. Muita gente, respaldada pela idoneidade e prestígio da Professora Joana, marcou presença com suas contribuições²²².

Em *Memórias da Dinda*, ela escreveu: “a política encheu-me a vida”. Muitos de seus anteprojetos de “finalidade social” e de concessão do título de “Cidadão da Barra” a pessoas da comunidade foram transformados em lei, reafirmando a sua intenção de “servir ao bem comum”, conforme lhe habilitavam crenças e valores que partilhava com a tradição conservadora do sertão da Bahia²²³.

Além da docência, atuava como vereadora na política municipal e estadual. Nessa seara, envolveu-se nas querelas partidárias da sua cidade, onde atuou como vereadora durante oito mandatos (1951–1988), militando na oposição aos partidos conservadores da “situação”, embora essa postura tenha se dado mais por contingências e não tanto por conta de um novo corpo de ideias que defendesse no âmbito da política. Enfrentava as situações discordantes entre partidos, atacando fortemente seus opositores, fazendo representações, encaminhando moções de apoio ou de repúdio e, assim, driblava o corporativismo local. Mais de uma vez fez denúncias ou foi buscar apoio junto às autoridades estaduais (governador e deputados), recorreu mesmo ao governo federal para resolver demandas locais e regionais²²⁴. Destemida, escrevia artigos apontando as injustiças dos seus desafetos.

²²² Comandaroba, 2011, p. 111-113.

²²³ Comandaroba, (1997, p. 35).

²²⁴ Considerando que a Comissão do Vale do São Francisco era uma autarquia federal, a Profa. Joana (idem, p. 36) foi ao Rio de Janeiro em 1957, para buscar a intervenção do ministro Nereu Ramos, na Pasta da Justiça, contra o nepotismo e os desmandos do governo estadual no âmbito do município da Barra. Esteve também em Brasília defendendo interesses políticos.

No embate de 1957, quando os conchavos entre o governo estadual e o partido da situação municipal, em atitudes contrárias à ética política, levaram à distribuição de empregos e outras benesses para amigos, a professora escreveu no *Jornal o Estado da Bahia*: “Agrava-se a situação em Barra”, que foi rebatido com “A comissão violou a autonomia municipal”, no mesmo jornal. Novo contra-ataque foi publicado no *Jornal A Tarde* com o artigo: “A vereadora desmente o prefeito”. Sem entrar no mérito de julgamentos e ou juízos de valor, vale considerar o espírito de luta da vereadora em pauta e seu dinamismo em defesa dos valores que elegeu para a sua militância. Entretanto, seus discursos se voltavam mais para o ataque aos abusos de facções partidárias presas a estruturas autoritárias e clientelísticas fortes no nordeste brasileiro, do que propriamente para reivindicar uma autonomia compatível com as tendências atualizadas dos movimentos feministas.

No plano individual, o casamento não foi uma escolha de Joana Comandaroba. Comentou que deixou de construir o próprio lar para assistir o pai em sua velhice, até os momentos derradeiros. Considerava-o seu ídolo e reconhecia-lhe o carisma no entendimento dos “desvarios” da sua adolescência, comunicando “apoio, segurança, fé e alegria de viver”²²⁵. Entretanto, soube usufruir da condição de solteira, quando na década de 1950, aproveitando os incentivos do pai, visitou mais de um continente. A viagem ao Velho Mundo foi longa, permitindo-lhe conhecer inúmeras cidades em 10 países europeus. Comandaroba, admitindo o cabedal de conhecimentos acerca de outras culturas e a soma das experiências adquiridas em suas viagens, decidiu escrever seu primeiro livro, com o objetivo de trazer aos jovens de sua terra subsídios para reflexões, comparações e entendimentos sobre os valores culturais da sua região face aos de outras²²⁶. Viajar em alguns momentos significava afastar-se do protagonismo em acirradas querelas surgidas nos embates políticos, não como fuga, mas para retomá-los com ânimo renovado. Dessa forma mostrou-se combativa até mesmo na velhice.

As viagens proporcionaram-lhe “a experiência da alteridade”, que leva a pessoa a experimentar o outro, a conviver com diferenças, para, ao final da viagem, reencontrar-se transformada. Assim, não importa necessariamente qual o lugar, mas,

²²⁵ Idem, idem, p. 107.

²²⁶ Comandaroba, 1997, p. 5.

antes de tudo, o que o encontro com lugares estranhos oferece para o “formar-se”²²⁷. Não era um empreendimento comum às moças sertanejas, na década de 1950, conseguir engajar-se em excursões de viagens que partiam da capital baiana, Rio de Janeiro ou São Paulo em deslocamentos de vários meses pela Europa, América do Norte, América Latina, Oriente Médio e Extremo Oriente. Se Joana conseguiu essa façanha aos 40 anos, o mesmo não se pode dizer da maioria das narradoras, cujas viagens mais comuns, à época, se limitavam a ir à capital do Estado ou a cidades próximas. Experimentaram viagens internacionais quando já velhas, em outros contextos e sempre enriquecendo seus contínuos aprendizados.

Portanto, as narrativas estudadas trazem à tona trajetórias de amadurecimento, aperfeiçoamento e formação de mulheres, exemplos e modelos de formação interior e que, ao fazerem suas escritas, revelaram as bases em que se assentam os processos de constituição de subjetividades, com evidências culturais do “ser” nas contingências do seu “estar no mundo”. Com isso quer se levar em conta que, em todo processo de desenvolvimento da pessoa, há uma forma peculiar de apropriação das experiências histórico-culturais, selecionadas a partir de características pessoais, das condições do contexto e das relações interpessoais, que irão pesar nas escolhas, decisões e posturas adotadas frente ao mundo²²⁸.

Os sujeitos em pauta, imersos em sociedades de tradição autoritária, definiram posturas que lhes permitiram filtrar, selecionar, rejeitar, aderir total ou parcialmente às exigências sociais que lhes eram impostas. A maioria das memorialistas e memorialistas-escritoras estudadas aqui demonstrou em seus escritos, individualidades constituídas pelo caminho da vivência harmoniosa com a família e pela dedicação profissional à prova de censuras.

²²⁷ Rosana Suarez (2005, p. 194). Essa autora analisa o conceito de *bildung*, ancorando-se no pensamento de Antoine Berman e enfatiza cinco bases para o processo de “formação cultural”, das quais achamos pertinente citar aqui um deles - *bildung* como viagem.

²²⁸ Segundo Weber (2006, p. 117), se a noção de *bildung* comporta uma vinculação natural a projetos institucionais – o educacional, o religioso, o de grupos organizados – é certo que a formação também se dá num processo autônomo, desvinculado desses projetos; nos romances de formação, a personagem central descreve os caminhos autônomos que persegue em busca do seu “fazer-se” e há casos que comportam as duas vias concomitantemente, ou seja, combinam a via institucional com a autonomia de vivenciar processos alternativos. Para esse autor, os processos formativos desligados da instituição permitem ver além dela e trazem nuances desconsideradas nos processos convencionais.

Poucas narradoras tomaram a via da desconstrução dos estereótipos que pesam sobre as mulheres em sociedades conservadoras, como as do interior da Bahia, e o fizeram em romances autobiográficos, eivados pela imaginação criadora, onde deram a perceber maior liberdade para contestação aos valores dominantes e um senso crítico mais aguerrido para apontar as incongruências das normas sociais que rejeitavam, como veremos noutra parte deste trabalho.

CAPÍTULO III
SENSIBILIDADES FEMININAS NAS JANELAS DO TEMPO:
AS TRANSFORMAÇÕES DOS COSTUMES

CAPÍTULO III – NAS JANELAS DO TEMPO: AS ESCRITAS FEMININAS E AS TRANSFORMAÇÕES DOS COSTUMES

A mudança se processou; o passado é questão de horas... [...] não perderei nada de vista, um grão de areia é um grão de areia, mas está no meu caminho, é preciso conhecê-lo. [...] A paz, contudo, longe. Ainda longe.

Elvira Foeppel. Muro Frio, 1961.

No universo desta pesquisa, não podemos dispensar o tema das sabedorias, visto que bem se aplica à literatura autorreferencial feita na velhice e às singularidades dos espaços sertanejos. Interpretar histórias de vida implica considerar não apenas um grupo de idade, mas abarcar outros em desenvolvimento, sempre presentes em autobiografias feitas na “terceira idade”. Nesse caso, lançar mão de uma perspectiva histórica permite evidenciar as inter-relações entre o curso de vida do sujeito e os condicionamentos históricos e culturais que interferem nos estágios da “meia idade” e da “velhice” e trazem pistas sobre a visão de mundo das autoras sobre as mudanças socioculturais entre sucessivas gerações.

As memorialistas e escritoras identificadas com a geração dos anos 1920/1930 vivenciaram as mudanças da época e registraram os pontos polêmicos nos quadros sociais, principalmente relacionados aos comportamentos e transformações nos costumes. Das novidades materiais que foram se espalhando por todos os lugares, já era possível enumerar algumas delas em Caetité, como a presença da imprensa, telégrafo, luz elétrica, água encanada, variedade de utensílios eletrodomésticos, fotografia, cinema, etc., embora favorecessem a população de forma desigual. Cada novidade promovia novas formas de assimilação de hábitos, comportamentos e modos de pensar que quase sempre provocavam embates entre aqueles que divergiam sobre o novo e o velho.

As memorialistas dessa geração conheceram as pressões e vigilâncias contra a adoção de novas modas no vestuário, cortes de cabelo, modos de ser e agir, com vistas à manutenção de preceitos morais e religiosos convenientes às moças da “boa sociedade”. Refletindo a educação disciplinadora dos cursos normais concluídos, as memorialistas dessa geração apresentaram uma tendência à observância de tais preceitos, somando concordâncias com seus grupos de pertencimento e

paralelamente adotando atitudes que lhes permitiram a ocupação de espaços no mundo fora de casa.

Uma outra geração, dos anos 1950/1960, foi identificada entre as memorialistas – escritoras pelas suas visões de mundo mais comprometidas com as mudanças em curso, em contextos de todos os matizes, embora apresentando também oscilações entre avanços e permanências de estilos, sobretudo em relação à mocidade.

1 Mudanças nos costumes

Marieta Gumes afirmou que, num período de quase duas décadas, foi como se as gerações ficassem divididas em “antes de Getúlio” e “depois de Getúlio”, diante de tantas novidades trazidas pelo progresso, pelas descobertas e reflexos da Segunda Guerra Mundial, “que se refletiriam na vida, na mentalidade, nas transformações dos conceitos de moral, social e de arte, manifestas na pintura, na música, nas danças, na literatura, na poesia...”²²⁹.

Marieta, ao se referir à geração pós-Getúlio, mostrou-se preocupada com os estilos adotados pela juventude, que, sob o seu ponto de vista, fazia mau uso da liberdade, extrapolando “para a licenciosidade” ou “para o negativismo”, anulando todo o esforço de experiências anteriores²³⁰. Porém, não menos tensas foram as acomodações da sua própria geração - anos 1920 - em relação às novidades, conforme retratava a imprensa em Caetité. Esse é um dado importante para vislumbrarmos as contradições quanto às formas de pensar e assimilar o novo e remete ainda às reações do mundo feminino expressas através de mulheres dadas às artes da escrita jornalística.

No grupo de ideias conservadoras alinhava-se a Igreja Católica, que, colocando-se na vanguarda da defesa dos costumes, fazia propaganda intensa, cooptando as dioceses espalhadas pelo mundo para se unirem à empreitada. Nos meios de comunicação, seguidores das mesmas ideias publicavam em série matérias críticas a respeito do tema e acusavam principalmente o alcance do cinema no rumo das mudanças. O Jornal *A Penna*, em Caetité, difundia o apelo do papa Pio XI – “Prevenindo contra o perigo cinematográfico” - contra as produções dos Estados

²²⁹ Gumes, 1975a, p. 132.

²³⁰ Gumes, 1975a, p. 133.

Unidos, consideradas responsáveis pela desorganização dos costumes”²³¹. Fez comentários elogiosos sobre o discurso do Pe. Durval por ocasião da chegada do novo bispo àquela cidade e alertou sobre a ameaça que o feminismo representava para as famílias, as quais tendiam a desaparecer se “esse mal compreendido feminismo continuar desenfreado, afastando do lar as mães e dando-lhes uma ideia falsa da vida e da Omnipotencia”²³². O Jornal comentava que, pelas fotogravuras, via-se como eram perniciosos os *films* cinematográficos com cenas de beijos, abraços e gestos indesejados, constituindo-se em “dogma do vício, fazendo adeptos e formando escolas”²³³.

À época, uma coluna intitulada “Meu cantinho”, assinada por Catão, que se dizia solteiro, experiente, viajado, moralista e com vocação para “agente de polícia do costume”, criticava insistentemente modas e comportamentos considerados modernos. Seus textos eram sempre endereçados às mulheres, as quais chamava de minhas patrícias. Escrevia em série acerca das saias curtas, das danças inconvenientes, contra o cochicho (considerando-o um mau costume entre as mulheres), contra os maus efeitos do beijo e recomendava, ainda, atitudes de menos entusiasmo entre as moças que assistiam às partidas de futebol no campo de S. Sebastião e que deveriam “reprimir os excessos de entusiasmo prejudiciais ao bom tom da educação feminina”²³⁴. A respeito do incidente das danças quando do comparecimento a uma festa, escreveu:

Primeiro a orquestra tocou o vulgar *one-step*. Os pares começaram a rodar; foi para mim uma decepção. As saias curtas das moças saracoteavam acima dos joelhos, deixando à mostra as ligas de seda que servem hoje de ornamento às pernas do bello sexo. Imaginem as minha gentis leitoras que cousa feia e ridícula para as donas da festa (as filhas da viúva) que de cabelos a *La Garçonne*, saias curtas, mangas do casaco curtíssimas, na altura das articulações dos braços com o omoplata... [...]. Um gaiato começou a dançar o *charleston* com a melhor dançarina da sala. Depois dançaram um tango genuinamente maxixado. [...] deu-me vontade de gritar: isso não é dança de salão, senhores! [...] Para as mocinhas que se prezam de boa moral e perfeita honestidade, esse gênero de danças indecorosas não deve ser usado²³⁵.

²³¹ Jornal *A Penna*. 18/08/1927. APMC.

²³² Jornal *A Penna*. 04/08/1927. APMC.

²³³ Jornal *A Penna*, Seção Variedades, em 29/09/1927. No entanto, há relatos de memorialistas mostrando que em algumas cidades o cinema demorou a se instalar. Em Boa Nova-Ba, segundo Annalinda Ribeiro Souto (1996, p. 14) começaram a chegar uns filmes mudos de Jequié-Ba, aos quais só os homens podiam assistir.

²³⁴ Jornal *A Penna*, edições de 21/04/1927, 05/05/1927, 19/05/1927 e 02/06/1927. APMC.

²³⁵ Jornal *A Penna*. 05/05/1927. APMC.

O autor, usando pseudônimo, não era reconhecido, não assumia a autoria das crônicas e, continuando no anonimato, ouvia e comentava depois os desabafos e reações das moças contra seus pontos de vista. Pelas denominações das músicas, modas e danças, percebe-se a presença de costumes importados e a circularidade das notícias veiculadas no Alto Sertão da Bahia²³⁶. O controle pretendido por Catão sobre papéis femininos aparece em todos os seus escritos sempre apontando as mulheres, “moças ou velhas”, como únicas responsáveis por lições de moralidade e comportamentos que, sob sua ótica, garantiriam uma sociedade afinada com as exigências da tradição²³⁷.

No entendimento do Sr. Catão, às mulheres, e somente a elas estaria reservado o papel de guardiãs dos costumes e protetoras desde sempre dos modelos estabelecidos. Segundo Maria Cândida Reis, Nesse arcabouço mental das primeiras décadas do período republicano no Brasil, se projetava nas mulheres a missão de “guardiãs do futuro”, lançando sobre elas programas institucionais e científicos para o disciplinamento e formação na escola e na família. A nova mulher deveria servir à nação, reproduzindo filhos e valores e formando gerações comprometidas com os ideais nacionais²³⁸.

Entretanto, uma mulher – Lucrécia Borgia - reagiu às ideias de Catão, publicando um eloquente manifesto de defesa das mulheres, com o título: “Combatendo ideias singulares”, onde argumentou:

Porque o autor do MEU CANTINHO não aponta os vícios e os defeitos dos homens? Porque não fala de política? Porque não contrata o serviço de asseio da cidade, já que deseja tudo asseiado, tudo bonitinho, reuniões sem dansas, mulheres e meninas de saias lambendo o chão e um mutismo glacial na sociedade caetiteense? [...] A verdade e a justiça mandam que eu declare não gostar de saias muito curtas (eu mesmo uso-as na altura de um palmo e meio do chão), porém não tolero que qualquer catão queira trocar de um uso universalizado²³⁹.

²³⁶ O corte de cabelo *a la garçonne*, segundo Sant’Anna (2012, p.107) “foi criado em 1926, três anos depois da descoberta da tumba de Tutankamom, quando em várias partes do mundo, os tesouros e joias do antigo faraó egípcio serviram de inspiração à moda”. Bonadio (2002, p.255) aponta a influência do romance *La garçonne*, de Victor Margueritte, publicado em 1922, que alcançou grande repercussão e, devido à personagem Monique Leberrier, a palavra adquiriu a conotação de moda em que os comportamentos femininos eram mais liberais.

²³⁷ Escreveu ele: “U’a multidão de vícios sociais ainda existe entre vós todas, moças e velhas, os quais, ao lado das saias curtas, das dansas indecorosas e das intrigas são capazes de fazer desaparecer uma sociedade na ribanceira da imoralidade”. *Jornal A Penna*. 05/05/1927. APMC.

²³⁸ Reis, 1993, p. 53.

²³⁹ *Jornal A Penna*. 02/06/1927. APMC.

Dirigido ao redator do Jornal *A Penna*, o manifesto de Lucrecia solicitava espaço para publicar uma série de textos referentes ao tema. Seus argumentos transitavam também por conhecimentos atualizados em torno da moda masculina em Paris, comparando-a com a feminina, e encerrava com a promessa de combater “vivamente o autor do ‘meu cantinho’, enquanto lhe sobrasse energia e vigor mental²⁴⁰.”

A jornalista Gaby publicava, no citado jornal, opiniões que ficavam entre defesa e ataque às novas modas. Se defendia os cabelos curtos por um lado, por outro aconselhava não encurtar as saias, as mangas dos casacos e das blusas, criticando os exageros²⁴¹. Talvez, por usar uma linguagem contemporizadora de opiniões divergentes, ao contrário de Lucrecia Borgia e outras, tenha conseguido publicar suas crônicas por mais tempo - nos anos de 1927 e 1928 - na coluna “Sociais” d’*A Penna*.

Abraçando ideias feministas já bem disseminadas no Alto Sertão da Bahia, mulheres que escreveram no Jornal *A Penna*, fazendo críticas mais fortes às estruturas dominantes, foram logo rejeitadas, visto que não há continuidade da autoria em edições subsequentes. A crônica *Pela Mulher*, feita por Maria, só apareceu uma vez nas pesquisas. Ela criticava as posições de submissão das mulheres e denunciava que, a despeito da “ignorância e egoísmo” de muitos homens, eles ainda ocupavam a vanguarda da sociedade, quando deveriam “dar lugar à sua inseparável companheira”, reconhecendo-lhe o direito ao voto e a igualdade de participação nos muitos setores sociais²⁴².

Debates acirrados acerca dos novos hábitos aconteciam também em outras cidades do país e em revistas de interesse feminino. Em Caetité havia uma efervescência de ideias a esse respeito e uma sociedade dividida entre opiniões, adesões ou rejeições ao “novo”, num ambiente de propaganda tensa encabeçada pelos setores mais conservadores. Segundo Sueann Caulfield, a modernidade era uma meta ambígua até mesmo entre os juristas e reformadores na tarefa de substituir as bases do poder aristocrático por noções burguesas, visto que estavam mais

²⁴⁰ Idem, idem. Interessante observar que a despeito do desejo de Lucrecia de publicar sobre a temática, as edições posteriores do jornal não trouxeram nenhuma matéria da mesma autora. Teria havido rejeição do jornal a tais publicações? Catão publicou resposta à Lucrecia e, como esta havia terminado seu manifesto com uma expressão em latim, ele fez a seguinte troça: “sei que vou terçar armas com uma mulher que sabe latim, mas, nem mula que faz him, nem mulher que sabe latim, nunca tiveram bom fim”.

²⁴¹ Jornal *A Penna*. 12/07/1928. APMC.

²⁴² Jornal *A Penna*. 20/08/1931. APMC.

preocupados com os desafios dos pós-guerra, na década de 1920, e em garantir suas posições privilegiadas. Se a modernidade trazia perspectivas de progresso, desenvolvimento, econômico e de relações sexuais mais flexíveis e racionais na família, poderia acarretar também prejuízos morais, degradação dos costumes e dos valores tradicionais. Quando relacionada ao homem, a modernidade era vista como positiva e necessária ao progresso, mas, em relação às mulheres, tornava-se “moral licenciosa e estilo de vida desregrado”²⁴³.

Se as camadas médias e altas da população se ocupavam de um grande volume de novidades tecnológicas e das transformações que lhe advieram, as camadas menos favorecidas também se envolveram nesse processo e se sentiram instigadas às reações, principalmente quando os reflexos do projeto modernizador encetado pela administração pública municipal atingiam demandas importantes do seu cotidiano e suas lutas pela sobrevivência diária. Na análise desses reflexos, constatou Santos que o projeto de modernização foi mais acentuado a partir da década de 1940, quando os poderes públicos da cidade adotaram instrumentos legais e mecanismos de controle para regular os usos dos espaços urbanos e disciplinar comportamentos tradicionais²⁴⁴.

Entre cidades e municípios do alto sertão baiano havia grandes descompassos em relação à chegada das inovações tecnológicas dadas as condições materiais de desenvolvimento de cada um, condições essas que foram cuidadosamente apresentadas pelas narradoras deste estudo. Em Caetité, um elemento difusor foi o Cinema Íris, que funcionou desde as décadas de 1920/1930 com apresentações regulares, disseminando inovações materiais, comportamentos, crenças e atitudes para assistência de grande plateia.

Outro elemento “democratizador” da cultura de massa foi o rádio, que predominou nas décadas de 1940 e 1950. Helena L. Santos relata que, em 1943, com a instalação do Banco do Brasil na cidade e com a chegada dos bancários, ela e o marido costumavam receber em casa esses funcionários e outros amigos que iam à noite com suas esposas para, dentre outras coisas, ouvir rádio – “rádio que fazia sua intromissão no sertão e que era raro”. Além disso, ali conversavam, contavam piadas, tomavam cafezinho. “As senhoras, às vezes, traziam uma costurinha. [...] o tempo

²⁴³ Caulfield, 2000, p. 186.

²⁴⁴ Santos, 2001, p. 50.

passava rápido; às onze horas, a luz dava o sinal de que iria apagar em meia hora, tempo de debandada”²⁴⁵.

Em Guanambi, segundo Donato, à noite, os homens agrupavam-se do lado de fora da casa do Dr. Francisco, a janela aberta, para ouvir as notícias da guerra no único aparelho existente na cidade. Programas como “A Hora do Brasil” tinham adeptos entre os homens. As radionovelas e os programas musicais eram preferidos pelas mulheres, que ao longo do dia podiam escutá-los enquanto realizavam outras tarefas domésticas²⁴⁶.

Nos meios mais pobres e nas áreas rurais, as pessoas se aglomeravam nas casas onde houvesse o aparelho para ouvir e comentar as notícias do que ia acontecendo pelo mundo. Maria José Teixeira, em seu *Memórias do Periperi*, relatou a importância do rádio como meio de comunicação, usado por seu pai diariamente numa fazenda do Alto Sertão baiano, nas horas de folga e dias de descanso, conforme escreveu: “[A]s notícias mais recentes despertavam a curiosidade de todos. Muitos vizinhos que não tinham a oportunidade de adquirir este aparelho, dirigiam-se à nossa casa no início da noite para ouvir as notícias do dia, transmitidas através dos mais famosos programas radiofônicos da época: a Voz do Brasil e do Repórter Esso”²⁴⁷.

O rádio adentrava os lares, informava, explicitava temas, formava opiniões e alcançava as mulheres com temas variados, quer fosse beleza, política, religião ou outros. A escrita de Prisco Novato denota que, através dele, a autora acompanhava atenta às questões sociais e políticas da década de 1950, levando-a a compreender injustiças e situações reais que inspiraram o tom crítico da sua produção literária²⁴⁸. Palmira Fausto (op. cit., p. 38) registrou a esperteza da sua sogra, sempre atualizada quanto à política brasileira e mundial, acompanhando todas as notícias pelo radinho de pilha permanentemente ligado.

Moda feminina nos registros das memorialistas-escritoras

Se às mulheres desde sempre foram cobrados padrões de beleza e juventude, interessa-nos acompanhar as peculiaridades da vaidade feminina em diferentes

²⁴⁵ Crônica “Naquele tempo”. *Jornal Tribuna do Sertão*, Edição Especial: Banco do Brasil, Março/1993.

²⁴⁶ Donato, op.cit., p.128.

²⁴⁷ Teixeira, 2009, p. 58.

²⁴⁸ Novato, 1997, p. 102.

momentos. Helena Lima Santos, aos 92 anos, expressou-se acerca do assunto, descrevendo a alegria de ser presenteada por um ex-aluno, ainda mais por se tratar de um vestido. Sob o seu ponto de vista, são eles – os vestidos – os que mais encantam as mulheres, desde crianças, pois a criança já olha com bastante interesse para o vestido da companheira de brincadeira. A menina cresce incentivada por pais, padrinhos e familiares a tornar-se “ vaidosa dos seus encantos, porque todas as mulheres têm uma primavera dourada, na juventude”. E completou: “Pelo que conheço de suas preferências, é talvez um sentimento atávico – não pediu Eva, no Paraíso, uma folha de parreira ‘para se compor?’”²⁴⁹.

A carta enviada por Nizinha à Zelinda R. L. Teixeira encerra incentivos de padrinhos e madrinhas à vaidade de meninas:

Gentio, 3 de novembro de 1935

Minha Dindinha

Escrevo somente para agradecer os vestidos que a senhora me mandou. Gostei muito. Ficaram bons. Faça o favor de falar com meu padrinho que gostei também muito do presente que ele me mandou. O vestido de seda eu vesti outro dia na festa de N. S^a do Rosário²⁵⁰.

Nas primeiras décadas do século XX, um refrão popular, segundo Helena L Santos, dizia: “moças e chitas não há feias nem bonitas!” As sertanejas da zona rural davam preferência por tecidos estampadas e coloridos em vestidos simples, um xale jogado nos ombros, alternando com os usos de saias e camisas. O lenço era usado por todas, ricas e pobres. As primeiras, usavam-no como complemento ou em viagens e as segundas, para proteção dos cabelos e do penteado durante o trabalho. Quando bem situadas social e economicamente, vestiam roupas de tecidos finos e caros, vindos de longe. Segundo Marieta Gumes, nas gerações dos anos 1920/1930, as meias “bois de rose” eram a “última moda” para mulheres e não podiam ser dispensadas nem nos trajes típicos de uma festa de São João²⁵¹. Comandaroba, percebendo as diferenças nos trajes e tecidos, contou que invejava a sua irmã Alzira,

²⁴⁹ Crônica “A eterna vaidade feminina”. *Jornal Tribuna do Sertão*, 17/01/1997.

²⁵⁰ Acervo particular da família de Zelinda R. L. Teixeira, em Caetité-Ba.

²⁵¹ Gumes, 1975 a, p. 126. Essa autora relatou fato ocorrido numa festa junina em que as moças faziam o estilo de “caipiras”, trajando com esmero, “saiolas”, geralmente de longas saias; no entanto, sua irmã cometeu a gafe de usar uma meia dourada, ao invés da desejada “bois rose”, engano provocado pela pequena luminosidade do “fifó”, numa noite sem luz elétrica na cidade.

mimada por avós, tias e madrinhas que lhe mandavam vestidos de musselina, gorgorão e tafetá²⁵².

No início do século XX, na região do Médio São Francisco, continua a descrição de Comandaroba, as senhoras viajavam a cavalo, “em selim de banda, chapéus grandes de palhinha, lenços de seda ao pescoço. As crianças, no cabeçote das selas, sobre um travesseirinho listrado de fruta seda”²⁵³. Outras memorialistas fizeram referências a usos e modas femininas para viagens em lombo de animais, nas décadas de 1930/1940, como as que viajavam a cavalo, montadas de lado em um silhão²⁵⁴ apropriado, “vestidas com roupões (geralmente de linho), largos e compridos que lhes cobriam os pés”²⁵⁵. Em algumas regiões, usava-se um roupão creme, “uma versão moderna do roupão preto, moda tão famosa que marcou época”, conforme escreveu Palmira Fausto (op. cit., p.17), sendo comum referir-se a alguém considerada velha como sendo “do tempo do roupão preto”.

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, escrevendo acerca de suas viagens desde o final do século XIX, vestia roupão de pano fino preto, um suplício sob “os raios ardentes do sol”, e criticava a demora em substituí-lo por um tecido mais leve²⁵⁶. Referiu-se ainda às mulheres da capona, que já era ridicularizada à época, e, no entanto, foi um costume que persistiu por muito tempo no século XX²⁵⁷. Moças e viúvas usavam-na por modéstia e recato ou para se furtarem aos olhares indiscretos quando saíam às ruas. Apesar de cair em desuso aos poucos, ainda se manteve longamente entre as mulheres velhas que se entregavam à mendicância ou ao comércio de bentinhos e outras coisas que carregavam numa caixa ou pequenas trouxas embaixo do braço e escondidas pela capona. Nos anos 1930/40 ainda podiam ser vistas no interior da Bahia na função de parteiras, “mezinheiras”, rezadeiras em defunto, ou mesmo como beatas²⁵⁸.

²⁵² Comandaroba, 1997, p. 20. Para maiores informações sobre vestimentas femininas em Silva (1932); Bonadio (2002); Nogueira (2010), dentre outros.

²⁵³ Comandaroba, 1997, p. 20.

²⁵⁴ Sela grande própria para mulheres. Enciclopédia e dicionário Koogan/Houaiss, 1999.

²⁵⁵ Gumes, 1975 a, p. 86.

²⁵⁶ Segundo Bittencourt (1992, p. 96), usavam ainda, ela e sua mãe, “casaquinhos de abas curtas sobre as saias longas e amplas. [...] chapéus brancos de palha, de abas redondas, com uma fita preta de duas polegadas de largura que, cingindo a copa baixa, caía em laço nas costas”.

²⁵⁷ “Era uma capa de fazenda preta, guarnecida de pelúcia, que descia quase aos pés. Um capuz cobria a cabeça, prolongando-se numa aba que envolvia os ombros”. Bittencourt (1992, p. 105).

²⁵⁸ Ver crônica “A mulher de capona” de Pedro Celestino da Silva. Jornal *A Penna*, 10/10/1940. APMC. Bittencourt, op. cit. Sacramento (2012).

Assim como Terezinha T. Santos, que observou as saias rodadas e blusas soltas nos trajes de Tia Joaninha - de citação anterior, a professora Emiliana Pita, escrevendo crônicas (inéditas) acerca do mesmo período, ratificou que mulheres “velhas” trajavam saia comprida e rodada, amarrada na cintura com um forte cordão, camisa de gola alta e às vezes uma blusa ou um xale²⁵⁹. Quando ficavam viúvas, observou Annalinda Souto, vestiam-se permanentemente de preto com mangas compridas²⁶⁰.

À medida que conquistavam espaços públicos e que se abriam novas chances de sociabilidades para as mulheres de classes abastadas e medianas, aumentavam-se as necessidades ligadas à moda e ao bem-vestir feminino. Os espaços fora de casa eram favoráveis aos ditames de moda e beleza, evidenciando uma estreita relação entre os novos hábitos e a conquista de mais independência no mundo. Se considerarmos que, na década de 1920, até mesmo nas grandes cidades brasileiras, os homens de elite podiam frequentar espaços variados e “as senhoras e senhoritas geralmente não se expunham pelas ruas, mantendo-se em espaços privados protegidos, debruçadas nas janelas ou reunidas em cadeiras à porta da residência”, conforme observou Sueann Caulfield²⁶¹, devemos admitir que uma grande mudança estava se operando no mundo feminino²⁶².

Segundo Maria Cláudia Bonadio, na realidade paulistana da época, modas de “cabelos curtos, aparência juvenil e vestidos retos, curtos e decotados” eram incentivados por trazerem mais conforto e funcionalidade, mais economia de tecidos e se adequarem melhor às novas profissões femininas²⁶³.

A cronista Gaby, no sertão, em julho de 1928, defendia a moda dos cabelos curtos, asseverando que era mais moralizada que outras como as das saias e mangas muito curtas; conhecedora das ideias feministas, comentou acerca da reivindicação para que as mulheres se vestissem igualmente aos homens²⁶⁴. E no mês seguinte, adensou sua crítica, escrevendo:

²⁵⁹ Textos inéditos do acervo particular da Profa. Emiliana Nogueira Pita, cedidos à pesquisadora em 27/04/2012.

²⁶⁰ Souto, op. cit. p. 18. Afirmou ainda que até as filhas vestiam-se de preto por seis meses e depois aliviavam o luto, vestindo-se de preto e branco por igual período.

²⁶¹ Caulfield, 2000, p. 117.

²⁶² Não podemos desconsiderar, a exemplo de trabalhos como o de Dias (1995), que era outra a realidade das mulheres das classes menos favorecidas, que há muito circulavam por todos os cantos, impelidas pelas necessidades de sobrevivência.

²⁶³ Bonadio, 2002, p. 244.

²⁶⁴ Crônica “cabelos curtos” em 12/07/1928. *Jornal A Penna*. APMC.

Quando os homens derem às mulheres os mesmos direitos, os mesmos deveres, e as mesmas responsabilidades que eles têm na sociedade, ellas deixarão de entender que só vieram ao mundo para ornato ou para o casamento ou ainda para instrumento dos costureiros maliciosos.

Ellas compreenderão então que não devem expor, aos olhos cobiçosos dos homens, dois terços do seu corpo, deixando essas preocupações para um canto, e passando a montar a cavalo, guiar automóvel, discutir política, negociar, exercer profissões liberais, representar o seu município, seu districto ou o seu estado nas agremiações políticas e dizer aos homens: Aqui estamos para a concorrência²⁶⁵.

Esse modo de ver ligava-se às tendências do entre-guerras, quando a moda sugeria uma aproximação feminino-masculino, traduzida nas formas de vestir - como por exemplo, a difusão do uso das calças compridas - tendência essa que demorou a se efetivar, tanto no Brasil como na Europa e Estados Unidos. Havia um receio de que a moda e os hábitos do pós- guerra, na década de 1920, promovessem o surgimento de um ser andrógino, prejudicando a imagem de mulher tida como natural na diferença entre os sexos²⁶⁶.

No alto sertão baiano, em algumas cidades eram encontradas lojas²⁶⁷ que anunciavam vendas de tecidos variados e outros artigos e informavam sobre a reposição de atualidades vindas da capital baiana. Se, por um lado, facilitavam a escolha das mulheres que quisessem aderir às novas modas, por outro, procuravam enquadrar os supostos interesses do modelo de mulher mãe, esposa e dona de casa, vez que anunciavam, num mesmo estoque, artigos que iam desde peças de vestuário pessoal para mulheres, a outras para crianças, mocinhas, cortes de casimira para calças masculinas, gravatas, roupas de cama, mesa e banho. Ainda que imbuídas de cooptar pessoas para vestirem-se e calçarem bem, não enfocavam exclusivamente

²⁶⁵ Jornal A Penna. 23/08/1928. APMC.

²⁶⁶ Ver estudos de Bonadio (2002) e Caulfield (2000) dentre outras.

²⁶⁷ Em Caetité, na imprensa da cidade viam-se anúncios de lojas oferecendo os mais variados artigos de moda. Em 1922, a loja Alves, irmão & C vendia “fazendas e modas” (Jornal A Penna, 19/12/1922). N’A Penna de 09/08/1924, a Loja Caprichosa fazia atendimento de dia e à noite, desde que o seu proprietário instalou, por iniciativa própria, com um motor à gasolina, luz elétrica em sua casa e dependências contíguas, incluindo a casa de negócios. Outras: a Loja Popular (1926), Loja Confiança (1931) e a Loja Probidade, que n’A Penna de 26/09/1940, apresentava seus estoques: “A Loja Probidade acaba de receber especiais e lindos cortes de casemira e brim. Cortes de seda próprios para camisas. Sedas lisas e estampadas em chics cores próprias para senhoras e mocinhas. Tricolines optimas, bramantes de cores azul e rosa. Morins e percalines muito largos. Grande sortimento de chiffons, voiles e opalines muito largos e bons. [...] Chitas e cretones. Chales (sic) e cobertores de lã. Cobertores ordinários. Colchas para casados e para solteiros. Meias para senhoras, mocinhas e crianças e para homens. Lenços. Gravatas. Grande e escolhido sortimento de mesclas de variadas cores e typos. Toalhas para banho e para rosto. Capotes para senhoras e para homens. Vários typos de camisas de meia. Grande sortimento de algodões e morins. Chapeos da afamada fabrica Prada. Escolhido e enorme sortimento de calçados para senhoras, mocinhas, homens, rapazes e crianças”.

artigos de moda feminina, talvez para abrandarem as discordâncias entre os que julgavam perigosos os hábitos femininos ligados às novidades da moda. Entretanto, a despeito dos muitos cerceamentos e estereótipos que eram impostos tradicionalmente às mulheres, elas souberam eleger mecanismos de lutas silenciosas, rumo ao desmonte da subalternidade e à busca de emancipação. Através da moda e no exercício de “uma individualidade, inquieta, a cada momento insatisfeita”, foram encontrando novas formas de expressão e “refazendo por si o próprio corpo”. Assim, como bem se exprimiu Gilda de Melo e Souza, “[P]rocurou em si – já que não lhe sobrava outro recurso – a busca do seu ser, a pesquisa atenta de sua alma”²⁶⁸.

Nos intercâmbios entre pessoas da família que iam a São Paulo e de lá vinham em espaços regulares, aproveitavam-se para fazer encomendas de artigos da última moda, como mostram as cartas de Licinha para sua madrinha Zelinda (uma das escritoras deste estudo) datadas de 5 de maio e 4 de julho de 1956 respectivamente:

- Desejava que a senhora me fizesse um favor: comprar uma galocha até cr\$200,00 em São Paulo. Prefiro que compre uma prêta, salto baixo, subida para que cubra a meia e nº36. Pode ser de feixe-ecler (sic).
 - Se fosse possível, desejava que a senhora comprasse aí para mim uma saia preta até \$300,00, que sirva para vestir com as blusas que tenho. Se for comprar pronta prefiro que seja bem rodada. Não quero que seja de lã, pois é para vestir também com a blusa de nylon. Pode ser de popeline ou outra fazenda na moda e a seu gosto. Se for a fazenda, menos de 3 metros acho que não dá. Se a senhora ver algum modelo bonitinho, mande também, pois como a senhora sabe aqui é uma dificuldade enorme para se escolher um modelo. [...] A importância remeterei por padrinho Rogociano. Encontrou a galocha?²⁶⁹

Num espaço de dois meses, mesmo com as dificuldades de transportes no sertão, era possível renovar pedidos, cobrar os anteriores e ainda recomendar artigos “na moda”, presumindo-se, daí, uma atualização constante a respeito das novidades, entre as moças de condições mais abastadas. Presume-se que a remetente entendia de tecidos, combinações de texturas e detinha noções de corte e costura, um reflexo dos ensinamentos normalmente transmitidos às meninas e moças em família ou mesmo através da educação formal. A destinatária também era entendida desses assuntos, conforme descrições apresentadas no capítulo quatro.

²⁶⁸ Citado por Heloísa Pontes (200, p. 13-46). Esta, analisando a história da recepção do trabalho de Gilda de Melo e Souza - *O espírito das roupas* - desde a década de 1950, quando foi apresentado como tese de doutorado em 1950, até a sua publicação como livro em 1987, ressalta a importância e atualidade do tema como objeto de estudos acadêmicos e como legado para estudiosos e pesquisadores.

²⁶⁹ Acervo particular da família de Zelinda R. L. Teixeira, cedido à pesquisadora. Grifo meu.

Na zona rural, as moças também tinham suas vaidades. Mesmo com as dificuldades de locomoção e a pouca frequência aos ambientes citadinos. Coutrim (op. cit., p. 65), menina-moça, anos 1940, já se esforçava para comprar as suas roupas, “roupas diferentes”, e outros adereços, como fita para enfeitar os cabelos, rouge, baton e pó de arroz. Porém, as pessoas de modo geral vestiam-se com muita simplicidade em seus “trajes domingueiros: meia e sandália de couro (tipo havaianas), blusa de bulgariana (tecido de quadro escuro) de mangas compridas e uma longa e larga gravata”²⁷⁰.

Em Rio de Contas, segundo Silva, apesar do Serviço Postal realizado em lombos de burros que ligavam a cidade a Paramirim, a moda chegava “com a velocidade tamanha que se ficava boquiaberta”. Nessa cidade, as moças esmeravam-se no vestir; as modistas sobressaíam nos modelos de cortes requintados, inspiradas nos figurinistas renomados das cidades grandes. A fama do bom gosto nos trajes das rio-contenses ia longe e, nas festas, ninguém repetia a mesma roupa²⁷¹. Novato confessou sua vaidade ao descobrir-se na nova fase de juventude, escrevendo: “E a moça do espelho me sorria, um sorriso de mulher”. Acrescentou que, com a inauguração da estrada de rodagem, facilitando a comunicação Rio de Contas a Livramento e outras cidades, chegou a nova moda dos “*califons*”, *soutiens* com taças reforçadas, que embelezavam os seios das mais vaidosas e destemidas, porque outras, dominadas pelo receio de parecerem “pra frente”, dispensavam o acessório²⁷².

No final da década de 1940, Lucília Donato descreveu sua personagem, a mocinha Catarina, trajando um “vestido de fustão cor-de-rosa, saia ampla, bolas pretas bordadas em ponto cheio, cujos tamanhos crescentes acompanhavam as nesgas”. Dessa escritora, temos o registro dos seus trajes em cada ocasião, especificando os tipos de tecidos - crepe, brocado, seda, etc. - os modelos escolhidos e os eventos, desde os passeios de domingo a outros mais sofisticados²⁷³. Na formatura de magistério, na década seguinte, registrou o traje de Catarina: “vestido longo de brocado com decote nas costas, arrematado com laço de cetim. O sapato

²⁷⁰Souto, op. cit. p. 17. A memorialista referia-se à região Boa Nova-Ba, de maior altitude e muito fria em certas épocas do ano, talvez por isso o uso das meias.

²⁷¹ Silva, 1993, p.77.

²⁷² Novato, op.cit., p.110; 299.

²⁷³ Donato, op. cit., p.124.

alto, também branco. Os cabelos curtos num penteado alto e cheio que lhe caía bem. Uma leve maquiagem e um batom acobreado realçavam o seu rosto moreno”²⁷⁴.

Há que se admitir a existência de uma sintonia com o mundo da moda e um esmero a propósito do vestir-se bem. É possível que essa sintonia, tenha vindo, entre outras coisas, pela influência do cinema, que era frequentado por grande público nos últimos anos da década de 1950, quando ela e outras professorandas estudavam em Caetité, e assistiam aos filmes que eram exibidos ali, três vezes por semana: às quintas, sábados e domingos. Na opinião de Donato, “as sessões de cinema eram imperdíveis”, confessando que assistia à exibição de todos os filmes²⁷⁵.

Podemos dizer que o cinema já se instalara com sucesso na cidade de Caetité desde os anos 20 do século passado e em Guanambi nos anos 40²⁷⁶, locais esses em que transitava grande parte das mulheres deste estudo. Em outros espaços, a sétima arte atraía e conquistava adeptos e certamente era apreciada por todas, quando em viagem, como também ocorria com Elvira Foeppel, que morava no Rio de Janeiro. Esse fato, aliado a outras formas de veiculação de ideias, conhecimento e aquisição de novidades foi decisivo nas transformações dos usos, hábitos e modos de pensar. E no sertão da Bahia as mudanças ficavam patentes: desde as “famigeradas camisas de banho”, peças compridas de chita impostas às moças internas do Colégio Imaculada Conceição, em 1920, em Caetité – e que à época já eram rejeitadas por não compreenderem sua utilidade²⁷⁷ – até os vestidos curtos das noivas, como, em 1961, o de Catarina, que, nas palavras de Lucília: “usava um singelo vestido de seda branca, curto, de saias sobrepostas; um bolero todo fechado,

²⁷⁴ Donato, op. cit., p. 273.

²⁷⁵ Donato (2001, p. 246) comentou que havia grande aglomeração em frente ao cinema, um movimento intenso de pessoas, “um verdadeiro bulício”, rapazes “soltando no ar a fumaça azul do cigarro”, momento oportuno para novas amizades, namoros, etc.

²⁷⁶ Em Caetité o Cinema Iris anunciava para o dia 24-02-1926, “José vendido por seus irmãos – soberbo film bíblico e colorido em benefício da humanitária instituição Caixa Escolar do Município de Caetité”. Funcionava no antigo Teatro Centenário e como não possuía mobiliário, o folheto de propaganda insere a seguinte nota: “O proprietário [...] pede aos srs. espectadores a gentileza de annuirem-no, levando ao Centenário, o mais cedo possível, as suas cadeiras. Folheto de Propaganda. Acervo Casa do Barão (ainda em fase de organização). Conforme Koehene (2003), nas décadas de 1950/60 funcionou o Cine Vitória; na década de 1970, o Cine Pax e em 2001 foi inaugurado Cine Teatro da Casa Anísio Teixeira que funciona até hoje. Em Guanambi, segundo o memorialista Dario Teixeira Cotrim (1994,p.64), em 1935, já se anunciava sessões de cinema das casas Bahia com alto-falante de folha de flandres. Depois houve uma sucessão de salas de projeção como o Cine Guanambi, o Cine Tupy - de 1945 a 1954, o Cine São Jorge -1954 a 1962, data em que mudou de dono e de nome - passou a se chamar Cine Guarany. Em 1966, com o nome de Cine Teatro Sorbone ganhou amplas e modernas instalações, mantendo funcionamento regular até 1985.

²⁷⁷ Helena Lima Santos escreveu na crônica: “Minha outra amiga Deja- Dejanira Araújo”, acerca do tempo em que estudou interna no colégio de freiras, nos anos 1919 e 1920 e uma das suas melhores amigas. *Jornal Tribuna do Sertão*. 18/08/1995.

mangas boca-de-sino que iam até o cotovelo, gola canoa; na cintura uma faixa larga, drapeada e arrematada por uma rosa do mesmo tecido”²⁷⁸.

Respeitadas as diferenças entre os trajes de moças da cidade, moças do campo, ricas e pobres, há que se admitir que a moda, com a sua “linguagem simbólica”, era promissora no entendimento das relações de sociabilidade e dos jogos de poder dos mundos masculino e feminino, além de marcar distinções e distâncias entre diferentes níveis sociais²⁷⁹.

O casamento na ótica das memorialistas-escritoras

Entre as pressões enfrentadas pelas mulheres e abordadas pelas memorialistas em suas escritas, situa-se a opção pelo casamento. As que não se casavam eram lançadas no grupo das que “ficaram pra titia” ou sofriam os estigmas de “solteironas”. Em 1928, uma mulher que escrevia no Jornal *A Penna* sob a assinatura de Gaby, registrou o impacto dessa situação na crônica “Destino”, desde que se decepcionou com o rapaz de quem esperava uma sinceridade compatível com o sacrifício que faria em abandonar a sua vida de comodidades. Perdeu o noivo, que foi atraído por outra menos exigente, mas de tudo isso “ganhou experiência e enriqueceu a inteligência”. Talvez por isso Gaby tenha se tornado escritora – chegando a anunciar a publicação de um livro - e dedicou-se “inteiramente à educação dos sobrinhos”, que, segundo ela, lhe queriam muito bem. E concluiu: “não fiquei de todo sem serventia nesta vida”²⁸⁰.

Numa época em que o casamento assegurava subalternidade e obediência aos maridos, Cláudia Maia escreveu que muitas mulheres “para exercer uma profissão, investir na carreira profissional, constituir-se como indivíduo jurídico, ou manter a liberdade e a autonomia financeira tiveram que optar pela vida celibatária”. A independência financeira foi um fator essencial na adoção de estilos de vida daquelas que viam no celibato uma decisão política para subtrair-se às responsabilidades do casamento, que comumente desembocava na opressão feminina²⁸¹.

²⁷⁸ Donato, op. cit.:279.

²⁷⁹ Pontes, op. cit.

²⁸⁰ As fontes não revelaram indícios de que tenha efetivamente publicado o livro. Jornal *A Penna*. 03/05/1928. APMC.

²⁸¹ Maia, 2007, p. 3.

Aliás, nas primeiras décadas do século XX, essa era uma bandeira de feministas, como Maria Lacerda de Moura e outras, na luta contra a dominação masculina e muitas mulheres optavam pelo celibato como uma atitude política e um enfrentamento a essa dominação. Segundo ela, somente as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas conseguiriam viver subjetividades autônomas e sentirem-se realizadas como mulheres, apesar de serem abertamente rechaçadas pela família e pela sociedade²⁸².

Desde cedo, Joana demonstrou não ter vocação para o casamento e colocou seus interesses profissionais no centro das suas vivências. Não introjetou o epíteto de solteirona ou egoísta, de quem supostamente vivia só para si, visto que, além de dedicar-se à profissão, realizou trabalhos comunitários, ajudou familiares e ainda ocupou seu tempo com intensa produção escrita – mais absorvente depois dos 80 anos.

Marieta Gumes comentou que o fato de ter se casado muito jovem, além de impedi-la de participar de muitos folguedos juvenis, retardou a sua formatura como professora e sua entrada no mundo do trabalho fora de casa. O 2º. Ano normal tinha exaurido suas forças pelas exigências do curso, acrescidas das responsabilidades da casa, ficando à beira de uma estafa. Merecia umas férias. Porém, ausentar-se do seu domicílio numa primeira viagem à capital baiana provocou um grande alvoroço na rotina da família, conforme escreveu:

Os preparativos para a viagem, a natural tensão decorrente dessa iniciativa que correspondia a uma *violenta quebra da rotina familiar*, exigiram de mim muito tato, grande poder de persuasão, armas com que teria de contrapor-me ao poder discricionário do chefe da família sobre as decisões da mulher e dos filhos²⁸³

Palmira Fausto, casada e com 12 filhos, depois de morar por quase duas décadas numa fazenda e voltando a residir na cidade, assumiu “o controle da casa e dos filhos, já que o marido precisava ficar na fazenda”. Nesse momento fez uma avaliação nada otimista sobre o peso daqueles anos em sua vida. Em meio às muitas atribulações e labutas por longos anos no meio rural, via-se acudindo todos em todos os cantos, “ora no pátio, ora na casa da máquina, às vezes na saletinha, em volta da mesa ...”. Nas lembranças persiste a sua imagem de grávida refletida no espelho

²⁸² Maria Lacerda de Moura, citado por Besse, 1999, p. 176.

²⁸³ Gumes, 1975 b, p. 89. Grifos da autora.

grande da sala ou caminhando pelo “terreirão”. Surpreendeu-se com a indagação: “Onde estava aquela garota que não se deixava dominar, contestadora, rebelde? Estava sufocada, ou melhor dizendo, apagada”. Com essa autoindagação e diante dos novos desafios da vida urbana, sentia-se “ressurgir das cinzas”. No mundo privado da família e referindo-se aos filhos, genros, noras e netos, escreveu: “estou segurando o leme, não vou deixar o barco afundar ... até quando vou aguentar a força da correnteza ou da maré, não sei”. Sua resistência extrapolou o espaço doméstico e, no mundo fora de casa compatibilizou funções de coordenação na área de educação e ocupou outros espaços que também lhe facultavam ações de solidariedade social²⁸⁴.

Se a família representava o setor privilegiado da “sociedade respeitável” e estando o casamento na base da sua formação, era compreensível o conjunto de cuidados, critérios e preocupações que rondavam a escolha de noivos/noivas e os acertos para contratos de matrimônios. Nas narrativas analisadas, há evidências de mudanças entre as gerações de mulheres no que diz respeito a esses acertos. Se descreveram o autoritarismo dos pais ao tratarem os consórcios com rapazes escolhidos por eles e sem consulta às filhas, descreveram também casos de estratégias em prol de escolhas feitas com base em flertes e simpatias que burlavam a vigilância dominante e condicionavam enlaces conforme desejo dos noivos.

Helena L. Santos descreveu a história de um tropeiro, na região de Rio de Contas a Caetité, que foi atraído pelo pai de quatro moças casadouras, com a desculpa de vender-lhe uns porcos, usada para encobrir a sua intenção real - acertar casamento para a filha mais velha. O comerciante, ao atravessar o quintal e o corredor da casa, viu as moças num estrado²⁸⁵ em trabalhos de costura e bordado, atividade costumeira da tarde, momento em que trocou olhares furtivos com a moça mais nova, de apenas 13 anos de idade, que, segundo ele, lhe deu uma piscadela, atitude que foi suficiente para a definição da sua escolha e anuência para o casamento, desconsiderando a primeira intenção do pai da moça²⁸⁶.

²⁸⁴ Fausto, *op. cit.*, p.101.

²⁸⁵ Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1992, p. 32), em seus *Longos serões do campo*, vol 2, livro de memórias sobre o Recôncavo baiano, abarcando meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, registrou a presença desses estrados de onde as senhoras reuniam e supervisionam escravas nos serviços de costura e bordado, numa época – meados do século XIX – em que as máquinas de costura ainda não faziam parte daquela rotina.

²⁸⁶ Helena Lima Santos. Crônica “Os costumes de nossos avós”, no *Jornal Tribuna do Sertão*. 10/10/1997.

A decisão dos pais de combinar casamentos desde o nascimento dos seus filhos, adentrou o século XX e foi declinando por volta de 1920. Santos deu notícias de Sinhá Dona (1870-1965), que, ao nascer, recebeu a visita de um menino que, a mando da sua mãe, foi ver a “noiva”. “Cresceram namorando, mas a carta de pedido de casamento nem mesmo foi aceita pela família: ‘ele tocava violão’”. E a moça morreu solteira²⁸⁷.

Outras vezes, havendo o pedido e feita a combinação do casamento entre pais e noivos, era permitido a estes uma convivência mais aproximada, com encontros de um só dia aos sábados ou domingos, “em casa, na presença dos pais ou na igreja”²⁸⁸. Permitia-se a troca de correspondência, principalmente quando entre primos, o que era muito comum nas famílias mais abastadas. A historiadora Maria de Fátima Novaes Pires, em seus estudos sobre o alto sertão da Bahia, observou que o consórcio entre parentes era uma tendência da elite regional, servindo para consolidar patrimônios de famílias ricas e poderosas e garantir a supremacia delas em questões políticas e econômicas da região²⁸⁹. Marina Maluf e Maria Lúcia Mott analisaram as vantagens dos casamentos arranjados como forma de garantirem o controle sobre o poder; os jovens deveriam se envolver com pessoas do mesmo grupo social, com vista a matrimônios que pudessem sustentar prejuízos em casos de desastres econômicos²⁹⁰.

Em tempos de vigilância cerrada, rapazes e moças, quando apaixonados, combinavam fugas para terem direito a se casarem, porque nesses casos, o casamento lavaria a honra familiar. Uma carta de Celina para sua irmã Zelinda Teixeira relata um desses casos:

No domingo passado, quando estávamos em casa do Dr. Ovídio, soubemos da fuga de Dagmar com o tal Osvaldo. (...) D. Zinzinha se acha de cama num sofrimento bem doloroso. O Aristarco tomou enérgicas providências e assim o tenente. Depois de mil peripécias foram encontrados os fujões, pra lá da Lapa, no Sítio do Meio ou perto deste (não sei bem o lugar), em uma casa de farinha, onde estavam a espera do vapor. O Osvaldo se entregou a polícia, pedindo apenas que não o entregasse a Aristarco. O Osvaldo apanhou o automóvel de Gotson e Dagmar apanhou 500\$000 de D. Zinzinha. Foram à Lapa em 6 horas, entrando em todos os desvios, etc, para atrapalharem os que viessem procurá-los. Foram casados na Lapa e seguiram para Pirapora,

²⁸⁷ Santos, *op. cit.*, p. 121.

²⁸⁸ Annalinda Ribeiro Souto, 1996, p. 24. Essa memorialista nasceu em Boa Nova, em 1916 e transferiu-se para Macarani em 1928, dois municípios da região centro-sul da Bahia, onde permaneceu a maior parte de sua vida. A citação refere-se à década de 1930. Publicou *Reminiscências...* (1996) com informações preciosas acerca da cultura baiana.

²⁸⁹ Pires, 2009, p. 167.

²⁹⁰ Maluf e Mott, *op. cit.*, p. 391.

onde mora a família do rapaz. (...) Seria um nunca acabar se fosse contar todo o romance de Dagmar. Foi de uma falsidade e ingratidão tremenda para D. Zinzinha²⁹¹.

Na década de 1920, a escritora Zelinda Rodrigues Lima Teixeira registrou em seu diário, que o seu contrato de casamento foi acertado em agosto de 1926, mas o casamento só foi realizado em setembro de 1928. No entanto, entre os dias 08 e 22 de setembro de 1927, voltando da Bahia (referência à capital, Salvador) para o sertão, veio em companhia do noivo, irmãos e primos, ocasião em que fez uma agradável viagem de lancha numa parte do trajeto²⁹². Nesse período de mais de dois anos, os noivos trocavam correspondências regularmente. O pedido de casamento ao pai foi feito através da seguinte carta:

²⁹¹ A carta está datada de 24 de julho e pelos fatos relatados, como a vitória e posse de Dr. Ovídio Antunes Teixeira como prefeito de Caetité, presume-se que seja de 1932. Os grifos são da autora da carta. Arquivo Particular da Família de Zelinda R. L. Teixeira.

²⁹² Essa viagem durou 15 dias, conforme consta no diário manuscrito de Zelinda. Acervo particular da família da escritora.

Figura 13 - Carta do pedido de casamento de Zelinda R. L. Teixeira, endereçada ao seu pai - Cel Lima Junior.

Caetité, 3 de agosto de 1926

Exm.º Snr. Cel. Lima Junior

Nutrindo por sua filha e **minha prima** Zelinda, os mais profundos sentimentos de sympathia e amizade e acreditando também não ser indiferente a ella, a minha pessoa, tenho a ousadia e a honra de me dirigir a si, pedindo o seu consentimento e o de sua filha a este meu desejo.

Espero confiado sua resposta, assigno-me com amizade e estima.

Rogociano Teixeira Sob²⁹³.

Esse é um modelo de casamento entre pessoas de famílias abastadas e influentes em Caetité. Mas, ainda que não fosse para somar fortunas, os casamentos consanguíneos eram “fato comuníssimo”, como asseverou Marieta Gumes, sendo que ela própria não fugiria à regra, casando-se com um filho de dois sobrinhos do seu avô. Citou os exemplos do seu avô que se casou com uma prima carnal, seu tio-avô se casaria com a prima Antoninha, João Gumes e Antônio Gumes (seus primos em segundo grau) se casariam com as primas Antônia Dulcina e Laura²⁹⁴.

Na década de 1950, duas escritoras sertanejas deste estudo - Lucília e Elzita – escreveram acerca de seus namoros e noivados, dando a ver uma sociedade que se abria muito lentamente para a evolução dos relacionamentos amorosos. Programas de lazer muito controlados com horários estabelecidos de saída e de chegada. A presença de acompanhantes durante os encontros eram alguns dos mecanismos de

²⁹³ Acervo particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira. Grifos meus.

²⁹⁴ Gumes, 1975a, p.30.

controle dos pais e serviam para abrandar maledicências, visto que a preocupação com a honra familiar era o pano de fundo de tais situações.

Nas grandes cidades, nos anos 1920 e 1930, já se permitia que as jovens “saíssem socialmente” com os seus pretendentes e muitas até frequentavam bailes e casas noturnas; outras com pouco dinheiro, se não podiam ir a bailes ou ao cinema, contentavam-se com passeios a pé nas imediações das suas residências ou em praças públicas²⁹⁵. Zelinda Teixeira, moça de elite, estudante em Salvador, escreveu em seu diário, dia 07 de abril de 1925: “Passeio de automóvel à Barra, com Mario, Carmita e meus tios. Cinema à noite. Fita regular: enredo comum porém quadros belíssimos. Jantei no Meridional com Jayme e Oscar”²⁹⁶. No interior, essas práticas demorariam mais a chegar; nos anos 1940, Guiomar Coutrim, jovem na zona rural, experimentou a vigilância cerrada da família para frequentar festas. Às missas na igreja, aos leilões ou aos bailes, só iria se acompanhada pela mãe ou irmão²⁹⁷.

O *footing*, que se generalizou entre os anos 1930 até meados de 1960, era a oportunidade para as moças circularem mais livremente, encetarem os flertes, ou mesmo passearem com os seus namorados. Lucília e Elzita, jovens estudantes em Caetité, fizeram footing na Praça da Catedral, conforme escreveu Elzita a respeito do ano 1956: “Entre o jardim e a Igreja Matriz havia uma pracinha calçada, onde os jovens todas as noites se convergiam como lazer. [...] não existia televisão, a pracinha era portanto, uma distração dos mais jovens”. Em Guanambi, essa forma de lazer era frequente na Rua Dois de Julho²⁹⁸.

Registros acerca dos costumes alimentares

Não menos visíveis foram as transformações registradas pelas mulheres baianas memorialistas e escritoras nos hábitos alimentares. Visitaram outros “lugares de memória” e com os sentidos apurados escreveram com argúcia acerca das formas de alimentação nos seus meios. Zelinda Teixeira referiu-se ao “chá das 11 horas”,

²⁹⁵ Caulfield, op. cit., p. 144.

²⁹⁶ Jayme e Oscar eram seus tios, irmãos de Anísio Teixeira. Esse último, fez-lhe uma visita no dia 18/06/1925, relatada assim: (...) cosi durante toda a tarde. Ao escurecer, Anísio esteve aqui; foram alguns momentos muito agradáveis. Diário de 1925, manuscrito de Zelinda Teixeira. Arquivo Particular da Família da família da autora.

²⁹⁷ Coutrim, op. cit., p. 53.

²⁹⁸ Vale lembrar que três décadas antes, como registrou Marieta L. Gumes, o *footing* em Caetité acontecia na Rua Barão. Entre outras leituras sobre o assunto, leia-se Miguel e Rial (2012), Sant’Anna (2012), Bassanezi (2012).

servido em família na entrada do ano novo²⁹⁹, um costume sertanejo apreciado em outras ocasiões. Da festa de inauguração da Escola Normal de Caetité, em 1926, Helena Lima Santos, testemunha ocular, registrou posteriormente em uma crônica:

O Chá – costume antigo e já desaparecido. Em toda festa, à meia-noite, era servido aos convidados, um chá, que constava de, além do próprio chá da Índia – legítimo e importado – café e chocolate, bolos das mais variadas qualidades, biscoitos sequinhos, voador, um biscoito sem doce feito de tapioca, óleo e ovos, muito leve e apreciado em todo o sertão. Não se serviam salgados nem refrigerantes. As bebidas eram vinho doce ou licor para as senhoras e cervejas, para os homens, servidos durante as danças. Depois do chá, seguia-se uma pausa; era a hora literária de conversa e quem sabia e queria cantava, declamava poesia, discursava, tocava um instrumento, uma pausa para uma confraternização, depois da qual, os mais velhos se retiravam e a dança prosseguia animada até a madrugada³⁰⁰.

A observadora atenta registrou as singularidades da alimentação sertaneja em dias de festa, informando ainda que o hábito de servir “salgados” nas festas, começou com as leitoas servidas nas noites de São João. Entretanto as iguarias citadas acima faziam parte do cotidiano alimentar da população sertaneja, conforme aparecem nos trabalhos memorialísticos e literários. A memorialista Annalinda Ribeiro Souto (op. cit., p. 13) também comentou que à época, não havia pastel e referindo-se à festa do Natal, informou que “eram servidas bandejas com cálices de vinho moscatel branco fino, licores e para quem gostava, conhaque macieira sissi (bebida feminina feita com maçã), biscoitos, bolos sequinhos, (...) lombo, galinha, perus, e leitoas ,etc.” cavacos cheios de mel, bolos e sequinhos cortados grandes”. Marieta registrou, dos seus passeios de férias em fazenda de parentes, a hospitalidade com que eram recebidos, não faltando as “lautas mesas com café-com-leite, requeijão, queijos, beijos e biscoitos feitos em casa”³⁰¹.

A amabilidade sertaneja nas pequenas cidades, em cada casa, ao receber visitas, segundo Maria Lúcia Novato, era regada a suco de mangaba – fruta do cerrado, abundante na região depois das chuvas - e biscoitos de tapioca como na Rio de Contas da sua infância³⁰².

²⁹⁹ Teixeira, 1947, p. 9. Texto datilografado.

³⁰⁰ Santos, 1997. Crônica “A inauguração da Escola Normal – II – Antes os Revoltosos”, onde escreve sobre a passagem da Coluna Prestes nas imediações de Caetité. *Jornal Tribuna do Sertão*. 15/06/1996.

³⁰¹ Gumes, 1975b, p. 13.

³⁰² Novato, op.cit., p.18.

Na zona rural, preparar os alimentos era tarefa que se estendia para fora da cozinha, com plantações de hortas, criação de animais, plantio, colheita e beneficiamento da mandioca transformada em farinha e polvilho, tão presentes na mesa das famílias baianas. Ovos, carnes, leite e derivados vindos da criação de pequenos e grandes animais, completavam a mesa farta, cabendo às mulheres grande participação nessas lidas dentro e fora de casa, principalmente se fosse gente pobre ou proprietárias de pequenos sítios. A mesa farta de uma família sertaneja remediada, conforme descrição do escritor João Gumes, ao receber uma visita, era composta de feijão, arroz, frango e várias carnes assadas, além de saladas, legumes e outros complementos, dispostos com variados enfeites culinários³⁰³.

Nas cidades interioranas, na década 1920, esses costumes se mantinham dado aos tênues limites entre os espaços urbanos e rurais e muito tempo levaria ainda para que as novidades tecnológicas invadissem aqueles espaços com máquinas capazes de “revolucionar” o viver sertanejo.

No início do século, as viagens longas e sem as opções de serviços terceirizados – como se tem hoje – traziam para a cena a necessidade de organizar provisões alimentares e apetrechos para toda sorte de imprevistos. Viagens em carros de bois ou lombos de animais, carregando crianças, doentes, ou pessoas debilitadas, exigiam planejamento cuidadoso. Acondicionavam tais apetrechos em malas, trouxas ou “bruacas” de modo a resistir ao trajeto. A “matalotagem” mais comum, nessas ocasiões e nessas paragens sertanejas na década de 1910, era composta de alimentos secos mais fáceis de transportar, como carne em paçoca, rapadura, farinha de mandioca. Carregavam, às vezes, galinhas assadas e tudo era acondicionado em latas e sacos, sem esquecer os pratos, copos e talheres. Ou ainda, podiam incluir paradas para descanso e preparo de uma comida rápida como o arroz de tropeiro no trajeto Caetité - Rio de Contas³⁰⁴. Esses modos de alimentação eram praticados em

³⁰³ No romance *Pelo Sertão*, João Gumes (1927, p. 4), versando sobre costumes sertanejos, descreveu: [...] no centro da mesa, a lendária sopeira a transbordar os feijões cozidos. O mais eram pratos contendo cônicas rimas de arroz alvíssimo, quartos de borrego estufados e recamados de rodela de cebolas e limão verde; costelas fritadas e afogadas; frango recheado de miúdos e batatas inglesas; saborosos chuchus em larga sartan de barro chamuscado, recoberto de loura camada de ovos batidos; alface em salada; abóbora picada com quiabos; aipins; ovos estrelados; molhos picantes e em tudo, estrelejantes, purpurinos tomates miúdos, pimentões escarlates e de cheiro e outros variados enfeites culinários. (GUMES, 1927, p. 4).

³⁰⁴ Gumes, 1975b, p. 9 e Novato, op. cit., p. 13, respectivamente. Marieta Gumes (idem, p. 13) informou todos os preparativos para a viagem de 10 léguas que fez com a sua família. O tema da alimentação é recorrente em narrativas de mulheres memorialistas de modo geral, a exemplo de Maria Paes de Barros em São Paulo, com o seu *No Tempo de Dantes* (1998). Amélia Barreto de Souza escreveu

viagens longas, porque nem sempre encontravam locais específicos para o oferecimento desses serviços.

Pessoas bem situadas economicamente, viajando com a família ou em outras situações, levavam ajudantes ou serviçais para os socorros necessários. Entre os remediados ou mesmo abastados, em dias normais, fora de períodos de seca, alimentava-se bem, como nos conta Marieta Gumes, num passeio a uma fazenda próxima da cidade, onde havia muita fartura e guloseimas pela presença do engenho de cana, que funcionava por tração animal. No almoço, “a famosa bacalhoadinha fazia as honras da boa mesa” e depois do qual, a caravana da visita retornava carregada de presentes, “garrafas de mel, feixes de cana, quadrado de rapadura alvíssima e as laranjas de permeio...”. Segundo a autora, são impressões que “mais tarde a memória, fielmente, nos devolve para enfeitarem as nossas lembranças...” (GUMES, 1975b, p. 65).

Alguns alimentos guardam a preferência dos sertanejos, que, fora dos períodos de crise, se revelavam bastante criativos no aproveitamento dos produtos da terra. Joanita Silva descreveu seu convívio em famílias de classes medianas, lembrando-se da “deliciosa água de coco, do queijo fresco, do feijão catador com torresmo, da abóbora e do quiabo em abundância” que saboreava no Sítio Carmo, em Rio de Contas³⁰⁵. Esses alimentos são ainda muito presentes na mesa da população baiana do interior.

Ao contrário, em períodos de seca, como na grande seca de 1939, registrou Terezinha Santos que, na região de Guanambi-Ba, as pessoas pobres faziam pirão do cozido da batata de umbuzeiro com osso de boi para driblarem a fome³⁰⁶.

Na região do Médio São Francisco, Comandaroba afirmou que, no Município da Barra “o prato principal do barrense é feijão com farinha” e que a farinha é consumida não só com feijão, ou não somente para “alimentar”, mas também para dar consistência aos alimentos e misturada à carne, arroz, massa, peixe, etc. Tendo por base a mandioca, preparam a tapioca ou polvilho e dela fazem beiju, bolos e biscoitos

especificamente sobre *A Alimentação no Planalto de Conquista -1930-1950* e publicado em 1996, pela editora da Universidade do Sudoeste da Bahia. Entre as estudadas aqui cito: Galvão (1988), Donato (2001) e Coutim (2010), entre outras.

³⁰⁵ Silva, op. cit., p. 23.

³⁰⁶ Santos, 2002, p.10.

(peta, biscoito voador) e várias outras receitas³⁰⁷. Essa é uma característica geral de regiões em grande atraso econômico, onde a maioria da população possui pequeno poder aquisitivo e luta cotidianamente para prover o seu sustento.

Entre muitas curiosidades, é interessante citar o preparo da “galinha de bico para trás”, uma receita vinda do século XIX e garantida por três gerações de mulheres. Era preparada pela avó paterna de Maria de Lourdes Galvão e transmitida a sua mãe para atender a um gosto do marido. Por meio desta, aprendeu o modo de fazer, garantindo a permanência do seu preparo por muito tempo. Essa mesma autora servia-se de um delicioso ensopado de camarões frescos em Cachoeira-Ba, às margens do Rio Paraguaçu, quando em viagem para a capital³⁰⁸.

Mesmo sem grandes conhecimentos culinários, é possível preparar algum alimento diante de situações imprevistas, como o fez Palmira (op. cit., p. 85), que, vendo-se diante de crianças de rua famintas em sua casa – vez que tinha grande popularidade entre as pessoas humildes - só lhe foi possível improvisar e oferecer-lhes uma farofinha, que, não por acaso, tem a grande preferência da gente sertaneja.

É certo que os modos e tipos de alimentação são fatores de identificação social, revelando as distâncias entre ricos, remediados e pobres. Entretanto, no que tange às mulheres, algumas práticas eram agregadas e difundidas, reforçando a crença de que o sexo feminino era obrigado a passar por limitações alimentares para preservar a saúde do corpo. Denise B. de Sant’Anna (2012, p. 191) constatou, na sociedade paulistana, que a fartura alimentar feminina só era requisitada quando fosse o caso de tratar algumas doenças como “fraquezas e magrezas insistentes” ou durante a convalescença de mulheres que deram à luz. Assim, as refeições abundantes eram mais aconselhadas aos senhores e rapazes, enquanto para o sexo feminino, a mesma refeição devia “ser contrabalançada com alguma frugalidade”.

No alto sertão da Bahia, um alimento garantido às mulheres de resguardo pós-parto era o “pirão de parida”, preparado com carne de galinha, traíra ou carneiro, utilizando condimentos especiais como o cominho, recomendado pelas “parteiras”, que acrescentavam ainda a água inglesa³⁰⁹. Essas mulheres fabricavam uma bebida

³⁰⁷ Battistel e Comandaroba, op. cit., p. 71. Nesse livro, os autores reuniram receitas dos biscoitos e bolos citados acima e outras dos costumes regionais, dadas em depoimentos orais coletados na extensa pesquisa feita em todo o município da Barra-Ba.

³⁰⁸ Maria de Lourdes Galvão (1988, p. 73; 96) descreveu a receita como uma coisa simples: era só deixar o pescoço com a cabeça e o bico, tudo muito limpo, arrumando bem antes de assar, de forma a causar grande efeito decorativo.

³⁰⁹ Sacramento, op.cit., p. 73. Donato, op. cit.,p. 105.

especial – a “Pinga de Parida” – resultante de uma mistura de vinho branco ou aguardente com ervas e raízes para ajudar a cicatrização, evitar hemorragias, dores e infecções uterinas³¹⁰.

Restaurantes e cafés pouco faziam parte das sociabilidades de pequenas cidades da Bahia, até a metade do século XX. Essa não era uma prática divulgada na imprensa escrita da época, tampouco outras fontes e documentos trouxeram indícios de que se praticassem tais hábitos. Além das festas dançantes em casas de família onde se servia o chá – já apontado anteriormente, as redes de sociabilidade eram tecidas nas festas de padroeiros ou outras, como o Natal, em que as famílias abastadas hospedavam parentes e amigos aos quais ofereciam banquetes e mesas fartas. Maria de Lourdes, Lucília e Joanita especificaram os alimentos mais apreciados por tradição em cada festa, especialmente nas juninas. Joanita Silva (op. cit. p, 58), além de reconhecer-se como doceira bem sucedida, registrou que, nos festejos de São João, no interior das casas havia um “farturão” de doces, licores, mungunzás, assados e a indispensável canjica. Essa festa, ainda hoje, é amplamente realizada e possui grande significado para a população, congregando várias preferências alimentares do/da sertanejo/a nordestino/a.

Em situações de risco, as iniciativas para se conseguir o alimento de cada dia foram descritas pela memorialista Ilda Ribeiro de Souza - “Sila”, a cangaceira de Lampião. Descreveu as formas de alimentação em regiões muito secas da Bahia por onde andaram as falanges do cangaço, ela inclusive, na década de 1930. Em meio às adversidades, vivendo em constantes deslocamentos e tensões entre rebeldes e as autoridades constituídas, alimentava-se de farinha e rapadura. Conta-nos Ilda Souza que só saboreavam refeições bem preparadas quando estavam nos períodos de trégua, ou após um confronto ou quando pressionavam as pessoas em suas casas a prepararem galinhas, arroz e outras comidas. O boi era transformado em carne de sol para ser consumida por vários dias, ou, na falta de animais de criação, remediavam-se com emas, caititus e veados abundantes no Raso da Catarina³¹¹.

Nas palavras de Luce Giard, “os alimentos e os manjares se ordenam em cada região segundo um código detalhado de valores, de regras e de símbolos, em torno

³¹⁰ Ver *Memorial de curas tradicionais do sertão*, op. cit., p. 56.

³¹¹ Souza, 1984, p. 40-90. O Raso da Catarina é uma área ecológica da administração federal no Estado da Bahia, abrangendo terras de vários municípios que hoje integram rotas de passeios turísticos. Ilda citou Jeremoabo, Santa Brígida, Paulo Afonso, Rodelas, Chorrochó e Macururé. Ali ficavam a salvo das perseguições militares e aproveitavam pra descansar e recarregar as energias.

do qual se organiza o modelo alimentar de uma área cultural num determinado período”³¹². É o que pode ser visto no Nordeste Brasileiro, onde a diversidade dos costumes alimentares está diretamente relacionada à sua extensão territorial, havendo sensíveis diferenças entre a culinária do sertão ou interior e a do litoral. Na primeira, encontramos o milho, as carnes de carneiro, de cabrito e de bode, completados pela rapadura, carne de sol e farinha de mandioca, contrastando com a região litorânea, onde há grande consumo de pratos à base de peixes, camarões e frutos do mar preparados com leite de coco³¹³.

Maria de Lourdes, Palmira e Joanita fizeram pequenas referências acerca das suas relações com a arte de cozinhar, além da dedicação de Guiomar em fazer almoço e bolos nas lidas da zona rural desde tenra idade. As outras narradoras não explicitaram identificação com essa arte, embora tenham mencionado mulheres de suas convivências com pendores para tal, como fez Palmira (op. cit., p. 38) ao referir-se a sua sogra, que fazia “quitutes deliciosos” e sempre oferecia a todos “um cafezinho, um bolo e um chimanguinho”, acompanhados de um “dedinho de prosa”.

Sendo todas professoras - à exceção de uma - receberam lições ligadas às tarefas da cozinha que iam desde o conhecimento e domínio de apetrechos específicos, às maneiras de arrumar e prover a dispensa, de preparar os alimentos e organizar um jantar. O programa da disciplina Economia e Educação Doméstica incluía: “A cosinha, seus utensílios, seu material e higiene. A dispensa, seu arranjo e sua provisão. [...] Preparação das iguarias. Qualidade dos alimentos. Higiene das refeições. [...] Regras para a organização de jantar íntimo e de cerimônia”³¹⁴. Mesmo recebendo todos esses ensinamentos destinados ao desempenho da boa dona de casa, as memorialistas-escritoras dedicaram-se, no entanto, aos afazeres da docência e às variadas atividades educativas e de escrita, deixando a tarefa de preparo de alimentos na família para outras que, dotadas de tal habilidade, se dedicaram ao ofício de cozinheiras, ou se agarravam à tarefa, como mais uma oportunidade de ganho e complementação da renda da família.

³¹² Giard, 1996, p.136.

³¹³ Maria da Conceição Rodrigues Gonçalves (2008) da Universidade Federal da Paraíba, coordenou um estudo acerca da Gastronomia Nordestina, com pesquisa nos estados que compõem a região, constatando as diferenças e preferências alimentares de cada um. Outros: Gimenes e Moraes (2012), Coutinho (2012).

³¹⁴ Programmas do Ensino do 3º. Ano do curso Normal. Op. cit., p. 24-25.

A historiadora e filósofa Luce Giard, sem querer reforçar a ideia da existência de uma “natureza feminina imanente e estável” que empurra a mulher para os afazeres domésticos - incluindo o domínio da cozinha - comentou sua resistência desde cedo para essas atividades. Quando precisou cuidar da sua própria alimentação, bastou o contato com uma receita para suscitar lembranças de sabores e gostos que, sem querer, ficaram armazenados por força de vivências anteriores³¹⁵. Luce Giard (1996, p. 220), referindo-se às mulheres, reconhece que “entrar na cozinha, manejar coisas comuns é pôr a inteligência a funcionar, uma inteligência sutil, cheia de nuances, de descobertas iminentes, uma inteligência leve e viva que se revela sem se dar a ver, em suma *uma inteligência bem comum*”³¹⁶.

As narradoras deste estudo, em suas longas trajetórias, perceberam o nível das mudanças decorrentes dos progressos técnicos que aliviaram muito os trabalhos na cozinha, demonstraram-se sensíveis às minúcias que rondam os espaços caseiros e o preparo de alimentos. Em Rio de Contas, na década 1950, transportando lenha em lombos de jegues, o entregador descarregava a encomenda, conforme observou Maria Lúcia Novato, visto que, naquela época, os fogões a gás ainda não eram comuns na região³¹⁷. Essa inovação dos anos 1930 nas grandes cidades, que demorou a se popularizar nos sertões da Bahia, fez com que lavar louças e panelas se tornasse mais fácil quando substituíram os trabalhosos fogões a lenha³¹⁸; exaustores dissipando gorduras e seus cheiros; panelas antiaderentes e tantas outras inovações trouxeram a simplificação de tarefas repetitivas, tornando-as mais leves.

Inegáveis são os efeitos positivos desses avanços na dinâmica do preparo de alimentos e atividades da cozinha, no entanto, mesmo reconhecendo o impacto desses efeitos no rompimento de antigas práticas de transferência do conhecimento e habilidades culinárias ou relativas à administração do tempo, devemos admitir que esse rompimento pode apontar caminhos para a democratização da arte de cozinhar, trazendo outros sujeitos para a cena e desmitificando a ideia de que tais atividades fossem exclusivas das mulheres.

³¹⁵ “Tive que confessar que também em mim se aninhava um saber de mulher que sorrateiramente havia escorregado para dentro de mim, burlando a vigilância do meu espírito. Algo que me vinha do corpo, agregando-me ao grande corpo das mulheres de minha linhagem para incorporar-me ao seu grupo anônimo”. Luce Giard (1996, p. 214).

³¹⁶ Idem, p. 220. Grifos da autora.

³¹⁷ Novato, op.cit., p.128.

³¹⁸ A memorialista Annalinda Souto (1996, p. 20) descreveu que em Macarani-Ba, década de 1930, as famílias compravam lenha escolhida porque alguns paus cheiravam mal e outros soltavam faísca. Compravam 10, 20 cargas de lenha vendidas em lombo de jegues.

Vimos, portanto, que as mudanças resultantes de inovações tecnológicas foram ocorrendo em ritmo lento, próprio de territórios afastados dos grandes centros e com precariedades provocadas pela ausência de estradas ou mau aparelhamento delas no período do qual se ocupou este trabalho. Foram mudanças que ocorreram paulatinamente, década após década, sendo mais significativas a partir dos anos 1950. E ainda assim, não foram assimiladas de forma homogênea em todos os níveis sociais, ficando as camadas mais baixas da população em posição desfavorável, conforme apontam os índices de desenvolvimento humano da região Nordeste³¹⁹.

2 Relações intergeracionais

O “efeito geração”, sempre mais forte entre as mulheres por estarem concentradas nos espaços privados, fez com que fossem consideradas guardiãs de ritos e costumes, principalmente em famílias mais conservadoras. Mas, se, desde o início do século XX, as lutas feministas abriam os debates na sociedade, defendiam igualdade de oportunidades e maior autonomia para as mulheres, é certo que, com o passar do tempo, tais discussões foram alterando o cenário, fazendo com que as mães pregassem para suas filhas a busca de carreiras diferentes e mais promissoras do ponto de vista econômico. Assim, passaram a investir alto nesses ideais de emancipação, superando obstáculos para realizá-los e colaborando para alteração das estatísticas dos cursos de graduação e da presença de mulheres nos mais variados setores de atividades. Mudanças de toda ordem foram mesclando a vida no sertão baiano, as quais não passavam despercebidas aos olhos das memorialistas e escritoras.

Há exemplos de mulheres desta pesquisa que tomam as suas mães como referência, mas dificilmente adotaram o mesmo modelo na escolha da profissão. Marieta Gumes, nascida em 1908, foi observadora atenta da trajetória de sua mãe, Maria Theodolina Neves Lobão (1886-1978), a quem quis imortalizar nos livros que

³¹⁹Nos anos 1940, no contexto dos debates sobre a “questão regional”, foram implementadas políticas públicas voltadas para o Nordeste, como a criação do Dnocs e Chesf, em 1945, da Codevasf, em 1947, e da Sudene em 1959, visando diminuir as desigualdades sociais. Entretanto, a popularização dos resultados demoraria a se efetivar de forma significativa no cotidiano das gerações de 1950/60. Pode-se dizer que, a despeito dos vários planos governamentais implementados daquela época em diante e de os dados do IBGE registrarem um crescimento notável no nível de vida da população da região nas últimas décadas, a condição humana de sertanejos e sertanejas pobres ainda está longe de alcançar os níveis desejados. Ver: Albuquerque Júnior (2009) e Nogueira (2010), dentre outros.

escreveu. A longevidade de Marieta se estendeu aos 106 anos, o que lhe permitiu trazer à tona imagens de algumas décadas, com muitas questões que ultrapassaram a sua geração. Seu primeiro livro, *Caetité e o clã dos Neves* (1975a), descreve fatos por ouvir dizer, sobre os anos da infância e juventude de sua mãe, elucidando o caminho trilhado por ela como aluna brilhante da primeira Escola Normal de Caetité (1896-1903) e como a mestra competente que todos queriam ter³²⁰. Ficava extenuada pela rotina em classes de 50 alunos (indo até 80) para “conscientemente cumprir o seu dever”, fazendo jus à “sagrada missão” de mãe e, como professora, o “‘sublime’ papel de missionária da civilização”.

Entretanto, na década de 1930, numa outra geração de mulheres professoras, o magistério como sacerdócio não era uma crença corrente. Uma das filhas de Maria Theodolina desistiu da primeira classe de alunos numa localidade distante do interior, para não enfrentar as dificuldades de uma viagem longa, a cavalo e para não se submeter às privações de uma vida na zona rural, sem energia elétrica e sem as comodidades da vida num centro urbano. Desvencilhou-se da profissão e, indo para São Paulo, tornou-se funcionária pública.

A outra filha, a narradora Marieta Gumes, formando-se em professora em 1939, ingressou na profissão em 1940, lecionando por curto período³²¹. Essa conquista, apesar de representar para ela a realização de um sonho, não demorou a ser substituída pelo emprego de funcionária pública e secretária, em que teria mais tempo para dedicar-se à arte da escrita, sua grande vocação.

Helena Lima Santos conta “uma bonita história” sobre uma mulher da vila de Iguatemi, do distrito de Livramento, que veio em 1935 para Caetité, trazendo os filhos, com o intuito de propiciar-lhes o estudo e uma melhor formação. Antes, o marido, chefe político local, tinha se oposto ao seu projeto, dizendo que não ia permitir a ida de seus filhos para outra cidade para estudarem, principalmente as meninas “para que não ficassem soltas, por conta própria, dando despesas”. Mas, asseverou Helena: “a mulher foi mesmo feita para enfrentar as dificuldades da vida, compreendendo ou não, as ‘responsabilidades do chefe da casa’. Calada, foi forjando seu plano de ação, amalhando seus tostões para um futuro próximo”. Com a ajuda do irmão, veio, alugou casa e só depois comunicou ao marido, que, a princípio, ficou bastante irritado, mas

³²⁰ Em Nogueira, op. cit., p. 146, encontram-se outros dados sobre esse e outros sujeitos femininos no sertão da Bahia, no início do século XX.

³²¹ Gumes, idem, p. 134.

concordou depois, passando a ajudar na manutenção da casa. “Assim contando, parece fácil, mas é preciso imaginar a coragem necessária para agir”. Os filhos se formaram e todos foram bem sucedidos profissionalmente. A mais jovem, dizendo-se muito independente, optou por não se casar e foi para a capital, onde trabalhou até aposentar-se³²².

A escritora em pauta apontava para as mudanças entre as gerações, ressaltando o leque de oportunidades de emprego e ocupações que, mais ao alcance das mulheres, lhes permitia trilhar caminhos menos obscuros, desvencilhando-se de tabus que historicamente pesavam sobre elas. Relatou experiência da sua amiga Corina, que, não se casando, se tornou proprietária da loja que era de seus pais, reagindo tranquilamente quando diziam: “escolheu tanto que ficou pra tia”, mas, certamente porque não se satisfazia com as qualidades dos possíveis candidatos. E acrescenta o que outra amiga disse à neta de oito anos: “bonita assim e arrumada vai achar logo um noivo”. Ao que a menina respondeu: “pra casar, vó, não é preciso ser bonita e estar bem arrumada; pra casar, é preciso esperteza!”³²³. As mulheres da geração de 1930 que, como Corina, buscassem a independência financeira fora do casamento eram consideradas “modernas” e vistas com desconfiança pela sociedade.

Fugir dos estereótipos não era uma prática garantida entre as mulheres sertanejas. Muitas ficavam presas aos ditames do patriarcalismo dominante e, principalmente as das áreas rurais com oportunidades de estudo pouco democráticas, não tinham chances de frequentar ambientes de ideias mais arejadas. O choque de gerações acontecia quando alguma delas resistia e, num exercício de coragem, se rebelava contra um xingamento ou agia sem levar em conta os estigmas existentes. Joana Comandaroba registrou desacordos da mãe, que via com ressalvas as tendências de independência da filha e tentava ridicularizá-la, atribuindo-lhe adjetivos ligados a estereótipos por não corresponder ao modelo preestabelecido para meninas. Segundo ela, quando jovem, queria dar a vida por uma grande causa, socorrendo velhos, enfermos, infelizes, mas a mãe desabonava suas atitudes, chamando-a de “*vagabunda*, criadora de motivos para fugir aos compromissos domésticos”³²⁴.

Em seu relato, chamou-nos a atenção o apoio que lhe vinha do pai, acudindo-a quando a mãe proferia termos pejorativos para desqualificar atitudes que reforçavam

³²² Helena Lima Santos. Crônica “Uma bonita história”. *Jornal Tribuna do Sertão*. 28/02/1997.

³²³ Helena Lima Santos, crônica “Nem tudo são flores”. *Tribuna do sertão*. 17/09/1993.

³²⁴ Comandaroba, 1997, p. 30. (grifo da autora).

os seus assomos de independência. A jovem não se retraiu diante dos estereótipos com os quais se confrontou em sua casa e perseguiu uma trajetória de envolvimento socioeconômico, político e religioso nas demandas da sua coletividade. De fato, uma vez adulta, escolheu ficar solteira e enveredar pela prática docente e pela política municipal³²⁵. Desde a década de 1950, preferiu práticas e enfrentamentos ligados a uma atuação pública a dedicar-se à vida doméstica, que considerava marcada pela mesmice e pela insipidez.

Comandaroba e Battistel registraram que “a renda na Barra era uma atividade comum em todas as famílias” e que noutros tempos, logo cedo se ensinava às meninas fazerem renda para “se autodisciplinarem e desenvolverem”; as mães investiam nesse aprendizado para que empregassem bem o tempo e não ‘andarem na rua e na casa dos outros”. Registraram o lamento de Francisca de Souza Reis, uma das poucas rendeiras a praticarem o ofício no final dos anos 1990: “Hoje as meninas querem fazer é nada”³²⁶.

A despeito das resistências femininas para algumas atividades artesanais, muitas foram as mulheres que se agarraram a esses saberes e os compatibilizaram com várias funções como as de mães cuidando da educação dos filhos, ou outras que lhes propiciassem maior retorno financeiro na condução dos rumos familiares. Há que se admitir ainda que, a forte dose de repetição das rotinas caseiras fazia com que as meninas aprendessem esse labor desde a infância. A falta de oportunidades em outros empregos e falta de condições materiais, falta de recursos financeiros, precariedades na área educacional muito prejudicaram aquelas que não vislumbravam saídas outras que não fossem a continuidade em tarefas aprendidas com as gerações anteriores. Um exemplo é Dona Maria Belarmina que exerceu por quarenta anos a profissão de parteira, aprendida com sua mãe³²⁷.

Há registros de narradoras que, mesmo desfrutando de uma situação financeira intermediária, não ficavam isentas de ajudar nos afazeres domésticos. Lucília Domingues Donato comentou que em sua família as meninas e as moças ajudavam nas tarefas da casa e revezavam-se semanalmente nas atividades, assumindo ora a semana de arrumar a casa, ora a semana de arrumar a cozinha. Além disso, varriam quintais e molhavam plantas e hortas com a água retirada de uma cisterna. Ao final

³²⁵ Idem, idem, p. 23.

³²⁶ Battistel e Comandaroba, 1999, p. 67.

³²⁷ Fundação e Casa Anísio Teixeira. *Memorial de curas tradicionais do sertão* (2012, p. 29).

de tanto trabalho, sentia-se cansada e reclamava principalmente da obrigação de lavar pratos³²⁸. Este modelo de cooperação familiar era aplicado não sem discórdias e desobediências entre pais, mães e filhas, mesmo porque não há registro de que os meninos ou rapazes tivessem alguma atividade programada na rotina da casa. Essas imposições serviam como forma de disciplinarização das moças de família e podem ser entendidas como desdobramentos de uma estrutura patriarcal.

Entre as memorialistas e escritoras aqui apresentadas, identificamos o primeiro grupo – 1920-1930 – no qual incluímos Helena, Zelinda, Marieta, Joana (além de Emiliana, Maria de Lourdes e outras que mereceram várias referências) se apresentaram em certa medida comprometidas com alguns valores dos grupos que as antecederam. No entanto, não se restringindo apenas aos papéis de mães ou donas de casa, quebraram barreiras, exercendo outras profissões. Houve quem fez opção pelo celibato, acompanhada de grande atuação política na cena pública; houve as que se incursionaram pelas artes da escrita e se firmaram como escritoras reconhecidas; houve as que assumiram empreitadas além das salas de aula, conquistando espaços na administração escolar, ou na administração em fazendas.

Das que vivenciaram a juventude nos anos 1940, Elvira realizou o sonho de ser escritora e colocou-se como crítica dos excessos da estrutura patriarcal, se revelando contrária a todos os preconceitos direcionados à mulher. Guiomar, abraçando a sua condição de mãe, soube buscar estratégias para enfrentar e vencer as dificuldades na luta pela sobrevivência, e ainda encaminhar os filhos para uma educação mais aprimorada, o que lhes garantiu percursos diferentes do seu, com melhores oportunidades para o trabalho.

No segundo grupo, mulheres da geração de 1950 e 1960 – Palmira, Lucília, Terezinha, Maria Lúcia, esta juíza e as outras professoras, presenciaram a chegada de inovações técnicas em suas regiões e foram sensíveis observadoras das transformações sociais. Dedicaram-se a várias funções, merecendo destaque as suas produções escritas, canais utilizados para opiniões sobre os lugares ocupados pelas mulheres e os jogos de poder que perpassam pelas relações no mundo privado e no mundo fora de casa.

³²⁸ Donato, op. cit., p. 69.

3 Experiências em longas trajetórias: “... fazendo planos, dando providências – e bota providências nisto!”

“... aprendi que a gente só envelhece por fora”. Com essas palavras, Helena Lima Santos expressou suas impressões quanto ao “chegar pra idade”. Em *Caetité, pequenina e ilustre*, comentou suas observações de jovem professora acerca de uma colega da Escola Normal, na década de 1920, que “dava a impressão, não de uma pessoa idosa, mas de uma pessoa entrada em anos”. À época, perguntava-se o que sentiria quando estivesse como a colega. No momento da escrita do livro, aos 72 anos, confessou: “chegando àquela fase, nada senti de especial. Não tive tempo, ou não me lembrei, melhor ainda, aprendi que a gente só envelhece por fora”³²⁹.

Esse aprender permitiu-lhe, aos 91 anos, fazer planos e viajar, conforme publicou na crônica “Reflexões sobre a Terceira Idade”, escrevendo que tinha “disposição de circular, saúde até boa, cabeça, idem”, e assim, seguia em frente, “fazendo planos, escolhendo vestidos, escolhendo roupas, dando providências – e bota providências nisto!” – e se preparando para ir mais uma vez a Salvador, assistir à formatura e casamento de uma neta³³⁰.

O tema da velhice surgiu, então, no âmbito deste trabalho, a partir das memorialistas e escritoras que escreveram no limiar da “terceira idade”³³¹ ou na velhice avançada, mais especificamente depois dos 80 anos. Foi mesmo na arte da escrita que as autoras foram apresentando as singularidades trazidas pelo “passar do tempo”, seus olhares sobre as contingências do envelhecimento, como se percebiam no processo do envelhecer, além de apontar incontáveis mudanças nos costumes e modos de viver.

As fontes não apresentam reflexos de características biológicas ou estados de enfraquecimento em decorrência da idade, portanto fica excluída, aqui, a ideia de velhice-problema ou velhice assistida. Comandaroba (1997, p. 15), aos 81 anos,

³²⁹ Santos, 1997, p. 64. (Frase sublinhada pela autora).

³³⁰ Jornal *Tribuna do Sertão*. 15/06/1995. O seu jeito de viver inspirou os versos de Luís Cotrim para homenageá-la um ano antes: “[...] A sra é uma flor da juventude aos 90 anos! Quando Deus vier buscá-la, que demore muito, São Pedro vai dizer ao abrir a porta: ENTRE MENINA!” (Jornal *Tribuna do Sertão*, 16/09/1994).

³³¹ Segundo Remi Lenoir (1979), esse termo surgiu na França, nos anos 1960, quando as preocupações do país se voltavam para a regulamentação das aposentadorias e classificação dos assalariados das camadas médias da população em vários níveis.

expressou-se: “Não falo na senilidade, pois continuo no pleno uso de minhas faculdades físicas, psíquicas e intelectuais”.

Da representação que fizeram de si emergiram imagens de mulheres ativas, atuantes, integradas a círculos de convivência que ultrapassam os limites da família, participantes de projetos comunitários ou respondendo positivamente às demandas da modernidade, como seja o apelo às excursões coletivas ou outras viagens de lazer, até o momento em que a mobilidade lhes foi possível ou, como Helena e Joana, cuja lucidez lhes permitiu escrever e publicar aos 94 e 97 anos respectivamente³³².

Hareven (1999, p. 16) utiliza o conceito de “idade social” para mostrar como os estágios de vida ganham emergência em alguns contextos. Relegada a segundo plano, visto que as discussões se centravam nos limites entre infância e adolescência de um lado e adolescência e idade adulta do outro, há indícios de que, desde o final do século XIX e limiar do século XX, se iniciou uma nova consciência de velhice na cultura ocidental, através do crescimento da literatura gerontológica que de alguma forma levantaram a questão para o reconhecimento social³³³.

As pesquisas de Alda Britto da Motta (1997, p. 132) sobre o tema, em Salvador-BA, mostram que o conceito de “terceira idade” veio encaixar-se na representação de “velhos jovens”, categoria compatível com as perspectivas de maior longevidade da população brasileira, como apontam os censos demográficos. Se a expressão “velha” entristece e passa ideia de decrepitude, a expressão “terceira idade” pode soar sem conotações pejorativas, significando um estilo de vida de pessoa de mais idade, mas que se sente motivada para várias atividades, podendo se sentir “livre e leve” e agir com otimismo e entusiasmo. A denominação de “velhas jovens” foi bem aceita por mulheres das classes médias que viram aí condições para resistirem às restrições impostas tradicionalmente e ocuparem espaços que lhes eram negados há bem pouco tempo. É com essa intenção que situamos as escritas femininas em análise.

³³² A Escola Normal de Caetité foi o assunto da escritora Helena L. Santos, em sua última matéria, em 28/03/1998, a menos de duas semanas do seu falecimento, intitulada: “Ainda sobre o Salão Nobre da Escola Normal - A Tela do Cristo”. (Faleceu em 10/04/1998).

³³³ Hall (1922), apud Hareven (1999, p.14). Essa pesquisadora da University of Delaware, do Dept. of Indiv. and Family Studies, Newark, USA, apresenta um cuidadoso estudo sobre a emergência da velhice numa perspectiva histórica, elucidando as novas imagens do envelhecimento a partir das transformações na estrutura familiar e no curso de vida. O aceleração das transformações na segunda metade do século XX provocou um aprimoramento do conceito e definição de limites entre as idades, trazendo delimitações para “meia idade” e “velhice”. Numa avalanche de novas demandas, o conceito não para de evoluir e outras denominações como as de “velhos/as jovens” e “velhos/as velhos/as” foram se configurando no final do século XX. (idem, idem, p. 21).

Se o transcurso do tempo remete à ideia de envelhecimento das mulheres e se já estavam “velhas” no ato da escrita sobre suas vidas, essa ideia precisa ser enfrentada no contexto da contemporaneidade, em que transformações de grande monta foram afetando todos os setores da vida humana e impondo tensões e desafios pelas novas imagens sociais construídas.

É inegável que idade e envelhecimento são fatos biológicos, porém os seus significados são definidos culturalmente, mudam com o passar do tempo, variam de cultura para cultura e, nos últimos anos, vêm abarcando novas funções sociais, condições e exigências cada vez mais complexas. No nosso universo, das dez narradoras selecionadas, constatamos que entraram para a “terceira idade” sem problemas aparentes de desamparo, mesmo Guiomar Coutrim, que não se estabeleceu em nenhum vínculo empregatício. As outras, todas professoras, evoluíram para a condição de “aposentadas”, ressignificando-a com atividades múltiplas, entre as quais a literatura e o gosto pela escrita foram predominantes. Essa atividade revelou-se sob a forma de contribuições jornalísticas, publicação de romances, livros de memórias, livros infantis, produção de poesias, participação em Academias de Letras – conforme já dito no primeiro capítulo.

Fica evidente que a maior disponibilidade de tempo foi essencial para os arroubos literários dessas mulheres, como demonstrou Joana Comandaroba (2011, p. 215) ao ser entrevistada por um jornalista que lhe perguntou se era escritora, ao que respondeu: “Parei de ensinar aos 80 (anos) e aí me deu um vazio. Preenchi com a literatura”. Afirmação que remete à de Délia-pseudônimo de Maria Benedita Bormann - quando asseverou que “escrever é um ato que, por assim dizer, continua e completa a [existência]”³³⁴.

Helena Lima Santos iniciou sua contribuição ao Jornal *Tribuna do Sertão* depois de aposentada, aos 80 anos, atividade mantida por um período de 13 anos. Nenhum vestígio de desencanto com a aposentadoria.

Além da literatura, mulheres “velhas-velhas” e “velhas jovens” participa(ra)m de projetos de solidariedade para com o próximo, ajuda(ra)m em campanhas beneficentes, atende(ra)m aos mais diversos chamados, organiza(ra)m-se para efetivar muitas ações. O Clube da Amizade em Caetité, fundado em 1992, “fora dos moldes tradicionais”, congrega “veteranas do ensino, educadoras aposentadas”,

³³⁴ Ver estudos de Norma Telles (1999 e 2012) sobre mulheres escritoras.

como avaliou Helena Santos³³⁵. Aprovada a ideia de todas usarem “um distintivo, um lacinho vermelho em blusa branca, saia ou calça preta”, começaram desavenças por falta de unanimidade entre as integrantes, ao que Santos reagiu, afirmando que ficava feio e destoante não acompanhar o grupo. Como educadoras iriam “destrançar” esse nó e seguir em frente, considerando que “o clube só tem feito bem a todos – levando a prestação de serviços à comunidade, a horas de lazer e de alegrias nas reuniões programadas, a uma solidariedade classista e bem estruturada, condições que sozinhas e isoladas, não seríamos capazes de prestar. Então, viva o ‘lacinho vermelho’ ”!³³⁶.

Ainda sobre o Clube da Amizade, reconhecendo o envolvimento dele no lançamento da segunda edição do seu livro e agradecendo a competência da diretoria, faz uma observação sobre a participação masculina em atividades de liderança, registrando que o clube admite sócios masculinos e até tem alguns, mas que ainda não estão fazendo parte da direção. Assim escreveu: “Como sempre, os homens, muito ocupados em seus altos negócios, não gostam de administrar, e eu digo, especialmente, os de Caetité. Todos os Clubes sociais daqui morrem por não encontrar dirigentes masculinos para dirigi-los”³³⁷.

Isso nos remete aos estudos de Alda Britto da Motta (1999, p. 208) acerca do envelhecimento, que analisou as representações de idosos e idosas, na perspectiva de gênero e de classe social. Constatou que, nas camadas mais pobres, “as mulheres, voltadas desde o início à domesticidade e ao cotidiano, e alguns dos mais pobres, que não têm quem os proteja ou os substitua em tarefas e na provisão da família, têm permanecido mais ativos. E reconhecem-se assim. Declaram-se vigorosos, saudáveis, independentes, principalmente as mulheres”. Para essa estudiosa, há uma expectativa geral de uma “feminilidade” voltada para obediência e conformismo, reconhecendo, no entanto, que esse modelo está “em franco desmonte”, embora tenha sido regra para muitas das mulheres velhas de hoje. Algumas, com poucas aposentadorias, contentam-se em continuar cuidando da casa e usufruir de uma maior liberdade para circular, visto que, então, desincumbidas de responsabilidades maiores e menos cobranças, podem circular com mais liberdade.

³³⁵ Helena L. Santos. Jornal *Tribuna do Sertão*. 06/09/1996. Santos afirmou não saber de quem foi a ideia de fundar o clube, mas asseverou que a Profa. Terezinha Guanais era a alma da agremiação, recebendo todas em sua casa, local dos encontros.

³³⁶ Santos, Jornal *Tribuna do Sertão*. 06/09/1996.

³³⁷ Jornal *Tribuna do Sertão*. 04/07/1997.

Funções e valores familiares foram redefinidos no contexto das mudanças dos últimos 50 anos, em decorrência dos complexos reveses das sociedades industriais. Famílias numerosas foram substituídas por famílias menores, alterando-se também os objetivos e participação dos pais na relação com o futuro dos filhos. Nesses processos, embora reconhecendo as políticas sociais regulamentares de uma expulsão gradual como força de trabalho aos 60 ou 65 anos, as mulheres assumem empreitadas mais duradouras e mesmo viúvas, separadas ou aposentadas, enfrentando estereótipos de senilidade, ineficiência, inutilidade, elas estão atuantes e assumindo as funções que as contingências da vida lhes impõem. Tais mudanças refletiram-se ainda numa divisão dos estágios de vida em segmentos rígidos e formais e numa separação dos grupos entre si.³³⁸

As mulheres deste estudo, constituindo famílias numerosas como Palmira e Guiomar ou com famílias menores, não se sentiram investidas apenas no papel de mães e donas de casa; não se deixaram ficar à margem como força de trabalho e, avançando as fronteiras do mundo privado, souberam reinventar os seus cotidianos numa variedade de ocupações, porém sem negligenciar a integração à família. Nos modos de agir e de aprender, multiplicados em diferentes estágios de vida, as narradoras merecem relevância pelas atividades ininterruptas praticadas, ora somando literatura e lazer, educação e política, ora educação e solidariedade aos vizinhos de um meio rural desprivilegiado pelas políticas públicas, ou mesmo em projetos de aperfeiçoamento pessoal e ascensão pelos estudos em idade avançada, sempre em aprendizados contínuos.

Joana Comandaroba exerceu ao mesmo tempo atividades como vereadora e como professora, mantendo diálogo permanente com as questões da coletividade. Proferia discursos em várias situações comunitárias, prática que realizou por muitos anos e que se estendeu após os 80 anos. Um exemplo: “Palavrinhas de surpresa à turma do ano de 1975 do Colégio Santa Eufrásia”, em 2007, quando, com 93 anos, Comandaroba discursou, homenageando uma turma que outrora se havia formado sem solenidade, porque as moças queriam calças compridas como traje da cerimônia, o que não lhes foi permitido.

³³⁸ Hareven (1999, p. 35), analisando as novas representações sobre a velhice e considerando a sociedade americana, afirmou que as questões referentes aos idosos são singulares em alguns aspectos, mas em outros refletem os mesmos problemas de outros grupos de idade.

Professora Joana, ciente da influência que exerceu por tão longo período na história da sua cidade e região - influência permanentemente lembrada nas homenagens recebidas e vivenciadas pela própria autora – investiu numa escrita de quem prepara futuros julgamentos sobre si. Dessa forma, a escrita se fez carregada de intencionalidade e, como numa prospecção, ateu-se a um protótipo condizente com a sua expectativa de reconhecimento. Ela fez a representação de si como uma autodefesa, prevenindo-se contra as representações desconstruídas que, possivelmente, fariam *a posteriori*. É como se estivesse escolhendo e garantindo o seu modelo de identidade, ideia essa referendada por Artières (1998, p. 31) quando diz que “arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”.

Guiomar, estando já na terceira idade, concretizou o projeto de retomar seus estudos, visto que a educação obtida nos anos escolares iniciais foi por ela considerada insuficiente. Concluiu o curso de nível médio aos 74 anos, na sequência fez cursos de Informática e Língua Espanhola e, daí em diante, adotou uma postura de atender aos chamamentos do mundo atual, engajando-se em excursões e viagens familiares.

As experiências acumuladas em trajetórias longas e de muitos reveses foram condicionando o acúmulo de uma sabedoria prática revelada nos círculos familiares e entre amigos próximos. Guiomar, por exemplo, depois de sair da zona rural e residir em duas cidades, enfrentando grandes dificuldades, não teve o seu ânimo diminuído, conforme apontam os seus registros de otimismo e positividade na forma como encarou as vicissitudes da vida³³⁹.

Aqui se observa o fenômeno já tratado por estudiosos de que, quando diminui o afã dos compromissos de trabalho e das responsabilidades na família – filhos adultos e independentes – e não estando biologicamente tão velha, há um redirecionamento de interesses para uma “velhice social”³⁴⁰. Entretanto, podemos acrescentar que isso ocorre quando há abertura e maleabilidade dos sujeitos, no sentido de se permitirem a adoção de novas práticas e hábitos compatíveis com as feições da modernidade.

Com famílias numerosas, a exemplo de Palmira e Guiomar, com famílias menores ou solteira, como Joana, todas elas se mantiveram firmes na ocupação dos

³³⁹ Coutrim, op. cit., 107.

³⁴⁰ Britto da Motta, 2006, p. 227.

espaços de sociabilidade conquistados fora dos estreitos limites do mundo doméstico, demonstrando identificação com novos modelos de vida em sociedade. Joana dedicou grandes parcelas do seu tempo a atividades diversificadas e de grande monta, como professora e como agente da política local. Pode-se dizer que todas elas viveram uma “vida autêntica”, voltada para ações de um compromisso de cidadã, como agentes em muitas questões religiosas, comunitárias ou de solidariedade, experimentando um mundo diferenciado e de dimensões mais amplas do que aquele comumente reservado às mulheres.

Os tropeços materiais enfrentados e superados as colocaram numa posição de respeito e união entre elas e os filhos, parentes ou amigos, transmitindo, com segurança, as experiências de quem viu os anos passarem e a quem era permitido dar conselhos, referendados “na autoridade da velhice”³⁴¹.

Nessas narrativas, velhice não remete à idade cronológica. Pessoas que “chegam pra idade” têm o reconhecimento de uma “sabedoria real”, respaldada pelas múltiplas experiências acumuladas em longos cursos de vida, como nos referimos acima. Nesse sentido, vale uma referência aos resultados de um projeto desenvolvido pela Casa Anísio Teixeira, em Caetité, que apresenta saberes respaldados em experiências e sabedorias que vêm de muitas gerações, com práticas caseiras reatualizadas pelas populações sertanejas. Firmando-se em fontes orais, registrou os conhecimentos de pessoas idosas, a maioria composta por mulheres parteiras, benzedadeiras, rezadeiras e curandeiras, a exemplo de D. Maria Belarmina dos Anjos, parteira por mais de 40 anos, que “chegava a comparecer a mais de dois chamados por noite, fazendo o percurso de uma casa a outra a cavalo, pelos morros, fosse de dia ou de madrugada, debaixo de chuva ou na condição que fosse para atender as necessidades das mulheres que entravam em trabalho de parto”³⁴².

A ideia de sabedoria da experiência é mais aplicada nos meios universitários, artísticos e intelectuais com o reconhecimento à autoridade de pessoas maduras e idosas que acumularam saberes em suas áreas de atuação. Entretanto, estudos mostram que, em outras estratificações sociais, se reconhecem posições de relevo conquistadas pela idade, tomando-se por base outros critérios de hierarquização, como seja persistência ou disciplina em atividades ou funções. Essa é a tônica que

³⁴¹ Benjamin, 1994, p. 114.

³⁴² Ver *Memorial de curas tradicionais do sertão* (2012, p. 29), elaborado pela Fundação Anísio Teixeira e Casa Anísio Teixeira, através do Projeto Memorial de Saberes e Fazeres Populares.

nos interessa por entender que as mulheres aqui estudadas, nos seus espaços de vivências, conquistaram posições de destaque com base nesses critérios. “Sabedoria prática”, entendida também como “sabedoria da experiência”, pode ser predicado de pessoas comuns, sem nenhuma excentricidade e não somente das grandes personalidades políticas, artísticas ou intelectuais³⁴³.

Entretanto, é importante pensar esse atributo da sabedoria numa perspectiva outra que não a conservadora, principalmente em relação às mulheres mais suscetíveis, por tradição, a esses canais de reforço aos estigmas endereçados ao feminino, como, por exemplo, o de “mulheres velhas”. Importa valorizar uma experiência que, em vez de ser tolhida ou rechaçada, possa se adequar aos parâmetros trazidos pelas mudanças históricas ou que seja capaz de ressignificar-se na inter-relação com as novas gerações. Lembrando Britto da Motta, “... *as velhas também existem*, e se destacam hoje, mais além da imagem tradicional de ranzinzas ou de doces avozinhas, como mais dinâmicas, saudáveis, livres, sexuadas e criativas do que as de sua geração em épocas anteriores”³⁴⁴.

Assim, suas histórias trazem marcas das conjunturas socioeconômicas e culturais pelas quais passaram e dão a ver relações de ruptura ou continuidade nas maneiras de ser e agir entre gerações, principalmente no tocante aos valores familiares, religiosos, econômicos, enfim, em relação aos modos de viver no sertão.

³⁴³ Lins de Barros, op. cit., p. 140,141.

³⁴⁴ Brito da Motta, 2011, p. 14.

CAPÍTULO IV

**VICISSITUDES DO MAGISTÉRIO E OUTROS TONS NAS ESCRITAS FEMININAS:
“EU ERA MULHER... TINHA QUE ME CONTENTAR COM O CURSO DA ESCOLA
NORMAL...”**

CAPÍTULO IV – VICISSITUDES DO MAGISTÉRIO E OUTROS TONS NAS ESCRITAS FEMININAS: “EU ERA MULHER... TINHA QUE ME CONTENTAR COM O CURSO DA ESCOLA NORMAL...”

É mister do feminismo, senhores, elaborar essa reforma de costumes e de leis derrubando os ilogismos do preconceito, guiando com a justiça e o amor a partilha dos direitos entre as criaturas, para que as gerações do porvir não conheçam esses contrastes violentíssimos de miséria e opulência, de domínio e sujeição, de gozo e sofrimento, de luz e treva do espírito.

Edith Mendes Gama e Abreu. 2º Congresso Feminista, 1931.

A ideia de magistério como uma profissão eminentemente feminina foi reforçada e reproduzida pelos ditames institucionais, na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nesse período, entretanto, mulheres de classes medianas tinham poucas possibilidades de avançar nos estudos ou escolher carreiras para as quais estavam descredenciadas pelo pensamento da época. O aprimoramento pelo estudo ainda era considerado prejudicial aos propósitos da família. Somente as jovens sertanejas baianas de classes sociais abastadas tiveram o privilégio de formarem-se professoras na década de 1920, a exemplo de Helena L. Santos e Zelinda R. L. Teixeira, que concluíram o magistério em 1925, em Salvador. No interior da Bahia, em Caetité, em 1929, formou-se a primeira turma da Escola Normal, composta por 10 professoras e um professor. Na cidade da Barra, no Médio São Francisco, em 1926, formava-se uma turma de quatro professoras, no Colégio Santa Eufrásia, que logo depois ficou sem funcionar por longos três anos, retomando suas atividades em 1929. Em Feira de Santana, a Escola Normal foi criada na mesma época que a de Caetité e entrou em funcionamento em 1927, também com o objetivo de formar mestras e mestres para educar os jovens e as jovens sertanejas da cidade-sede e de regiões circunvizinhas³⁴⁵. Essas três escolas representaram sustentáculos para uma significativa mudança na educação do interior do estado da Bahia.

Do quadro geral das memorialistas deste estudo, à exceção de Guiomar Coutrim, todas cursaram o magistério e tiveram, nesse itinerário de busca pela profissionalização, a coluna estruturante do vivido e descrito em seus livros de memórias, o definidor de rumos, posicionamentos, ações e atitudes assumidas por elas no percurso de suas vidas. Guiomar diferenciou-se das demais pela fase de vida

³⁴⁵ Comandaroba, 1997, p. 78. Cruz, 2004, p. 144.

peçoal à época da conclusão do curso secundário- já em idade avançada - e também por um contexto espaço-temporal de 50 anos de distância em relação ao período de formação das outras, quando o setor educacional já se encontrava bastante modificado e mais ainda porque os objetivos dessa formação não estavam direcionados para o magistério, e nem mesmo Guiomar aspirava à docência.

Vejamos o quadro ilustrativo dessa formação:

Quadro 7 – Formação das memorialistas e escritoras baianas em Curso Normal/Secundário

Nome	Instituição	Cidade	Ano/conclusão
Helena Lima Santos	Educandário Sagrado Coração de Jesus (Perdões)	Salvador	1925
Zelinda Rodrigues Lima Teixeira	Educandário Sagrado Coração de Jesus (Perdões)	Salvador	1925
Marieta Lobão Gumes	Escola Normal de Caetité	Caetité	1939
Joana Comandaroba	Colégio Santa Eufrásia	Barra	1932
Elvira Foepfel	Colégio N. Senhora da Piedade	Ilhéus	1943
Guiomar F Coutrim	Colégio Gov. Luiz Viana Filho	Guanambi	2003
Palmira G. A. Fausto	Escola Normal Rural de Caetité	Caetité	1950
Lucília D. Donato	Escola Normal e Colégio Estadual de Caetité	Caetité	1958
Maria Lúcia P. Novato	Escola Normal e Colégio Estadual de Caetité	Caetité	1959
Terezinha T. Santos	Colégio e Escola Normal São Lucas	Guanambi	1963

Fonte: Livros das memorialistas em foco e atas da escola Normal de Caetité³⁴⁶.

³⁴⁶ As quatro escolas de Caetité que aparecem no quadro com denominações diferentes, referem-se à mesma instituição, a antiga Escola Normal de Caetité, refletindo as reformas implementadas no transcurso do tempo. Essa escola teve o seu funcionamento regulamentado pela Lei 1846 de 14/08/1925, promulgada no contexto do movimento escolanovista na educação, sob a égide de Anísio Teixeira, então Diretor Geral da Instrução, no Estado da Bahia, no governo de Francisco Marques de Góes Calmon. Ela significou a primeira política baiana efetiva de organização educacional diferente da anterior vinda do regime monárquico (Tavares, 1968, p. 49). Em 1962 passou a se chamar Instituto de Educação Anísio Teixeira, nome que conserva até a presente data. Os documentos da Antiga Escola Normal de Caetité, hoje Instituto de Educação Anísio Teixeira, estão arquivados numa das salas da

Algumas exerceram a docência por longos anos até alcançarem a aposentadoria, como Helena, Joana, Palmira, Lucília e Terezinha. As outras lecionaram no início da carreira, mas depois se firmaram em atividades diversificadas, em funções administrativas em escolas e revistas, como Marieta e Elvira, ou administradora de fazenda, como Zelinda, ou ainda juíza de direito, como Maria Lúcia.

1 Memorialistas-escritoras e as presenças femininas nas Escolas Normais da Bahia

O movimento de “feminização do magistério” no Estado da Bahia e em todo o território brasileiro intensificou-se no final do século XIX, momento em que a presença de professores homens nas escolas foi sendo substituída pela de professoras mulheres, diante da necessidade de adequação de mão de obra à legislação vigente, que exigia professores do mesmo sexo para as classes de meninos e meninas. Esse foi um fator decisivo nas políticas de instalação das Escolas Normais nos anos 1920 no interior do Estado, para onde acorreram muitas jovens, condicionando o aumento crescente de matrículas e transformando as escolas normais em espaços eminentemente femininos, já na primeira metade do século XX. Segundo Lima, na capital do Estado da Bahia, entre 1925 e 1931, esse fato já era uma realidade, visto que do total de 2.270 alunos que frequentavam as quatro séries da Escola Normal, 2.113 eram mulheres e 157 homens³⁴⁷. Porém, no interior do estado, esse era um processo em fase embrionária³⁴⁸.

No mesmo período, outros fatores, como as novas demandas do processo de urbanização e industrialização, foram afastando os homens da docência, ao tempo em que se intensificava o movimento de “feminização do magistério”. Nos anos vinte do século XX dizia-se que a “pedagogia primária” era uma função feminina e que só

sede da instituição em Caetité e encontram-se em fase de organização. Fundo: Instituto de Educação Anísio Teixeira. Grupo: Escola Normal de Caetité. Série: Atas (Instalação da Escola Normal, solenidades e congregações). Data-limite: 1926-1997. Maço 1. O Colégio Estadual Gov. Luiz Viana Filho foi criado em 1970, com a fusão do Ginásio de Guanambi (1953) com o Ginásio São Lucas (1958). Informações no site: <http://luizvianagbi.blogspot.com.br>. Acesso em 07/07/2012.

³⁴⁷ Lima, 1997, p. 132. Ver Louro (1994 e 1995); Rocha (2008).

³⁴⁸ Em 14/08/1925, o então governador do Estado da Bahia Francisco Góes Calmon (1924-1928) promulgou a lei no. 1846, assessorado pelo educador caetiteense Dr. Anísio Spínola Teixeira, Diretor Geral da Instrução. Essa lei tratava da reforma de ensino no estado e criava duas escolas no interior: a de Caetité e a de Feira de Santana. A primeira começou a funcionar em 1926.

os homens com rara vocação ou sacrifício buscavam a carreira e só o faziam aqueles fadados ao fracasso³⁴⁹.

Não que as jovens não quisessem incursionar por formações diversificadas. Algumas memorialistas contaram seus sonhos de estudar na capital e lamentaram a perda dessa oportunidade, reconhecendo o peso de “ser mulher”, motivo preponderante, além de outros variados que as empurraram para o magistério. Palmira Guanais, entre anseios e sonhos, deparou com as condições reais e materiais que nos anos 1940 a impingiram para uma formação diferente da desejada, conforme relatou:

Imaginava-me voltando pra casa nas férias escolares, me formando em médica, diferente das professoras da cidade. [...] Mas minha mãe declarou, peremptoriamente, que estava fora de cogitação minha ida para Salvador, jogando por terra todas as minhas esperanças. Para reforçar a decisão da minha mãe, tinha um fato incontestável: *eu era considerada uma garota doente, fraca, não poderia ficar sem a proteção de minha família*. Na verdade o motivo real só soube depois de muito choro e protesto: meu pai só tinha condição de sustentar um filho fora de casa, e o escolhido foi o Oli, meu irmão caçula. *Era homem e contra isso não havia argumentos*. [...] *Eu era mulher* e como tal não podia sair da casa paterna. *Tinha que me contentar com o curso da escola normal* e me tornar uma professora como todas minhas conterrâneas³⁵⁰.

Ser mulher e ser considerada uma garota de saúde frágil eram as razões – entre muitas outras – alegadas para tolher os interesses por outras formações. Os estigmas sobre a diferença sexual, mais do que a falta de recursos materiais, destruíram os sonhos de muitas jovens, não só nos anos 1940, como o caso acima, mas também nas décadas subsequentes. Guacira Lopes Louro atribui a esse processo de feminização da profissão múltiplos fatores entre os quais constam ofertas de trabalho no setor terciário em desenvolvimento que ia absorvendo a mão de obra masculina. A adoção de novos hábitos e comportamentos ligados principalmente aos progressos urbanos, a circularidade de informações com a disseminação de jornais e revistas, tudo foi contribuindo para a emergência de novos sujeitos, com múltiplas aspirações³⁵¹. Aos homens, todas as oportunidades de vagas no mercado de trabalho, às mulheres, uma única opção – o magistério - aparecendo como a carreira mais viável.

³⁴⁹ Reis, op. cit., p. 51, citando Afrânio Peixoto (1923).

³⁵⁰ Fausto, op. cit., p. 15. Grifos meus.

³⁵¹ Louro, 2000, p. 449-450.

A ausência de cursos superiores e mesmo de cursos de nível secundário no interior do estado, a distância da capital, condições materiais desfavoráveis para muitas de baixas condições sociais foram determinantes na busca pelo magistério. Entretanto, deslocar-se dentro da própria região do Alto Sertão, deslocar-se das cidades no entorno da Escola Normal e vir instalar-se em Caetité para estudar era uma aventura porque as viagens eram dificultadas pela falta de transportes e pela precariedade das estradas. Há uma similaridade desse mesmo “evento” – em outros locais. Na região do Médio São Francisco, local de residência e atuação de Comandaroba, a restauração do Colégio Santa Eufrásia, em 1929, trouxe de volta a possibilidade de estudo para as jovens da cidade da Barra e de cidades circunvizinhas, encorajando-as a investirem na sua profissionalização³⁵².

Se, por um lado, a formação em magistério representava uma situação de valorização moral do trabalho para as mulheres e oportunidade de adentrar o espaço público, por outro, trazia resultados materiais pouco animadores, visto que não ocorria a mesma valorização no plano material e no recebimento de bons salários. Maria Cândida D. Reis observou que, não só no Brasil como em outros países, enquanto o magistério se feminilizava, aumentava-se o controle burocrático, exercido predominantemente por homens nos cargos de direção, supervisão ou outros mais bem pagos. As mulheres ficariam restritas às funções de professoras primárias e só depois de algum tempo é que adentrariam outros níveis³⁵³.

Persistia uma ideia romantizada acerca da profissão que deveria ser abraçada por mulheres, com abnegação e sacrifício. Já nos primeiros anos do século XX, Maria Theodolina Neves Lobão (1886-1978) foi apresentada pela sua filha Marieta Gumes - memorialista-escritora – como a professora que, ficando viúva aos 27 anos, não contraiu novas núpcias e doou “todas as suas energias em prol da instrução primária”, em que buscava consolar-se de mágoas, tribulações e o desencanto pela perda do marido. Segundo Marieta: “O dinamismo era a tônica de sua vida. [...] Era assídua e pontual nunca chegando, por hipótese alguma, fora do seu horário. Era uma questão de hábito, de formação e da qual não se afastaria em todo o seu tirocínio de mais de 35 anos de atividades”³⁵⁴. Era necessário garantir os conceitos de competência e

³⁵² Comandaroba, 1997, p. 73.

³⁵³ Reis, op. cit., p. 52.

³⁵⁴ Gumes, 1975a, p. 107.

responsabilidade para manter o status e o reconhecimento social da posição que ocupava.

Articulada aos discursos religiosos, a docência assumiu a posição de “sacerdócio”, agregando as características de “paciência, minuciosidade, afetividade, doação”, consideradas como femininas. Amor e doação especialmente deveriam permear a docência que, afinal, não subverteria o papel da mulher, não o alteraria, mas, ao contrário, poderia torná-lo ainda mais sublime³⁵⁵. Nesse sentido, os cultos da Igreja Católica a Maria encaminhavam a adoção da sua imagem de mulher como modelo de vida futura. Maria de Lourdes Galvão escreveu seu encantamento com as comemorações do mês de maio na cidade de Condeúba – BA, nos anos 1920, quando da coroação de Nossa Senhora. Como participante da cerimônia, deveria entrar “devagarinho e com muita calma pelo meio da igreja, carregando a coroa” que seria depositada sobre a cabeça da santa, com a ajuda de muitas crianças vestidas de anjos, entre cânticos bem entoados e simbolismos de pétalas de flores³⁵⁶.

Os discursos médicos vindos do século XIX difundiam e balizavam a imagem da mulher virtuosa, sempre pronta a doar-se ao próximo, sacrificar-se pelo outro, seja aluno, filho, marido ou família. O amor materno passou a ser considerado como indispensável na educação dos filhos e alunos. Não por acaso, o segundo domingo de maio foi instituído, em 1934, como Dia das Mães, data especial para maiores homenagens às “genitoras”³⁵⁷. Nesse arcabouço mental, sem desconsiderar a competência de Maria Theodolina e a eficácia do seu trabalho, devemos admitir que a posição adotada por ela se adequava à representação de mulher e professora altruísta, muito valorizada do ponto de vista moral e social, como ditava a tradição. Joana Comandaroba também, numa entrevista aos 95 anos, lembrou sua trajetória de abnegação na carreira do magistério, afirmando que, não se tendo casado, dedicou 40 anos da sua vida, desde os anos 1930, a ensinar as pessoas, o que avaliou como uma forma diferente de amar, já que, na sua vida pessoal, não teve tempo de dedicar-se ao amor.

No processo de “feminização do magistério” foram significativas ainda as medidas implementadas pelo estado, determinando conteúdos e legislando sobre

³⁵⁵ Louro, 2000, p. 450.

³⁵⁶ Galvão, op. cit., p. 88-89.

³⁵⁷ Lima (1997, p. 134). Outras referências sobre Mulheres e Educação: Cf. Louro (1994 e 2000), Reis (1993), Teixeira (1994), Leite (2004) e Sousa (1999).

mecanismos de controle e censura sobre os sujeitos femininos que acorriam às escolas normais em número cada vez maior. Cada instituição de ensino tinha a sua identidade: escolas normais públicas, colégios normais religiosos, colégios-internatos, internatos particulares, localizados na capital do estado ou em cidades do interior, e cada uma com dispositivos peculiares e específicos para garantirem uma estreita supervisão do seu funcionamento, com a regulamentação do tempo cotidianamente nos seus espaços internos e na vida das estudantes.

As moças que frequentavam essas escolas tinham procedências e classes sociais diversas. Deste estudo, Helena, Zelinda, Joana e Elvira frequentaram colégios mantidos pela Igreja Católica, as outras frequentaram escolas normais públicas. Se a educação nessa época já era rígida e tinha reflexos do excesso de autoridade e da família patriarcal, os exageros de controle de conduta eram maiores nos colégios religiosos, em que as atividades eram organizadas e distribuídas de forma a preencher, “com equilíbrio”, as 24 horas do dia. Zelinda, em seu diário de 1925, escreveu pormenores da sua rotina no colégio, com o tempo minuciosamente definido: “Dia 31 de março: algumas leituras à tarde e à noite até as 11 horas, com muitas interrupções. [...] Dia 1º de abril: [...] Conforme licença da professora, estudar durante toda a tarde e à noite até as 11 h; qdo. quiser mais do q. isto, pedir licença”. Entretanto, essa vigilância seria burlada em alguns momentos, como se depreende da escrita do dia 17 de junho de 1925: “trabalhos de pintura à tarde. Così alguma coisa sem perdas de tempo. À noite estudei e così até as 3 horas da madrugada”³⁵⁸.

Quando essas instituições eram dirigidas por uma religiosa ou mesmo por uma mulher comum, elas exerciam um papel de “mãe superiora”, conduzindo suas ações com trato delicado e atencioso, conquistando confiança e angariando a simpatia das alunas, a ponto de se tornarem modelo. A esse respeito, Zelinda comentou em seu diário, no dia 3 de junho de 1925, a gratidão que nutria pela diretora do seu colégio: “D. Amphrisia incontestavelmente tem me feito um grande bem, especialmente qto. a fé. Devo ser-lhe mais agradecida”³⁵⁹.

Segundo Susan Besse (1999), certos ensinamentos ministrados nesses colégios religiosos eram criticados por aqueles que acreditavam numa educação mais

³⁵⁸ Caderno íntimo. Diários de 1925. Manuscritos. Arquivo particular da Família de Zelinda Teixeira.

³⁵⁹ Idem, idem. A própria autora usou as abreviaturas de “quando”, “que” e “quanto”. D. Amphrisia, mulher de destaque na educação feminina na capital da Bahia, à época, manteve correspondência com Zelinda, mesmo depois que esta concluiu o curso no Colégio do Sagrado Coração, em Salvador. Acervo particular da Família de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.

racional. Regras sofisticadas de trato social, utilizadas apenas nos salões frequentados pelas elites, revestiam-se de “inutilidade e hipocrisia”, além de desperdiçar a oportunidade de orientações mais compatíveis com os desafios que as moças teriam que enfrentar³⁶⁰.

Na Escola Normal de Caetité, entre 1926 – início do seu funcionamento - e a década de 1960, foi bem visível o aumento do número de mulheres em suas salas de aulas, conforme mostram os dados apresentados adiante. Já na sua instalação, o quadro docente do curso normal, com duração de 4 anos, contou com expressiva participação feminina, visto que a metade dele foi assumida pelas professoras Helena Lima, Zelinda Teixeira Rodrigues Lima, Maria Constança Paranhos Cardoso, Irma Pimenta Bastos e Zulmira Bastos Pitangueira³⁶¹. No Curso Fundamental, com duração de dois anos e pré-requisito para o citado acima, constavam os nomes de três professoras e um professor. No currículo do primeiro ano do curso normal estavam as disciplinas: Português, Francês, Matemática, Desenho, Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas e Educação Física (uma professora para a turma do sexo feminino e um professor para a do sexo masculino)³⁶².

De forma bem específica, o programa de ensino de Economia e Educação Doméstica, desenvolvido por Zulmira Bastos Pitangueira, na turma de 3º. Ano do curso normal, em Caetité/1928, constava de uma extensa lista de lições, apresentadas aqui resumidamente:

- Da dona de casa, qualidades e requisitos especiais. Economia e administração. – A habitação e seus diversos apartamentos: arrumação, ornamentação e hygiene. – A cosinha, seus utensílios, seu material e hygiene. A dispensa, seu arranjo, sua provisão. – Mobiliário, sua distribuição, sua limpeza e conservação. O uso dos tapetes e das pelles. O jardim, as plantas de ornamentação, conservação das flores e seu uso.³⁶³

³⁶⁰ Besse, op. cit., p.134. Um exemplo de minúcias nos gestos e comportamentos foi apresentado no capítulo II deste estudo, com base na escrita de Maria de Lourdes Galvão (1988).

³⁶¹ As duas primeiras são memorialistas-escritoras deste estudo. A professora Helena Lima acrescentou “Santos” ao nome, após o casamento em 1936. Zelinda, casando-se em 1928, também teve o seu nome alterado para Zelinda Rodrigues Lima Teixeira.

³⁶² Ata de instalação da Escola Normal de Caetité, 21/04/1926. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Grupo: Escola Normal de Caetité. Série: Atas (Instalação da Escola Normal, solenidades e congregações). Data-limite: 1926-1997. Maço 1. Informações complementares em Santos, op. cit., p.74.

³⁶³ Programas do Ensino – Curso Normal – Escola Normal de Caetité. Caetité: Typ. d’A Penna, 1928, pp. 23-25. Arquivo Público Municipal de Caetité.

Além desses pontos, o programa trazia outros a respeito de vestuário (conservação, escolha de fazendas), lavagem de roupas (nódoas, modo de lavar sedas, rendas, etc.), limpeza de vidros, costuras, preparação de iguarias, regras para a organização de jantar e também medicina caseira. Nota-se que muitos desses pontos contemplavam situações de moças das classes mais privilegiadas, configurando-se numa educação elitista, status que demorou algumas décadas para ser modificado. Aspiravam, portanto, à formação da dona de casa bem instrumentalizada, perfeita e polivalente para atuar em todas as necessidades do mundo da casa.

Com esse programa, muitas aprendizagens feitas em casa e em família passaram a ser pontos do conteúdo ministrado nas escolas, havendo assim “uma escolarização do doméstico”, porém de forma reelaborada. Do ponto de vista metodológico, o que ocorreu foi uma divisão de assuntos em etapas, apoiada em conceitos científicos, dando-lhes uma feição mais didática e que, afinal, tornava o processo mais complexo. Tais ensinamentos incentivaram o ingresso das mulheres nos cursos de magistério e contribuiriam para a formação de “mestras modernas”, funcionando, ao mesmo tempo, como “estágios preparatórios para o casamento e a maternidade”. Contraditoriamente, o que parecia ser um rompimento com o aprendido no lar, voltava-se para uma aproximação, na medida em que investiam nos atributos da maternidade e do afeto e ainda descartavam questões polêmicas ligadas à política e às coisas mundanas, fechando-se em seus próprios espaços, de modo a garantir a passividade das estudantes e seu alheamento a qualquer discussão por ser essa uma atitude incompatível com “a natureza feminina”³⁶⁴.

Duas memorialistas-escritoras, Helena e Zelinda, integrantes da “primeira geração” - conforme classificação feita para este estudo - participaram do processo de instalação da Escola Normal de Caetité em 1926, gravando suas assinaturas na ata de instalação da escola (datada de 21/04/1926), assumindo a primeira a disciplina Geografia Geral e do Brasil e a segunda, História Universal e do Brasil. Ao final desse mesmo ano, ouviram o chamamento do diretor da escola a todo o corpo docente para que continuassem a “trabalhar com o mesmo esforço, dedicação e firmeza [...] afim de se levar avante a obra começada sob tão bons auspícios...”³⁶⁵. Nesse evento as

³⁶⁴ Louro, 2000, p. 458.

³⁶⁵ As Profas. Helena e Zelinda foram as primeiras mulheres a assinarem a ata, depois do Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Anísio SpínolaTeixeira e do Diretor da escola Prof. Edgar Pitanguiera.

professoras citadas e outras do curso primário mostraram-se engajadas e participativas, garantindo a conquista de espaços disputados também por professores do sexo masculino.

Partindo das atas de colação de grau podemos acompanhar a movimentação de estudantes e a predominância incontestável das mulheres nesses cursos, conforme quadro abaixo.

Gráfico 01 - Professoras/professores concluintes do magistério na Escola Normal de Caetité (1929-1966)

Fonte: Atas da Escola Normal de Caetité. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira³⁶⁶.

Em 1929 formou-se a primeira turma de professoras e apenas um professor na Escola Normal de Caetité. A cada década foi crescendo o número de concluintes, com visível predominância de mulheres. Se tomarmos como base as datas de 1936, 1946, 1956 e 1966, para uma abrangência de quarenta anos de funcionamento da escola, podemos dizer que na docência feminina se assentou a quase total responsabilidade pela educação no Alto Sertão Baiano. Nos anos 1950/60, o número de concluintes havia se multiplicado muitas vezes, chegando a atingir a marca de 79, no ano de 1966, quando a escola completava quarenta anos de atuação nos sertões da Bahia. Tal crescimento pode ser atribuído à flexibilização dos costumes e aos novos hábitos que se instalavam na sociedade baiana e que foram, aos poucos, abrindo mais possibilidades para as moças que quisessem sair da casa paterna e da vigilância cerrada de pais e familiares em busca de uma educação mais aprimorada. Aliados a isso, estavam a melhoria nos meios de transportes e os progressos materiais que chegavam ao sertão baiano, facilitando uma maior movimentação de jovens estudantes da região, em direção às cidades que oferecessem uma educação mais especializada.

Helena L. Santos chegou a afirmar que muitos prefeitos do Sul do Estado da Bahia vinham a Caetité em busca de professores primários para atenderem as demandas dos seus municípios. Observou a transformação pela qual passou a cidade de Caetité e região como reflexo da presença da Escola Normal gratuita, “num meio pobre e longe da capital” e ao alcance daqueles que tivessem interesse³⁶⁷. Ela própria registrou ainda, em seu livro de memórias, o aumento crescente de matriculados na Escola Normal de Caetité, que, ao completar 50 anos de existência, em 1976, e já com a denominação de Instituto de Educação Anísio Teixeira, havia diplomado 1973 professores e professoras, essas com predominância inquestionável³⁶⁸.

Confirma-se, no entanto, a posição contraditória das mulheres professoras, que foram apontadas como baluartes da educação, tendo que corresponder aos projetos

³⁶⁶ Na seleção das datas, foram consideradas as que representavam décadas em relação à criação da escola, ou décadas em relação à primeira turma de formandos ou ainda, as datas de conclusão das memorialistas elencadas neste estudo, além de várias outras datas. Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Grupo: Escola Normal de Caetité. Série: Atas (Instalação da Escola Normal, solenidades e congregações). Data-limite: 1926-1997. Maço 1.

³⁶⁷ Santos, op. cit., p. 5; 77.

³⁶⁸ Santos, 1997, p. 77. Com a Lei no. 1629, de 23/02/1962, do Governo do Estado da Bahia, efetivou-se a mudança de nome da instituição. Em 1976, a escola contava com 63 professores e 1650 alunos matriculados.

de formação idealizados pelas forças de conservação, e ao tempo em que eram submetidas a mecanismos de controle e censura paralelos ao acúmulo das funções de mães, esposas e donas de casa, ainda deveriam promover a formação do “bom brasileiro”, comprometido com os valores da nação. Ainda que avultasse a sua imagem de mulher educadora, os benefícios não eram condizentes com a sua função social, uma vez que continuava confinada ao espaço privado do lar e tolhida em várias outras instâncias sem abertura para conquistas de anseios femininos que não fossem aqueles prescritos por uma sociedade patriarcal de duradoura existência.

No âmbito geral, os discursos médicos, religiosos, jurídicos e educacionais versavam sobre a “proteção e tutela” das professoras num movimento paralelo em que eram “produzidas, dirigidas” e também dirigentes; deveriam ser “disciplinadas e disciplinadoras”, encarnando os papéis de mães e profissionais. Assim viveram em situações conflitantes e nem sempre conseguiam nortear seus planos e aspirações em proveito próprio, em projetos de emancipação, mas viveriam unicamente em função dos outros, da família, da sociedade³⁶⁹.

Formar professoras para a empreitada de desenvolver um sentimento de nacionalidade e amor à Pátria entre os educandos era o interesse maior das políticas voltadas para a educação. Esse aparato ideológico perpassava não só pelas instâncias de formação institucionalizadas como por outras informais, todas reproduzindo os valores eleitos pelo estado, família, igreja, associações beneficentes e outras.

Na solenidade de formatura de 1936, uma década após a instalação da Escola Normal de Caetité, as alocações do orador e do paraninfo da turma traduziram a mentalidade da época. O primeiro disse que “a voz de Deus na voz da História nos dará o milagre da sua bênção porque cumprimos nosso dever com o próprio Deus e a Pátria nossa querida”. O segundo, com o mesmo pensamento, comparou o quadro de Jesus “O Mestre” com a missão dos 7 rapazes e das 21 moças recém-formadas, conclamando-as – e aos rapazes também – à tarefa do ensino, caminho para promover “a felicidade da Bahia e dos sertanejos baianos”³⁷⁰.

³⁶⁹ Louro, 2000, p. 454.

³⁷⁰ Ata da sessão solene para a colação de grau, de 22/11/1936. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Grupo: Escola Normal de Caetité. Série: Atas (Instalação da Escola Normas, solenidades e congregações). Data-limite: 1926-1997. Maço 1.

Marieta Lobão Gumes, memorialista-escritora também da primeira geração deste estudo, concluiu o curso na Escola Normal de Caetité, em 1939, quando foi oradora da turma. No seu discurso, deixou clara a sua identificação com os ideais da instituição e com as suas diretrizes ideológicas, expressando que via “o professor” como um dos maiores fatores do progresso quando compreende bem os seus deveres” e arrematou suas palavras convidando os/as colegas “a seguirem o exemplo do maior dos mestres- Jesus”. Num total de 26 concluintes, apenas 4 eram homens, mas, ainda assim, o tom da sua fala manteve-se no masculino, visto que pouco espaço se dava ao reconhecimento da presença feminina. As referências à ideia de progresso e à crença religiosa eram sempre recorrentes no pensamento da época.

A pesquisa nos arquivos dessa escola mostrou outras preleções que emergiam dessas solenidades de colação de grau, todas direcionadas para as expectativas da sociedade em relação ao exercício da profissão. Em dezembro de 1941, o orador das/dos formandas/os, Prof. Humberto Silveira Castro, discorreu sobre o “valor intrínseco do magistério, demorando-se em demonstrações inequívocas sobre Educação Moral”. Considerou a educação como religião e aquela Escola Normal como o “guia seguro do jovem e farol luminoso do sertão”. Depois de incentivar os colegas a lutarem em prol da religião e da Pátria e a seguirem o lema do Mestre dos Mestres, concluiu com as palavras: “Ide e ensinai!”³⁷¹

De igual teor foi o discurso do Prof. Alfredo José da Silva como paraninfo da turma de 1943, em que encorajou os professores recém-formados a seguirem “a estrada pedregosa” que seria a atuação no magistério. Num resumo do que disse o orador, a ata registra:

continuou aconselhando os professores a receberem as criancinhas como mandato de Deus, procurando integrá-las na sociedade nacional pela educação. Aconselhou-os a falar do Brasil com entusiasmo e orgulho e zelar pelo nosso bom nome, pela conservação e beleza da nossa língua e pelo respeito às autoridades constituídas”³⁷².

³⁷¹ Ata da sessão solene para a colação de grau, de 14/12/1941. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

³⁷² Na ocasião, colaram grau 15 professoras e 7 professores. Ata da sessão solene para a colação de grau, de 19/12/1943. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira. Grupo: Escola Normal de Caetité. Série: Atas (Instalação da Escola Normal, solenidades e congregações). Data-limite: 1926-1997. Maço 1.

Essa era a tônica dos discursos, espelhos da mentalidade dominante nos espaços de formação de professoras. As escolas baianas reproduziram no início do século o ideário positivista voltado para o lema “ordem e progresso”. Na década de 1940, com a reforma Gustavo Capanema, entrou em vigor a Lei 4.244/1942 – Lei orgânica do ensino secundário – com novos e refinados instrumentos de controle e censura. Essa lei, no seu cap.VII, referindo-se especificamente à educação moral e cívica, recomendava que todas as atividades no processo escolar devessem “transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico”. A “consciência patriótica” seria formada “pela execução do serviço cívico próprio da Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições”³⁷³.

Vista como o fio condutor do projeto de reforço à nacionalidade, a disciplina Educação Moral e Cívica deveria desenvolver suas práticas em estreita conformidade com as regras complementares que foram criadas para o exercício de atividades, treino de ações para conhecimento e uso dos símbolos nacionais, atitudes de respeito durante o hasteamento da bandeira ou no canto do hino nacional. Nas “horas cívicas” frequentes e regulares dos grupos escolares e instituições de ensino reforçava-se o aparato para a formação da nacionalidade.

Sessões cívicas foram descritas pelas memorialistas, como Joanita Candançan Silva, que relembrou as práticas diárias de hasteamento da Bandeira Nacional no Grupo Escolar em que fez o curso primário, em Rio de Contas. Nas atas da Escola Normal de Caetité também aparecem cenas da cotidianidade da instituição com as suas comemorações cívicas, a exemplo da realizada em 15/03/1939, que contou com um discurso de Marieta Gumes (memorialista), várias poesias declamadas por alunas do curso normal e do primário, um discurso do Padre Palmeira, culminando com o Hino Nacional e a inauguração do retrato do Presidente Getúlio Vargas. Os dizeres do Padre em dois momentos, na mesma sessão, sintetizavam preceitos da Igreja Católica, da Família e interesses do Estado, pregando união e parceria desses setores em prol da educação. Diante do retrato do presidente “fez realçar os grandes méritos do homenageado, credor da gratidão de todos os brasileiros”³⁷⁴.

O culto à personalidade era uma das características do autoritarismo dos regimes totalitários que se proliferavam em várias partes do mundo, no final dos anos 1930/40. No Brasil, no governo do Presidente Vargas, práticas semelhantes eram

³⁷³ Ministério da Educação. Legislação. Disponível em www.mec.gov.br.

³⁷⁴ Ata de 15/03/1939. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité-BA.

desenvolvidas pelas instituições, entre elas, a exposição do retrato do chefe da nação. No Jornal *A Penna*, que circulava no interior da Bahia, há notícias das comemorações do aniversário desse presidente em muitas escolas e em várias cidades. Em Urandi-BA, cidade da Microrregião de Guanambi, a notícia da festa dá-nos uma ideia da extensão dessas comemorações. Teve início com alvorada, fogos e música, rezou-se missa na intenção do governante e, logo após, houve desfile da “mocidade escolar” e do povo pelas principais ruas da cidade. No mesmo dia as escolas promoveram uma sessão cívico-literária que constou de: Hino à Bandeira, Soneto “Minha Terra”, Saudação à Bandeira, Poesias diversas (A Pátria, Minha Bandeira, Meu Brasil, A Escola, etc.), hino À Mocidade Acadêmica e discursos das autoridades³⁷⁵.

Essas práticas procuravam desenvolver nos educandos um nacionalismo ufanista e sentimentos de respeito e amor à Pátria nos moldes previstos pelas metas governamentais, ainda que o país estivesse mergulhado em convulsões sociais. Nesse sentido, o estudioso da cultura Hommi Bhabha lembra que o ideal de uma nação pensada de forma “homogênea e horizontal” deve levantar questionamentos. Defender um modelo nacionalista hegemônico, acreditando na sua infalibilidade é um risco que precisa ser evitado. Nos casos de representação nacional, o tempo deve ser apreendido em duas faces: “duplo e cindido” para que possam aflorar as infinitas modalidades de se estar e se viver num determinado lugar³⁷⁶.

As discussões mais críticas e de resistência aos parâmetros definidos na política do Estado-Nação tiveram pouco alcance no espaço geográfico em questão. Ideias divergentes do senso comum ficavam prejudicadas pelo eficiente aparato desenvolvido institucionalmente, além da ausência de reflexões, por menores que fossem, que pudessem contemplar outras visões de mundo e que comportassem críticas aos modelos instituídos. As pressões fluíam no sentido de estabelecer uma conjuntura histórico-social da qual não escaparam as práticas educacionais, impregnadas no processo de formação como um todo.

³⁷⁵ Jornal *A Penna*. 14/05/1942. Arquivo Público Municipal de Caetité. Nesse mesmo jornal, há notícias de comemorações em outras cidades e no dia 23/04/1942, na matéria Dr. Getúlio Vargas, pode-se ler: “Do estrangeiro também, das nações amigas de nossa Pátria, tivemos pelo rádio, o eco das grandes manifestações de apreço a esse homem que na atualidade é visto como um dos maiores estadistas do orbe terráqueo, tendo como sabemos conseguido levar até o presente a não governamental brasileira por entre os escolhos do mar encapelado da atualidade a porto seguro”. Nos anos anteriores, há várias matérias de louvor ao Presidente da República. Arquivo Público Municipal de Caetité.

³⁷⁶ Bhabha, 1998, p. 204.

Joana Comandaroba, formando-se num colégio religioso, teve as mais austeras orientações sobre conduta pessoal, social e patriótica. No seu tempo de estudante participava das sessões cívicas e atividades religiosas. Como professora e, mais ainda, respondendo pelas aulas de Educação Moral e Cívica da juventude barrense, organizava as solenidades, celebrações e fazia discursos entusiásticos sobre datas comemorativas, personalidades e instituições de destaque locais, regionais e nacionais. Numa demonstração do seu fervor patriótico, ao voltar de uma viagem ao exterior, confessou que a Pátria “é a nossa própria sombra, andemos por onde andarmos, quanto mais distante, mais próxima sentimos a latejar no próprio sangue”³⁷⁷.

Na década de 1940, a reforma de ensino versava sobre a educação feminina, admitindo as mulheres no ensino secundário, mas com o objetivo explícito de investir na “natureza da personalidade feminina e na sua missão dentro do lar”. Entre suas determinações estava a inclusão da disciplina Economia Doméstica na terceira e quarta séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico. Estava também a orientação para que os programas de ensino investissem “na natureza da personalidade feminina” e na sua “missão de mulher dentro do lar”. Assim, estava definida e reforçada a crença, já vinda de longa data, de que a mulher era portadora de uma capacidade de “abnegação e sacrifício enquanto filha, irmã, esposa e mãe” e de atributos de “amenidade, delicadeza constante e duradora influência”³⁷⁸.

No ano em que completava 50 anos a turma de concluintes de 1947, Helena L. Santos escreveu sobre o ambiente escolar da época, ilustrando as posturas diante da Educação Moral e Cívica e os papéis das professoras. Lembrou que havia grande participação dos estudantes no cotidiano da escola, que as “datas cívicas eram celebradas com emulação e orgulho, os vultos pátrios conhecidos e reverenciados e que o calendário escolar destacava a ‘Semana da Pátria’, sete dias de sessões solenes com o comparecimento de todo o corpo docente, reuniões planejadas com requinte”. Definiu as professoras como “‘meninas’ maravilhosas, que tanto bem fizeram em suas trajetórias, *mães de família, baluartes do lar* ...”³⁷⁹

³⁷⁷ Comandaroba, 1997, p. 136. Em seu *Memórias da Dinda* (1997) relatou discursos e recepções feitas quando da visita de vários políticos à cidade da Barra, a exemplo de Jânio Quadros, que além de contemplado com um discurso, foi também seu hóspede em 05/09/1960. (Idem, idem, p. 35).

³⁷⁸ Ministério da Educação. Legislação. Disponível em www.mec.gov.br.

³⁷⁹ Helena L. Santos, *Jornal Tribuna do Sertão*. 12/12/1997.

No cumprimento dessa “missão de mulher dentro do lar”, Maria Cândida Delgado Reis observou que as mulheres continuariam reféns das relações cotidianas, porque “até sua tarefa de promover a fraternidade universal” estaria fadada ao fracasso, tendo em vista que o mesmo discurso conclamava o homem a preparar-se para a guerra. A mulher continuaria, portanto, vivendo contradições dolorosas, cuja superação só viria a custo de longas e intermináveis lutas³⁸⁰.

A feminização do magistério acontecia nessa conjuntura de fatores e com todas as práticas descritas, compondo um quadro de forças sobre a educação das professoras mulheres. Imersas no aparato ideológico da época, muitas foram as que se destacaram com suas atuações, quebrando barreiras possíveis e indo além do que comumente se esperava delas. Os documentos da antiga Escola Normal de Caetité, mostraram desde a sua instalação, a presença incansável e dinâmica da professora Helena Lima Santos, com opiniões acerca de questões pedagógicas, normativas ou disciplinares relativas ao dia a dia da escola. Em 1942, propôs que se solicitasse ao Departamento de Educação a manutenção do curso ginasial com a duração de quatro anos e a promoção de cursos de especialização para professores, de um, dois ou três anos, o que viria ampliar os benefícios para o sertão e maiores oportunidades para os estudantes. Assim, ficariam beneficiados os jovens sertanejos que tivessem vocação para o magistério e também os que “se sentissem com pendores para outras profissões”. Professora Helena vislumbrou a necessidade de se oferecer uma educação diversificada para ampliar o leque de opções de trabalho para os jovens educandos. Opinou que não considerava justo “o aluno não poder continuar os estudos, pelo fato de ter sido reprovado dois anos seguidos” e ainda reclamou uma carga horária semanal maior para as suas disciplinas, alegando “que o ensino de Cartografia feito simultaneamente ao de Geografia em uma só aula semanal” era insuficiente para se “dar um desenvolvimento eficiente ao ensino”³⁸¹.

Sempre atenta, propunha votos de louvor para docentes ou discentes que desempenhassem muito bem as suas funções no âmbito da escola, e do mesmo modo, lançava mão de critérios de justiça e humanidade quando opinava sobre

³⁸⁰ Reis, op. cit., p. 96.

³⁸¹ Ata de 17/12/1943. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité. As reivindicações da professora referentes à duração do curso e da carga horária das disciplinas foram motivadas pelas mudanças ocorridas em 1941, quando o curso normal passou a ter duração de três anos e a escola passou a se chamar Escola Normal Rural. (Santos, op. cit., p. 75). Para mais informações ver Cruz (2004) Louro (2000), Rosemberg (2012), entre outros.

questões disciplinares. Numa reunião em que votavam a expulsão de um aluno por ter sido “descortês e indelicado” com a docente de Inglês, Profa. Helena Santos argumentou que era preferível, por uma razão de humanidade, dar-lhe a transferência. Sua opinião foi acatada pela maioria, o que deixou o aluno em melhores condições³⁸².

Em trinta e oito anos de docência na Escola Normal de Caetité - hoje Instituto de Educação Anísio Teixeira - as atas mostram que foram poucas as sessões que não contaram com a participação de D. Helena Lima – como era mais conhecida. Em 1945, como paraninfa da turma de formandos, discursou sobre “a função da escola rural e o papel do professor primário no meio geográfico brasileiro, salientando os principais aspectos da vida do professor nos meios sertanejos, onde o problema da higiene e da educação está dependendo da ação educativa do mestre”; e continuou discorrendo mais acerca da cooperação entre a família e a escola. Essa intensa atuação valeu-lhe o cargo de Diretora da Escola, no biênio 1951/52, primeira mulher a exercer a função naquele espaço, ou seja, foram necessários 25 anos de funcionamento para que uma mulher chegasse ao cargo, e outras duas – Elza Teixeira Silveira e Idalina Vieira Cardoso - só vieram a ocupá-lo na década seguinte. Segundo Marieta Gumes (1975 a, p. 125), D. Helena Lima ocupou o cargo de direção da escola em 1939, fazendo-o “com a eficiência e o desembaraço esperados”. Porém, ela própria não incluiu esse dado na sua narrativa, embora tenha apresentado uma relação dos diretores da escola até a década de 1980. Talvez por ter ocupado o cargo interinamente, quando o titular era o Prof. Antônio Meireles³⁸³.

Helena Lima sentia-se realizada em sua profissão. Quando em 1997, escrevendo às colegas homenageadas pelo dia das professoras, admitiu: “Sempre desejei ser professora e não me decepcionei; a minha carreira foi uma estrada larga e ensolarada, sem tropeços nem pedregulho. Como se sente ao aposentar-se? indagavam os amigos e a minha resposta sempre foi: ... como uma pessoa que se retira de uma festa já de madrugada... porque era hora!”³⁸⁴.

Através das atas da Escola Normal de Caetité e da produção jornalística no *Jornal Tribuna do Sertão*, vemos muito do cotidiano dessa escola e das professoras. D. Helena, aos 92 anos, já no final do século XX, opinou acerca da falta de reconhecimento da sociedade em relação ao trabalho do professor:

³⁸² Ata de 25/05/1956. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira, em Caetité.

³⁸³ Santos, op. cit., p. 77.

³⁸⁴ *Jornal Tribuna do Sertão*. 07/03/1997.

Somos as pedras do alicerce da educação de um povo e, como se sabe, os alicerces não aparecem, mas sem eles nenhuma construção se mantém firme. Nosso trabalho, miúdo, de todo dia nem é notado e continuamos ignorados e mal remunerados. Somos os ajudantes de uma grande obra, e também como se sabe, os ajudantes ganham ínfimos salários, sempre menores que os Mestres de Obras e Construtores³⁸⁵.

Salários tão baixos fizeram com que muitas professoras, notadamente as das classes mais baixas, se desdobrassem praticando atividades extras, como encomendas de costuras e bordados, de doces e bolos, ministrando aulas particulares, etc., para complementarem as rendas necessárias, principalmente nos casos de famílias numerosas. Se até a década de 1920, apenas as moças de elite tiveram o privilégio de se formarem professoras, essa situação foi mudando nas regiões interioranas da Bahia pela facilidade do ensino normal público, a partir da década de 1930, quando houve expansão considerável do número de mulheres de classes médias e baixas formadas no magistério primário. Apesar da baixa remuneração, era uma profissão respeitada e dava algum *status*, motivo pelo qual entrou na preferência de muitas delas.

Pelo depoimento acima vemos que as mulheres professoras se sentiram de tal forma cooptadas para a “tarefa civilizadora” projetada sobre elas, se sentiram de tal forma pressionadas pelas crenças autoritárias defendidas e reforçadas institucionalmente, que se viram empurradas para as funções cumulativas de “baluartes do lar, mães de família” e educadoras. Àquela época, apesar da baixa remuneração, havia uma ampla convicção de que, além da maternidade, a maior função da mulher era a de educadora. Nesse sentido, Susan Besse afirmou que, quanto mais as mulheres persistissem no entendimento de que a educação era o caminho preparatório para o casamento e a maternidade, tanto mais o seu papel na docência seria visto como uma contribuição social, não chegando a atingir o patamar de “força libertadora” para si e para os seus anseios³⁸⁶.

As reformas educacionais do governo Vargas e toda a ideologia disseminada nas políticas públicas adotadas deixaram marcas muito duradouras na sociedade brasileira e, no que tange à educação das mulheres, o crescimento no número de professoras serviu mais à propaganda dos avanços do país rumo ao desenvolvimento

³⁸⁵ Santos, Jornal Tribuna do Sertão. 07/03/1997.

³⁸⁶ Besse, op. cit., p. 124.

do que mesmo para promover a independência financeira e a autorrealização das abnegadas oficiais do ensino. Tomando como base o ano de 1966 – 40 anos após a instalação da Escola Normal de Caetité - encontramos discursos de formatura, como o da diretora da escola, conclamando as 62 professoras e 17 professores a seguirem “os conselhos sublimes do mestre” e fazerem “da missão que abraçaram um verdadeiro sacerdócio”³⁸⁷.

Pairava no ar o mesmo pensamento do início do século a respeito da carreira do magistério. Os cursos de nível secundário e normal, pelos seus currículos, promoveram deliberadamente uma segregação por sexo que se refletiria nas oportunidades de trabalho no mercado, com diferenças marcantes para homens e mulheres, garantindo resultados indesejados e prejudiciais de hierarquia de gênero preservada nas gerações seguintes. A educação feminina primava pela educação moral e regras de disciplinarização social, combinadas com ensinamentos básicos. A mulher estaria a trabalho de “civilizar”, “elear” e redimir o mundo e não de transformá-lo³⁸⁸.

Para as moças baianas, sertanejas, pobres e de classes médias das décadas de 1940/50/60, fazer o magistério significava a oportunidade mais viável de inserção no mercado de trabalho e a opção mais recomendada socialmente. No entanto, após 1970, havendo maior divulgação e conhecimento de uma variedade de cursos e de múltiplas possibilidades de profissionalização, o caminho mais viável para as mais acomodadas continuava sendo o magistério, porque oportunizava maior rapidez de colocação num emprego.³⁸⁹

A seguir vamos analisar as condições que determinaram essa relação das mulheres com o magistério e que questões perpassaram e perpassam ainda pelo mundo do trabalho para as mulheres.

2 Além do magistério, outras oportunidades de trabalho para as mulheres

Na década de 1920, os dados do IBGE mostraram a realidade das profissões liberais em Salvador-BA, com predominância das mulheres no magistério, num total

³⁸⁷ Atas da Escola Normal de Caetité. Arquivo do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

³⁸⁸ Besse, op. cit., pp. 141-142.

³⁸⁹ Lima, 1997, p. 133.

de 1644, contra 372 homens. Em outras profissões havia 229 médicas, 220 profissionais nas Ciências, Letras e Artes e apenas 4 no setor judiciário³⁹⁰. No final da década, as poucas ingressantes nos cursos superiores da área de saúde, faziam-nos nos cursos de Odontologia e Farmácia, cujas profissões eram consideradas de menor prestígio. Para um contraponto com o contexto do período que queremos elucidar, vale lembrar que a formação das baianas em cursos de graduação e a diversificação profissional foram uma conquista posterior aos anos 1970, como mostra o trabalho de Elizete Passos sobre a participação das mulheres nos cursos da Universidade Federal da Bahia. Passos afirma que, nessa década, 65% das mulheres estavam nas áreas de Ciências Humanas, Letras, Artes ou Enfermagem, ou seja, profissões consideradas “femininas” por não concorrerem aos antigos papéis definidos pela tradição e, supostamente, não prejudicarem a feminilidade³⁹¹.

Dados do século XXI refletem que, em 2009, as mulheres ainda representam a maioria entre os profissionais da educação no Brasil, exceto no Ensino Superior, cuja porcentagem é de 45,7 %. Entre outros dados, Fúlvia Rosenberg aponta a realidade nordestina com os níveis salariais mais baixos – embora essa situação se repita em outras regiões do país – confirmando ainda a predominância de mulheres professoras nas séries iniciais de ensino³⁹².

Diante desses números, podemos nos perguntar: em que camisa de força foi colocada a formação das mulheres a ponto de sustentar por tanto tempo essa situação de desigualdade no âmbito geral dos níveis de escolaridade e da diversificação profissional?

Conforme mostrado anteriormente, o modelo de educação aplicado à maioria das mulheres visava a controlar e conservar os anseios femininos sob vigilância constante, sem facultar-lhes oportunidades de concorrência com os papéis autoritariamente definidos como masculinos. Instituições como a Escola e a Igreja desdobravam-se em mecanismos para manter as mulheres longe de conhecimentos e experiências considerados impróprios para elas, investindo noutros que as alinhariam ao “adequado”, conforme os seus ditames. O sistema educacional, oferecendo às jovens chances limitadas de ingresso em cursos secundários

³⁹⁰ Citado por Leite, 1997, p.94. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

³⁹¹ Passos, 1997, p. 138.

³⁹² Rosenberg, 2012, p. 356.

profissionalizantes, estaria promovendo uma divisão sexual do trabalho de resultados funestos na hierarquia de gênero³⁹³.

Lembrando o mito criado pelo sistema de dominação masculina de que algumas profissões prejudicariam a feminilidade da mulher, Elizete Passos apontou que o fato de as incautas acreditarem que o homem seria o provedor da família, fazia com que se imaginassem destinadas apenas ao cuidado e educação dos filhos, fato que, ao longo de décadas, dificultou o rompimento dessas práticas³⁹⁴. Na Bahia, a persistência desse mito, aliada a dificuldades de ordem política e econômica, principalmente nas regiões sertanejas, retardou a diversificação profissional das mulheres devido à carência de cursos de graduação disseminados pelo interior do estado ou mais próximos às demandas da população.

Não podemos perder de vista que a interiorização dos cursos normais/secundários nesse estado, só aconteceu no final da década de 1920, cursos esses que foram por muito tempo as únicas oportunidades para habilitação profissional no interior da Bahia. Outras possibilidades de formação só eram encontradas na capital do Estado e frequentadas por aquelas que tivessem condições financeiras para instalar-se em Salvador, portanto a carreira de professora ficava para moças que precisavam “ganhar a vida”, principalmente no interior conforme comentou Zelinda Teixeira no romance escrito em 1947. Em meados do século XX, as baixas estatísticas revelavam ainda a existência de limitações e preconceitos sofridos pelas mulheres para ingresso no magistério e em outras profissões³⁹⁵.

A legislação da década de 1930, de forma intencional ou não, definiu regras no sentido de resguardar as mães em locais de trabalho que prezassem pela “moralidade”, que oferecessem segurança à sua saúde, inclusive reconhecendo direitos às grávidas, leis que, no entanto, funcionaram mais como restrições ao campo de trabalho feminino. O Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, regulamentando o trabalho de mulheres adultas, foi analisado por Maria Cândida Delgado Reis, apontando uma observação no mínimo curiosa do Boletim de abril de

³⁹³ Besse, *op. cit.*, p. 141-142.

³⁹⁴ Passos, *op. cit.*, p. 140.

³⁹⁵ As estatísticas apresentadas por Elizete Passos (1997, p.136) mostram que, nos anos 40 e 50 do século passado, apenas 9% das mulheres possuíam curso superior. Na distribuição pelas muitas profissões, em 1950, havia no Brasil apenas 0,6% de mulheres engenheiras, 2,2% de advogadas, 3,6% de médicas e 6,4% de dentistas.

1934, quando definiu que era necessário proteger a mulher “contra ela mesma”, para “a conservação social e o interesse geral do Estado”³⁹⁶.

Foi no contexto das leis trabalhistas do governo Vargas que a memorialista-escritora Marieta L. Gumes, trabalhando como secretária na Escola Técnica de Salvador, organizou e editou um jornal, *O Aprendiz*, órgão de comunicação dos alunos da escola. Em 1946, compôs o hino dessa Escola, em parceria com o Prof. Gérson Simões Dias, letra e música respectivamente:

Trabalho é a fonte suprema
 Onde brotam a Ordem e o Progresso
 Gera a força, a riqueza e o valor,
 Criadores do Bem no Universo.
 Trabalhar, trabalhar - eis o lema
 Que, unidos, devemos seguir.
Homens fortes, capazes, seremos
 Para bem nossa Pátria servir.
 Nesta Escola, regaço de luz,
 Onde imperam as leis do trabalho
 Forjaremos o nosso ideal
 Dentre a orquestra da serra e do malho³⁹⁷.

Na expressão “homens fortes e capazes” fica evidenciada a exclusão das mulheres e a condição de subalternidade a que eram confinadas. Na década de 1940, apesar da expansão da economia e crescimento industrial, se comparadas à presença masculina, elas continuavam em desvantagem numérica na maioria das profissões, embora tenham alcançado grandes progressos no setor do Comércio e serviços.

O Estado Nacional desenvolvimentista, para atender as demandas do capital industrial, adotou medidas no sentido de modernizar o país, tornando-o mais afinado com os ideais da sociedade burguesa que se instalava. Suas políticas acabaram por fortalecer o domínio dos homens sobre as mulheres e aprofundar a disparidade entre gêneros, num modelo inteiramente afinado com as tradições autoritárias, colaborando para a sua conservação. Essa era uma realidade contraditória que ficava entre adotar o “novo” sem abandonar o “velho”³⁹⁸.

³⁹⁶ Reis, op. cit., p. 100.

³⁹⁷ Meire Terezinha Müller apresentou tese de Doutorado na Unicamp em 2009, com estudos sobre as escolas técnicas no contexto das exigências socioeconômicas da sociedade brasileira na década de 1940. Iniciou o seu trabalho com esse hino, caracterizando-o como “letra afinada com os preceitos liberais positivistas”. Em outra publicação, “Um período de grandes mudanças de 1940 a 1970”, sobre a Escola Técnica de Salvador, o Prof. José Silva Lessa reitera a mesma informação. Disponível em http://secbahia.blogspot.com.br/2009/04/escola-tecnica-federal-da-bahia-etfbaetfba_17.html. Acesso em 29/01/2015. (Grifos meus)

³⁹⁸ Besse, op. cit., p. 222.

Susan Besse, em levantamento acerca das ocupações no Brasil entre 1872 e 1940, apurou que as mulheres entraram gradativamente como mão de obra nas indústrias, com grande vantagem nas têxteis, numa proporção de 189.080 para 101.118 homens (1940). Apontou o crescimento de oportunidades para as mulheres jornalistas e escritoras, sob os argumentos de que “as mulheres estavam naturalmente qualificadas para escrever para outras mulheres e crianças”. Jornais queriam cooptar o interesse de leitoras, multiplicando as possibilidades de escrita em colunas regulares nas suas edições, a exemplo da Revista Feminina (1914 – 1936)³⁹⁹. Porém, ao contrário, as editoras se furtavam ao incentivo de publicações femininas com receio de perderem leitores.

Havia, no período, um destaque muito reduzido ao grande número de mulheres que escreviam e que não tinham nenhum reconhecimento no mundo das letras, mundo fechado por longos anos à participação feminina, dominado por critérios sexistas e por privilégios exclusivos dos homens. Mostramos, no capítulo I deste trabalho, o quanto as mulheres lutaram para se adentrarem nas Academias de Letras, situação que começou a mudar no final do século XX. Nos anos 1940/41 aumentou o número de participações femininas no Jornal *A Penna* (1897-1943), de circulação regional no Alto Sertão da Bahia, porém essas participações não eram garantidas por muito tempo, à exceção de Verbena, que escreveu durante os anos de 1940/42. Talvez pelo tom conservador de seus escritos, como se pode ver neste trecho: “Sou apologista sincera da emancipação da mulher para que seja ella elevada á posição que lhe cabe de culta e valiosa auxiliar do homem”⁴⁰⁰. Sob o seu ponto de vista, as mulheres deveriam se emancipar, mas sob a tutela de algum homem – marido ou pai. Admite que elas sejam “mestras abnegadas”, “enfermeiras caritativas”, etc., mas não as imagina equiparadas ao homem, “forcejando para assenhorear-se das atribuições deste”. Outras jornalistas apareceram uma única vez, principalmente se escrevessem sobre mudanças de costumes, novas modas, ou desafiando o pensamento conservador, como Lucrécia e Maria, apresentadas no capítulo III.

A arte da costura foi um dos ofícios mais praticados pelas mulheres, além do magistério. Aprendiam desde cedo essa arte, também considerada apropriada às mulheres, embora houvesse grande presença de homens nos trabalhos de alfaiataria.

³⁹⁹ Besse, op. cit., 158; 165.

⁴⁰⁰ Verbena. Texto “A’s mulheres”, publicado no Jornal *A Penna*, em 27/06/1940. Arquivo Público Municipal de Caetité.

Em estudos anteriores a atividade de corte e costura ficou muito evidente entre as sertanejas, propiciando uma forma de sobrevivência àquelas de menor poder aquisitivo, com a qual podiam conciliar os trabalhos domésticos e o cuidado com os filhos⁴⁰¹. Nesta pesquisa, algumas memorialistas se dedicaram à costura, conforme o exemplo de Guiomar já apresentado. Nas camadas mais elevadas da sociedade, as moças também se dedicavam ao aprendizado da arte, por ser um desses ensinamentos “próprios para mulheres”, sendo ensinado em casa, nas escolas ou em cursos técnicos particulares. Já no currículo das Escolas Normais figuravam as disciplinas Prendas Domésticas e Economia Doméstica, que funcionavam como um balizador das expectativas de uma sociedade patriarcal⁴⁰².

Nesse sentido, é interessante comentar o trabalho manuscrito deixado por Zelinda Rodrigues Lima Teixeira, um dos sujeitos desta pesquisa, quando tinha apenas 11 anos. Além da disciplina e espírito inventivo para os pendores literários, demonstrou habilidades para corte e costura, aliadas a um senso utilitário e ao desejo de transmitir os seus aprendizados. O manuscrito tem uma estética peculiar e denota o interesse em promover a publicação de um semanário de utilidade para meninas, no *Jornal O Bem-ti-vi*⁴⁰³.

O documento transmite conhecimentos da arte de costurar, mostrando o traçado de uma camisa num desenho de uma página e instruções escritas na outra:

Mez 1	Semanário das meninas	N. 1
Bem-te-vi		
Caetité, quarta-feira, 29 de março de 1916		
As rosas		
Numero avulso 50 reis, atrasado 100 reis.		
Secção para meninas		
Nosso desenho representa um quarto de camisa.		
São necessários para fazel-os dous pedaços de linho fino ou de morim, tendo 18 centímetros de comprimento e 16 de largura. Decalquem dous moldes: primeiro, que é o das costas, seguirá o contorno superior da golla; o segundo – a frente – seguirá apenas contorno inferior.		
Tomem um dos pedaços da fazenda, e dobrem ao meio no sentido do cumprimento de modo que fique um retângulo tendo 18 centimetro sobre o outro 8.		
Sobre essa fazenda dobrada coloquem o molde das costas, pondo a linha ponteada do modelo bem à beira com a dobra da fazenda e cortem em torno, salvo da linha ponteada.		
Dobrem a fazenda; terão as costas da camisa.		

⁴⁰¹ Ver estudo de Nogueira (2010) sobre mulheres do Alto Sertão da Bahia.

⁴⁰² Ver Escola Normal de Caetité. Programas do Ensino – Curso Normal. 3º Anno. 1928. Typ d’A Penna-Caiteté – Bahia. APMC.

⁴⁰³ Desse jornal, só foram encontrados exemplares do período compreendido entre 1912 e 1914.

Para frente, façam exatamente o mesmo. Os dous pedaços promptos, reunamos pelas costuras inglezas, do modo seguinte:

Na costura chamada ingleza começa-se por coser as beiras uma com a outra pelo direito, depois virem a camisa pelo avesso, façam uma segunda costura que prenda a outra.

Façam em seguida a bainha da parte de baixo, do decote e das cavas.

Esta camisa é aberta nos ombros; na parte da frente fica as casas e a de detraz fica os botões.

Logo que a camisa estiver prompta é necessário marcal-o. A camisa deve ser marcada no hombro direito, acima da costura.

Zelinda T. R. Lima⁴⁰⁴.

Figura 14 - Texto escrito por Zelinda Rodrigues Lima Teixeira aos 11 anos de idade para ser publicado no Jornal *O Bem-te-vi*. Fonte: Acervo Família Teixeira, Casa do Barão. Caetité – Bahia.

Não há evidências de que tenha sido publicado, no entanto é curioso observar a habilidade de Zelinda, então uma criança, e seu intento em divulgar aquele conhecimento por certo muito útil ao universo feminino da época, visto que era uma “prática costumeira” entre as mulheres e integrava as prendas e virtudes da boa dona de casa.

É inegável a força da convivência das mulheres de uma mesma família, estendendo-se entre gerações. Por outro lado, além de suas aptidões naturais e de viver num ambiente instigador, Zelinda convivia com irmãos e primos que editavam o Jornal *O Bem-te-vi*, o que lhe permitiu pensar num documento útil que poderia ser publicado, apresentando as minúcias da costura de uma peça.

⁴⁰⁴ Arquivo Casa do Barão de Caetité. Acervo Família Rodrigues Lima Teixeira. Maço 1. Estudos Pessoais 1870-1927.

Se tais práticas já eram ensinadas em casa, tornaram-se ensinamentos das escolas normais do sertão na década de 1920. No programa de ensino de Economia e Educação Doméstica constavam no item 9 os seguintes assuntos: “Costurar. Costuras sob medida. Quantidade de fazenda necessária. Prova e confecção. Mobiliário de sala de costura e machina de costura. Seu mecanismo”⁴⁰⁵.

Escolas profissionalizantes foram aparecendo no Alto Sertão da Bahia, na década de 1930, por iniciativa de particulares. O jornal *A Penna* - de grande circulação na cidade e região – veiculava anúncios de um curso de corte e costura. Em seus “Estatutos”, o objetivo social da escola, redigido pela Profa. Theodolina Neves Vieira, datado de 12/10/1937, era informar e animar as suas “conterrâneas”, “senhoras e senhoritas” a se diplomarem pela “Academia Caetiteense de Corte” - única escola profissional feminina no Alto Sertão Bahiano – e assim tornarem-se “auxiliares da independência do lar, ao lado dos pais, esposos, filhos ou irmãos”⁴⁰⁶. Em 1941, o mesmo jornal anunciava:

Academia Caetiteense de Corte – Escola Profissional feminina, única localizada no Alto sertão Baiano, conforme decreto 10209 de junho de 1937. Funciona das 13 às 16 horas em três amplos salões próprios e higiênicos. Ensina pelo método mais fácil e aperfeiçoado, por meio de desenhos geométricos e medidas exatas para rigorosa economia fazer vestidos, manteaux, roupas de creanças, camisas e pijamas para homens⁴⁰⁷.

O anúncio esclarecia sobre a duração do curso, diplomas, valores, documentação e outras informações, encorajando as candidatas a fazerem o curso, o que lhes facultaria um aprendizado compatível com o papel que as mulheres deveriam ocupar na sociedade da época. Porém há registros de que os resultados extrapolaram a crença comum, visto que muitas, sem a presença ou participação masculina na soma da renda familiar, retiravam desse ofício os recursos para sobreviverem dignamente e conquistarem sua autonomia financeira⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ Programmas do Ensino – Curso Normal – Escola Normal de Caetité. Caetité: Typ. d'A Penna, 1928, p. 25. Arquivo Público Municipal de Caetité.

⁴⁰⁶ Estatutos da Academia Caetiteense de Corte. APMC.

⁴⁰⁷ Jornal *A Penna* – 29/05/1941. APMC.

⁴⁰⁸ O anúncio completo informava ainda: “O curso é de 6 meses no mínimo. Os diplomas são conferidos pela Banca Examinadora nomeada pelo Diretor do Departamento de Educação de acordo com o art. 18 da Lei do Ensino Secundário, depois registrados no mesmo departamento, tornando-se assim a possuidora, professora de Corte e Alta Costura. Curso completo. 300\$000. A aluna que não tiver máquina pagará mais 50\$000 para usar uma da Academia. Matrícula – 20\$000. Documentos exigidos: Certidão de Idade, Atestado de revacinação. Atestado de Sanidade firmado por autoridade sanitária. Atestado do Curso Primário, Secundário ou documento idôneo que comprove habilitação. Apresentar no ato da matrícula 3 fotos 5x4. Para mais informações procurem a Diretora e professora Theodolina

Há casos em que professoras praticavam ao mesmo tempo a docência e os trabalhos de costura. As de melhores condições costuravam apenas para os membros da família, outras costuravam para terceiros, recebendo muitas encomendas. A citada Zelinda Rodrigues Lima Teixeira, em 1940, já casada e residindo numa fazenda, sem outro trabalho fora do lar, anotou em seu diário a disciplina da rotina semanal, agendando dias para as costuras novas, à máquina, dias para os “remendos” e os sábados – pela manhã – para “conclusão dos trabalhos da semana”⁴⁰⁹. Essa mesma autora, em seu romance *A transplantação* (1947), apresentou uma personagem que, sem romper com a família, conseguiu permanecer na capital baiana e formar-se advogada. Noutro viés da sua trama, provou ser a mulher capaz de sobreviver às adversidades e sustentar suas famílias com duas atividades “femininas” aprendidas por tradição: costuras e fornecimento de refeições para outras famílias.

A luta das mulheres para conquistarem o mercado de trabalho foi longa e árdua. Margareth Rago comenta que, independentemente da classe social a que pertencessem, elas tiveram que superar o assédio sexual, intimidação física, falta de reconhecimento intelectual e outras barreiras que poderiam começar mesmo em casa, quando os pais ou maridos se posicionavam com desconfianças ou proibições em relação ao desejo de trabalharem fora de casa⁴¹⁰.

Sofriam ainda as desvantagens dos salários desiguais, apesar de a lei determinar pagamento igual para pessoas que tivessem a mesma ocupação. Entretanto, se um mesmo trabalho fosse executado por homens e mulheres, o trabalho destas nunca seria reconhecido com o mesmo valor. Essas circunstâncias caíram no gosto dos patrões, que usufruíam lucros maiores com o emprego da mão de obra feminina e esse era um fator para desestímulo de muitas, que acabavam retrocedendo para o status de donas de casa.

A questão passava muito pela forma como as mulheres se posicionavam em relação ao emprego. Refletindo a educação feminina que recebiam, se conformadas com o “destino que lhes cai por sorte”, elas não encaravam o emprego como caminho para sua emancipação. Elas não foram preparadas para desenvolverem anseios e metas de crescimento e independência econômica através da sua capacidade

Neves Vieira na Academia Caetiteense de Corte, à avenida General Argolo, nº 18, Caetité”. *Jornal A Penna* – 29/05/1941. APMC.

⁴⁰⁹ Notas do Diário de Zelinda, manuscrito de 1940. Acervo particular de Gildete Rodrigues Lima, com acesso permitido à pesquisadora.

⁴¹⁰ Rago, 2000, p. 582.

peçoal. Nos jornais, matérias com ideias conservadoras colaboravam com o pensamento contrário à ascensão das mulheres aos espaços públicos e negavam a possibilidade do crescimento feminino através do emprego. Em resposta às reivindicações feministas de educação profissional para as mulheres, Vinicius escreveu no Jornal *A Penna*, reagindo contra a ideia de que a mulher poderia encontrar a sua redenção econômica sem a participação do homem⁴¹¹.

Prejudicadas pelas pressões sociais vindas de todos os lados, muitas mulheres de classe média e de classe operária quase sempre sacrificavam a carreira em favor do casamento. Algumas, já recebendo um salário para garantir a sobrevivência imediata, consideravam o emprego como trampolim para escolher o marido idealizado ou ainda viam nesse espaço de trabalho a oportunidade de encontrar um bom rapaz para se casar.

O crescimento da economia brasileira, no entanto, deixou as mulheres numa posição de grande reserva de mão de obra que poderia ser explorada com todas as injustiças provocadas por uma segregação sexista, que teimava em delimitar territórios diferenciados para o feminino e o masculino e preservar uma ordem política e uma hierarquia social. O trabalho assalariado como caminho para a independência feminina funcionou mais na teoria do que na prática. Até mesmo algumas feministas aceitavam certos pressupostos da divisão sexual do trabalho, na medida em que os incorporava como naturais e passíveis de compatibilização com seus papéis de esposas e “mães ilustradas”⁴¹².

Se as regiões interioranas da Bahia não ofereciam boas escolas para outras formações profissionais, muitas mulheres desistiam dos desafios para buscarem o título de médicas, advogadas, empresárias bem sucedidas ou artistas, etc. Essas eram profissões conseguidas por mulheres de classes altas ou então para as muito ousadas e destemidas que se aventuravam pela cidade grande, em busca de ajuda de parentes ou de algum emprego que lhes permitisse ter um ganho para sobreviver enquanto estudavam.

Mulheres de classe alta ainda assumiam e realizavam trabalhos voluntários, despendendo grande parte do seu tempo, com a tranquilidade de saber que teriam o

⁴¹¹ Jornal *A Penna*, 02/06/1929. Vinicius, o autor da matéria, escreveu mais: “Ora, não é do homem que a mulher precisa emancipar-se, é de si mesma. Do homem ela se já emancipou há muito tempo, continuando, a despeito disso, na servidão”.

⁴¹² Besse, op. cit., p. 167.

reconhecimento da sociedade e através desses trabalhos, estariam circulando pelos espaços públicos, espaços que lhes eram facultados sem as censuras destinadas a muitas outras atividades. Algumas recebiam salários em instituições financiadas pelo governo ou por alguma indústria financiadora. As mais desembaraçadas faziam discursos, outras realizavam costuras e bordados para venda e arrecadação de verbas, organizavam campanhas beneficentes. Entretanto, esse tipo de trabalho não desbancava a hierarquia de gênero, porque, sem ser remunerado, não competia com a autoridade dos homens, nem comprometia suas funções ordinárias e exercidas desde sempre no espaço doméstico⁴¹³.

Um exemplo desse tipo de trabalho foi o de Dona Nazinha, em Caetité. Conforme Helena Santos, ela atuou como uma das fundadoras da Associação das Senhoras de Caridade de Caetité, com muita coragem. Além de desenvolver o trabalho de modista e governar toda a família, sustentou a associação por muito tempo nas ausências prolongadas da diretora, Celcina Teixeira Ladeia. No início, descreveu a memorialista, “aguentou a novel sociedade, sem dinheiro, sem sócias, sem sede, distribuindo vales de quinhentos réis e de mil réis, com o parco recurso de meia dúzia de associadas, entre as quais todas as suas filhas, dizendo sempre ‘*não é para morrer! Não vai acabar!*’”⁴¹⁴. Marieta Gumes, memorialista, desempenhou trabalho de “voluntária socorrista” e comentou sobre “as moças formadas, elegantes e filhas de famílias ricas” que faziam o curso de Assistência Médico-Hospitalar, conscientes da importância daquele trabalho; davam plantão, tomavam temperatura, aplicavam injeções e outras medidas em pessoas muito humildes no Pavilhão de Indigentes. Ela própria colaborou com o serviço de Transfusão de Sangue, usando os seus dotes de escritora para fazer propaganda e cooptar doadores de sangue, através de versos e acrósticos. Um deles, apresentado abaixo, não deixa passar despercebido o ideal de Nação:

Dá teu sangue a teu irmão,

Oferta à Pátria mais um filho
Arrancando-o à fria morte!
De tão bela e grande ação,
Ostentarás com todo brilho
Raro emblema de um forte!⁴¹⁵.

⁴¹³ Ver estudos de Besse (1999); Nogueira (2010), entre outros.

⁴¹⁴ Santos, op. cit., p. 160. Escreveu mais: “Nas comemorações dos seus 100 anos, todas as lembranças distribuídas foram feitas por ela, constando de um lindo lenço de cambraia com biquinho de crochet feito por suas mãos”. Idem, p.161.

⁴¹⁵ Gumes, 1975 b, p. 126-129.

Entretanto, no período em foco e a partir das fontes, encontramos os sujeitos desta pesquisa e outras mulheres sertanejas envolvidas num sem-número de ocupações. Nas classes média e alta, elas atuaram como professoras, escritoras, fazendeiras, administradoras, uma juíza, uma na política municipal, etc. Mulheres das classes menos favorecidas, tanto na zona rural como na urbana, driblando a falta de formação específica, desempenharam trabalhos ligados à lavoura, à criação de gado, aos trabalhos artesanais, ou foram cozinheiras, lavadeiras, bordadeiras, artesãs e tantas outras. Sempre buscando meios estratégicos para se sustentarem, devemos lembrar ainda as que carregavam água na cabeça, criaram pequenos animais, buscaram produtos do extrativismo vegetal para venderem nas ruas ou para fazerem artesanatos, artigos de cerâmica, como as mulheres da Barra, famosas pelas suas peças de arte.

Na educação formal, as mudanças nos currículos escolares impunham-se como necessárias para o oferecimento de novos cursos para uma formação mais diversificada, abrindo espaços para múltiplas profissões. Segundo Bassanezi, as diferenças curriculares para educandos e educandas foram se diluindo somente a partir dos anos 1960 e 1970, “proporcionando melhores oportunidades às mulheres de concorrer a uma vaga na universidade e, claro, uma mudança de atitude em relação à educação superior da mulher”⁴¹⁶. Essa era uma alternativa para conseguirem independência financeira e lutarem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres na vida profissional.

Em Caetité, no Instituto de Educação Anísio Teixeira – nome que substituiu o da antiga Escola Normal – começaram a funcionar cursos profissionalizantes de nível médio, a partir de 1971. Além do magistério, passaram a funcionar os cursos de Enfermagem, Contabilidade e Agropecuária. Helena Lima Santos e Palmira Fausto testemunharam as muitas transformações pelas quais passou essa Escola Normal. A primeira comentou que as matrículas nesse período cresceram muito, trazendo benefícios para as/os que não queriam ser professoras/es. Desse modo, as jovens das camadas populares ou médias viram surgir novas chances de atividades com a ampliação de oportunidades de trabalho⁴¹⁷.

⁴¹⁶ Bassanezi, 2012, p. 514.

⁴¹⁷ Santos, op. cit., p. 75.

Os sujeitos desta pesquisa, sendo algumas professoras por mais de três décadas nos sertões da Bahia, vivenciaram as angústias sociais da juventude feminina e masculina, determinadas pelas condições do meio. Somente nos anos 1970 e 1980 chegaram os cursos profissionalizantes de nível médio e a primeira universidade respectivamente. A realidade delineada e vivida por sucessivas gerações de mulheres sertanejas baianas demoraria ainda algum tempo para alcançar mudanças significativas no quadro de oportunidades de profissionalização e emprego. Enquanto isso, as escolas normais iam cumprindo o seu papel e formando um número sempre crescente de professoras primárias.

Interessa-nos investigar, no próximo capítulo, o significado do ato de escrever na vida de algumas mulheres baianas, representando diferentes gerações e com produções que agregam elementos ficcionais a fatos reais de suas vidas. E mais ainda, apontar se essas produções reverberam questões ligadas ao mundo feminino e como as autoras se posicionam frente a tais questões.

CAPÍTULO V**“UM FIO DE LUZ E UM FIO DE LÃ”: VISÕES DO MUNDO FEMININO EM
TESSITURAS**

CAPÍTULO V – “UM FIO DE LUZ E UM FIO DE LÃ”: VISÕES DO MUNDO FEMININO EM TESSITURAS

... a arte é só o corpo a corpo entre você e a criação. Aquele duro combate entre a ideia e a sua transposição ao papel.

Rachel de Queiroz. *Tantos Anos*, 2004.

Foram selecionadas para este capítulo obras romanescas em estilo autobiográfico, escritas por autoras baianas, com histórias de vivências concretas mescladas a outras carregadas de elementos ficcionais, como bem definiu Lourdes Bacelar em seu livro de 1948: “Quase todas as páginas da primeira parte do meu livro são tecidas de pura fantasia, enquanto que algumas reproduzem personagens verdadeiras”⁴¹⁸. Rachel de Queiroz, nas palavras citadas como epígrafe, elucida a presença da imaginação no ato de criar, “tecer” obras literárias e o processo individual da criação.

O enfoque eleito aqui remete a estudos como o de Maria José Motta Viana sobre autobiografias de mulheres, quando afirma: “[...] escrever memórias é, de alguma forma, ficcionalizá-las. Mas torná-las em parte ficção não é transformá-las em arte?” E, transformada em arte, a escrita cumpre o papel de laurear as mulheres, de recompensá-las, “pois que a arte produz de fato uma ordem real para a experiência de caos que é o mundo contingente da mulher”⁴¹⁹.

Perseguindo os caminhos trilhados por mulheres que escreveram, mulheres que vivenciaram o ato de criar e o significado para si mesmas do que colocam no papel, encontramos escritos femininos de criação própria sempre afirmativos da luta pela construção de suas individualidades, tema importante para a história das mulheres e que somente apareceu como fenômeno literário mais amplo, como manifestação de rebeldia, em meados do século XX.

No que concerne à “imaginação feminina”, longe de engessá-la numa abordagem essencialista, estudos mostram a recorrência, na literatura feita por mulheres, de uma linguagem expressa em imagens e metáforas carregadas de lirismo⁴²⁰. As escritoras tenderiam a manter um estilo algo antiquado, talvez como

⁴¹⁸ Bacelar, 1948, p. 50.

⁴¹⁹ Viana, 1995, p. 111.

⁴²⁰ Spacks (1975) apud Pinto (1990, p. 20).

espelho dos manuais em que estudaram ou ainda como expressão de uma ligação afetiva com as gerações de suas mães e avós.

Norma Telles aponta-nos, em seu trabalho *Encantações* (2012), que, antes de envolverem-se no ato de criar, foi necessário que as mulheres garantissem um lugar definido, impondo ações e atitudes deliberadas para derrubarem as “imagens-máscaras” herdadas das representações masculinas que as pintavam como anjos ou monstros⁴²¹. Telles lembra que escrever exige “uma disciplina de interiorização, de estar centrado em si, de isolamento e sossego que tornavam essa carreira, para as mulheres, realmente ameaçadora”⁴²². Nessas circunstâncias, os ambientes familiares dificultavam a autoafirmação do eu feminino porque o trabalho da escrita era avaliado como prejudicial aos encargos femininos “naturais” de cuidar e de servir.

Soma-se ainda o fato de que muitas mulheres tiveram o seu processo de *bildung* prejudicada, desviada para os “deveres domésticos”, em virtude do arcabouço mental construído e inculcado como suporte para mantê-las em submissão. Somente quando foram vencendo o ostracismo da vida entre quatro paredes, abraçando as oportunidades de acesso à educação, as mulheres passaram a escrever mais. E o fizeram para desenhar quadros femininos mais promissores, ao tempo em que continuavam lutando para penetrarem no mundo das letras. Esses seriam os projetos das escritoras que viveram posteriormente e que abriram espaços e vivências novas próprias das gerações seguintes, correspondendo às décadas de cinquenta e sessenta do século XX.

Preferimos pensar numa “écriture féminine”, conforme conceito trazido pela crítica feminina francesa. De acordo com essa corrente, tal escrita independe de códigos sexistas, podendo ser feita por mulheres ou homens, desde que seja questionadora da realidade dominante, capaz de produzir um discurso contestatório ou denunciador da ordem estabelecida, ou que apresente a complexidade dos contextos sociais e a dialética de poder implícita no aparente equilíbrio das formações sociais. Mais importante do que denunciar injustiças no mundo feminino é minar as bases de um sistema que atribui à mulher uma essência biológica que é usada para legitimar exclusões⁴²³.

⁴²¹ Telles, 2012, p. 62.

⁴²² Telles, 2012, p. 271.

⁴²³ Pinto, 1990, p. 21. Cf. Dias (1992); Scott (1990); Butler (1998); Rago (1998) entre outras.

A existência de uma literatura feminina específica, com estatuto próprio, é uma conquista que se arrasta há longos anos entre intelectuais. Nas divergências, alguns refutam a crença utópica de uma escrita baseada na diferença sexual e fogem da postura que poderia reforçar uma nova discriminação; outros admitem que haja uma sensibilidade diferente na arte realizada por mulheres, mas consideram desnecessário tentar “definir o quase indefinível”⁴²⁴. As defensoras da causa acreditam que, entre as linhas teóricas contemporâneas, é possível abraçar as que diluem os discursos literários entre os muitos discursos culturais, elegendo parâmetros de uma contemporaneidade que desalojam a referencialidade puramente estética da literatura dos períodos anteriores⁴²⁵. Acrescente-se a isso o fato de que se torna cada vez mais tênue a separação entre “alta” e “baixa” literatura, o que faculta aos pesquisadores atentos às transformações culturais a apropriação de diversas formas de leitura das produções femininas, formas estas que podem trazer à luz grandes contribuições sem estarem necessariamente atreladas à categoria estética⁴²⁶.

Segundo Cristina Ferreira Pinto, se, por um lado, havia uma tradição de análise literária consolidada e pautada num modelo androcêntrico que não deixava espaço para a expressão da experiência feminina, por outro também, não havia nesse contexto uma amostra capaz de contemplar, de forma mais aberta, o exame de textos de autoria feminina, com procedimentos e categorias específicas. A tentativa de adaptação a um cânone literário já existente e avesso à emergência de uma nova ordem criou uma situação esdrúxula em que a mulher, na medida em que foi aceita, o foi como criadora de uma literatura menor, destinada a um público menor, o feminino. Entretanto, a escritura feminina foi emergindo da condição secundária a que foi relegada, principalmente por eleger tons revolucionários e subversivos que lhe permitiram quebrar as barreiras do silêncio ⁴²⁷.

Se as obras femininas são submetidas a uma crítica literária estribada em modelos canônicos e passam por valores estéticos muito rígidos na análise do ato de criar, acabam sofrendo distorções. Essa postura tem levado a avaliações desastrosas e até mesmo ao descarte de escritos femininos classificados como “impuros ou

⁴²⁴ Sharpe (1997); Telles (1997); Colasanti (1997).

⁴²⁵ Questões ligadas à existência ou não de especificidades numa escrita feminina ou sobre os parâmetros de uma estética da criação feminina são amplamente discutidas nos meios acadêmicos. Para mais estudos ver: Duarte (1990, p. 74), Alves (2003, p. 492), Sharpe (1997), entre outras.

⁴²⁶ Alves, 2003, p. 495.

⁴²⁷ Pinto, 1990, p. 22.

defeituosos”. As mulheres que se dedicaram aos diários, crônicas, peças teatrais, ficaram à mercê de incompreensão, na medida em que os críticos literários não apreendiam as sutilezas dos temas abordados nem dos gêneros híbridos e de fronteira, sempre classificados como subliteratura. Ívia Alves esclarece que, com a categoria do hibridismo, se torna possível dar um tratamento mais desdobrado aos escritos de mulheres desde que os críticos se permitam fugir das exigências literárias padronizadas e passem a utilizar parâmetros que incluam temas do cotidiano ou outros que contemplem enfoques mais variados⁴²⁸.

Em estudos sobre leituras e escritas femininas na Bahia entre o final do século XIX até 1920, Márcia Barreiros Leite afirmou que as escritoras baianas foram vítimas de condições históricas que as expuseram ao autoritarismo de uma crítica sexista. Sem lhes faltar talento literário, no entanto viram-se penalizadas pela arrogância de uma “elite intelectual masculina” e pelo seu monopólio de tipografias, revistas e jornais no mercado das letras. Foi o que as obrigou a buscar apoio de pessoas influentes ou de algum nome já reconhecido para terem alguma visibilidade⁴²⁹. A escritora baiana Lourdes Bacelar, ao publicar *Na sombra e no silêncio* (1944), recorreu a Jorge Amado para escrever-lhe o prefácio. O consagrado escritor o fez satisfeito e comovido porque, sob o seu ponto de vista, ela tinha a “obstinação de viver e de criar”, entregando-se “com alegria ao trabalho de criação artística”⁴³⁰.

Nos anos 1930, debatia-se vivamente a posição das mulheres no mundo das letras. Alguns críticos emitiam opiniões ambíguas, caindo, às vezes, na irreverência do deboche. Um exemplo nos vem do jornalista Queiroz Júnior com a matéria: As mulheres na Academia..., onde escreveu que, naquele início de ano (1933), não se afiguraria de “mao agouro para as letras e a literatura se a Academia abrisse suas portas austeras e pesadas às mulheres, a exemplo de outras congêneres suas, no estrangeiro”⁴³¹.

⁴²⁸Alves, 2003, p. 495.

⁴²⁹ Leite, 2004, p. 171. Essa autora afirmou que, entre os critérios de julgamento das produções literárias femininas, predominavam os laços de parentescos e as origens sociais das autoras (Idem, p. 156). Eufrosina Miranda, em 1908, recorreu ao apoio do poeta Bento Murilo para apresentá-la à comunidade de letrados da Bahia, cuja resposta não deixou de desferir críticas negativas ao talento da poetisa, escrevendo: “O vosso coração de moça só pode inspirar-se no velho e inesgotável tema do amor”. (Idem, idem, p.173).

⁴³⁰ Bacelar, 1944, p. I, II. (Prefácio escrito por Jorge Amado).

⁴³¹ Numa crítica à ganância das editoras e ao receio que demonstravam em perder adeptos entre os leitores, principalmente as que detinham o monopólio sobre esse mercado, o jornalista Queiroz Júnior comenta que, se “tirassem do pórtico acadêmico o velho e sensato dístico: ‘Aqui é proibida a entrada de mulheres’ a concorrência feminina se organizaria invencível, contínua e inevitável”. Depois de

Na Bahia, o ingresso da mulher na Academia Baiana de Letras ocorreu em 1938, quando Edith Mendes da Gama e Abreu conseguiu vitória sobre outro concorrente, fato notável que, no entanto, não representou a mesma abertura para tantas que alimentavam idêntico sonho de conquista.

Há indícios de que as interessadas na carreira literária na Bahia se deslocavam para cidades do Sul do Brasil. Era corrente a ideia de que “a Bahia⁴³² esta(va) atrasada meio século da metrópole”, motivo pelo qual “emigravam para voos definitivos”⁴³³. Assim o fez Elvira Foeppe, que não se deixou vencer por essa dura realidade, persistindo em seus arroubos de autonomia e mudando-se da pequena cidade onde cresceu para a capital do Brasil à época, Rio de Janeiro, onde conseguiu publicar seus livros.

Vale lembrar que, somente em 1977, uma nordestina – Rachel de Queiroz – quebrou “o velho e sensato dístico”, garantindo a posição de primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, ainda que o sucesso da sua carreira já estivesse anunciado desde 1930, com a publicação d’*O Quinze*.

O lugar de onde fala a mulher escritora é muito significativo por facultar-lhe a mirada sob dois ou mais ângulos, ora o de excluída, ora o de quem está imersa nos meios sociais eivados de preconceitos, e desse lugar, sem eliminar o discurso masculino, poder investir, arriscar-se, criticar, reinventar-se e esquivar-se de adotar regras que escravizam o corpo e destroem seu poder criador⁴³⁴. Num duro combate, escreveram escondidas, assinaram sob pseudônimos, buscaram disfarces para burlar a vigilância da sociedade. Rachel de Queiroz admitiu que, quando começou a escrever bem jovem ainda e com todo o apoio da família, vez por outra sofria advertências da sua mãe, preocupada com sua saúde. Conta-nos que à noite, quando todos se recolhiam, ela se “deitava de bruços no soalho da sala, junto ao farol de

escrever: “[E]m artes todos os preconceitos deveriam ser mutilados em holocausto à Belleza”, o que parecia ser uma tomada de posição séria, resvalou para o mau gosto, quando disse que a sugestão seria admitir as mulheres quando maiores de quarenta e cinco anos, porque assim não teriam “argumentos positivos e fortes para conseguir um bom número de votos e, por sua vez, se sentar numa poltrona vaga...”. *Jornal Estado da Bahia* de 17/01/1933. Acervo do Arquivo Público da Bahia. Grifo meu.

⁴³²A palavra Bahia é entendida muitas vezes no sentido restrito de referir-se apenas à capital, Salvador, conforme costume que ainda hoje permanece entre os baianos do interior do estado. Rachel de Queiroz (2004, p. 65) ratifica esse traço da linguagem baiana, referindo-se à necessidade de viajar de Ilhéus à Bahia, ou, leia-se de Ilhéus a Salvador.

⁴³³ Matéria assinada por Queiroz Júnior no *Jornal Estado da Bahia* - 14/01/1933. Arquivo Público da Bahia.

⁴³⁴ Pinto, op. cit., p. 21.

querosene que dormia aceso e em cadernos de colegial, a lápis”, escreveu *O Quinze*, portanto, “envolvido no maior mistério, escondido, às vezes”⁴³⁵.

As barreiras impostas à entrada e reconhecimento da literatura feminina no mundo das letras continuaram de grande monta até meados do século XX e conseguir derrubá-las para atingir o lugar desejado foi uma façanha de poucas. Muitas escritoras, ao assumirem sua autoria, faziam-no sob o signo da modéstia porque anteviam a mira dos críticos literários. Leite encontrou “sentimentos de humildade” e uma “consciência da rejeição da escrita feminina” nas dedicatórias e explicações iniciais dos livros escritos por mulheres baianas, lugar de onde afloram anseios reveladores de “baixa- estima”, quando a questão era adentrar o terreno das letras⁴³⁶.

Talvez por isso, Zelinda Teixeira, como tantas outras pelo Brasil afora, não enfrentou o desafio de trazer à luz a sua vasta obra que, aliás, continua inédita.

No entanto, a “onda de obstinação” das escritoras não deixou arrefecer o ânimo para desenvolvimento dos seus talentos e garantiu a empreitada das lutas para alterar os quadros de exclusão feminina. Com os sucessos obtidos, mulheres como Rachel de Queiroz, Lourdes Bacelar e outras escritoras, a partir das décadas de 1920/1930, no Brasil, começaram a criar uma tradição literária feminina num movimento que foi se firmando com contribuições de peso nas décadas seguintes, conseguindo alçar posições de respeito e reconhecimento⁴³⁷.

Na década de 1970, os ventos mudaram de direção e, no “Ano Internacional da Mulher”, Marieta Gumes afirmou que o lançamento de suas crônicas foi uma “pequena contribuição – a pedrinha que se juntará ao monumental edifício donde, através da sua sensibilidade, prudência, argúcia, inteligência, equilíbrio e capacidade, ‘ELA’ se afirma como força atuante e representativa, alavanca poderosa para o desenvolvimento da HUMANIDADE!”⁴³⁸.

As fontes mostraram que, entre as autoras de diferentes gerações elencadas neste trabalho, o exercício da escrita teve papel relevante na vida das

⁴³⁵ Queiroz, 2004, p. 88.

⁴³⁶ Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)* – 2004. São Paulo, 264 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC –SP, p.167.

⁴³⁷ Ferreira (2003) apresenta e compara escritoras brasileiras das décadas de 1920/30 (Ercília Nogueira Cobra, Adalzira Bittencourt, Raquel de Queiroz, Patrícia Galvão) e escritoras das décadas de 1960/70 (Carolina de Jesus, Nélida Pinõn, Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector), mostrando como se proliferaram proficuamente vozes literárias femininas.

⁴³⁸ Gumes, 1975b, p. 3. A própria autora usou letras maiúsculas para destacar as duas palavras da citação. Ela escreveu estas palavras como uma justificativa ligada às comemorações do Ano Internacional da Mulher.

narradoras/escritoras, que forjaram uma forma de inscrição literária feminina em lugar definido e acatado. Elvira Foeppe, perseguindo o seu ideal de escritora, transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, visto que as suas oportunidades na Bahia, tanto na capital como em sua cidade de origem, eram bastante limitadas. Lucília Donato começou escrevendo um livro autobiográfico e, não mais abandonando a pena, transformou-se em escritora de outros estilos literários, assim como o fizeram Joana, Maria Lúcia, Terezinha e muitas outras. Com modéstia confessou: “Escrever é arte. Não tenho o dom nem a arte da escrita. É-me difícil escrever. Tentei, num grande esforço, registrar aqui fragmentos de vidas”⁴³⁹. É significativo que escritoras como Joana Comandaroba, “apanhando o sol com a mão” e preenchendo sua vida com a literatura, quando passava a noite em claro escrevendo, ou Marieta Gumes, que usou a escrita para enfeitar suas lembranças, ou Helena Lima Santos e Terezinha Teixeira Santos na empreitada de preservar memórias e histórias locais e tantas outras tiveram a ousadia de dizerem: estamos aqui.

Novos contornos foram se definindo para essas escritoras, a partir das duas últimas décadas do século XX, com a proliferação de academias de letras em centros regionais e cidades do Centro Sul baiano. Os quadros atuais são mais animadores quanto à participação das mulheres nas academias:

Quadro 8 -Memorialistas-escritoras em Academias de Letras do Centro sul Baiano

Cidade ou Município	Ano da criação	Integrantes como patronas	Participantes como acadêmicas
Jequié	1997	-	Maria Lúcia Prisco Novato
Guanambi	1999	-	Lucília D. Donato Délia C. C. Santos Elzita Ladeia Teixeira Terezinha T. Santos
Caetité	2001	Helena Lima Santos Marieta Lobão Gumes Emiliana Nogueira Pita	Palmira Guanais Fausto

Fonte: Levantamento realizado nas sedes das respectivas academias.

Nota-se que, na Academia Caetiteense de Letras, a criação de cadeiras para novas patronas tem acontecido sem demora, após o falecimento de cada uma das apontadas, o que demonstra um louvável reconhecimento às escritoras. Nessa

⁴³⁹ Donato, op. cit., p. V.

academia, as estatísticas atuais apresentam treze mulheres entre os quarenta patronos. Na Guanambiense constam duas patronas e sete acadêmicas, sendo que, na sua fundação, entre outras pessoas, tiveram destaque duas escritoras desse estudo - Elzita L. Teixeira e Terezinha T. Santos. Dados recentes informam a presença de 14 mulheres acadêmicas na Academia de Letras de Jequié e oito na de Ilhéus⁴⁴⁰.

Elvira Foeppel não teve o seu nome em nenhuma academia, embora a congênere, na cidade de Ilhéus, exista desde 1959. Há indícios de que, a exemplo de Elvira, as/os interessadas/os na carreira literária na Bahia se deslocavam para cidades do Sul do Brasil. No Médio São Francisco, existiu uma Academia de Letras na década de 1950, da qual Joana Comandaroba participava como acadêmica, no entanto, ela própria lamentou a efêmera duração da entidade, estando “desativada” até a presente data⁴⁴¹.

1 O prazer da criação pela escrita: uma “obstinação de viver e de criar”- 1930/50

“Jogar os demônios pra fora, sem censura, livre, de maneira irreverente, sem medo, nem culpas. Isso é que é bom. [...] Dizem que quando minha memória falha, eu apelo para a criação”. Essa foi a afirmação de Palmira Fausto após a decisão de colocar seus relatos no papel⁴⁴². Mulheres baianas assim o fizeram, lançando-se nas artes da escrita, apoiando-se não somente em memórias, mas também usando a imaginação, deixando fluir talentos e produzindo obras literárias.

Zelinda Teixeira expressou, na epígrafe do romance *A Transplantação* (1947), a sua identificação com a escrita, definindo o contar e criar histórias como “uma válvula de escape, em meio às intempéries da vida” e asseverando que, mesmo sem fundamento verídico, seu romance foi escrito “dentro dos limites da vida real”. Sua vasta obra produzida desde a infância até a velhice, deixa ver a sua “queda por caderninhos” - como ela mesma justificou - e a intensidade com que se rendeu à escrita ao longo da vida.

⁴⁴⁰Pesquisa realizada nas sedes das academias de Guanambi e Caetité e pelo site em 02/12/2014: <http://www.alj.com.br/>.

⁴⁴¹Comandaroba, 2009, p. 106. Mais informações em pesquisa na cidade da Barra-Bahia em 27 e 28/03/2012.

⁴⁴² Fausto, op. cit., p. 5.

Lourdes Bacelar é um outro protótipo de escritora identificada com a arte da escrita e com a imaginação criadora. Tendo essa arte enraizada no seu estilo de vida, transformou-a em alegria de viver, conforme afirmou na apresentação do seu livro *Na sombra e no silêncio* (1944). Usou-a como uma “onda de obstinação invencível”, diante das dificuldades que a rondavam, “onda” que apontou como canal de resistência de toda mulher frente aos quadros normativos e restrições que lhe são impostos⁴⁴³.

Publicando já na década de 1930, a cada nova publicação acreditava que seria a última, mas, como não parava de produzir, voltava à cena, daí porque escreveu: “Eis-me outra vez diante de vós, refletida nas minhas pequeninas páginas em prosa e em verso. [...] Quis apenas vos deixar sem minha presença espiritual e por isso tentei, mesmo ‘Na sombra e no silêncio’... contar-vos tudo que se passa na minha alma, como se eu tivesse contraído um dever ao qual não posso fugir⁴⁴⁴.”

Nos seus primeiros trabalhos publicados, Lourdes Bacelar mostra um temperamento em “festa” e cheio de otimismo, entretanto, a partir de 1944, com a produção de *Na sombra e no silêncio*, passou a apresentar um estilo confessional e autocentrado, ou intimista. Suas limitações físicas não arrefeceram o seu estímulo para escrever e criar. Maria da Conceição Bandeira, em estudos sobre a escritora, explicitou que, no livro *Enquanto ruge a tormenta* (1948), escrito após o final da Segunda Guerra Mundial, a autora referiu-se aos tumultos, sofrimentos e incertezas da conjuntura social, porém centrou-se mais nos próprios sentimentos e emoções. No prefácio dessa obra anunciou a sua preferência por trilhar “um caminho oposto à grande corrente da poesia produzida na época”. Afirmou maior gosto pela poesia, por considerá-la mais propícia do que a prosa ao extravasamento de lirismo e mergulho no “eu”⁴⁴⁵. Na composição intitulada “Lirismo” agradece “a graça de rimar com

⁴⁴³ Bacelar, 1948, p. 41. Baiana de Alagoinhas, porém residindo em Salvador desde os oito anos de idade, lecionou por pouco tempo nos arredores da capital, após tornar-se professora. Nunca se afastou da sua inclinação e identificação com a arte da escrita, manifestada desde a infância, e mesmo quando exerceu importante cargo como funcionária pública estadual, soube conciliar atividades para continuar a produzir e publicar obras literárias. São suas publicações: *Cromos*. Bahia: Salvador de Araújo, 1933; *Festa*. Poemas em Prosa. Bahia: Oficinas Graphics D'A Luva, 1935; *Na sombra e no silêncio*. Bahia: Imprensa Vitória, 1944; *Enquanto ruge a tormenta*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1948; *Nós e a madrugada*. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1953; *Madalena Isa*. Salvador: Tipografia Ita, 1955. Não tive acesso ao primeiro nem ao último, mesmo nas seções de obras raras da Biblioteca Pública da Bahia. Há muitos trabalhos da mesma autora em jornais da capital baiana. Informações acessadas no site www.escriptorasbaianas.ufba.br/index2.html, em 15/03/2011.

⁴⁴⁴ Bacelar, 1944, p. 3.

⁴⁴⁵ Bandeira, 1999.

devoção!”⁴⁴⁶ e numa outra se interroga: “Versos... versos... porque faço versos,/ Sentimentais, gentis enternecidos,/ Se em meu íntimo andam ritmos diversos,/ Venenosos, sutis e enfurecidos?”⁴⁴⁷.

Nessa composição, Lourdes Bacelar deixou ver as tensões que enfrentava como mulher e os muitos ritmos de sua vida nem sempre felizes. No entanto escreveu como quem temia “o choque da atualidade” e o “realismo avassalador que mata a sensibilidade” – palavras suas - insistindo num estilo que teimava em perdurar no campo das letras.

Em seu livro publicado em 1953, revelou um estado de espírito propício a quem se dedica à arte de criar pela escrita:

A ilusão, sempre a ilusão...
A vida sem ilusão é quase impossível. É como uma asfixia espiritual.
Embora tentemos ser cruéis para nós mesmos, embora tentemos recalcar todo esse bando de emoções que revolteiam doidos dentro de nós... A ilusão, sempre a ilusão a brincar conosco, a dar brilho aos nossos olhos, a aquecer as nossas mãos, a fazer vibrar os nossos sentidos vigilantes e insatisfeitos!⁴⁴⁸

Entregar-se incessantemente ao prazer da escrita, deixando-se conduzir como que por “um fio de Ariadne” por toda a existência, foi o que expressou na crônica “A ilusão, sempre a ilusão...”. Opiniões de figuras destacadas da literatura asseveravam a qualidade da produção de Lourdes Bacelar. Jorge Amado atribuiu-lhe a “obstinação de viver e de criar”⁴⁴⁹, uma característica positiva nas suas produções. Outras apreciações publicadas na primeira metade do século XX soaram como estímulos e um abrir de portas ao reconhecimento e valorização da autora, facilitando os meandros de suas publicações. Ademais, os contatos sociais feitos por Lourdes no período em que desempenhou elevado cargo público, aliados a outras relações de

⁴⁴⁶ Bacelar, 1948, p. 72.

⁴⁴⁷ Idem, idem, p. 101. As poesias *Lirismo* e *Recalque* estão publicadas no site <http://www.escritorasbaianas.ufba.br/projeto.html>. A análise da obra de Maria de Lourdes Bacelar é uma realização do Projeto: A literatura baiana de autoria feminina nos séculos XIX e XX, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da UFBA – Linha de Pesquisa: Documentos da Memória Cultural, e ao NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

⁴⁴⁸ Bacelar, 1953, p. 83.

⁴⁴⁹ Prefácio de *Na sombra e no silêncio* (1944, p. I). A referência de Jorge Amado à “obstinação de viver e criar” pauta-se na evidência da paralisia dos membros inferiores de Lourdes Bacelar, fato que era mencionado pela própria autora e muitos sabiam que grande parte dos seus trabalhos foi realizada na posição deitada.

amizade, criaram um clima favorável à sua carreira literária, diferentemente de outras escritoras do mesmo período.

Das apreciações dos críticos, duas merecem destaque: “Tudo lhe vibra a graça leve, sutil, fluentíssima, da alegria de viver”, de Carlos Chiacchio, e a de Camilo de Jesus Lima, que reafirmou as opiniões de Amado acerca da escritora, considerando-a poetisa lírica autêntica: “Não desse lirismo em que o lugar comum supre a ausência do sentimento que é a única fonte do verdadeiro lirismo, mas de um lirismo humano – que corre da alma como resina da árvore, na velha expressão lamartineana”⁴⁵⁰.

Lourdes procurava vislumbrar um sentido social para uma obra de arte. Em relação aos seus livros afirmou o compromisso e a preocupação com a receptividade dos leitores à sua obra, quando escreveu:

A alma de quem escreve é como um espelho onde os leitores se miram às vezes insatisfeitos, às vezes tristes e muitas vezes também entediados. Procuremos com a nossa pena, fazer sonhar àquele ou àquela, que, com carinho, pousa os olhos nas nossas frases e beija as nossas mãos, espiritualmente, numa gratidão inexplicável...⁴⁵¹.

Ainda que diante dos percalços que as excluía dos critérios literários de avaliação, essas mulheres talentosas continuavam investindo e insistindo na arte da escrita, sem abandonarem o que viam mesmo como obrigação: o pensar, narrar, descrever, criar. E assim, ancoradas em condições singulares, tiravam força de sua excentricidade para se expressarem com liberdade⁴⁵².

2 Conjunturas e reverberações do mundo feminino (1930/1940)

A literatura baiana de autoria feminina, desde o final do século XIX, é rica em reivindicações femininas, como mostram as obras de Anna R. G. Bittencourt, Anna Autran, Amélia Rodrigues e tantas outras⁴⁵³. No Nordeste brasileiro, a existência de uma forte estrutura patriarcal que se arrastava desde longas datas, induziu as

⁴⁵⁰ As crônicas de Carlos Chiacchio e de Camilo de Jesus Lima, ambos atuantes no campo da literatura e críticos da obra de Bacelar, foram publicadas como apêndices no seu livro *Enquanto ruge a tormenta* (1948, p. 13-23).

⁴⁵¹ Bacelar, 1953, p. 92.

⁴⁵² Fina Birulês. Revista Labrys, 2007, v. 11.

⁴⁵³ Leite, op. cit., p.183. A autora elucida as bandeiras de luta de escritoras baianas, merecendo destaque, entre outras, a ação de Amélia Rodrigues no sentido de desfazer a ideia de que as mulheres sertanejas e interioranas fossem vistas como “rudes, ignorantes e avessas à formação do espírito”. (Idem, p. 189).

mulheres narradoras/escritoras a rechearem suas obras de comentários alusivos às desigualdades entre mulheres e homens no trato social.

Lourdes Bacelar e Zelinda Teixeira, que escreveram nas décadas de 1930/40, ainda que não se declarassem feministas, elencaram situações relativas ao mundo feminino, denunciaram injustiças ou apresentaram personagens mulheres desenvoltas e em pleno exercício dos atributos de liderança e inteligência em múltiplas situações do cotidiano.

Na década de 1940, há que se considerar a conjuntura socioeconômica da capital baiana, em pleno estado de guerra, cujas dificuldades faziam decair os níveis de vida da população, tornando “insuportável” o dia a dia dos baianos, principalmente nas camadas menos favorecidas⁴⁵⁴. Todo esse quadro refletiu-se nas obras das escritoras.

Lourdes Bacelar e “os seres” do seu mundo: *Enquanto ruge a tormenta* (1948)

No livro *Enquanto ruge a tormenta* (1948), na parte em prosa intitulada “Seres do meu mundo”, Lourdes Bacelar privilegiou o tema da pobreza ao apresentar mulheres em situações de risco. Lançou mão da sua arte como estratégia para descortinar mazelas que afligiam populações pobres e que comumente ficavam despercebidas por grande parte da sociedade. Insistiu em mostrar estados de exclusão social, agindo como quem reconhecia a necessidade de ações positivas em defesa dos direitos de cidadãos e cidadãs. Descreveu a prostituta com um filhinho sem pai, repetindo o estilo de vida da mãe, com a qual conviveu desde pequena: “Eram homens ricos, dissipadores, numa grande capital, eram mulheres de olhos inquietos, exageradamente pintadas, rescendendo (sic) fortemente à ‘Emeraude’ de Coty – Sua mãe também tinha aquele cheiro!”⁴⁵⁵.

Prisco Novato, na década seguinte, embora observando outro espaço, também percebeu condições de abandono das populações de baixa renda e desigualdades

⁴⁵⁴ Segundo Consuelo Novais Sampaio (1996, p. 150), “A escassez de gêneros alimentícios levou o governo a intensificar as importações do Sul do país, o que contribuiu para aumentar o custo de vida, devido à velha dificuldade de transportes, agora agravada pelo péssimo estado das estradas e pelo racionamento da gasolina. [...] O quilo do feijão, que no Rio de Janeiro custava um cruzeiro e sessenta centavos, era vendido na Bahia a dois cruzeiros e quarenta centavos”.

⁴⁵⁵ Bacelar, 1948, p. 36.

sociais rio-contenses, quando apontou o “Beco da Lama” como exemplo de “rua inferior”, de arquitetura simples, onde habitavam pessoas de baixo poder aquisitivo e a maioria das prostitutas, que, sem outro meio de sobreviver, continuavam exercendo o mesmo ofício. Referiu-se a essa rua para estabelecer uma crítica às condições deploráveis em que viviam as prostitutas e à disposição dos homens, mesmo os casados, em frequentarem aquele espaço. A missa rezada na igreja com presença de grande número de prostitutas para cumprir a promessa de uma delas provocou burburinho na cidade, que atacava o padre “condescendente” e o afrouxamento dos preceitos religiosos. Com esse fato a autora fez exame de uma prática masculina e da discriminação da igreja àquelas mulheres.

Bacelar apontou ainda outros dramas da cidade grande, como a desconhecida, ao léu, a viciada no submundo dos jogos de azar, a velhinha vendedora de sabão, cujo coração acelerava ao mentir que nunca tivera um filho, por vergonha de não ter sido casada. Ressaltou a coragem da lavadeira ao dar à luz a filha sozinha na fonte. Na véspera temeu ficar na maternidade pela falta de leitos e por ouvir as conversas das outras mulheres que falavam em troca de recém-nascidos. “Sentada à beira do riacho, o suor alagando-lhe o corpo, pensando em tudo isso que ocorre a todas as mães infortunadas, entregou-se à sua missão, esperando a sua hora, o seu momento. [...] Banhou-se, fez a trouxa, tomou a filha nos braços e partiu”. Maria Tranquila foi o nome dado à criança, que, no futuro, certamente seria lavadeira⁴⁵⁶.

Esse fato remete à narrativa autobiográfica de Guiomar Coutrim, residente na zona rural, já no nono mês de gestação, que, estando sozinha no lajedo a lavar roupas, foi surpreendida pelas dores do parto. Voltar para casa incluía atravessar uma lagoa de barro e muita lama, o que fez desafiando os limites do seu corpo e aumentando o risco de acidente ao dar à luz completamente desassistida e em situações adversas. Assim descreveu a cena: “Juntei as roupas, coloquei na bacia, enchi a lata de vinte litros, acomodei sobre a cabeça e corri para casa sabendo que tinha que enfrentar todo aquele atoleiro novamente”. Ao chegar a casa, já na aflição do parto, encontrou o marido descansando numa rede e, dizendo-se gripado e com febre, recusou-se a ir buscar “a parteira”. Esta só chegou para os últimos procedimentos do parto⁴⁵⁷.

⁴⁵⁶ Idem, idem, p. 33.

⁴⁵⁷ Coutrim, op. cit., p. 84-85.

“Eram assim fortes e destemidas, as mulheres de Jacaraci...”, foi essa a expressão da memorialista Palmira ao deparar com a coragem de uma mulher trabalhadora da sua fazenda que, estando grávida e tendo trabalhado o dia todo na colheita do fumo, “cansada e suarenta”, à tarde, “chegou ao terreiro da casa com um cobertor de folha de fumo na cabeça e, já sentindo as dores do parto, jogou o fardo no chão, entrou no seu humilde quartinho e deu à luz a um robusto garoto”⁴⁵⁸.

Lourdes Bacelar, além de focalizar a miséria social de meninas que tiveram infâncias perdidas e seguiram as trilhas de suas mães prostitutas, também descreveu algumas mulheres de classe média, privilegiando, em umas e outras, o tema da solidão. Nessa posição estratégica, usou da linguagem para fazer uma crítica contundente ao consagrado ideal de mulher sob o título de “A dama virtuosa”, começando taxativamente: “Tirem-me a auréola de santa! Pois, pecar é melhor e mais encanta!” Nessa história descreveu o cotidiano exaustivo das mulheres absorvidas pelas tarefas caseiras, dentre as quais uma que, sentindo-se extremamente oprimida e sobrecarregada, resolveu suspender os afazeres rotineiros para “viver desordenadamente por um dia apenas”; viver “em toda a sua bondade e beleza e descer à mais baixa espécie de insensatez”; viver experiências contrárias ao seu dia a dia e deixar-se aniquilar numa “onda de obstinação invencível!”⁴⁵⁹. A autora mostrou uma forma de reação contra o peso do trabalho das donas de casa e, nesse sentido, as palavras se coadunavam com o lema das ações feministas, denunciando a ausência dos homens na divisão das tarefas.

Nesse mesmo enfoque, Guiomar Coutrim escreveu, admitindo ter sido “ingênua e achar que mulher tinha obrigação de praticar tudo”⁴⁶⁰. Já realizava desde mocinha as tarefas rotineiras das lidas da roça, como cozinhar e levar comida para a turma no trabalho, e continuou a fazê-las após o casamento, conforme relatou: “meu marido era agricultor e trabalhava com o povão, e como eu não tinha empregada, o jeito era pegar no pesado”. Fazia abate de ovelha para o almoço dos empregados e ajudava a tirar leite das vacas, acompanhando e supervisionando a atividade. Tendo um “marido acomodado”, ela cuidava de tudo “pois não aguentava ver as coisas fora do lugar. [...] Se eu não fizesse, quem iria fazer? Meu marido foi criado recebendo tudo nas mãos,

⁴⁵⁸ Fausto, op. cit., p. 41. Jacaraci é um município do Centro-Sul da Bahia, que fica a mais de 70 km da Fazenda Lagoa Funda, no município de Pindaí- BA, localidade em que ocorreu o fato.

⁴⁵⁹ Bacelar, 1948, p. 41-42.

⁴⁶⁰ Coutrim, op. cit., p. 86.

não fazia mesmo”. Disso se depreende que as mazelas de uma cultura machista estavam na base das extenuantes jornadas de Guiomar e de tantas outras “damas virtuosas”⁴⁶¹.

Disso vêm-nos as perguntas: em que bases se assenta todo esse afã das mulheres? É certo que em camadas sociais baixas, a carência de recursos financeiros condiciona excessos de trabalho, porém devemos admitir que a predominância de valores culturais machistas culmina em exigências assustadoras em relação às mulheres. Se tivessem vivido em ambientes mais livres de (pré)conceitos normativos e longe das mazelas do patriarcalismo, teriam assumido o peso de tantas atribuições? A crítica feminista tem lançado muita luz na questão da “aceitação” e “resignação” a que se submetem as mulheres vítimas desse modo de pensar.

***A Transplantação*, de Zelinda Rodrigues Lima Teixeira: uma escritora desconhecida no Alto Sertão da Bahia**

Zelinda Teixeira, pelas suas muitas idas e vindas entre o interior e a capital, conhecia bem as duas realidades, estampando-as no seu romance *A Transplantação* (1947), uma história que avaliou não ser “mais nem menos o que se vê a cada dia na vida”.⁴⁶² Se na capital se vivia um momento de crise com a qualidade de vida do baiano deteriorando-se rapidamente pelos reflexos da guerra, no Alto Sertão a população também sofria com os efeitos de sucessivas crises, em especial a de 1939, atingindo principalmente as camadas mais pobres.

A escritora, de origem sertaneja, experimentara a vida na capital nos anos 1920, período de aprimoramento dos seus estudos e de lá nunca se distanciou completamente, em constantes retornos para tratamento de saúde, pelo menos nas duas décadas seguintes. Elegeu o título *A Transplantação* para evidenciar os desafios e perigos vividos por uma família sertaneja baiana que se transferiu para a capital do estado, sugerindo desde o início, por meio das personagens, os riscos da “transplantação da árvore adulta”, metáfora usada para desenrolar a sua trama. Realçou os choques entre as culturas provocados pelas vicissitudes dos dois “terrenos”, com características culturais singulares quanto aos costumes que refletiam, por um lado, os laços patriarcais arraigados nos ambientes nordestinos e,

⁴⁶¹ Idem, idem, p.73; 76.

⁴⁶² Teixeira, op. cit., p. 67.

por outro, modos de viver da cidade grande em franco e rápido processo de mudança e de incorporação de muitos hábitos e comportamentos modernos.

Nesse contexto, a trama versou sobre um coronel do interior, homem de muitos recursos, cuja riqueza veio com o agenciamento do dote da esposa multiplicado através de muitos empreendimentos que lhe renderam poder e privilégios na cidadezinha do interior em que morava. Entre os seus vários negócios, queria expandir a exportação de algodão e ampliar empreendimentos e ligações com o comércio exterior, o que lhe traria lucros redobrados.

Outro motivo forte para a decisão da mudança era a educação das filhas em boas escolas da capital, sem se afastarem da família, visto que nem ele, nem a mãe queriam se separar das meninas. Se os filhos rapazes já tinham partido para estudos mais aprimorados, o mesmo não poderia acontecer com as moças, sem a presença dos pais. No enredo, Josefina, a filha mais velha entre cinco, já estava prejudicada por não ter encetado estudos mais avançados em “idade correta”, e sendo “muito presa ao dever, como julgamento de si própria, fora vítima daquela transplantação”; dedicou-se às lidas domésticas, ajudando a cuidar dos irmãos menores e esmerando-se em fazer doces e finas iguarias aprendidas com a mãe⁴⁶³. Olga, também filha, chegando à capital, viveu todos os desvarios da mocidade, desfilou por salões sofisticados, desfrutando do papel de moça rica que não queria levar a pecha de caipira, mas se deu mal ao se apaixonar por um rapaz “falso rico”, filho de um comerciante oportunista, por quem foi ludibriada.

Um breve resumo da trama torna-se importante para vislumbrarmos o lugar de onde escreveu a autora e entendermos mais o seu universo cultural. Um comerciante aproximou-se do coronel recém-instalado em Salvador, reconhecendo-lhe a prodigalidade para os negócios, antevendo, ali, a possibilidade de salvação para a sua própria falência. E quando vieram os primeiros abalos nas finanças do coronel na capital, percebeu “a fragilidade do alicerce da sua fortuna”, agarrando-se à oportunidade para afastar a ameaça de seu próprio colapso. Com essa influência nefasta, o coronel se envolveu em negócios grandiosos e arriscados, fundando uma nova empresa em sociedade com o aventureiro e ampliando compras diretamente com a Alemanha, enquanto a sua primeira firma sofria os efeitos da “baixa do algodão”. O comerciante incentivou gastos exagerados da família do coronel, nas

⁴⁶³ Teixeira, 1947, p. 8. Documento datilografado cedido pela família da escritora.

comemorações da formatura do filho mais velho e das bodas de prata do casal, gastos ostentados numa festa pomposa de extenso programa com duração de três dias. Tudo isso culminou com a notícia de que a Alemanha suspendeu a entrega do pedido já pago pela empresa, seguindo-se o roubo dos cofres da empresa e a fuga do comerciante com toda a sua família, deixando o coronel arruinado e completamente empobrecido em pouco tempo, com a perda de todos os bens leiloados para pagar aos credores.

Entrementes, a escritora apresentou histórias paralelas como a de uma família honesta e de poucos recursos, em Salvador, em que mulher e marido se desdobravam em lidas intermináveis. Ele, como gerente, cuidava da contabilidade da nova empresa do coronel na capital, fundada em sociedade com o falso amigo, e ela como costureira bastante procurada. Ambos eram reconhecidos pela família do sertanejo rico, que lhes dispensava respeito e amizade, porém a morte inopinada desse funcionário de confiança deixou a porta aberta para os desmandos do sócio mal-intencionado.

Num momento de grandes dificuldades, as relações se tornaram mais próximas entre as duas famílias, quando coincidentemente os sertanejos, mudando de residência, se tornaram vizinhos da viúva do antigo funcionário. As duas mulheres se juntaram em empreendimentos memoráveis, colocando a própria mão de obra em atividades que lhes permitiram sobreviver com dignidade e sair da crise que as rondava. A costureira ajudou a esposa do coronel a encontrar recursos para a sobrevivência, encaminhando-a para o fornecimento de marmita entre pessoas do seu conhecimento. Ambas estabeleceram uma parceria de ajuda mútua, revezamento o apoio mútuo nas rotinas difíceis.

Toda a família “transplantada” sofreu as mazelas da derrocada do líder sertanejo. Filhas e filhos assumiram responsabilidades no auxílio à mãe, menos Olguinha, que teve a saúde abalada pelos efeitos da nova situação financeira e pela desilusão amorosa. O coronel nada pôde fazer, vitimado por acidente vascular cerebral. Ivete, uma das filhas, matriculou-se num curso de corte e costura, visando a nova profissão, e Josefina divulgou suas atividades, tornando-se doceira profissional, famosa pelos bolos de casamento que atraíam forte demanda. Afinal, D. Eugênia “tornara-se ótima financista” e junto com Josefina, continuaram as duas “como os baluartes da nau”. Quando de volta ao interior da Bahia, “iniciaram novas ocupações, com o fabrico de manteiga e queijos, em pequena escala, mas

esperançosas de ampliar brevemente esse ramo. A criação de galináceos interessava-as também”⁴⁶⁴.

Zelinda privilegiou o espaço da cidade grande para desenvolver a primeira parte da sua história, transcorrida num período de cinco anos mais ou menos, tempo em que se deu a adaptação, ascensão e derrocada do sertanejo rico. Na segunda parte, elegeu a zona rural de uma cidadezinha do interior da Bahia, Lagoa Real, cujo retorno, motivado principalmente pela doença de Olga e do coronel, traria ar puro e alimentação sadia num meio social propício para o restabelecimento da saúde de ambos. Na opinião da autora, “ali seria o ‘habitat’ daquela planta que ia atrofiando com a transplantação, não mais circulando seiva pura no tronco e nos ramos”⁴⁶⁵. Interessante ressaltar que ficaram na capital: os dois primeiros filhos com objetivos de trabalho e estudos, Ivete por ter se casado, e Ivone, uma das mais novas, que resistiu à ideia de voltar para o interior, porque queria tornar-se advogada, tendo que vencer a “tremenda” oposição da casa, visto que “ninguém compreendia que fosse carreira própria para moça”⁴⁶⁶.

A escrita de Zelinda deixa perceber suas experiências como mulher de elite, conhecedora de requintes sociais em espaços sofisticados, por ela mostrados na descrição do luxo e dos prazeres da capital e na programação das festas realizadas pelos familiares do coronel. Por outro lado, revelou-se conhecedora de múltiplas situações nas quais as mulheres se envolvem e como lançam mão de estratégias positivas na garantia da sobrevivência⁴⁶⁷. Seus ângulos de observação não deixaram escapar as artimanhas femininas e versatilidade de suas ocupações na condução dos rumos de uma família. Apresentou regras de economia doméstica usadas pela costureira pobre, quando renovava os uniformes escolares dos seus filhos, virando-os pelo avesso; nos sapatos, colocava meias-solas para durarem mais, blusas e meias eram cerzidas, lições que foram aprendidas e adotadas por D. Eugênia⁴⁶⁸. Essas práticas eram comuns também nos meios rurais ainda não viciados pelos excessos do consumismo.

⁴⁶⁴ Teixeira, op. cit., p. 31; 36.

⁴⁶⁵ Idem, ibidem, p. 35.

⁴⁶⁶ Idem, ibidem, p. 35. (Grifos meus).

⁴⁶⁷ Muitos exemplos dessas estratégias positivas estão elucidados também no segundo e terceiro capítulos desse trabalho.

⁴⁶⁸ Idem, idem, p. 31.

Zelinda conhecia bem o mundo rural, vez que residiu em fazendas após o seu casamento, conhecendo as lidas nesses espaços e, ainda que não realizasse atividades simples para garantia do sustento, convivia de perto com as famílias dos empregados. No natal de 1942, estando na fazenda nos meses de novembro e dezembro, após ausência de mais de um ano, ofereceu almoço às famílias de trabalhadores que ali residiam, com direito a árvore de Natal para a “petizada”⁴⁶⁹. Em seu caderno no. 4, uma espécie de agenda e organizador de tarefas, escreveu:

Todos os dias – I – Logo cedo ir á cozinha e despensa, dar as providências necessárias. Passar revista nos trabalhos, dar ordens ou determinações. Fazê-lo com calma e serenidade. [...] Costuras – Semanalmente – Às segundas, terças, quartas e quintas – fazer costuras novas, à máquina. Às sextas – remendos. Aos sábados – pela manhã – conclusão dos trabalhos da semana⁴⁷⁰.

Formas de divisão e emprego do tempo da dona de casa foram amplamente divulgadas na literatura destinada às mulheres, como no manual *O lar feliz* (1916) e em revistas femininas. No papel de mãe e mestra, a mulher teria muito trabalho a ser feito, necessitando de método para organizar bem suas atividades diárias e para que as coisas não fossem feitas de atropelo, evitando-se assim a pecha de mal-humorada atribuída ao “anjo do lar”⁴⁷¹.

Sem apresentar reivindicações feministas, sua escrita reconhece a força e capacidade de administração das mulheres, evidenciando questões do mundo feminino, com incursões em alguns dos aspectos mais polêmicos. Pintou quadros detalhados dos embates intergeracionais sempre presentes na luta das mulheres por alguma emancipação; criticou a continuidade dos esquemas tradicionais das famílias de elite, na personagem de Josefina, que deixou de viver a sua própria vida para copiar o modelo da mãe; explorou as muitas nuances da intensa vida social de Olga, uma moça que rapidamente se adaptou às novidades da vida na capital e experimentou todas as vantagens materiais advindas da sua posição social. Essa personagem foi apresentada pela autora com certas características de fragilidade física e emocional, pelo sofrimento com os problemas financeiros da família e pela desilusão amorosa, que a arrastaram para uma doença com desfecho trágico. Vê-se

⁴⁶⁹ Zelinda Teixeira. Livrinho *Datas importantes para mim*, com anotações referentes ao período 1912 a 1949. Acervo particular da família da escritora.

⁴⁷⁰ Caderno manuscrito do acervo particular da Família de Zelinda Teixeira, cedido à pesquisadora. (Grifos da autora).

⁴⁷¹ Maluf e Mott, op. cit., 406.

aqui um aspecto do romantismo aplicado ao mundo feminino e que já era pouco comum àquela época, meados do século XX. A personagem Ivone, resistindo contra o retorno ao interior e investindo em novos rumos para sua vida, evidenciou a coragem das mulheres em busca de profissões outrora tidas como impróprias para moças, dando a ver uma escritora consciente da luta que se arrastava desde fins do século XIX, como o exemplo de Francisca Prager Fróes, médica formada em Salvador-Bahia, em 1893⁴⁷².

As bases da narrativa de Zelinda se assentam no modelo de família patriarcal adotada por camadas sociais abastadas e por uma elite conservadora que o elegeu como hegemônico. Explorou a família numerosa, característica do mundo sertanejo, com filhas e filhos encaminhando-se para consórcios muito bem arranjados, firmados por critérios financeiros ou por um conjunto de valores caros àquele mundo. Referiu-se às novas conjunturas de mudanças e progressos materiais, como a melhoria de estradas, presença do DNOCS no Sudoeste baiano, a construção de linha férrea até Brumado, aumento da circulação de caminhões e automóveis em estradas de rodagem e mais facilidades no deslocamento das pessoas, porém admitiu que a adoção de novos hábitos nem sempre garantiria sucesso, podendo também desembocar em desfechos indesejáveis.

Nesse mister, posicionou-se como quem observou os embates femininos da época, as transformações intergeracionais, anunciou o novo ao admitir a ascensão das mulheres ao exercício de novas profissões, como a de Ivone, que, formando-se em Direito, provou grande competência ao mover ação contra o salafrário que roubara seu pai e fez justiça ao reaver a soma roubada. A vitória dessa personagem na sua formação profissional ecoava como alento a tantas outras que, sem empecilhos financeiros para projetos mais arrojados, ainda teriam muita luta pela frente na conquista dessa prerrogativa. No entanto, não problematizou o casamento e a maternidade, conforme apontados pelos movimentos feministas, apresentando-os como fluxos naturais da vida.

Uma concepção diferenciada entre a escrita de Lourdes Bacelar e a de Zelinda Teixeira refere-se ao sentimento nacionalista cultivado em décadas anteriores e colocado à prova no período da Segunda Guerra Mundial. Se a primeira criticava as consequências de guerra no depauperamento das populações pobres da cidade de

⁴⁷² Rago, 2007, p. 122.

Salvador, a existência de soldados mutilados ou destruídos emocionalmente, a segunda, além de explorar os reflexos financeiros em firmas comerciais e falência de empresários com adversidades nos negócios de exportação, considerou o nascimento das crianças, no seu enredo, como os novos “soldados para a Pátria”. Zelinda teceu a sobreposição de valores materiais aos valores morais de forma trágica, resvalando para estados de decadência material e física, o que, segundo os críticos, era uma tendência do romance feminino em vários países da América Latina desde fins do século XIX, com enredos voltados para a decadência de latifundiários cooptados pelo processo de urbanização, mudanças do interior para a capital, perda de prestígio social ou econômico⁴⁷³.

3 Vozes femininas em novas tessituras (1950/60)

Lições apreendidas e experiências acumuladas em circunstâncias diversas estão presentes em produções literárias que possibilitam identificar trajetórias e momentos de formação das autoras como “seres humanos” (*bildungsroman*), ao tempo em que revelam traços de um dado universo cultural. Essas são características do romance autobiográfico, gênero narrativo em que as personagens apresentam identificações com a vida das autoras, nos diversos ritmos do tempo e lugares de suas vivências. Conforme ideias bakhtinianas, esse tipo de romance passou por longa evolução até chegar à acepção que nos interessa aqui, ou seja, tempo e espaço indissociáveis na vida das personagens⁴⁷⁴.

É possível enveredar por um caminho em que aspectos temáticos sejam mais valorizados do que propriamente as características de uma estrutura literária

⁴⁷³ Pinto, 1990, p. 28.

⁴⁷⁴ Na antiguidade grega, explica-nos Bakhtin (1998:256), tomavam como cronotopo a praça pública onde tempo e espaço tinham dimensões um tanto abstratas, deixando de lado a privacidade e as individualidades de quem as escrevia, centrando-se em tudo que era público. O “eu para mim”, a pessoa para si, ainda não existia. Nas autobiografias romanas, a escrita recaía sobre a família patricia, aliada ao estado, e se encarregava de repassar as tradições familiares. Continham mais historicidade, porém tempo e espaço não eram indissolúveis e ainda predominava a formação do caráter público ou uma tomada de consciência pública do homem. Somente quando essa característica começou a se desintegrar é que as autobiografias passaram a revelar uma consciência individualizada e particular, primeiro em forma de representação humorística, para em seguida constituir-se de cartas aos amigos e, numa terceira manifestação, continua Bakhtin, passaram a apresentar uma “nova relação da pessoa consigo mesma, com o próprio ‘eu’ sem testemunhas, sem a cessão do direito da palavra a um ‘terceiro’, seja quem ele for”. Nessa posição se colocou Santo Agostinho n’*As confissões*, adotando o que chamou de “soliloquia”. Com Rabelais, afinal, o cronotopo foi usado sem as amarras “atemporais”, apresentando suas personagens envolvidas numa relação inseparável com o tempo e o espaço. (Idem, idem, p.262).

predefinida. Numa referência ao gênero literário conhecido como *bildungsroman*, o fio narrativo desenrola-se em torno do crescimento interior da personagem central, com registro das importantes transformações emocionais e psicológicas dessa personagem, atendo-se às contingências de relacionamentos interpessoais ocorridas no seu percurso. Nesse modelo, e considerando-se ainda o caráter híbrido próprio do romance moderno, pode-se chegar à exploração de aspectos históricos, sociais, psicológicos e regionalistas nas escritas femininas, ao tempo em que se descortinam características específicas dos lugares sociais das autoras e as identificações ou resistências aos valores de sua geração⁴⁷⁵.

As escritoras selecionadas para esta parte da pesquisa mesclaram em seus escritos memórias de fatos reais a outros fictícios. Maria Lúcia Prisco Novato, em *Arquimimo* (1997), e Lucília D. Donato, em *Catarina mais menina do que moça* (2001), são escritoras que se apresentam como protagonistas em vivências na Bahia, enfocando aspectos relacionados à geração de 1950/1960, através de enredos impregnados de ficção e realidade. Podemos dizer que esses romances autobiográficos se aproximam do gênero *bildungsroman*, uma vez que tratam da formação cultural da pessoa, permitindo uma análise que privilegia o acúmulo de experiências do sujeito em tempos e espaços múltiplos.

Maria Lúcia P. Novato, quando decidiu escrever *Arquimimo*, pensou primeiro no local e no cenário, decidindo-se por Rio de Contas, cidade da Chapada Diamantina-Ba, que vivia a recordar com suas igrejas, suas casas antigas, sua cadeia secular, sua estrada de pedras, suas cachoeiras, elegendo-as como os lugares em que transitaram suas personagens. A cidade, portanto, assumia o lugar onde, na expressão de Bakhtin, “os nós do enredo são feitos e desfeitos”, ao tempo em que a autora apresentava, em seu livro, figuras em situações resultantes do imbricamento

⁴⁷⁵ Num *bildungsroman* ou romance de formação, a personagem-narradora discorre sobre lições de vida acumuladas no esforço pelo autodesenvolvimento. O protótipo de *bildungsroman* é o romance de J. W. Goethe - *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* – que, com maestria, soube resumir os ideais do humanismo, tomando por base “o sentimentalismo e o praticismo”, conforme avaliação de G. Luckács. Goethe usava o conceito de *bildung* para se referir a Wilhelm Meister no seu processo de formação. Numa crítica à burguesia, a personagem central do romance ausenta-se da sua família burguesa e dedica-se à arte numa companhia de teatro por longos anos e ali vai aperfeiçoando a sua personalidade nas várias tarefas assumidas dentro da companhia e acumulando experiências em várias posições e situações de aprendizagem (GOETHE, 1994). Bakhtin (2010) descreve a evolução histórica dos tipos de romance, demonstrando o valor do romance de formação na história do realismo e apresentando análise minuciosa sobre o tempo e o espaço nas obras de Goethe.

tempo-espaço ao longo das histórias contadas⁴⁷⁶. Na primeira parte do seu romance, Maria Lúcia P. Novato, bem como Lucília D. Donato e tantas outras, usaram nomes fictícios para lugares reais e histórias nas quais estavam incluídas.

Entre os muitos estudos sobre o romance autobiográfico, destacamos o de Cristina Ferreira Pinto (1990), por estreitar a aproximação dos elementos históricos e literários e principalmente por apresentar uma discussão pautada na teoria crítica feminista, o que se coaduna com os objetivos deste trabalho. Essa autora discute várias posições e definições de autores acerca desse gênero narrativo que, apresentando trajetórias de crescimento relacionadas ao sujeito masculino, evidencia o “aprender a ser homem”, como reflexo do modelo ocidental hegemônico de uma cultura conservadora. Quanto às mulheres, aparecendo como protagonistas, estão orientadas nos termos dessa cultura, para se formarem como boas esposas e boas mães⁴⁷⁷.

Para Ferreira Pinto, se os romances de formação masculinos mostram um processo de formação e integração social de protagonistas homens, o mesmo não se pode dizer dos romances femininos tradicionais de igual estilo, duvidando-se mesmo da existência destes, pela impossibilidade de uma protagonista mulher vir a ter, por ela mesma, um “final feliz”, o que só ocorreria em desacordo com as estruturas sociais vigentes. Na América Latina é grande o volume de romances femininos com essa tendência, não só os do século XIX, como outros produzidos mesmo depois de 1920: é o “truncated bildungsroman”, ou seja, romances com desfechos de fracasso às protagonistas femininas que resvalaram para a aceitação dos papéis normativos com a interrupção da *bildung* feminina. No entanto, se avaliados num determinado contexto social, histórico e cultural, o que parecia ser um final truncado, “estava simplesmente em conformidade com o ideal feminino estabelecido”. Numa perspectiva feminista, desconsiderar a ideia de fracasso significa desmascarar o efeito desejado pelos canais de dominação e, ao contrário, apostar na valorização da experiência feminina e, num outro viés, entender que tais desfechos podem se constituir numa reação, “um

⁴⁷⁶ Bakhtin, 1998, p. 355. Para esse autor, o cronotopo determina a unidade artística de uma obra literária no que ela diz respeito à realidade efetiva. [...] Em arte e em literatura, todas as definições espaço-temporais são inseparáveis umas das outras e são sempre tingidas de um matiz emocional. (idem, idem, p. 349).

⁴⁷⁷ O trabalho de Cristina Ferreira Pinto (1990) analisa com profundidade todas as questões envolvidas nos *bildungsromane* femininos, atendo-se a estudos da crítica literária e feminista, como sejam os de Spacks (1975), Gilbert e Gubar (1979), Pratt, Annis (1981), Showalter (1985), Labovitz (1986), etc. Outros estudos relacionados: Bakhtin (1998, 2010); Benjamin (1994); Freitag (1994); Maas (2000); Araújo e Ribeiro (2009).

modo indireto, mudo, de protesto, uma rejeição da estrutura social” para refutar estados de submissão e dependência⁴⁷⁸.

Romances de formação com final feliz seriam aqueles em que as protagonistas realizam uma “integração social” e uma “realização do eu”, conforme distinção comentada por Ferreira Pinto. Os “romances de renascimento e transformação” foram produzidos por mulheres de mais de trinta anos, de meia idade ou mais velhas que investiram na busca da autorrealização⁴⁷⁹. Nos limites deste trabalho, de uma forma ou de outra, queremos entender as produções em pauta como estratégias femininas na delimitação de fronteiras de seus espaços sociais e de espaços privilegiados para encontros e reencontros consigo mesmas, ainda que em identidades momentâneas ou em processos múltiplos de transformação interior. A arte de escrever e o tempo dispensado para tal atividade já são arrolados com a positividade de quem vai traçando sinais de autonomia.

A seguir, sob os auspícios da crítica feminista, vamos passar ao estudo dessas obras, perseguindo as nuances do mundo feminino presentes nas obras selecionadas, as intersecções entre as gerações e entre o “velho” e o “novo”.

***Catarina mais menina do que moça*, de Lucília Domingues Donato: fragmentos de vida em espaços sertanejos**

Tendo a memória como matéria-prima e os anos 1940-1950 como janelas do tempo da infância e adolescência, Lucília D. Donato tomou como eixos da sua narrativa a coincidência entre autora-personagem e o romance vivido até o seu casamento. Uma grande referência para sua formação, nos anos que antecederam ao matrimônio, além da família, foi a presença e influência do rapaz seu namorado, que exerceu o papel de instrutor em toda a história de amor desenrolada entre as personagens Catarina e Henrique. Nessa obra aparece a visão de mundo da autora, entremeada de muitas participações que desnudam toda uma realidade sociocultural. A autora, sem dúvida, privilegiou a sua autorrealização e a integração social, o que não a impediu de perceber com perspicácia algumas singularidades culturais presas a estruturas autoritárias e já em descompasso com as configurações sociais do seu tempo.

⁴⁷⁸ Pinto, 1990, p.16-17.

⁴⁷⁹ Pinto, op. cit., p. 15.

Seus escritos desvelaram as mazelas do autoritarismo, narrando excessos na educação, praticados por pais e professores em castigos e até pancadas aplicadas às crianças, exemplificando com a surra do menino de doze anos, no pátio da escola, à hora do recreio, quando o pai quis puni-lo pelo envolvimento numa briga com colega de igual idade. Bem jovem ainda, a escritora rebelou-se contra o assédio sexual e moral do professor dono do pensionato em que morava no período da formação para o magistério, reagindo às suas investidas, denunciando-as e mudando de moradia. Fez referência às disputas coronelistas, relatando uma querela partidária entre fazendeiros ricos, representando dois grupos políticos do município de Guanambi, que se enfrentaram com falanges de jagunços ao feitio da época⁴⁸⁰. Um deles, estando em sua fazenda e avisado do ataque do inimigo por um compadre, teve tempo de fugir à noite, deixando mulher e filhos sob a custódia dos seus capangas. Na verdade, a esposa e a filha mais velha do fugitivo é que lideraram a resistência e, com armas em punho, negociaram com os agressores e determinaram as formas de defesa. Depois de vários dias de plantão e revista do domicílio, os jagunços desistiram da intenção de captura e morte do coronel procurado⁴⁸¹.

Numa característica do estilo autobiográfico, a escritora foi revelando, *pari passu* ao seu crescimento pessoal, as transformações da bucólica cidadezinha da sua infância, outrora feita de ruas sem calçamento, com o *footing* até as dezoito horas ou até mais tarde em noites de luar, contrastando-a com a Guanambi da década de 1950, já com algumas ruas calçadas com imensas lajes de pedras, um mercado novo de bonita fachada, um ginásio, progresso impulsionado pela construção do açude de Ceraíma, embora admitindo a predominância de casas pobres e humildes que deixavam a cidade “sem encanto e sem beleza”⁴⁸².

Com lentes de observação aguçadas, captou nuances das duas cidades das suas lembranças, voltadas para a cultura regional, descrevendo ricamente festas,

⁴⁸⁰ Com a queda do Estado Novo, houve no Brasil, em 1946, uma reorganização político-partidária em escala nacional. Em Guanambi, o grupo político apelidado de “caititus”, sob a liderança do Dr. Francisco Fernandes, alinhou-se à UDN, e o grupo dos “morcegos”, com Dr. Juca Bastos, Pedro Moraes e Gercino Coelho, engrossou as fileiras do PSD.

⁴⁸¹ Donato, op. cit., p. 223-238.

⁴⁸² Donato, op. cit., p. 261. Na década de 1950 foram criados dois colégios em Guanambi: o Ginásio de Guanambi, em 1953, e o Ginásio São Lucas em 1958, que passaram a funcionar também como Escola Normal em 1964 e 1962 respectivamente. Informações no site: <http://luizvianagbi.blogspot.com.br>. Acesso em 07/07/2012. A construção do Açude de Ceraíma, segundo Cotrim (1994, p. 88, 89) teve início em 1948, passando por várias etapas até a sua conclusão nos anos 1960. Ver mais na Revista Integração Bahia. Ano XXI, nos. 118 e 121 e no Jornal Tribuna Popular: <http://www.tribunapopulargbi.com.br/>. Acesso em 20/06/2010.

usos, e maneiras do viver sertanejo. Sua sensibilidade feminina deteve-se em detalhes dos modos de vestir, expondo seus trajes em cada ocasião e atentando para a moda masculina e feminina nas duas décadas abrangidas pela sua escrita. Na personagem de Catarina, apresentou suas resistências ao viver monótono de moças acomodadas ao simples papel de donas de casa, dizendo detestar as intermináveis tarefas domésticas na rotina diária das mulheres. Gostava mesmo era de regar as hortas para sentir o cheiro gostoso de terra molhada subindo no ar, misturado ao cheiro de tempero verde, coentro e cebola, ainda que para isso tivesse que puxar água da cisterna num balde amarrado a uma corda⁴⁸³.

No tocante à posição política, dizia-se indiferente - como o seu pai - às disputas pelos cargos municipais, momentos em que a animosidade crescia entre as pessoas com ataques difamatórios e até brigas corporais⁴⁸⁴. Do mesmo modo, a narradora Guiomar Coutrim não aderiu à faina do marido enquanto prefeito da sua cidade e com essas atitudes de desinteresse podemos inferir que há uma postura de colaboração às forças de conservação. Ambas agiram contrariamente à Joana Comandaroba, que militou como vereadora por muitos anos, nos níveis municipal, estadual e nacional. Se considerarmos que a circulação de notícias não atingia com rapidez muitos lugares sertanejos, devemos admitir que, mesmo com as conquistas femininas legalmente instituídas, as informações e conquistas que não eram disseminadas deixavam de ser debatidas e assimiladas por muitas mulheres. Após a queda de Vargas em 1945, houve um arrefecimento da participação feminina em questões decisórias na política nacional e, de modo geral, eram tímidos os avanços da sociedade na forma de encarar a mulher⁴⁸⁵. Vale ressaltar que, ainda na década de 1960, pouco se debatia o estado de recessão do país nos espaços sertanejos, e até nos ambientes mais letrados, como escolas, ou entre professoras e professores, esse foi assunto ausente nos textos de muitas memorialistas deste estudo.

De todas as produções aqui elencadas, podemos dizer que além de Lucília Donato, outras tantas, como Guiomar e Joana, evidenciaram posições otimistas de uma “memória feliz” ou “alegria da lembrança”, referindo-se a subjetividades femininas constituídas na argúcia de quem soube buscar a realização dos ideais

⁴⁸³ Donato, op. cit., p. 71.

⁴⁸⁴ Idem, idem, p. 251.

⁴⁸⁵ Pinto, op. cit., p. 78. Ver outras referências: Hahner (1981), Saffioti, (1979), Venturi, Recamán e Oliveira (2004).

projetados, ainda que vencendo toda sorte de obstáculos como vimos nos capítulos anteriores⁴⁸⁶. Mesmo admitindo que quase todas priorizaram a integração social e convivência familiar harmoniosa, não devemos ignorar os benefícios da escrita autobiográfica nos processos de autorrealização e, paralelamente, sua contribuição para avanços no reconhecimento de novas atitudes femininas e de novas inserções na sociedade.

***Arquimimo*, de Maria Lúcia Prisco Novato - Um livro em duas seções: autobiografia e romance autobiográfico**

Despeço-me da máquina, feliz. Revivi, com ela, a mais doce lembrança que me persegue na vida e que fica lá na serra misteriosa, agora tão distante. Pudesse eu, ver de novo Maria Puxa a gritar o candombá que colhia no mato! Pudesse ver Zé de Maria de Pedro a acender os lampiões da esquina! Pudesse ver o cego Arquimimo, o saco nas costas, e a canção de Hilda a encher os ares! Nada disso existe mais, que o progresso fez sucumbir: candombá, lampiões, mensageiro...(NOVATO, 1997, p. 139).

Essa é a linguagem de Maria Lúcia Prisco Novato ao encerrar a primeira parte de seu livro *Arquimimo*, escrita em primeira pessoa, tendo como cenário a cidade de Rio de Contas, na Bahia⁴⁸⁷, sua gente, suas tradições singulares, entremeadas à própria história da escritora. A segunda parte, mais extensa, escrita em terceira pessoa, traz uma dose refinada de elementos ficcionais e estabelece relações de complementaridade entre ambas, o que torna a sua produção *sui generis* e bem ao gosto do enfoque deste trabalho que objetiva apresentar vivências e subjetividades da pessoa que escreve. A autora utilizou a geografia riocontense de belezas naturais, num estilo misto de ficção e realidade, incluindo, entre as personagens de ficção, histórias ocorridas em lugares reais.

“Autora caetiteense”, como ela mesma se autodenomina na dedicatória de um dos seus livros⁴⁸⁸, mudou-se para a cidade de Rio de Contas aos dois anos de idade,

⁴⁸⁶ Ricouer (2007, p. 504) assegura que a “memória feliz” pode ser a resposta à indagação “Quem nos ensinará a decantar a alegria da lembrança? – referindo-se a André Breton em *L’Amour fou*.”

⁴⁸⁷ Rio de Contas é um município baiano com sede na cidade do mesmo nome, que cresceu com a exploração de ouro desde o início do século XVII. Localiza-se na parte sul da Chapada Diamantina, a uma altitude de 1050 metros, sendo hoje um importante centro turístico pela sua história e por suas belezas naturais. Segundo Arakawa (2006, p. 21): “A cidade viveu seu grande esplendor em épocas mais remotas, que remontam ao início da sua fundação, com a descoberta de veios auríferos que lhe renderam um grande apogeu na História da Bahia, até o desvanecer das desenfreadas explorações do referido metal, conseguindo depois disso, e por força dos acontecimentos e circunstâncias, transformar-se num verdadeiro paraíso das artes, da educação e da cultura”.

⁴⁸⁸ Referência ao exemplar doado pela autora à Biblioteca do Campus VI/UNEB-Caetité-Ba.

onde viveu até meados da década de 1950, quando retornou a Caetité para ingressar no Instituto de Educação Anísio Teixeira e formar-se como professora primária.

O estilo da autora surpreende pela leveza da linguagem na descrição das singularidades no tocante ao lugar, à vida das pessoas e às características das relações humanas, quer se refiram aos sentimentos, às querelas políticas, ou às minúcias dos preceitos religiosos, centrando-se no seu crescimento pessoal e nas transformações materiais que iam se instalando com o progresso.

Da sua vida focalizou o transcurso até a puberdade e as experiências adquiridas como membro de uma família de posses, católica e bem articulada socialmente. Escreveu na maturidade, porém seus textos trazem uma vivacidade de menina com percepção aguçada, crítica e cheia de humor para mostrar como se processou o desenvolvimento das suas aptidões pelos ensinamentos acumulados a partir da casa dos seus pais, agregados aos adquiridos na escola e somados à intersubjetividade de suas outras relações sociais e de amizade.

Seus pontos de vista acerca dos excessos de autoridade ou exageros institucionais foram apresentados de forma sutil em críticas bem-humoradas que fazem rir e chorar. Nos ritos católicos da Semana Santa, um exemplo:

A cidade respirava fé e respeito, as casas fechadas, só meia banda da porta aberta. Eu temia o castigo de Deus pelo sofrimento daquele Cristo tão bom, que morrera na cruz, sem ter cometido nenhum crime e que estava ali, o rosto ferido, uma coroa de espinho na cabeça, sangrando... Chorava baixinho, o rosto no travesseiro, enquanto o sono não vinha⁴⁸⁹.

Para uma jovem em período de formação, a força do aparato ideológico da religião cristã causava impressão profunda. O olhar perscrutador da escritora voltou-se para a presença da Igreja Católica e suas influências na vida das pessoas e também no conjunto das relações socioeconômicas da cidade, evidenciadas em vários momentos de tensões políticas e culturais daquela região.

Da mesma forma que Joana Comandaroba e Lucília Donato, Maria Lúcia debulhou críticas às práticas autoritárias presentes na educação, contando as aflições sentidas na sala de aula quando a lição de matemática resultava em “bolos de palmatória” para quem não soubesse a tabuada e principalmente se os castigos das famosas sabatinas fossem aplicados ao seu melhor amigo.

⁴⁸⁹ Novato, 1997, p. 76.

Suas tramas incidem sobre relações conflituosas e mazelas tradicionais da política no Brasil, como o mandonismo local das regiões interioranas, onde o poder público é deixado a cargo de uns poucos que dão ordens e monopolizam as decisões. Na querela política das personagens do Padre Santana e Seu Juca Tavares, retratou uma prática comum da política interiorana durante a festa do padroeiro, o Santíssimo Sacramento, quando foi anunciada a visita de um candidato ao governo da Bahia. O chefe político decidiu pela participação da “Lira dos Artistas” na festa, convidando o povo para receber o pretendente “que vinha pedir ao Santíssimo Sacramento pela felicidade da Bahia”. A reação do padre veio incontinenti sob alegação de que não iria misturar religião com política, portanto tocaria o grupo “Lira do Sertão”. Para não perder votos, o chefe político recuou.

A escritora fez críticas contundentes às campanhas eleitorais, mencionando discursos ideológicos de oposição, denunciando ausência de políticas públicas destinadas às comunidades periféricas, como a do Bananal nos arredores da cidade⁴⁹⁰. Exemplos de preconceitos e discriminações entre pessoas daquele município, não escaparam à escrita do livro *Arquimimo*. A segregação étnica permaneceu acintosa até a década de 1960, nas atitudes e atividades culturais dos integrantes do Clube Riocontense e da Associação dos Artífices Riocontenses, práticas que se refletiram noutros setores da convivência cotidiana nos diferentes grupos sociais, constatações presentes também em outros tipos de documentos⁴⁹¹.

No plano geral da obra em questão, podemos dizer que Maria Lúcia empregou uma linguagem ambígua para levantar críticas ao chão social contaminado pela segregação, realidade pujante naquelas paragens, conferindo-lhe comicidade. Com o

⁴⁹⁰ Segundo Arakawa (2006, p. 50-54), O Bananal fica nos arredores da cidade e se constitui numa comunidade de remanescentes de quilombos, que permaneceu isolada em seus costumes, hábitos e crenças, situação que se prolongou bastante pelo abandono do estado, agravado pela discriminação e preconceito das populações vizinhas, principalmente do povoado próximo – Mato Grosso – de população descendente de portugueses antigos colonizadores que chegaram à região para a exploração do ouro. No documento manuscrito – 1928 - “Intendência Municipal”, (Arquivo Público Municipal de Rio de Contas), lê-se que o arraial de Santo Antônio do Mato Grosso, situado a mais de 1400 metros de altitude, já existia como sede de freguesia, desde 1718, e é considerado como a mais antiga comunidade do Alto sertão da Bahia. Em seu livro, Novato apresenta esses sítios locais, em suas denominações reais e buscou elucidar, através da linguagem, o sotaque do arraial no discurso indignado da personagem Negro Maranhão: “Seu Juca roubô a luz do Bananá. Pegô o capitá do governo e alumiu a fazenda dele, deixando nós na iscuridão. O Bananá num é senzala. Nós qué nosso dereito de vorta”. (NOVATO, op. cit., p. 291).

⁴⁹¹ Pesquisa nas Atas das sessões da Assembleia Geral do Clube Riocontense -1938 a 1951. Acervo Clube Riocontense. Estante 3, Cx 3, Livro nº 5. Arquivo Público Municipal de Rio de Contas. Mais informações na entrevista com o Sr. Ramos Pinto, feita pela pesquisadora em 15/03/2013. Dono de uma das pousadas mais procuradas da cidade, afirmou ter sofrido advertências do pai para não se misturar “ao congo dos negros”.

olhar de escritora observou dinâmicas sociais excludentes e adotou posições de combate contra estereótipos, o que permite atribuir-lhe, segundo cchtn, uma prosa literária que “pressupõe a percepção da concretude e da relatividade históricas e sociais da palavra viva, de sua participação na transformação histórica e na luta social”⁴⁹².

Há evidências, na obra de Maria de Lúcia, de um cotidiano real preso a um tênue fio de imaginação, com apenas a troca do nome da personagem para o de alguém de carne e osso da população rio-contense, encontrando-se coincidências se comparada a produções não ficcionais de outros autores. Um exemplo é o livro de Maria de Lourdes Pinto e Arakawa (2006) *As minas do Rio de Contas* – com informações pautadas em pesquisas em documentos históricos e também em reminiscências pessoais e de família. Arakawa referiu-se ao Sr. Otacílio Monteiro, que detestava o apelido de “Rufião” e investia contra o boneco de pano que simbolizava Judas a ser queimado todo sábado de Aleluia. Passando o boneco em frente à sua casa, a molecada comparava-o ao boneco, gritando em algazarra o seu apelido, ao que ele reagia dando tiros de garrucha para o alto ou ficando à espreita para destruir o boneco, cena que se repetia todo ano. Maria Lúcia Novato escreveu sobre o mesmo evento com boa dose de humor, atribuindo o nome de Osmário em lugar de Otacílio. Outra personagem coincidente entre as duas narrativas é a do negro Tião Gago, que abastecia de lenha e água as casas da cidade, “figura simpática”, apresentado como Godó Tição na narrativa de Maria Lúcia, nome fantasia do pretendente de Tunieta, uma serviçal do enredo⁴⁹³.

Maria Lúcia descreveu com argúcia as sutilezas das estratégias de sobrevivência, das práticas culturais e embates sociais de uma população que foi se moldando às transformações em curso em que ela (narradora) também estava inserida. Novato se mostrou atenta aos sinais do cotidiano, sinais contidos nas ações e trabalhos das suas personagens. Não se trata de um cotidiano espelhado só na repetição, na rotina, na “mesmice”, mas principalmente apreendido nas marcas do vivido e daquilo que está mudando no tecido social, observado nos comportamentos sociais e nos contextos fronteiriços às mudanças do dia a dia rio-contense que se

⁴⁹² Bakhtin, 1998, p. 133.

⁴⁹³ Arakawa, 2006, p. 284-285. Novato, op.cit., p. 128; 133. Vale dizer que há uma tradição nas cidades interioranas da Bahia, de fazer a queimada simbólica do Judas no sábado da aleluia, como vingança à personagem bíblica que traiu Jesus Cristo, entregando-o aos algozes da sua morte. Essa prática já caiu em desuso.

arrastavam havia muito tempo. À riqueza das explorações minerais sucedeu-se declínio e reacomodação das forças sociais nos embates diários pela sobrevivência. Observadores do início do século XX já apontavam a tendência daquela população para os ofícios artesanais e trabalhos de arte, como no dizer do Dr. José Basílio Justiniano Rocha (1928): “Existe nos filhos desta cidade uma natural inclinação para as artes e assim é que são fabricadas verdadeiras obras de arte, como também as ferramentas mais rudimentares”⁴⁹⁴.

Algumas cenas descritas por Novato em *Arquimimo* (1997) dão-nos o retrato das transições que ocorriam naquele chão social:

[...] Nos fundos do quintal morava Toda, o ferreiro. Não tinha nada que não fizesse, bridas, esporas, caçambas, bandejas, talheres.
 [...] Em frente, ficava a casa do Seu Jorge, que vivia de fazer arreios. D. Amélia ajudava-o no mister, costurando os arreios com uma agulha enorme, e correndo, de vez em quando, à cozinha para ver o feijão. Os arreios prontos pouco se exibiam, pendurados no teto, que, logo, tomavam o rumo do comprador. [...] Igual fama tinham as malas de Seu João Alves. [...] Não tinha noiva nos arredores que não tivesse, no enxoval, um par de malas de Seu João Alves, grandes e fundas que mais pareciam baús.
 [...] Sinhazinha vivia de fazer bordados finos e recebia encomendas até da capital. [...] A oficina de sapatos de Sinhô Ferreira trabalhava noite a dentro.
 [...] O movimento na tenda de Seu Álvaro Fogueteiro era grande e o pé de meia iria garantir a mesa farta⁴⁹⁵.

A forte presença de uma economia artesanal aparece frequentemente na literatura sobre o município. Arakawa ratifica que, sem exagero, havia uma oficina em cada casa daquela cidade, abrigando seleiros, ferreiros, latoeiros, serralheiros, sapateiros, ferradores, carpinteiros, costureiras, bordadeiras, etc. Até a década de 1950, uma ourivesaria era oficina de trabalho de duas mulheres, cujo ofício foi legado aos herdeiros. “A cidade era acordada pelos sons das bigornas e das forjas”. Os jornais locais e regionais, nas primeiras décadas do século, também traziam os muitos anúncios sobre os serviços mencionados e oferecidos pelos artesãos locais. Há notícias de solicitação de uma escola profissional ao ministro da educação, sem sucesso, porém o fato mostra a relevância das artes e ofícios para a cidade e região⁴⁹⁶.

⁴⁹⁴ *Intendência Municipal* (1928) é o documento manuscrito pelo Dr. José Abílio Rocha, para traçar um perfil do município em que desempenhou a função de intendente, descrevendo suas impressões sobre vários setores da vida daquela localidade, suas demandas e suas características. (Arquivo Público Municipal de Rio de Contas).

⁴⁹⁵ Novato, op. cit., p. 16; 46.

⁴⁹⁶ Arakawa, op. cit., p. 100. A relevância desses serviços aparece também nas Atas das sessões da Assembleia Geral do Clube Riocontense -1938 a 1951 (Caixa O3, Livro 05 – AMRC-20/05/1941).

Dessa forma, não por acaso Prisco Novato recorreu à dinâmica dessas oficinas como um viés para justificar, ao final de sua narrativa, o objetivo de elucidar as transformações sociais em curso. Dois eventos maiores ganharam relevância como propulsores do progresso e das alterações nos meios de sobrevivência dos numerosos artesãos naquela localidade: a inauguração da luz elétrica abateu o acendedor de lampiões; a construção da estrada de rodagem ligando Rio de Contas à cidade de Livramento, que, viabilizando o transporte rodoviário de artigos industrializados, foi pouco a pouco substituindo os artesanatos e provocando declínio nos trabalhos de ferreiro, maleiro, fazedor de arreios, fogueteiro, sapateiro, ourives, etc. O tinir da bigorna que perpassou toda a trama sinalizava que a autora estava “atenada” ao que ia ocorrendo no *lócus* da sua observação⁴⁹⁷.

O olhar da narradora se projetou para os problemas da coletividade numa atitude de quem tinha responsabilidade social naquele contexto de mudança na vida das pessoas do lugar. O trágico que se desenhava para os moradores mais simples da cidade era a perda dos meios de sobrevivência, descrito por Novato com um toque de comicidade e de saudosismo das estruturas que foram se desmontando gradativamente com a chegada do progresso tão desejado por alguns. Esse olhar permitiu-lhe traçar o retrato daquela mudança, a partir do diálogo entre duas das suas personagens, ao final da festa de inauguração da luz, quando ambas se viram desalentadas pelas novas situações que deveriam enfrentar:

Anúncios sobre a oferta dos trabalhos artesanais foram encontrados em grande quantidade nos jornais *O Cinzel*, *O Pequeno* e *O Riocontense*, no período compreendido entre 1913 a 1926, no Arquivo Municipal de Rio de Contas. Não foram encontrados jornais sobre as décadas de 1930 e 1940. Arakawa (2006, p. 86) informa que no final dos anos 1950, os sapateiros locais continuavam seus ofícios separadamente, enfrentando dificuldades e insistindo na atividade como única forma de defender o seu sustento.

⁴⁹⁷ A inauguração da luz elétrica em 1954 trouxe mais animação para o lazer à noite, quer seja nos passeios ao redor da praça - apreciados pelas moças - ou nos bares frequentados pelos rapazes, ou nos programas do Club Riocontense. (Arakawa, op. cit.: 225). Desde as primeiras décadas do século XX havia solicitações às autoridades estaduais pela construção de uma estrada. Em 1926, *O Cinzel* publicou matéria falando do isolamento de Rio de Contas que, por seu relevo acidentado, apresentava a dificuldade de percorrer 9 km para chegar à cidade de Livramento e comparava-a à situação de Bom Jesus da Lapa, Caetité e outras cidades já ligadas por estrada de rodagem, “o que para nós sertanejos é um grande passo dado na vanguarda do progresso”, e arrematou: “será possível que esta cidade se contente apenas com o contemplar d’aqui destas alturas em que está plantada, o desenvolvimento progressivo de suas vizinhas?” (*Jornal O Cinzel*, 18/03/1926). O mesmo jornal, em 02/10/1923, noticia o apelo ao Ministro da Agricultura Dr. Miguel Calmon, para conseguir do governo da União “a realização da estrada que impede o desenvolvimento de Rio de Contas e do Sertão” (AMRC). Vale lembrar que Rio de Contas está a uma altitude de 1050 m, encravada na Chapada Diamantina. Referências sobre os padrões de comportamento impostos às mulheres na primeira metade do século XX podem ser lidas em Bassanezi (1997 e 2012) e em Arakawa (2006) sobre a belle époque em Rio de Contas.

Aos poucos, a cidade aquietou-se, vazia. Somente ouvia-se a voz de Maria Puxa, “Ó, o candombá! Ó, o candombá”. Mais uma vez não lhe abriram as portas, o sono retardando a labuta dos fogões. Ao recolher-se ao Gambá, vira o vulto de Zé de Maria de Pedro, que caminhava devagar. Lembrou-se que não o vira, naquele dia, a apagar os lampiões, na madrugada. Nem os acendera, antes, que a cidade estava cheia de lâmpadas mágicas. Alcançou-lhe o passo:

- Seu Zé?

Ele virou-se, os olhos tristes, no rosto magro.

- Ficou sem ganho, né? – Continuou a doida. – Eu também, que ninguém compra mais candombá. Nem ontem, nem hoje.

- Mas vão comprar, Maria. A festa é que empatou. Estão na ressaca. Depois comprem.

E olhando os lampiões apagados:

- Pelo menos, até inventarem um botão, que acenda o fogo, como inventaram a luz.

E lá se foram eles, a doida do candombá, e o acendedor de lampiões, tristes, naquela manhã de sol⁴⁹⁸.

“A inauguração da luz foi festa de deixar memória”, ruas enfeitadas e o despertar da cidade pela alvorada barulhenta de música e foguetes, varando a noite com a participação da “Lira Sertaneja” e da “Lira dos Artistas”. Estas dividiam a cidade em dois espaços para corresponder às preferências políticas dos que ali se encontravam, executando dobrados bonitos ao som de grande foguetório⁴⁹⁹.

Novato percebeu e registrou a significativa inserção das mulheres na dinâmica local. A mulher descrita acima é um caso especial de quem sobrevivia pela capacidade de driblar os imprevistos do seu ofício pouco comum: Maria Puxa vendia nas portas das casas o candombá que buscava nos campos da região, usado para facilitar o acender fogo dos fogões a lenha predominantes à época. Mesmo nos períodos de estiagem, o candombá mais seco era melhor para fazer fogo e assim ela não tinha do que se queixar, o seu ganha-pão estava garantido. Registrou a participação das mulheres em todos os ofícios, como costurar arreios de sola ou fazer bordados finos sob encomendas vindas de longe⁵⁰⁰.

⁴⁹⁸ Novato, (1997, p. 230). Informações sobre o candombá estão no capítulo II. Interessante notar, uma característica das populações sertanejas na identificação das pessoas pelo nome próprio, agregado a outros de parentesco próximo numa cadeia de nomes de filha/filho, pai/mãe, ou esposa/esposo.

⁴⁹⁹ Idem, ibidem, p. 225.

⁵⁰⁰ Novato pinçou da vida cotidiana fatos que retratavam pessoas em atividades peculiares da cidade de Rio de Contas. Sendo a cidade iluminada à luz de lampiões alimentados por carbureto, uma figura indispensável era o acendedor de lampiões, que fazia o trabalho com bastante esmero: à noitinha, acendia-os e tarde da noite voltava, apagando-os, além de fazer a limpeza deles em outros horários da sua jornada. Descreveu: “Não era à toa que os lampiões de Rio de Contas tinham fama na redondeza. Não havia um que se quebrasse, não havia um que não se acendesse, não havia um que não brilhasse” (Idem, p. 57). Outras descrições informavam sobre Godofredo, que era lenhador e aguadeiro, trazia lenha em lombo de jegue pela manhã e água em corotes ou barris pequenos, à tarde (Idem, p. 128). Ou do homem que costurava arreios, ajudado pela mulher (idem, p. 16), etc.

Através da escuta do rádio acompanhou atenta as notícias da década de 1950 acerca das relações sociais de trabalho. Sob o seu ponto de vista, as leis trabalhistas de então eram incompatíveis com as jornadas de trabalho dos artesãos locais, que faziam jornadas diárias estendidas para garantirem o sustento da família⁵⁰¹. Nesse sentido, vale lembrar o estudo sobre a memória do trabalho em Rio de Contas realizado por Lucineide Santos Silva, que ratifica as peculiaridades do passado histórico daquela região nos anos 1950, quando passou por uma reorganização das relações de trabalho e contradições evidenciadas numa divisão social de classes⁵⁰².

Há uma louca no seu enredo que teria caído em desequilíbrio mental ainda muito jovem por contestar obrigações triviais, como o ensino de prendas domésticas, desequilíbrio pouco a pouco agravado por constantes conflitos com os pais. Preferia a leitura de bons livros e já tinha um pretendente com afinidades intelectuais, mas a pressão da família, a proibição do namoro e o afastamento do rapaz provocaram a desilusão que a levou à loucura.

A fuga das filhas gêmeas de um comerciante rio-contense pobre que se tornaram artistas bem sucedidas num circo, foi empregada como viés alternativo ao modelo prescrito pelos pais, que queriam transformá-las em donas de casa sob tutela dos maridos, uma saída para se livrar do peso de sustentá-las pelo resto da vida. Odiando-as a princípio, foi se surpreendendo com a independência das filhas, passando a reconhecê-las e respeitá-las quando reverteram seus lucros em ajuda à família. Admitiu que nunca pensara que fossem capazes de enfrentar a labuta da vida, de “contratarem negócios e decidirem o destino, sem pai, sem marido”⁵⁰³.

Além dos nomes fictícios usados para personagens que encarnavam pessoas do cotidiano da cidade, usou ainda, no seu enredo, o nome de Maria Brandão, nome real de pessoa conhecida na região. Maria Lúcia a descreveu como uma mulher rio-contense, militante política de esquerda, trazendo à baila uma figura feminina destacada, exemplo de autodeterminação no campo da política partidária. A personagem participa da trama quando retorna à cidade na década de 1950 e se

⁵⁰¹ Prisco Novato (op. cit. p. 104) escreveu que buscar o sustento na arte exigia mais horas de trabalho diário. O ferreiro, o maleiro e outros “trabalhavam de fazer dó” e batiam martelo até altas horas da noite, portanto a lei de Getúlio servia para o trabalho nas fábricas e não para eles.

⁵⁰² Lucineide Santos Silva (2011, p. 70). A autora debruçou-se especificamente sobre as formas de trabalho em Rio de Contas no trabalho de Mestrado intitulado: A memória do trabalho: Rio de Contas segundo Marvin Harris. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, 2011, 102 p.

⁵⁰³ Novato, op. cit., p. 306.

envolve nas disputas políticas ao lado do padre, que fazia oposição ao coronelismo e ao mandonismo local. A população queria expulsá-la, chamando-a de “comunista”, então uma pecha, conforme pensamento das elites locais. O padre a defendia, atitude incompatível com os preceitos da Igreja Católica⁵⁰⁴.

Num dever da memória contra o esquecimento da história inscreve-se tal fato, visto que, passadas algumas poucas décadas das repressões sofridas pelas populações brasileiras e latino-americanas diante de regimes totalitários do período entreguerras e mesmo de décadas subsequentes, registros como esse sobre Maria Brandão podem trazer às novas gerações a dimensão e o alcance do confronto das ideologias. Nesse sentido, é importante considerar os relatos da escritora nordestina Rachel de Queiroz sobre as políticas partidárias em que se envolveu na década de 1930, em que explicitou a sua militância comunista – embora breve – e os radicalismos expressos tanto nas ideologias de esquerda como de direita. Queiroz escreveu que no “curto período de 1932, em que se deu a sua mais prolongada fase de militante⁵⁰⁵”, [...]“o comunismo era amaldiçoado”; no Ceará, havia forte repressão por parte dos padres da Liga Eleitoral Católica e do jornal católico *O Nordeste*. “Ser comunista, então, era uma coisa tão perigosa quanto ser terrorista hoje”⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ Segundo Arakawa (op. cit., p. 211), “ela foi ativista política e pacifista das mais ativas. Negra, pobre, quase sem instrução, (mas também muito bonita, elegante e ativa) numa época em que a discriminação era bem mais latente”. Viveu entre 1900 e 1970 e passou a se interessar pela política e pela ideologia comunista em 1926, quando a Coluna Prestes passou por aquele município. Depois, mudou-se para a capital do estado, instalando uma pensão que recebia os conterrâneos que iam resolver problemas de toda ordem em Salvador e onde estreitou relações de amizade com personalidades importantes da política baiana, como Giocondo Dias, Orlando Moscoso, Antônio Balbino e outros. Luís Carlos Prestes também permaneceu em sua pensão mais de uma vez. Na década de 1940 participava de campanhas, fazia discursos em comícios e participou da Campanha da Paz organizada pelo PCB.

⁵⁰⁵ O rompimento com o partido comunista se deu em 1932, quando, em obediência às exigências do partido, entregou aos dirigentes os originais de seu novo romance, *João Miguel*, para avaliação e permissão para publicar, vez que os intelectuais eram considerados por eles uma “espécie de subclasse, pouco merecedora de confiança”. A resposta veio acompanhada de cobranças na “correção” do enredo, e ela retrucou dizendo que não reconhecia nos companheiros “condições literárias para opinarem” sobre a sua obra. E assim, ela, de posse dos originais, rompeu com o partido. Na primeira edição do *A Classe Operária* (órgão oficial do Partido Comunista) havia a matéria dizendo que fora expulsa do Partido por ideologia fascista, trotskista e inimiga do proletariado”, da qual ela só concordava com a trotskista. (Queiroz, 2004, p. 49).

⁵⁰⁶ A onda de propaganda anticomunista foi muito acintosa no período em estudo e os exageros assumiam formas assustadoras, utilizando-se do imaginário cristão e da fé para intimidar os crentes. Segundo Rachel de Queiroz (op. cit., p. 263), se por um lado as incursões da Coluna Prestes nos sertões do Brasil conseguiram arrebatam entusiasmo e simpatias principalmente entre os jovens, por outro, a propaganda oficial e as instituições conservadoras usavam o mesmo escudo para dissimular sua luta de perpetuação no poder. Ela escreve que “a mocidade delirava com a marcha dos revoltosos e fazia de Prestes o seu ídolo”, para desespero e indignação dos seus pais. Politizada como era desde joverninha, deu depoimento de que, para a sua geração, Getúlio Vargas era tido como o responsável por todos os males políticos e simbolizava todo o desastre do país, simbolizava a reação, o fascismo,

Todas essas questões ilustram o quadro de repressão anunciado pela escritora Prisco Novato em relação às disputas ideológicas que perpassavam e perpassam pelas relações de poder. O enredo de *Arquimimo* circunscreveu-se ao recorte temporal definido, apresentando as muitas interlocuções que permearam o crescimento da narradora, desde a influência dos pais aos ensinamentos da escola e outros acumulados nas trilhas da intersubjetividade com os muitos atores do processo, bem como as subjetividades de seu desenvolvimento pessoal numa fusão do tempo segundo outros compassos de crescimento, quer seja de realidades materiais, quer seja de agitações culturais e socioeconômicas.

Isso nos remete ao pensamento de Bakhtin quando afirma: “[A] formação do homem efetua-se no tempo histórico real com sua necessidade, com sua plenitude, com seu futuro, com seu caráter profundamente cronotópico”⁵⁰⁷. O indivíduo em formação situa-se numa linha fronteira entre duas épocas e vive essa transição tanto no plano interior quanto na relação com o exterior, com o mundo. A escritora em pauta conseguiu mostrar que se constituía como sujeito enquanto aprendia a compreender o seu meio e o mundo, num movimento em que percebia o tempo histórico e paralelamente ia se tornando sujeito histórico. Desse modo, inseriu no seu enredo questões da formação do seu eu atreladas a outras observadas no seu entorno, como as transformações nos costumes, estilos de vida, hábitos e modos de sobrevivência provocadas pelo processo de desenvolvimento material, registrando as novas formas de viver na bucólica Rio de Contas. E, como astuta observadora, projetou no romance, com doses de humor e ironia, imagens sociais, análise do contexto e a descrição de momentos e fatos significativos para a compreensão de realidades singulares do sertão da Bahia.

Elvira Foeppel, “um muro frio de lembranças” e a coragem de escrever

- Vida: a não ficção

“Frente ao espelho estuda as órbitas enormes e para o muro frio de lembranças mergulhou como um sapo virgem”⁵⁰⁸. Essas palavras do primeiro capítulo do livro

a aliança com países totalitários da Segunda Guerra Mundial. Vale incluir aqui a experiência de Maria Brandão descrita por Prisco Novato.

⁵⁰⁷ Bakhtin, 2010, p. 221.

⁵⁰⁸ Foeppel, *op. cit.*, p. 17.

Muro Frio explicitam a posição de Elvira Foeppel ao empreender a produção da sua obra literária, publicada em 1961, no Rio de Janeiro, em que, encarnando a personagem Marta se entregou ao encontro consigo mesma, num romance autobiográfico.

Ancorada nos atributos da memória acrescidos de elementos ficcionais, a professora e escritora, nascida em 1923, no litoral-sul da Bahia – Canavieiras – portou-se como uma insatisfeita permanente contra estruturas sociais e construções mentais de meados do século XX, que cerceavam e oprimiam as mulheres nos seus ideais de autonomia.

“Frente ao espelho” foi a expressão que utilizou para caracterizar a realidade estereotipada da sociedade em que vivia. Uma realidade, segundo ela, captada “pelas ondas do cérebro” e que já anunciava tons pouco convencionais ao senso comum naquela sociedade, que promoveu formas de segregação nos espaços por onde circulou. História complicada que colocava a “memória em expectativa” e ia se desenrolando como “um fio de luz e um fio de lã”, num movimento silencioso ou não de olhares reprovadores, de julgamentos maldirecionados e de rejeições em virtude do seu comportamento de moça com aspirações muito diferentes do modelo normativo definido para a época⁵⁰⁹. Para quem ainda estava “se fazendo”, essa realidade significava uma injustiça desconcertante. Percebeu a pecha de demônio que o espelho reservava para si, mas não se deixou intimidar. Recorreu à sua força interna para buscar saídas. Mudou de cidade, frequentou círculos de intelectuais e escreveu livros que significaram sua autorrealização, numa linguagem que denunciava e criticava as imposições sociais das décadas de 1950/60. Certa dos inconvenientes de estruturas obsoletas e arcaicas, alcançou superação e crescimento compatível com o vivido num meio mais cosmopolita.

De temperamento arrojado e inquieto, viveu até os 24 anos na cidade provinciana de Ilhéus, na Bahia, onde, subvertendo os ensinamentos recebidos na família e na escola, adotou comportamentos que lhe valeram maus julgamentos na pequena cidade e fê-la acumular decepções e ressentimentos em relação às pessoas, aos lugares e às instituições. Ainda assim, nesse período demonstrou identificação com a arte da escrita através da composição de poesias e da colaboração ao jornal *Diário da Tarde* entre 1944 e 1947. Diante da insatisfação com a realidade vivida e

⁵⁰⁹ Foeppel, 1961, p. 15; 17.

desejosa por buscar e experimentar outras oportunidades no plano pessoal e na carreira literária, decidiu transferir-se para a cidade do Rio de Janeiro.

A “violeta grapiúna”⁵¹⁰, como foi cognominada por Vanilda Mazzoni, formou-se professora em 1942, exerceu o magistério inicialmente na zona rural cacauzeira, destacando-se como amiga dos alunos. Aproximou o ensino da vida real, mas isso não lhe valeu nenhum reconhecimento da comunidade, ao contrário, escandalizava pelos hábitos “modernos”, como o de fumar, e até por namorar um trabalhador rural, o que os preconceituosos consideravam “inaceitável” para a sua classe social. Em sua formação num colégio de freiras, não se destacou como boa aluna, no entanto, segundo Mazzoni, com 15 anos participava de peças teatrais apresentadas na cidade de Ilhéus, encenando papéis polêmicos, como os de divorciada ou de colombina⁵¹¹.

Há que se considerar que Foeppel viveu as incongruências das mentalidades interioranas da região cacauzeira na Bahia, nas décadas de 1930/40, cujos exemplos são abundantes na literatura de Jorge Amado, que revelou os desmandos do autoritarismo dos grandes fazendeiros. Nesse contexto, por colocar-se como uma moça que queria viver a sua subjetividade sem as castrações impostas pela sociedade, viu-se discriminada em vários aspectos, em vários espaços e até mesmo na própria família. Sua formação religiosa colocou-a em atrito com a sua mãe, que se envergonhava do comportamento da filha. Ainda na década de 1940, escreveu Mazzoni, a escritora transgredia as normas impostas socialmente e, sem relutância, deliberava sobre seus relacionamentos na ousadia de quem dispensava vínculos duradouros. Com uma vaidade exagerada e vestindo com gosto extravagante modelos costurados pela própria mãe, mudava sempre a cor dos cabelos, “abusando de uma imagem sensual”, como disseram os críticos⁵¹².

⁵¹⁰ Esse é o título do livro de Vanilda Mazzoni (2003, p. 15), que fez um estudo biográfico e de catalogação das obras da autora, trabalho relevante para outros estudos e abordagens ainda não contemplados acerca das obras da escritora. O adjetivo refere-se às pessoas nascidas no Sul da Bahia, com a justaposição da palavra “violeta”, conforme significado constante no dicionário de símbolos de Jean Chevalier: “cor da esperança, feita de uma proporção igual de vermelho e de azul, de lucidez e de ação refletida, de equilíbrio entre a terra e o céu, os sentidos e o espírito, a paixão e a inteligência, o amor e a sabedoria”. O livro traça o perfil de Foeppel como escritora, a partir de depoimentos de familiares, amigos e de outras pesquisas, explorando bastante a vida literária e privilegiando suas contribuições em periódicos, contos e poesias, porém pouco se deteve em comentários sobre o romance *Muro Frio*.

⁵¹¹ Mazzoni, op. cit., p. 30.

⁵¹² Há vários depoimentos na obra de Mazzoni (op.cit., p.32; 52), falando da maneira extravagante de Foeppel se vestir e cuidar da sua aparência, para alguns considerada exótica.

Nas palavras de Maria Schaun, sua parenta, ela “tinha ânsia de viver além do que estava previsto para uma moça da sua época – que deveria limitar-se a ser esposa e mãe”. Por não hesitar em transgredir convenções morais e sociais, ao seu ver, teria pago um preço alto⁵¹³. Mesmo depois, nas décadas seguintes, já vivendo no Rio de Janeiro, vivenciou a atmosfera da repressão que desceria sobre o país e, no período, manteve o mesmo comportamento de liberdade para viver as suas opções de vida.

Na capital do Brasil viveu mais de 50 anos e foi nessa cidade que conseguiu publicar artigos em periódicos, escrever três livros e conviver com intelectuais e escritores. Sua produção firmou-se num estilo de escrita intimista, centrado em protagonistas mulheres, podendo ser reconhecida, hoje, como uma defensora incansável da autonomia feminina, o que demonstra coerência com o seu jeito de ser e com os ideais que defendeu em vida. Era conhecida em Ilhéus como “a mulher dos livros difíceis” devido à linguagem metaforizada usada em suas narrativas. Na sua carreira literária de muitos percalços sentiu-se injustiçada e pouco valorizada diante do pouco ou quase nenhum espaço dado às mulheres – uma regra da tradição masculina predominante nos meios literários.

Nesse sentido, Sara Beatriz Guardia, escrevendo sobre literatura e escrita feminina na América Latina, numa referência às autoras que buscaram a “liberação através da palavra”, comenta que Elvira Foeppel, em suas obras *Círculo do medo* (1960) e *Muro Frio* (1961), apresentou “mulheres angustiadas que não conseguem um espaço próprio na sociedade excludente e patriarcal, e entram em conflito porque não encontram nenhuma saída nem solução”⁵¹⁴.

No que diz respeito a uma atuação política “institucionalizada”, ou seja, ações vinculadas a um partido político, pouco se sabe da destemida escritora frente às questões da década de 1950, no Rio de Janeiro, onde viveu. Embora tenha vivido no limite entre a acirrada propaganda anticomunista e os calorosos debates nas reuniões dos intelectuais que integravam seu grupo de convívio⁵¹⁵, ela não tinha filiação a nenhum partido político e, se foi apontada como “comunista” num dado momento

⁵¹³ Maria Schaun autora d’ *O elo perdido* (1999), fez uma extensa apreciação sobre a escritora na “orelha” do livro de Mazzoni (2003).

⁵¹⁴ Guardia, op. cit. p. 29. Essa estudiosa, além de Elvira Foeppel, cita Helena Parente Cunha, Lygia Fagundes Telles e Néida Piñon como escritoras brasileiras que vivenciaram “os anos de dor” para buscarem espaços na literatura e na vida em constantes tensões com a sociedade.

⁵¹⁵ Depoimento de Jorge Medauar, em 2001, citado por Mazzoni (2003, p. 55).

pelos seus desafetos, a intenção era a conotação pejorativa do termo à época. No entanto, a própria coerência entre o seu modo de ver, agir e pensar já configura em ato político e transforma-a em sujeito feminino que abre novos rumos para uma transformação da realidade.

Em todo o território brasileiro devassado por excessos de autoritarismo, as moças e mulheres viam-se permanentemente sob a mira de julgamentos e cobranças como uma sentença de que era preciso “ser direita”. Rachel Jardim, escrevendo sobre a década de 1940, informa em sua autobiografia sobre um costume familiar no interior de Minas em que o importante não era só “*ser* direita, mas *parecer* direita”, o que representava uma “tremenda falta de sutileza e exigia muita disciplina e força de vontade”⁵¹⁶. Sua crítica vem certa para um tipo de sociedade que preferia investir em aparências e subterfúgios. Ela própria e uma amiga foram advertidas pela tia de que estavam ficando “faladíssimas”. O motivo? Não sabia, mas admitiu que “eram meio insólitas, não faziam o gênero de moças casadouras e isso implicava em certa desconfiança”⁵¹⁷.

Segundo Bassanezi, na década de 1950, só umas poucas “rebeldes” foram felizes em seus amores. “Outras não tiveram tanto sucesso” e sofreram com as discriminações, mas suas posturas e atitudes serviram como ameaça aos padrões vigentes e colaboraram para ampliar o debate e as conquistas do mundo das mulheres⁵¹⁸. Foeppel não se ateve à preocupação de casar-se, como era o objetivo imposto pelas instituições, nem tampouco se prendeu à ignorância do sexo, decidindo-se por enfrentar a maledicência e impor as escolhas feitas.

Esses exemplos trazem a dimensão do vivido por aquelas que não se enquadravam no manual das normas instituídas, como nos casos de Rachel e Elvira. Esta preferiu romper os laços que a prendiam àquelas determinações, rompeu com o seu círculo familiar, religioso, social para viver seus anseios de liberdade.

Portanto, na contramão do depoimento de sua parenta e partindo de outros depoimentos escritos sobre a autora, pode-se pensar: não teria ela experimentado a

⁵¹⁶ Jardim, 1973, p. 64. Grifos da autora.

⁵¹⁷ Jardim, op. cit., p.102. Outras críticas contundentes à sociedade e à Igreja Católica aparecem no texto citado. Escreveu que “[A] moralidade era seu escudo, seu livro de etiquetas e tornava-os inatingíveis. Refugiavam-se na moral para justificarem o seu horror, a sua impossibilidade quase física de contatos com pessoas de outra classe”, referindo-se ao grupo do colégio interno em que fez seus estudos. (Idem, idem, p. 79).

⁵¹⁸ Bassanezi, 1997, p. 622.

autonomia tão desejada? Não teria conseguido transitar pelo mundo das letras tão caro aos seus ideais de realização?

Ficcionalizar a vida, deter-se no mínimo de lembranças

Em *Muro frio*, metáfora usada para título do seu romance, Elvira Foeppel referiu-se às fases do seu crescimento como pessoa, ficcionalizando sua vida através da protagonista Marta. Na narrativa coloca-se em planos diferentes, ora falando em primeira, ora em terceira pessoa, ocupando posições de narradora e de protagonista. Fugindo à noção de linearidade, intercalou fatos do tempo presente - tempo da escrita, fatos dos tempos relativos às fases do seu desenvolvimento na infância e na adolescência e, de modo implícito, todo o tempo vivido na trajetória pela metrópole, todos eles com um mesmo grau de importância na formação de sua personalidade, que afinal foi se revelando no ato da escrita⁵¹⁹.

Tempo subjetivo e tempo histórico, no caso de Elvira Foeppel, aparecem bem articulados. A trama do romance firma-se na figura feminina, cuja referência é o próprio eu da protagonista, tomando a pequena cidade interiorana como cronotopo para questionar o lugar ocupado pelas mulheres e para evidenciar o que lhe parecia obsoleto e ultrapassado. A autora apresentou os exemplos da própria vida como alternativas para se viver uma subjetividade diferente, rompendo com tudo o que pudesse cercear a sua liberdade. Por esse caminho, Foeppel fez a sua luta contestatória aos padrões culturais hostis de seu meio social, colocando-se numa postura de subversão e inconformismo com as convenções sociais. Pretendeu apresentar o mundo real ou imaginário, detendo-se no mínimo de lembranças, como ela mesma expressou, “pelas ondas do cérebro que se perde em tons cuja exposição agride assuntos comuns”⁵²⁰.

Essa postura pode ser considerada como a sua contribuição ao movimento feminista e sua defesa na desconstrução de visões autoritárias sobre as mulheres. É ainda uma postura de quem tem uma consciência identitária, formada a partir de vivências concretas e reais. Assim, o seu texto autobiográfico cumpre o objetivo de concorrer para a conscientização das/dos leitoras/es.

⁵¹⁹ Bruner e Weisser, 1995, p. 151.

⁵²⁰ Foeppel, op. cit., p. 15.

O seu fio narrativo desenrola-se a partir do retorno ao lugar em que viveu a infância e juventude, buscando lembranças do passado, associando-as aos alicerces da sua formação e às implicações na escolha dos seus caminhos. Ela insistiu na representação que os conterrâneos faziam a respeito dela, apresentando, em torno disso, os seus pontos de vista, as críticas às convenções sociais, ao ritmo lento da cidade pequena, ridicularizando os papéis normativos, principalmente os impostos às mulheres. A ousadia com que rompeu os laços que a prendiam à pequena cidade trouxe-lhe, mais tarde, a curiosidade do retorno como num acerto de contas consigo mesma. O ritmo de desenvolvimento social daquele sítio urbano e a morosidade do seu crescimento são o mote no desenlace do seu discurso.

Avaliou a situação daquela cidadezinha onde viveu suas primeiras experiências como “uma cidade avultando em miséria” e, no retorno, anos mais tarde, arrependeu-se de ter levado o companheiro, já que buscava a sua infância, uma fase que dizia respeito somente a si própria⁵²¹. Decepcionada, expressou sua opinião sobre a paisagem daquele lugar:

Preferível não ter vindo, levantar histórias da meninice – cidade – uma paisagem sem urgência – onde pescadores, homens nus da cintura pra cima, rostos queimados de sol, pés descalços em areias molhadas, ruídos diversos misturando-se em orgia inútil. Um vai e vem de mulheres cansadas, feias, num excesso de partos comuns, as mãos em boa marcha na lavagem de peças sujas. Casas – a maioria caiadas de branco, uma igreja com cruz de madeira no alto, um jardim com figuras históricas, homens de bigodes grandes, - cidade onde se chama Deus muitas horas.⁵²²

Nesse discurso percebe-se o tom de crítica à cidade modorrenta cujos costumes a incomodavam pela sua posição discordante do senso comum. Mulheres parideiras, descuidadas, porém comprometidas e fiéis no desempenho das atividades que culturalmente cabiam a si e que equilibravam a rotina sob a capa da submissão a uma mentalidade povoada de ritos cristãos e de dominação dos “homens de bigodes grandes”. Até as viúvas encarnavam uma vida “na escuridão” e, entregando-se à infelicidade, deixavam-se acorrentar pelo peso das tradições. Era tudo o que não queria para si.

⁵²¹ Foeppel, *Op.cit.*, 17.

⁵²² Idem, idem, p. 157-158.

Em toda a sua narrativa alternam-se fatos vividos, ora num tempo mais distante, infância e juventude, ora no momento presente. Descreveu novas vivências no lugar do passado, onde se autor representou com a maturidade adquirida pelas experiências acumuladas no passar dos dias, sem se prender a uma linearidade e figurando o tempo em camadas sobrepostas.

Para Bakhtin, “por trás do relato do narrador nós lemos um segundo, o relato do autor sobre o que narra o narrador, e, além disso, sobre o próprio narrador”⁵²³, o que a seu ver se configura como um plurilinguismo, característica do gênero romanesco, que permite ao autor ou autora concretizar o seu ponto de vista paralelamente à sua autorrealização, o que nos leva a crer que Foeppel privilegiou esse gênero tanto como narradora, quanto no objeto da narração, através do seu discurso e da linguagem, características presentes no seu trabalho autobiográfico.

Na esteira das ideias bakhtinianas, vale dizer que a pessoa que fala no romance é sempre um agente social, com uma linguagem permeada pelos condicionamentos sociais que fazem dele um ser “historicamente concreto e definido”⁵²⁴. Mesmo quando representado em seus próprios personagens, o escritor utiliza-se de imagens concretas, sociais e históricas e deixa sempre evidente a posição ideológica da pessoa autora-narradora. No caso de Foeppel, a formação da sua “consciência ideológica individual” é o que sustenta o seu discurso. Colocando-se na clivagem entre a “palavra autoritária” – a que vem da família, da palavra da mãe, da religião, da moral, etc., e a “palavra interiormente persuasiva” – que geralmente fica camuflada pelas regras sociais, mas sem se deixar dominar por qualquer autoridade, a escritora alinha-se à segunda opção, de que resulta uma consciência ideológica comprometida com um ideal pouco reconhecido à época: a denúncia das peias que atavam as mulheres a preconceitos do passado⁵²⁵.

No *Muro Frio*, em que afloram as lembranças da sua protagonista Marta, algumas delas emergem da memória com espontaneidade, outras são suscitadas diante da maledicência dos anônimos contemporâneos revelada em falas de rua e ainda outras trazidas à tona pela presença física de pessoas ou dos lugares de suas vivências. Assim, Foeppel descreveu a decepção de Marta - a personagem – ao ouvir a maledicência das mulheres na esquina, referindo-se à imagem negativa que tinham

⁵²³ Bakhtin, 1998, p. 118.

⁵²⁴ *Idem, idem*, p.135.

⁵²⁵ Bakhtin, 1998, p. 143.

dela antes da sua ida para a cidade grande, ao tempo em que emite opinião sobre a situação delas próprias, que permaneciam reféns da “palavra autoritária”, sucumbidas aos ditames do senso comum; segundo ela, estavam “como megeras a retalhar o corpo de alguém” [...] e “manipulam (manipulavam) suas mentiras numa fé sem lastro”. Marta coloca-se na pele de criança com “uma humanidade disparada no tempo”, como uma infância que se quer esquecer e se contrapõe à imagem daquele momento, “uma paisagem sem crescer, um chão de barro, cidade sem asfalto, areia escura sujando os pés, a amarelecer vestidos e bolsas”, como se essa paisagem representasse o marasmo e a lentidão das mudanças de mentalidade e das muitas mudanças materiais necessárias ao crescimento da cidade. Se não fosse por alguns poucos rostos ou recantos reconhecidos, ela diria: “é mentira, não reconheço este lugar, nunca estive aqui”⁵²⁶.

E por que retratar uma brincadeira da meninice em que meninos e meninas um dia fizeram com ela, o velório e enterro de um sapo encontrado morto? Um imaginário povoado de tristezas e inquietações? Por que falar de medo e fantasmas que assustavam a si e a seus amigos? Ao seu ver, na cidade da sua infância só os corpos envelheciam, mudavam, os lugares não. Há em sua narrativa, desde a epígrafe, muitos exemplos que denotam a sua visão pessimista em relação aquele mundo limitado das suas vivências de outrora⁵²⁷.

Da escola tinha lembranças dolorosas, incluindo o sentimento de inferioridade frente às colegas que impulsionava sua fuga para longe. Sentia-se só, ressentia-se com as zombarias das meninas e retraía-se; muito estudiosa, recebia prêmios ou elogio pelos seus méritos e ainda assim se sentia “sonsa”: “a tristeza era uma mancha de velhice na infância dos doze anos”. Achava-se no direito de odiar as amigas, mas enchia-se de angústia e sentimento de culpa em decorrência dos ensinamentos religiosos que assimilara. Mas não se deixou consumir por essas impressões e prometeu a si mesma resistir e lutar e existir livre das falas perniciosas⁵²⁸.

Dessa relação com o ambiente escolar e de convivência social, percebe-se o quanto a protagonista Marta do romance de Elvira Foeppel sentiu-se deslocada durante os anos de formação e aprendizagem. Os que conheceram a autora em vida,

⁵²⁶ Foeppel, op. cit., p. 25.

⁵²⁷ Idem, idem, 51-52. Em seu trabalho, Mazzoni (2003, p. 104), comenta que, sendo Foeppel grande leitora da obra de Sartre, assimilou as influências do existencialismo, adotando-as em sua produção literária.

⁵²⁸ Foeppel, op. cit., p. 70.

apontaram como característica da sua família o falar pouco e o silêncio⁵²⁹. Daí pode-se inferir o desamparo emocional da autora na constituição de sua subjetividade, do seu mundo interior e que pode tê-la impulsionado na busca de superação de todas as suas inquietações. A narradora relatou as respostas de Marta aos “desestímulos” que recebia dos colegas na escola, buscando superá-los obstinadamente: “... nascera para o sucesso [...], à noite estudava, o livro aberto, rígido e branco [...] a sonoridade acabava, ela estudava, o cérebro ardendo igual a uma tocha, sua face fitando o nada, as verdades por vezes surgiam como espinhos na rosa vermelha, ficavam plantadas no corpo solitário”⁵³⁰. Esse querer vencer incitou-lhe descobertas e reflexões que, aprimoradas pelo silêncio – persuasão interior - lançaram luzes para uma crescente conscientização individual da sua situação de menina insatisfeita no ambiente de suas convivências.

A “tagarelice mundana”, a linguagem de grupos sociais anônimos foram usados como exemplos do plurilinguismo no seu romance. O juízo que faziam dela naquela cidade foi tema recorrente; referia-se às línguas afiadas que a julgavam mulher devassa, perversa e má, que tinha um companheiro sem ser casada. Sua indignação encontrava expressão em críticas mordazes e na ousadia de viver a vida do seu jeito. No amor, fugiu do estilo romântico comum aos casais da época e cultivado principalmente pelas moças formadas para corresponder às virtudes de mulher santa e devotada. Se as moças perseguiram a ideia de casamento de longa duração, a personagem Marta, ao contrário, expressava uma posição de quem estava pronta para superar as contingências de qualquer desenlace e de quem tinha firmeza no seu jeito livre de viver⁵³¹.

É interessante observar que fazia anotações para si mesma, usando a escrita como ferramenta em momentos de reflexões sobre a percepção e constatação de realidades que considerava importantes para sua vida. Essa forma de escrever é uma variante do “plurilinguismo” já citado e aparece algumas vezes no estilo da autora, como característica dialógica implícita no gênero romanesco⁵³².

⁵²⁹ Há depoimentos citados por Mazzoni (op. cit., p. 53) que apresentam a escritora num outro momento da sua maturidade, como uma “mulher capaz de sustentar uma conversa com o mundo masculino” e como a que mais participava dos bate-papos nas reuniões dos profissionais da Imprensa, no Rio de Janeiro, onde trabalhou durante 30 anos na Revista Súmula Trabalhista.

⁵³⁰ Foepfel, op.cit., p. 71.

⁵³¹ Idem, idem, p. 46, 55, 147.

⁵³² Bakhtin, op.cit. p. 124.

Para Bakhtin existem muitos tipos e graus de autoritarismo que, quando entram na consciência verbal da escritora/escritor como “palavra autoritária”, são simplesmente transmitidos, cabendo só duas reações: a confirmação ou recusa integral⁵³³. Foeppel, por meio da sua personagem, se expõe de forma radical do lado da recusa, denotando ousadia e um elevado grau de liberdade em relação ao que era “convencionalmente” normal e assim escandalizava os seus contemporâneos. Se hoje as ativistas feministas de todo o mundo e em várias frentes de luta são capazes de fazer protestos tirando a roupa em público, isso era inconcebível para a sociedade dos anos 1940, no entanto a personagem de *Muro Frio* foi capaz de dançar nua num baile daquela pequena cidade em sua juventude, dando uma mostra de que tomava atitudes imprevisíveis e tempestuosas, reação radical de quem não queria submeter-se às convenções sociais⁵³⁴.

Se no *bildungsroman* o desenvolvimento da personagem se ancora em um “mentor” que pode ser o mundo ou um relacionamento humano ou uma instituição, podemos dizer que em *Muro Frio* a autora absorveu as lições do mundo em prol do seu crescimento e ainda colocou o convívio da protagonista com o seu companheiro como o referencial para suas reflexões, sem que isso implicasse cerceamentos para nenhum dos dois, de forma a garantir identidades autônomas e compatíveis com os estilos de vida eleitos por cada um. Aceitava a convivência com um companheiro, mas ficava sempre atenta para não se submeter às normas de comportamentos preestabelecidos. Nessa intersubjetividade a dois realizava mais descobertas e atentava para o crescimento do eu à semelhança com o texto de Clarice Lispector (1969) na obra *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, em que as duas personagens buscam na relação amorosa e na intersubjetividade um fortalecimento do eu e não o contrário⁵³⁵.

A construção literária dos textos é feita de maneira cifrada e a escritora utilizou metáforas para expressar pontos de vista por meio das suas personagens ou de cenas descritas, como a da noite em que um homem negro se aproximou de Marta na rua, pura e casta em oposição ao “corpo de animal sujo no pecado, na insolência”. Se se tratou de crime ou estupro, deixa à interpretação do leitor. Noutra passagem narrou a

⁵³³ Idem, idem, p. 144.

⁵³⁴ Foeppel, op. cit., p. 43.

⁵³⁵ Freitag (1994, p. 161; 180) faz uma análise de cinco romances brasileiros considerados *bildungsromane*, incluindo entre eles a trama de Lispector (1969) e comparando-os entre si.

fuga de casa sem avisar os amigos, “com as mãos cruzadas em figa”, reforçando o desejo de não mais voltar, dispondo-se a enfrentar o desconhecido através de “façanhas nuas a vagar, a escolher homens por começo de pecar”⁵³⁶.

Outro exemplo dessa linguagem enigmática foi descrito na ida da protagonista Marta a um consultório médico, mas sem evidenciar seu verdadeiro estado de saúde, insinuando uma possível gravidez, quando escreveu: “Pelo exame rápido não parece. Deve voltar depois”. É uma situação de aflição para Marta, que rezava para saber em primeira mão: “[...] é preciso sorrir, enganar a todos, na verdade algo movediço nas entranhas, quem sabe?”⁵³⁷. Nessa linguagem metaforizada não explicitou uma situação real de gravidez⁵³⁸, no entanto “o enganar a todos” retrata a situação embaraçosa de mãe solteira, situação socialmente condenada à época.

Experiências acumuladas no destemor aos padrões vigentes foram o suporte para as contundentes críticas aos modelos de mulher disseminados e cultivados tradicionalmente. Ao encontrar-se com uma amiga de infância casada e com duas filhas, constatou a dureza de feições de quem se tornou refém de tais modelos. Interrogou-se: “o que a vida fizera de Rosa, a menina de olhos bonitos, mãos macias, aveludadas, agora a lavar o assoalho, a ensaboar lençóis, unhas partidas, uma face inútil, pesarosa, sem viço, na pequena sala azul, adoecendo de pobreza, duas filhas a crescer...”⁵³⁹. Tal situação, confrontada com o seu viver independente num mundo cheio de possibilidades, é ilustrativa de que a vida da amiga poderia ser diferente, não fosse o peso das cobranças infligidas pelo senso comum.

Para alguns estudiosos existe uma diferença entre romance de formação e romance de transformação, visto que no primeiro caso, o texto se refere às trajetórias da infância e da adolescência da protagonista, numa busca pela integração social, enquanto no segundo caso, toma como referência uma mulher de mais idade que está em busca de sua autorrealização e disposta a negligenciar a coerência com o socialmente desejável, apostando em algo mais caro: “a integração do eu”, ou uma “integração espiritual” para atingir um final venturoso⁵⁴⁰. Partindo dessa premissa,

⁵³⁶ Foeppel, op. cit., p. 81.

⁵³⁷ Foeppel, op. cit., p. 115-116.

⁵³⁸ Essa passagem remete a um fato semelhante do romance autobiográfico de Rachel de Queiroz -*As três Marias*, editado em 1939, em que a protagonista principal, Maria Augusta, vive uma situação de gravidez interrompida que não é confidenciada nem mesmo à mulher amiga que a ajudou a enfrentar tal dificuldade.

⁵³⁹ Foeppel, op.cit., p. 90.

⁵⁴⁰ Pratt (1981), apud Pinto (1990, p. 15).

podemos dizer que a obra de Foeppel como romance autobiográfico, desnudando a realidade das primeiras fases da vida da protagonista, foi de aberta rejeição a uma integração social. Demonstrou não ser este o seu objetivo, ao contrário, investiu no perfil de quem tinha segurança sobre o caminho escolhido, preferindo a coerência do seu “eu”, uma circunstância de quem escreve em estado de maturidade. Ao colocar “o feminino” na centralidade da sua trama, levantou questões que muito ajudaram nas reflexões sobre a mulher como sujeito histórico, sujeito que pode buscar um desenvolvimento pessoal e social pelas margens, por percursos mais criativos e alternativos.

Todas essas atitudes da autora, expressas por meio de sua personagem Marta, demonstraram uma posição política diferenciada no contexto sociocultural da primeira metade do século XX, por configurar-se como recusa à aprovação das relações de poder que perpassavam pelos processos sociais em seu tempo. Na região litorânea e cacauera do sul da Bahia, conviveu, nos anos de sua juventude, com as incongruências do “coronelismo cacauero”, respaldadas pelo quadro de prosperidade econômica, da riqueza do cacau, em que abundavam os casos e imposição da hegemonia autoritária masculina, retratados e amplamente difundidos e conhecidos através de obras literárias.

Uma consciência da realidade socioeconômica do país também esteve presente na narrativa do romance, quando fez referência a uma greve no cais em que os homens discutiam a legalidade do movimento e possibilidades de sucesso, alguns com medo e outros corajosamente buscando um aumento de 25% nos seus salários. Refere-se ainda à experiência de jovens em 1942, refletindo sobre as poucas oportunidades de emprego e de salários, evidências do conhecimento dos limites de cidadania daquele contexto⁵⁴¹.

A loucura, sendo um estigma que acompanhou a imagem da mulher por longo período, foi assunto abordado em várias escritas femininas que buscaram desmitificar mazelas atribuídas à figura feminina. No contexto baiano dos anos 1940/1950, mulheres loucas vagando pelas ruas eram levadas à prisão, tornando-se um caso de polícia e não de saúde pública, refletindo uma mentalidade longamente reforçada por discursos médico-sanitaristas, que colocavam a loucura feminina e outras enfermidades como determinantes de uma posição “diferente” em relação ao

⁵⁴¹ Foeppel, op.cit., p. 95.

homem⁵⁴². Na contramão dessas ideias, escritoras como Elvira Foeppel, Lourdes Bacelar e Maria Lúcia Novato contemplaram o tema por meio de suas personagens, focalizando injustiças e pregando respeito e direito à cidadania.

Entre tantas que abordaram o tema, além das escritoras deste estudo, merecem menção duas baianas: Edith Mendes da Gama e Abreu em *A cigana* (1949), onde a protagonista, uma mulher, advogada, viveu como louca, vagando pelas ruas da capital baiana, depois do fim do romance com um homem “separado da esposa”. Autoflagelação? Julgava-se profundamente culpada e indigna de conviver em sociedade depois de ter “transgredido as leis”. Outra, Judith Jabur de Moura, em *Face Real* (1996), escrevendo sobre a década de 1960, referiu-se à moça que foi dada como louca por perseguir o ideal ditado por uma consciência socialista dos interesses dos assalariados e dos direitos trabalhistas. No primeiro caso, a autora apontou o peso dos padrões de moralidade, e no segundo, uma repressão à atitude de enfrentamento político. De todos os modos, essas escritas, trazendo à baila a questão, contribuíram para reflexões e derrubadas de crenças descabidas.

Voltando à Elvira Foeppel, considera-se que tenha encontrado na indignação sentida em suas primeiras experiências, um estímulo para o ato de escrever e de criar e o fez veementemente em ataques certos contra as máscaras sociais, contra o “modelo de mulher” preestabelecido, modelo único eleito como dominante. Sua escrita aponta outras formas possíveis de vivência e de constituição de subjetividades, formas contestadoras que ajudaram na desmontagem de modelos incompatíveis com os avanços da modernidade.

Lembrando que este capítulo privilegiou as produções de cinco mulheres escritoras, convém ressaltar que são cinco obras literárias, cinco individualidades que refletem os anseios das mulheres em realidades distintas do território baiano, quer seja da metrópole, do litoral, do interior, do Centro-Sul do estado, representando um quadro significativo das experiências femininas. Professoras de formação, cada uma soube compatibilizar a arte da escrita com as atividades de ensino ou com carreiras de juíza, fazendeira, funcionárias públicas, sem desistir da participação no mundo das letras. Seus textos estão recheados de cenas em que a feminilidade pujante das mulheres funciona como perscrutador dos sinais relativos ao mundo feminino e guia das reivindicações que se lhe afiguravam mais pertinentes.

⁵⁴² Ver Cunha (1989); Stepan (2005); Nogueira (2010), dentre outros.

Se, na década de 1940, Zelinda privilegiou valores familiares, a união e cooperação entre os membros da família, apontando a ausência de bases sólidas em comportamentos trazidos pelas conjunturas socioeconômicas e culturais à época, Maria Lúcia, de uma outra geração, criticou sobremaneira a moral sexual, os preceitos religiosos, as artimanhas políticas do mandonismo local e das convenções sociais, mostrando paralelamente: a importância do trabalho artesanal, os reflexos da transição para novas relações de trabalho, a família tradicional instituindo novos hábitos, mostrando, enfim, algumas nesgas de mudança da mentalidade de populações sertanejas. Ao contrário de Zelinda, as outras avaliaram o casamento como meio de infelicidade para muitas que se viram presas e deprimidas em cotidianos estafantes e relações conjugais difíceis, o que nos remete a Margareth Rago, quando constatou, em seu estudo acerca de escritoras das primeiras décadas do século XX, que “ridicularizam no passado a estreiteza e o moralismo das concepções dominantes, assim como denunciam a limitação da vida cotidiana”. Rago identificou uma tendência à apresentação de mulheres “com maior desenvoltura e independência”, mulheres que desafiaram valores e concepções arcaicas, que “conquistaram maior autonomia e espaço individual, profissional, social e político”⁵⁴³, semelhante ao enfoque dos escritos de Elvira e Maria Lúcia, que vivenciaram perfis de mulheres emancipadas, felizes, trilhando caminhos independentes de qualquer suposta proteção masculina.

Entretanto, nenhuma delas deixou despercebido aquilo que emergia com força como possibilidade de novos rumos e perspectivas de trabalho para as mulheres e quase todas estribaram-se nas oposições antigo-moderno, riqueza-pobreza e nos choques entre as gerações.

Essas escritas autobiográficas revelaram individualidades fundamentadas em experiências próprias e muitas vezes explicadas em primeira pessoa, como numa investigação feita sobre si mesmas, o que afinal nos remete a Queiroz na descrição de uma de suas personagens femininas: “não sei se alguém já pensou nisso antes, mas sempre me pareceu que um fato, para ser verdadeiramente realidade, precisa acontecer subjetivamente dentro de nós, depois de ter acontecido objetivamente, no mundo real”⁵⁴⁴.

⁵⁴³ Rago, 2007, p. 17.

⁵⁴⁴ Queiroz, 1977, p. 105.

Ao expressarem em seus romances visões de mundo por meio das suas personagens fictícias, trouxeram à tona assuntos específicos das lutas incessantes das mulheres de sua geração. As escritoras deste estudo aproximam-se de Rachel de Queiroz, quando apresentou sua personagem Guta em *As três Marias* (1977), como a mulher que não aceita “o papel que lhe cai por sorte”. Portanto, podemos dizer que escreveram imbuídas de uma “inquieta imaginação”, principalmente as que mostraram configurações das décadas de 1950/60, em que as mulheres se insurgiam contra os papéis normativos, experimentaram caminhos novos e somaram conquistas importantes na derrubada de atitudes opressoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo das produções escritas de mulheres baianas da primeira metade do século XX fez saltar aos olhos uma diversidade de experiências de constituição de subjetividades femininas. Através de narrativas identificadas ora como literatura memorialística e autorreferencial, ora como romances autobiográficos, tais produções aparecem estribadas na memória e na imaginação criadora, como numa mistura de fios - “um fio de luz, um fio de lã” – nos mais variados estilos e formas.

A maioria dos escritos em foco deixou evidências de que importava mais a inscrição das autoras como sujeitos nos seus respectivos arcabouços socioculturais, sujeitos que abriram espaços através da palavra escrita, na medida em que projetavam a coincidência do seu eu com as evidências de uma sociedade em transformação. No correr da pena, expuseram diversos modos de ser e de pensar, como marcas de cada uma das suas gerações. Embora sem manifestarem claramente uma preocupação com as especificidades de uma literatura feminina, elucidaram temas dos mundos femininos sob diferentes configurações, alavancando questões ligadas à moral sexual, ética e cultural.

Os textos analisados deram a ver aspectos culturais e estratégias de sobrevivência de mulheres do território baiano nas vicissitudes do viver no interior, em pequenas cidades ou grandes centros urbanos, textos dos quais emergiram mulheres envolvidas em ofícios variados, quase sempre ditados pelas condições sociais. As memorialistas e memorialistas-escritoras perseguiram o seu direito à escrita e, sob ângulos privilegiados de observação, escreveram acerca de lugares, de pessoas e sobre si mesmas, expondo múltiplas relações de sociabilidade e também de intersubjetividades, problematizando assuntos polêmicos das suas gerações, principalmente os voltados para o mundo feminino.

Enfrentando dificuldades de publicação e de reconhecimento nos seus meios sociais e no campo das letras, empreenderam esforços na superação de empecilhos que toldavam a visibilidade dos seus trabalhos. Se algumas ousaram contar suas vidas e descrever percursos de formação e aperfeiçoamento individual, foram além aquelas que, pertencendo a camadas sociais altas e medianas, miraram e retrataram mulheres em posições sociais menos favorecidas em trajetórias de muitos percalços, relembrando o uso de táticas eivadas de uma sabedoria prática em situações contingenciais do dia a dia.

As articulações entre experiências femininas, momento da escrita e tempo histórico variaram bastante. Algumas de suas produções foram feitas em épocas próximas ao vivido e outras – a maioria delas – com maior distanciamento no tempo, foram escritas quando as autoras já viviam a fase da maturidade, condição esta que lhes facultou uma mirada mais ampla sobre suas formas de identificação ou de estranhamento com esta ou aquela geração.

O pertencimento a uma dada geração não representou uniformidade de pontos de vista entre as escritoras devido à interferência de fatores, como suas posições nos estratos sociais, níveis de escolaridade, espaços de convivência, circularidade de ideias que se refletiram em enredos recheados de críticas sobre crenças conservadoras ou enfoques na percepção da nova mulher frente às transformações urbano-industriais. Na posição de memorialistas ou escritoras, todas perseguiram o passar do tempo como motor de mudanças entre sucessivas gerações, problematizaram valores morais e costumes sociais tidos como novos e, como mulheres, recusaram-se a aceitar ou seguir na íntegra os estilos de vida ditados pelas suas avós.

Os modelos de educação feminina a que foram submetidas e as expectativas em relação aos papéis das mulheres na sociedade estiveram orquestrados por normas de controle e vigilância fortemente implementadas por instituições que colaboravam com a engrenagem do Estado Nacional desenvolvimentista, na primeira metade do século XX. A “missão” civilizadora da mulher, a profissão vista como “sacerdócio”, a inadequação dos currículos nos cursos de ensino médio, as dificuldades de inserção profissional em campos diferentes do magistério foram alguns dos fatores que entravaram os ideais femininos de emancipação e que permearam os embates que tiveram que enfrentar para superá-los.

O uso da pena para a escrita de memórias autobiográficas ou para a arte de criar textos literários representou, na vida das autoras, não só uma forma de evidenciarem suas formações como mulheres, mas também o espaço para manifestarem suas resistências contra ideias e crenças que afligiam o mundo feminino. Esse mister constituiu-se em prática libertadora na medida em que as memorialistas e escritoras caminharam para uma afirmação pessoal, investindo no desenvolvimento de individualidades autônomas e coerentes com os ideais tomados para si, ou, dito de outra forma, tomaram o caminho de rejeição aberta aos papéis prescritos, rompendo todas as amarras institucionais projetadas sobre elas. Ao

contrário, uma completa integração aos valores familiares e o ajustamento aos padrões sociais vigentes resultaram em renúncias de muitos desses ideais.

A partir das fontes identificamos pelos menos duas formas de constituição de subjetividades femininas, na primeira metade do século passado, expressas nas produções literárias elencadas, embora, como já dito, sem rigidez nas escalas de tempo observadas. Dos trabalhos das memorialistas-escritoras que convencionamos chamar de 1ª geração emergiram visões de mundo mais tímidas quanto às questões femininas. Esse grupo preferiu privilegiar o caminho da integração com a família e com a sociedade, sempre em estreita identificação com os lugares das suas vivências, o que, no entanto, não prejudicou as múltiplas nuances de observações cuidadosas acerca dos quadros socioculturais e econômicos da espacialidade em questão e que, acima de tudo, comprovam a sagacidade na apresentação das mudanças nos modos de ser e no viver sertanejo das mulheres, tanto em sua vida pública como na vida privada.

Nas escritas das mulheres da segunda geração, predominaram formações identitárias em bases mais flexíveis e mais abertas ao novo nos meios sociais, e formas que passavam a ser reconhecidas principalmente por força da luta do movimento feminista. Aguerridas, fincaram pé na conquista de distintos espaços sociais para mulheres e na defesa de condições de igualdade entre o feminino e o masculino.

No ato da escrita e dos pontos de observação em que se colocaram, puderam ver o antigo e o moderno nas relações sociais, os avanços e resistências contra forças de opressão e dominação, mas também os recuos em comportamentos e modos de pensar. As que escreveram na década de 1940, ainda retrataram mulheres vitimizadas pelas contingências sociais e por convenções de moralidade; as escritoras das décadas de 1950/60 enfocaram mais o novo, o diferente e a percepção da nova mulher nos contextos de crescimento urbano-industrial. Desse modo, suas produções representam verdadeiros canais de disseminação e debate das demandas que mais afligiam (ou ainda afligem?) o mundo feminino, contribuindo para esclarecimentos e mudanças em suas visões de mundo.

Se, em seus modos de escrita, investiram na oposição “novo-velho”, ora criticando, ora aceitando um ou outro, foi porque lançavam mão de atitudes reflexivas e conscientes, usando suas opiniões como possibilidades de negociação de poderes, atitudes e reivindicações sempre restritas aos seus próprios espaços de

relacionamento. Tais atitudes, se consideradas como prerrogativa das fases de maturidade, estão presentes na maioria dos textos arrolados, representando mais um fator nas redes de sociabilidade das autoras. Além do mais, através do fazer literário, imiscuíam-se no mundo feminino e criavam grupos de interesses comuns com suas leitoras, instigando discussões pertinentes aos embates em conquistas de prerrogativas e novos lugares de atuação das mulheres.

Poucas foram as que perseguiram a realização de projetos de vida diferenciados para buscarem caminhos de uma autonomia radical em oposição a conjunturas repressivas. Uma apenas não se intimidou com as dificuldades e enfrentou estigmas, tensões familiares e sociais, para perseguir seus planos contra “o papel que lhe cai(u) por sorte”. Poucas, duas talvez, tiveram a coragem de privilegiar a “integração do eu”, virando as costas para os papéis normativos reservados para elas. E quando o fizeram, utilizaram o gênero romanesco autobiográfico, passível da inclusão de elementos ficcionais, sempre com a coragem de revelar seus anseios e ambições. Contudo, estribaram-se numa força inabalável e nas argúcias e sabedorias femininas para se contraporem a posturas que já caíam em desuso.

Desse modo, pode-se dizer que as escritoras utilizaram várias “linguagens” enquanto buscavam autorrealização como mulheres e autoras, elucidando aspectos ideológicos através de suas personagens, que, em última instância, representavam posições críticas e modos de pensar próprios das suas vivências na relação com um tempo de muitos compassos. Na tessitura de suas tramas, enveredando-se pela arte ou pelas experiências trazidas pela memória, abriam espaços para expor modos de pensar e de construir subjetividades diferenciadas, elegendo oportunidades para problematização de valores morais, éticos e culturais já comprometidos pelo desenvolvimento urbano-industrial.

Todas essas memorialistas e memorialistas-escritoras, sem dúvida, trouxeram à baila instigantes assuntos pertinentes aos misteres femininos, portanto suas obras se constituem em rico manancial para pesquisas. Para além desse estudo baseado na crítica feminista, seus textos comportam também outras muitas possibilidades de investigação, como análises de estilos literários, ou ainda estudos acerca de costumes baianos, principalmente os do interior, religiosidade e cultura política nos rincões do território baiano. De todo modo, fica registrada a viabilidade do seu manuseio ao propósito investigativo de alavancar a presença das mulheres como sujeitos inscritos num arcabouço sociocultural, mulheres que se arriscaram nas artes da escrita,

defendendo seus direitos de pertencimento ao mundo das letras e com a ousadia de desvendarem momentos diferenciados de constituição de subjetividades, momentos que elucidam processos de mudanças entre as gerações e também muita capacidade de improvisar suas vidas conturbadas no confronto do “antigo” com o “moderno”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LITERATURA MEMORIALÍSTICA

1. Fontes selecionadas

BACELAR, Lourdes. **Festa**. Bahia Oficinas Graphics D'A Luva, 1935.

_____. **Na sombra e no silêncio**. Salvador-Ba: Imprensa Vitória, 1944

_____. **Enquanto ruge a tormenta**. Salvador: Imp. Oficial da Bahia, 1948.

_____. **Nós e a madrugada** – Rio de Janeiro, Editora Souza, 1953.

COMADAROBÁ, Joana. **Memórias da Dinda**. Salvador: EGBA, 1997.

_____. **O último canto do cisne**. Salvador-Ba: Empresa Gráfica da Bahia, 2009, 2ed. (1ª ed em 2004).

_____. **Elementos humanos que fizeram a Barra no passado**. Barra-Ba: Gliffo Comunicação, 2011.

COUTRIM, Guiomar Ferreira. **Determinada a ser feliz**. Guanambi-BA: Gráfica Bahia, 2010.

DONATO, Lucília Domingues. **Catarina, mais menina que moça**. Guanambi-Ba: Impresso Gráfica Papel Bom, 2001.

FAUSTO, Palmira Guanais de Aguiar. **Cartas na mesa... hora de recordar**. S/ed, s/local, 2013.

FOEPPEL, Elvira. **Muro Frio** (romance). Rio de Janeiro: Leitura, 1961

GALVÃO, Maria de Lourdes S. Cordeiro. **Viagem no tempo: reminiscências**. Salvador: Contemp. 1988.

GAUDENZZI, Maria Cândida. **Memórias de Dona Maria**. Salvador-Ba: Omar G, 2000.

GUMES, Mariêta Lobão. **Caetité e o clã dos Neves**. Salvador, s/ed, 1975a.

_____. **Algodão de seda** – Reminiscências – Salvador: Mensageiro da Fé Ltda, 1975b.

NOVATO, Maria Lúcia Prisco. **Arquimimo** – Romance. Feira de Santana: G&E criação e produção, 1997.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, pequenina e ilustre**. Brumado-Ba: Tribuna do Sertão, 1997.

SANTOS, Délia de C. Costa. **Um mergulho no passado**. Guanambi-BA: Giordani, 2003.

SANTOS, Terezinha Teixeira. **Lembranças de um povo**. Guanambi-BA: Gráfica Giordani, 2002.

_____. **Uma vida nos caminhos do tempo**. Guanambi-BA: Gráfica Giordani, 2004.

_____. **Uma lagoa nas trilhas das tropas**. Guanambi-BA: Gráfica Giordani, 2013.

SILVA, Áurea Costa. **Luz entre os roseirais**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1992.

SILVA, Joanita Candançan e. **Cantares de uma terra mãe**. s/local, Brasil Artes gráficas, 1993.

TEIXEIRA, Elzita Ladeia. **Episódios da nossa vida**. Guanambi-Ba: Gráfica e Editora Primo Ltda, 1995.

Fontes inéditas:

PITA, Emiliana Nogueira. **Contos autobiográficos e humorísticos**. Arquivo particular da Família Nogueira Pita.

TEIXEIRA, Zelinda Rodrigues Lima. **A Transplantação**. Inédito. 1947.

Literatura Memorialística: livros consultados

ABREU, Edith Mendes da Gama e. **A cigana**. Rio de Janeiro: Editora Minerva Ltda, 1949.

BATTISTEL, Arlindo Itacir e COMANDARROBA, Joana. **Barra, um retrato do Brasil**. Porto Alegre-RS: Edições EST, 1999.

JARDIM, Rachel. **Os anos 40** (A Ficção e o Real de uma Época). Rio de Janeiro-RJ: Olympio, 1973.

MACEDO, Enedina Costa de. **Do Laranjo a Volta**. Guanambi-Ba: Gráfica Giordani, 2002.

MEIRA, Dulce da Silva. **Rimando a História**. Guanambi –Ba: Impresso Gráfica Papel Bom, 2007, v. 2.

QUEIROZ, Rachel e QUEIROZ, Maria Luíza de. **Tantos anos**. São Paulo: Arx, 2004.

ROCHAEL, Ana Francisca Guanais A. **Lorena, eterna criança**. s/ed, s/local, 2006.

SILVA, Elvira Ana. **Nós: Memórias e Fatos**. Guanambi-Ba: Impresso Gráfica Papel Bom, 2004.

SOUTO, Annalinda Ribeiro. **Reminiscências...** Macarani-Ba, s/editora, 1996.

SOUZA, Ilda Ribeiro de (“Sila”) e ORRICO, Israel (Zai) Araújo. **Sila uma cangaceira de Lampião**. São Paulo: Traço Editora, 1984.

TEIXEIRA, Maria José. **Memórias do Periperi**. Guanambi-Ba: Gráfica Giordani, 2009.

FONTES MANUSCRITAS

TEIXEIRA, Zelinda Rodrigues Lima. **Manuscritos: Diários, Correspondências, Contos**. Arquivo particular da Família Lima Teixeira.

Caderno de Alzira Carolina da Silva Normanha. Arquivo Particular da Família Silva Normanha.

Processos-crime:1912 -1992. Arquivo Público Municipal de Caetité

Cadernos Pessoais da Família Rodrigues Lima Teixeira. Arquivo Público Municipal de Caetité

Cadernos Pessoais da Família Rodrigues Lima. Arquivo Casa Barão de Caetité. Caetité-BA

Estudos Pessoais da Família Rodrigues Lima. Arquivo Casa Barão de Caetité. Caetité-BA

Cadernos de Receitas Culinárias. Família Rodrigues Lima. Arquivo Casa Barão de Caetité. Caetité-BA

ROCHA, Abílio José. Documento: **Intendência Municipal (1928)**. Arquivo Municipal de Rio de Contas

Livro de Registro para lançamento de telegramas, ofícios e demais documentos. Arquivo Municipal de Rio de Contas

Livro de Atas das Sessões do Clube Riocentense. Arquivo Municipal de Rio de Contas

OUTRAS FONTES IMPRESSAS:

GUMES, João. **Pelo Sertão**: narrativas de costumes rurais do sertão baiano. Transcrição datilografada.1927.

GUMES, João. **Os analphabetos**. Bahia: Escola Typographica Salesiana, 1928.

GUMES, João. **O sampauleiro**. Caetité: Typografia d'A Penna, vol. I, 1922.

GUMES, João. **O sampauleiro**. Caetité: Typografia d' A Penna, vol. II, 1932.

SILVA, Pedro Celestino da. Notícias históricas e geográficas do município de Caetité. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. Bahia, nº 58, p. 89 a 294, 1932.

PEREIRA, Dionysio. Indústria Pastoril no Estado da Bahia. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Versão digitalizada da Edição Especial do Centenário da Independência Política do Brasil na Bahia. (1823-1923). Salvador-BA, 2007.

Diário Oficial do Estado da Bahia. Versão digitalizada da Edição Especial do Centenário da Independência Política do Brasil na Bahia. (1823-1923). Salvador-BA, 2007.

Programas do ensino. Curso Normal- 3º Ano. Escola Normal de Caetité 1928. Typ d'A Penna. APMC.

Estatutos da Academia Caetiteense de Corte – Caetité-BA. APMC.

Revista de Educação da Escola Normal de Caetité (3 nºs: jan, out, dez/1927) APMC.

Livro de Atas - Instalação da Escola Normal, solenidades e congregações. Data-limite: 1926-1997.

Jornal *A Penna* 1925 a 1928; 1931(nºs esparsos); 1932 (24 nºs); 1940, 1941 e 1942;

Jornal *O Dever*. 26/10/1955 a 31/10/1958;

Jornal *Correio de Ilhéus* – 1929 e 1930

Jornal *Estado da Bahia* – 1933

Jornal *O Bem-te-vi* (1912 a 1914)

Jornal *O Horizonte* (1918)
Jornal *Filhinha* (1901)

Jornal *O cinzel*: 1913, 1914, 1916, 1924, 1925, 1926.

Jornal *O Pequeno* - dez 1922 a 1924 n.ºs 1 a 33 (coleção completa)

Jornal *O Riocontense* 1921-1922.

LIVROS, TESES E ARTIGOS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALVES, Ivã. Uma questão conflitante: a categoria do estético na produção de autoria feminina. In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé (orgs). **Refazendo nós: ensaios sobre mulher e literatura**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003, pp. 483-490.

ARAKAWA, Maria de Lourdes Pinto e. **As Minas do Rio de Contas**. Salvador: a autora, 2006.

ARAÚJO, Alberto Filipe e RIBEIRO, José Augusto Lopes. Educação e formação do humano: Bildung e romance de formação. In: **Anais do I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa**. São Paulo: SOFELP/UNINOVE, 2009.

ARDAILLON, Danielle. A maternidade não é mais profissão. In: **O salário da liberdade-Negociações para uma igualdade na Diferença**. São Paulo: Annablume, 1997.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**. Dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, 1ª ed.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, 1998, n.º 21, pp. 9-34.

AZZI, Riolando. **A fé Primacial de Salvador** – A Igreja Católica na Bahia 1551-2001. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. (V. II – Período Imperial e Republicano). 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**. (*A Teoria do Romance*). São Paulo, Hucitec, 1998.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem). São Paulo: Hucitec, 1981.

BARRETOS, Antônio Valter Santos e GONÇALVES, Cláudio do Carmo. “Diário da Tarde” de Ilhéus – lugar de memória. In: **Anuário de Literatura**. V. 16, n. 2, 2011, p. 23-40.

BARROS, Maria Paes de . **No Tempo de Dantes**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BARROS, Anna C. T. M de, [et al]. **Memorial de curas tradicionais do sertão**. Fundação Anísio Teixeira, Casa Anísio Teixeira, Caetité, Ba: Pontos de Cultura da Bahia, 2012.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A era dos modelos flexíveis. In: In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leseskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, v.1.

_____. Sobre o Conceito de História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1994, Vol. 1.

_____. Imagens do pensamento. In: **Rua de mão única: Obras Escolhidas**, São Paulo: Brasiliense, 1995, v. 2.

BHABHA, Homi K. Disseminação – O Tempo, A Narrativa e As margens da Nação Moderna. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 .

BIRULÊS, Fina. La memoria de la muchacha trácia. Notas sobre mujeres, filosofia y experiencias otras. In: **Revista Labrys/ Estudos Feministas**, UnB, 2007.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos serões no campo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, v.2.

BONADIO, Maria Cláudia. Histórias debaixo dos panos: descobrindo a linguagem da moda: Estudo sobre as mulheres das elites e classes médias paulistanas (1913 – 1929). **Revista Projeto História**. São Paulo: PUC, Jun/2002, nº 24.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras: 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo(org.). **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2006

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coords) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 2002.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Palavras e convivência – idosos hoje. In: **Revista Estudos feministas**. CFH/CCE/UFSC, v.5 nº 1, 1997, pp.129-139.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: **Cadernos Pagu**. Unicamp, nº13, 1999, pp.191-221.

_____. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam M. Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UnB. V.25, No. 2, 2010.

_____. As velhas também. **Revista ex aequo**, no. 23, 2011, pp. 13-21.

BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé Lupinacci (orgs). **Refazendo nós**: ensaios sobre mulher e literatura. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

BRUNER, Jerome e WEISSER, Susan. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: OSLON, David R.; TORRANCE, Nancy. **Cultura escrita e oralidade**. São Paulo: Ática, 1995.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do pós modernismo – In: **Cadernos Pagu** (11) 1998.

CALLIGARIS, Contardo: Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Revista Estudos Históricos**, 1998, n.º 21, pp.43-58.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. Da Renascença ao Século das Luzes (Tradução Hildegard Feist). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998, v.1.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano – 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: **A História Cultural: entre Práticas e Representações**, Lisboa: DIFEL, 1988.

COLASANTI, Marina. Por que nos perguntam se existimos. In: SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se**: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Editora Mulheres/UFG, 1997.

CORBIN, Alain. Entrevista feita por SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Uma história quase impossível. **Revista Projeto História**, São Paulo, 1999, pp. 207 a 213.

_____. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (et al). **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. (tradução Bernardo Joffily). São Paulo: Companhia das letras, v. 4, 1991.

COTRIM, Dário Teixeira. **Guanambi**: aspectos históricos e genealógicos. Belo Horizonte: Editora Cuatiara, 1994.

COUTINHO, Andrea Lima Duarte. Farinhada e comensalidade no semi-árido baiano: hábitos alimentares e identidade sertaneja. **Anais do I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais**. Universidade Federal de Sergipe. 2012.

CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. Mestras e mestres para o sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. Feira de Santana: **Revista Sitientibus**, jul/dez 2004, n. 31, p. 143 – 168.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, nº 18, 1989, pp 121- 144.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**. No. 1, 1994.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS de BARROS, Myriam M. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A condição biográfica**: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: **Revista Estudos Feministas**, CIEC/ECO/UFRJ, V 2, Nº 2, 1994.

_____. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In: **Revista Projeto História**, Nº 17, Nov. 1998.

_____. Posfácio. In: MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

DUARTE, Constancia Lima. Literatura feminina e crítica literária. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida (org). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

_____. Apresentação – Na trilha literária das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima (org). **Mulheres em Letras- Antologia de escritoras mineiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

DUBET, François. A formação do indivíduo. In: **Revista Contemporaneidade e Educação**. Ano 3, vol.3, 1998, p.27-33.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Devires autobiográficos**: a atualidade da escrita de si. Rio de Janeiro: NAU/Editora Puc-Rio, 2009.

EPICTETO. **Máximas de Epicteto**. (Tradução de Alberto Denis) São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1960.

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; FAPESP; Edusc, 2003.

FERREIRA, Débora R. de S. **Pilares narrativos**: a construção do eu e da nação na prosa de oito romancistas brasileiras. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2003.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance!** Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940. Salvador-BA: CEB/EDUFBA, 2003.

FILIZZOLA, Mário. **A velhice no Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de Gênero na teoria feminina. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e Impasses** – o feminino como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FONTES, Nancy Rita Vieira. Uma narrativa testemunhal: as memórias de Anna Ribeiro. In: Trajetórias do gênero, masculinidades... **Cadernos Pagu** – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, Campinas – SP, 1998, pp. 389 - 418.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Volume V.

FREITAG, Barbara. **O indivíduo em formação**: diálogos interdisciplinares sobre educação. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. O romance de formação brasileiro. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 118-119: 161/180, jul.-dez., 1994.

Fundação Anísio Teixeira. **Memorial de Sabores do sertão**. Casa Anísio Teixeira. Caetité-BA: Pontos de Cultura da Bahia, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GALBIATI, Maria Alessandra. O tema da busca pessoal nos *bildungsromane* femininos contemporâneos Rubyfruit Jungle, hotel du Lac e a complicated Kindness. **Revista e-escrita**, Nilópolis, v.3, Número 1 A, jan-abril. 2012.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia e MORAIS, Luciana Patrícia de. Os lugares da tradição e da inovação na culinária regional. **Anais do I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais**. Universidade Federal de Sergipe. 2012.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Maria da Conceição Rodrigues; CAMPOS, Roberta Franca Falcão; FERREIRA, Juliana de França; MANGUEIRA, Mariana Nunes. Gastronomia Nordeste: uma mistura de sabores brasileiros. UFPB-PRG, **XI Encontro de Iniciação à docência**, 2008.

GOETHE, Johan Wolfgang von. **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**. (Trad. Nicolino Simone Neto). São Paulo: Ensaio, 1994.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. In: **Revista Labrys - Estudos feministas**, no. 1-2, jun/dez, 2002.

GUARDIA, Sara Beatriz. Literatura e escrita feminina na América Latina. In: **Anuário de Literatura**. Florianópolis, 2013, v.18, n.esp.1, p 15-44.

GUIMARÃES, Eudes Maciel Barros. **Um painel com Cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia. (Caetité, 1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Franca, 2012, 151 f.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida. In: **Cadernos Pagu**. Unicamp, nº13, 1999, pp.11-35.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis – RJ: Vozes, Parte II, 2005.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos – o Breve Século XX- 1914-1991**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Estimativas populacionais para 2014**. Disponível em www.ibge.gov.br.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. In: **Revista Labrys**, nº 1-2, jul/dez 2002.

IRMÃ SACRAMENTO. **Expansão Missionária das Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada – Terra de Santa Cruz – Brasil**. Salvador-BA: Gráfica Trio Ltda, 2012.

JANCSÓ I. e KANTOR, I. (Orgs) **Festa**. Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP/FAPESP/IMP. OFICIAL, 2001.

KOEHNE, André. **História do Cinema em Caetité**. Caetité-BA, (s/Ed), 2003.

KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memórias e experiências. In: Gêneros, narrativas, memórias. **Cadernos Pagu** – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1997, (8/9), pp. 343-354.

KOOGAN/HOUAISS. **Enciclopédia e dicionário ilustrado**. Rio de Janeiro: Seifer, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

LACERDA, Lílian de. **Álbum de leitura**: memórias de vida, histórias de leitoras. São Paulo: UNESP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória, in: **História e Memória**, Campinas: UNICAMP, 1992.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre – **Historia**: novos problemas; novas abordagens; novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Educação, Cultura e Lazer das mulheres de elite em Salvador**, 1890-1930. Dissertação de Mestrado FFCH/UFBa, 1997, 187 p.

_____. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920). 2004. São Paulo, 264 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC –SP, 2004.

LEJEUNE, Philippe. **Le pact autobiographique**. Paris: Seuil, 1975.

_____. Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário. In: Gêneros, narrativas, memórias. **Cadernos Pagu** – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1997, (8/9), pp. 99-114.

LENOIR, Remi. L'Invention du Troisième Age (Constitution du Champ des Agents de Gestion de la Vieillesse). **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 26/27, mar/abr, 1979.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coords) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 2002.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIMA, Marta Maria Leone. Magistério e condição feminina. In: COSTA, Ana Alice Alcântara e ALVES, Ívia (orgs). **Ritos, mitos e fatos**. Mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFB, 1997.

LINS de BARROS, Myriam M. Lins de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: LINS de BARROS, Myriam M. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Transmissão de valores na família e conflitos intergeracionais: experiências femininas. In: **Cadernos Adenauer**, XIV, (2013), nº 3, pp. 125-143.

LISPECTOR, Clarice. **Uma Aprendizagem ou o livro dos prazeres**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva de gênero. In: **Projeto História**. PUC- São Paulo, 1994, n. 11.

_____. Mulheres na sala de aula. In: Del Pryore (Org.) **História das Mulheres**. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.

MAAS, Wilma Patrícia Marzardi Dinardo. **O cânone mínimo**: o Bildungsroman na história da literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MAIA, Cláudia. O celibato feminino como ato político. **Revista Labrys - Estudos Feministas**, julho/dezembro, 2007.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau (orgs). **História da Vida Privada no Brasil-República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAZZARI, Marcus Vinicius. O Bildungsroman na literatura brasileira: prolegômenos para um estudo. In: **Blickwechsel**: Akten des XI. Lateinamerikanischen Germanistenkongresses. Band 2/Hrsg. Ulrich J. Beil, Claudia S. Dornbusch, Masa Nomura. São Paulo: EDUSP, Monferrer Produções, 2005.

MAZZONI, Vanilda Salignac S. **A violeta grapiúna**: vida e obra de Elvira Foeppel. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

MENDES, Geísa Flores. **Luzes do saber aos sertões**: memória e representações da Escola Normal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

MIGUEL, Raquel de Barros e RIAL, Carmem. "Programa de Mulher". In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MÜLLER, Meire Terezinha. **A lousa e o torno**: a escola SENAI Roberto Mange, de Campinas. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas- SP, 2009, 339 fls.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura fundiária e dinâmica mercantil**: Alto Sertão da Bahia séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: UFBA, UEFS, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Coleção Brasil Republicano, v. 1).

NOGUEIRA, Maria Lucia Porto Silva. **A Norma dos “Bons Costumes” e as resistências femininas nas obras de João Gumes** (Alto sertão Baiano- 1897-1930)- Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- 2010, 177 p.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. **“Viver por si”, viver pelos seus**: famílias e comunidades de escravos e forros no “Certam de Sima do Sam Francisco” (1730-1790), Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2011, 211 fls.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, no. 10. São Paulo: Educ, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Marta Kohl de; REGO, Teresa Cristina e AQUINO, Júlio Groppa. Desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: ciclos de vida, narrativas autobiográficas e tensões da contemporaneidade. **Revista Pro-Posições**, V. 17, n.2 (50) – maio/ago. 2006.

PASSOS, Elizete Silva. **A Educação das Virgens**: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995. 304 p.

_____. A presença feminina nos cursos de graduação da UFBa. In: COSTA, Ana Alice Alcântara e ALVES, Ivya. **Ritos, mitos e fatos. Mulher e gênero na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBa, 1997.

PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. **História Unisinos**, setembro/dezembro 2005, 9 (3): 170-176.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru-SP: EDUSC, 2005.

_____. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ago/set-89, v. 9, nº18, pp. 09-18.

PINO, Angel. A produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para a educação humana. **Revista Pro-Posições**, v.17, n.2 (50), maio-ago. 2006.

PINTO, Cristina Ferreira. **O bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, Maria de Fátima Novais. **Fios de Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de sima – Ba (1860-1920)**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas, v. 2 n 3, 1989, p. 3 a 15.

_____. Memória e identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTES, Heloísa. A paixão pelas formas: Gilda de Mello e Sousa. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, 74, março, 2006, p.87-105.

PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUEIROZ, Rachel. **As três Marias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977, 8ª ed. (1ª ed. 1939).

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Maria Joana e GROSSI, Miriam Pilar (Orgs). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1998.

_____. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. **Revista Brasileira de História**, v.14, n. 28, p 28-44.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: Del Pryore (Org.) **História das Mulheres**. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.

_____. A audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri. In: **Revista Brasileira da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, 2002, nº 5, pp. 29-44.

_____. Feminizar é preciso. Por uma cultura filógina”. **Revista Labrys - Estudos feministas**, no. 1-2, jun/dez, 2002.

_____. Entre o desejo e a norma: as escritoras do Brasil. **Revista Labrys- Estudos feministas**, jan-junho, 2007.

_____. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, F. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (orgs.) **Michel Foucault : sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária/ São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011, p. 01-18.

_____. Subjetividade, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. (orgs) **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

_____. **A aventura de contar-se**. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. **Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos**. Disponível em http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade. Acesso em 01/12/2013.

RANCIÈRE, Paul. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos**: mulher e educação, São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres e poder no alto sertão da Bahia**: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901-1927). São Paulo: Alameda, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas/SP: Martins Fontes, 2010.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, L. M. da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. (Orgs). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 47-60.

RODRIGUES, Leda Maria P. **A instrução feminina em São Paulo**: Subsídios para uma história até a Proclamação da República. São Paulo, 1960. (Tese. PUC/FFCL "Sedes Sapientiae").

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. In: **Projeto História**. PUC- São Paulo, 1994, n. 11.

_____. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. **Teoria da História**: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RUSSO, Jane. **O corpo contra a palavra**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

SACRAMENTO, Adriana de Jesus. **Artes e práticas curativas em Caetité - BA (1897-1940)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Santo Antônio de Jesus, Campus V, 2012, 143f.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na II Guerra Mundial. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, Salvador, v. 40, p. 135-156, 1996.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A cultura na ponta do garfo. **Cadernos Pagu** (39), Unicamp, jul-dez 2012:177-200.

SANTANA, Napoliana Pereira. **Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco**. (Urubu – Ba, 1840-1880). Dissertação. (História Regional e Local) Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2012, 218 fls.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e memória: dimensões da vida urbana. Caetité-1940-1960**. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Légua tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia. Caetité, 1890-1930**. 2014. 334f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social- Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SANTOS, Denilson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura**. Crenças, saberes e diferentes práticas curativas. Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980) Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 2005, 231 fls.

SANTOS, Giselli Caetano dos e ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Pobreza – conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, 2011.

SARLO, Beatriz. Mulheres, ideologia e história. In: **Paisagens Imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação**. Trad. Rubia Prates Goldani e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Ensaio Latino-americanos; 2).

_____. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, Joan W. El gênero: uma categoria útil para el análisis histórico. In: Amelang James S. y Nash Mary (Orgs). **História y Género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea**. Valência: Edicions Alfons el Magnanum – IUEL, 1990.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Maria Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.) **Falas de gênero**: teorias, análises, leituras. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1999.

_____. Fantasy echo: História e a construção da identidade. In: **Labrys, estudos feministas**, jun/dez, 2002, nº 1-2.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. e SEVCENKO, Nicolau (orgs). **História da Vida Privada no Brasil- República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se**: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Editora Mulheres/UFG, 1997.

SILVA, Catarina Malheiros da. **Escola, saberes e cotidiano no meio rural**: um estudo sobre os (as) jovens do sertão da Bahia. Dissertação de mestrado. UnB/Programa de Pós Graduação em Educação, 2009, 167p.

SILVA, Lucineide Santos. **A memória do trabalho**: Rio de Contas segundo Marvin Harris. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, 2011, 102 p.

SILVA, Andrea Martins Alves. Educar a mulher para civilizar a nação. **Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-RJ**. Ofício do historiador: ensino e pesquisa, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história do gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, 1998, n.11, p.77-87.

SOUSA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas:** a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. **Garotas Tricolores, deusas fardadas:** As normalistas em Feira de Santana – 1925 a 1945, Bahia. São Paulo, 1999, 215 f. Dissertação de Mestrado. PUC – SP.

SOUZA, Amélia Barreto de. **A alimentação no Planalto de Conquista – 1930-1950.** Vitória da Conquista: Uesb, 1996.

SOVIK, Liv. Apresentação: Para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SUAREZ, Rosana. Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). **Kriterion** [online]. 2005, vol.46, n.112, pp.191-198.

SWAIN, Tania Navarro. As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades. In: **Revista Labrys - Estudos feministas**, no. 1-2, jun/dez, 2002.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self.** A construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAVARES, Luís Henrique. **Duas reformas da Educação na Bahia - 1895 -1925.** Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, 1968.

TELLES, Norma. Um palacete todo seu. **Cadernos Pagu** (12) 1999: pp.379-399.

_____. **Encantações:** escritoras e imaginação literária no Brasil, Século XIX. São Paulo: Intermeios, 2012.

TELLES, Lygia Fagundes. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. In: SHARPE, Peggy (org.). **Entre resistir e identificar-se:** para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina. Florianópolis: Editora Mulheres/UFG, 1997.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 2000.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Maria José Motta. **Do sótão à vitrine**: Memórias de mulheres. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

VILLELA, Heloisa O. S. **A primeira Escola Normal no Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Niterói: 1990. Dissertação (Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 1990.

WEBER, José Fernandes. Bildung e Educação. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre-RS: 2006, v.31, nº 2, p.117-134.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de geração de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UnB. V.25, No. 2, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Conceitos Básicos e Teoria Cultural. In: **Marxismo e Literatura**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de Magia e Sobrevivência**: Sociabilidade e práticas mágico- religiosas no Brasil (1890/1940). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1997.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SITES CONSULTADOS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/De18347.htm#art1.

www.mec.gov.br

http://www.secbahia.blogspot.com.br/2009/04/escola-tecnica-federal-da-bahia-etfba_17.html

<http://www.unb.br/ih/his/gefem/>.

http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade

<http://anageemdestaque.blogspot.com.br/2010/09/turismo-barragem-de-anage-e-seu-papel.html>.

http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mesorregioes_2015.

<http://revistagloborural.globo.com>.

www.embrapa.br.

www.integracaobahia.com.br